UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

OS DONOS DAS IDEIAS

História e Conflitos do Direito Autoral, do *Copyright* e das Patentes na Crise Contemporânea do Capital: da Rodada Uruguai (1986) aos Partidos Piratas (2006)

Rubens Araujo Menezes de Souza Filho

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Gildo Magalhães dos Santos Filho

São Paulo
2014

ATRIBUIÇÃO – NÃO COMERCIAL – COMPARTILHA IGUAL 3.0 BRASIL (CC BY-NC-SA 3.0 BR) ¹

Você tem o direito de:

- **Compartilhar** — copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato
- **Adaptar** — remixar, transformar, e criar a partir do material

O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

De acordo com os termos seguintes:

Atribuição — Você deve atribuir o **devido crédito**, fornecer um link² para a licença, e **indicar se foram feitas alterações**. Você pode fazê-lo de qualquer forma razoável, mas não de uma forma que sugira que o licenciante o apoia ou aprova o seu uso.

Não Comercial — Você não pode usar o material para **fins comerciais**.

Compartilha Igual — Se você remixar, transformar, ou criar a partir do material, tem de distribuir as suas contribuições sob a **mesma licença** que o original.

Sem restrições adicionais — Você não pode aplicar termos jurídicos ou **medidas de caráter tecnológico** que restrinjam legalmente outros de fazerem algo que a licença permita.

Avisos:

Você não tem de cumprir com os termos da licença relativamente a elementos do material que estejam no domínio público ou cuja utilização seja permitida por uma **exceção ou limitação** que seja aplicável.

Não são dadas quaisquer garantias. A licença pode não lhe dar todas as autorizações necessárias para o uso pretendido. Por exemplo, outros direitos, tais como **direitos de imagem, de privacidade ou direitos morais**, podem limitar o uso do material.

¹ O texto integral da licença pode ser encontrado no Anexo IX: Atribuição – Não Comercial – Compartilha Igual 3.0 Brasil (CC BY-NC-SA 3.0 BR)

² <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0/br/>

Resumo

Com a análise histórica da chamada “propriedade intelectual”, em especial das patentes, copyright e direitos autorais, esta tese trata da crise do capitalismo contemporâneo, e analisa a tendência dissimulada de ascensão de Estados, que com o uso da tecnologia informática e o recrudescimento das legislações, se tornam cada vez mais autoritários e avançam sobre direitos e liberdades civis. Para isso é reconstituída a história dos computadores, da Internet, do Movimento do Software Livre, dos Partidos Piratas, do movimento do Software Livre no Brasil, das legislações de propriedade intelectual no mundo ocidental e da globalização do comércio e das finanças.

PALAVRAS-CHAVES: DIREITOS AUTORAIS; DIREITO DE AUTOR; FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE; PROPRIEDADE INTELECTUAL; GLOBALIZAÇÃO DO COMÉRCIO; TRIPS; COMPARTILHAMENTO DE ARQUIVOS; SOFTWARE LIVRE; SOFTWARES; INTERNET; HISTÓRIA DA INTERNET; OMC; OMPI; HISTÓRIA DO COMPUTADOR; DIREITO DIGITAL; COMMONS; DIREITO À EDUCAÇÃO; DIREITO À CULTURA; PIRATARIA; PARTIDO PIRATA.

Abstract

Through the historical analysis of the "intellectual property", in particular patents, copyright and authors rights, this thesis deals with the crisis of contemporary capitalism, and analyzes the covert increasing trend of states, that with the use of computer technology and the intensification of laws, become increasingly authoritarian, eroding civil rights and liberties secured by populations long ago. To reach this objective the history of computers, the Internet, the Free Software Movement, the Pirate Parties, the Free Software movement in Brazil, the intellectual property laws in the Western world and the globalization of trade and finance are reconstituted.

KEYWORDS: COPYRIGHT; COPYRIGHT; SOCIAL FUNCTION OF PROPERTY; INTELLECTUAL PROPERTY; GLOBALIZATION OF TRADE; WTO; WIPO; TRIPS; FILE SHARING; FREE SOFTWARE; SOFTWARE; THE INTERNET; HISTORY OF THE INTERNET; COMPUTER HISTORY; DIGITAL RIGHTS; COMMONS; RIGHT TO EDUCATION; RIGHT TO CULTURE; PIRACY; PIRATE PARTY.

Dedicatória

Ao meu filho Rubens Hutz Menezes de Souza,
por quem continuo acreditando que a história se dedica ao futuro.

Sumário

Licenciamento.....	2
Resumo.....	3
Abstract.....	3
Dedicatória.....	4
Agradecimentos.....	6
Apresentação.....	7
Introdução e declaração de intenções.....	9
Capítulo 1: Estruturas de liberdade equilibradas em infraestruturas de controle.....	15
1.1 Uma máquina que é todas as máquinas.....	16
1.2 O sistema operacional portátil, a rede de computadores e o nascimento de uma cultura.....	28
1.3 A política que nasce da tecnologia: o software que é livre.....	50
1.4 A política que nasce da tecnologia: os Piratas Políticos.....	70
1.5 A política que nasce da tecnologia: Software Livre, o caso brasileiro.....	111
Capítulo 2: Bens imateriais: leis sobre a propriedade intelectual na história de Estados Nacionais.....	142
2.1 Ideias sob o domínio das leis.....	142
2.2 Ideias sob o domínio das leis no Brasil.....	169
2.3 Um comentário sobre a tendência maximalista da propriedade intelectual	189
Capítulo 3: Da mundialização do capital para a globalização das leis.....	194
3.1 O domínio do comércio.....	194
3.2 Padrões técnicos internacionais e propriedade intelectual: o bastante concreto peso da “soft law”.....	204
Considerações Finais: A crise do capitalismo na ascensão dos Estados Totalitários	
Dissimulados.....	229
4.1 “As relações materiais predominantes apresentadas sob a forma de ideias”.....	230
4.2 O domínio da finança.....	238
4.3 O Estado Totalitário Dissimulado.....	240
Bibliografia.....	249
Anexos.....	267
Anexo I: GNU General Public License, version 1.....	267
Anexo II: A Declaration of the Independence of Cyberspace	273
Anexo III: Excertos de interesse da Lei de 16 de Dezembro de 1830, o Código Criminal do Império do Brazil	275
Anexo IV: Excertos de interesse do Decreto nº 847 de 11 de Outubro de 1890 que promulga o Código Penal.....	280
Anexo V: Lei nº 9.296, de 24 de Julho de 1996	287
Anexo VII: Atari Teenage Riot - Digital Decay.....	290
Anexo VIII: Flyer do website Free Anakata!.....	291
Flyer distribuído pelo site http://free.anakata.info e disponível para download no endereço http://free.anakata.info/wp-content/uploads/2014/01/gswflyer-1.pdf (Acesso em 12/05/2014)	291
Anexo IX: Atribuição – Não Comercial – Compartilha Igual 3.0 Brasil (CC BY-NC-SA 3.0 BR).....	292

Agradecimentos

Entre aquele dia em que decide que vai começar a pesquisa de uma tese e o dia em que escreve os agradecimentos, você percebe a quantidade de gente que foi afetada pela sua decisão ao longo dos anos. Todos merecem meus sinceros agradecimentos.

Agradeço primeiro e com grande deferência ao Prof. Dr. Gildo Magalhães, pela amizade e também pela crença em um desfecho satisfatório, do qual eu mesmo duvidei repetidamente. Agradeço à minha Mãe e ao meu Pai, as rochas sobre as quais me apoio desde sempre. Agradeço a todos os amigos de quem me escondi para escrever, em especial Léo, Dedé, André e Cris. Agradeço ao amigo Sullivan pela revisão cuidadosa do primeiro capítulo. Agradeço à minha ex-esposa Ana, pela amizade, auxílio, compreensão e pelo cuidado com o nosso “projeto em comum”.

Agradeço aos meus mestres no *Departamento de História* da USP que, ao longo dos anos, me ensinaram a pensar. Agradeço também aos funcionários da pós-graduação, em especial ao amigo Osvaldo de Moraes Medeiros, vítima perpétua de minha habilidade lendária de perder prazos, sem quem eu nunca teria saído da graduação, do mestrado, e menos ainda teria chegado ao final deste doutorado.

Agradeço aos colegas e amigos do *Grupo de Estudos do Progresso da Tecnologia e Ciência*, da FFLCH, pelo constante estímulo intelectual.

Agradeço ainda ao Prof. Dr. Nikolaus Forgó, do *Institut für Rechtsinformatik* da *Leibniz Universität Hannover*, que me recebeu como bolsista em 2010 para o programa IN SITU (*International Summer School in IT-Law*), ainda na fase inicial desta pesquisa, ignorando o detalhe técnico de eu não ser um advogado (pré-requisito do curso).

Agradeço, por fim, a todos que em um ou outro momento me impulsionaram um pouco, auxiliaram, criticaram e ouviram. É uma lista longa que não me atrevo a redigir, pois invariavelmente seria injusta.

São Paulo, 12 de maio de 2014

Apresentação

Esta tese tem suas raízes firmemente plantadas em um assunto que domina minha atenção desde a época da graduação, e que em certa medida já estava esboçado em meu mestrado, quando em 2006 apresentei, nesta casa, uma dissertação sob o título *Contradições e Conflitos do Desenvolvimento Tecnológico: Impactos do Software Livre no Brasil – Uma História em Progresso*.

Já havia em meu coração a ideia de que aquela era “uma história em progresso”. Na época, centrei a pesquisa na esfera dos sistemas operacionais, nas histórias do Windows e do Linux, e seus conflitos. Desta história, outras emergiram: a ideia do progresso, a disputa internacional pelo conhecimento técnico-científico, o direito à autodeterminação dos povos e a disputa pelas patentes em que, a certa altura, se encontrou mergulhado o movimento GNU/Linux.

Embora fosse uma pesquisa contida em si, com sua própria tese e algumas proposições finais, na minha cabeça aquela dissertação funcionou como um longo prefácio para esta tese. Ali ficou claro que a propriedade sobre as ideias, que era dada como certa, óbvia e bastante objetiva na sociedade contemporânea, era alienígena e estava em crise. Parecia muito importante entender como havíamos chegado àquelas ideias, quais eram os termos daquela crise e como ela se relacionava com o “novo” mundo dos computadores, Internet e legislações.

Eram todas preocupações que eu tinha por viver, desde a graduação, entre dois mundos. O mundo do historiador, resultado da minha formação na *Universidade de São Paulo*, e do técnico em que me transformei pelo caminho pedregoso do autodidata. Enquanto, como historiador, os computadores se tornaram objetos de estudo, como técnico eles se tornaram ganha-pão e me levaram a ser professor concursado do *Centro Paula Souza*. Tornei-me professor da FATEC, primeiro em Carapicuíba, na disciplina de *Sistemas Operacionais*, e depois em São Roque, em disciplinas variadas do curso de *Sistemas para Internet*.

Nem sempre essa amplitude de interesses foi bem-vista; não raro, foi um empecilho, como em 2013, quando os pareceristas da FATEC de Carapicuíba indeferiram minha entrada em Regime de Jornada Integral (RJI), que muito teria me beneficiado nesta pesquisa, alegando que minha pesquisa não tinha relação com o curso, nem aplicação prática ou coerência interna, ignorando inclusive que esta tese já havia sido aprovada no exame de qualificação do *Departamento de História* da USP.

Mas, em outros momentos, ela me foi benéfica, como em 2010, quando já matriculado no doutorado, tive a oportunidade de participar do programa *International Summer School in IT-Law* (IN SITU) no Instituto que pesquisa a fronteira entre a lei e a informática (*Institut für Rechtsinformatik*) na *Universidade de Hanôver*, o que me deu a chance de conhecer outros pesquisadores do tema de minha tese e, especialmente, outras visões, já que aquele era um curso exclusivo para advogados, com foco na União Europeia, para o qual minha atividade acadêmica anômala contribuiu muito.

Em *Hanôver* entendi que a lei e os direitos civis, não só no Brasil, mas no mundo todo, estavam sendo postos à prova pela tecnologia, e que as opiniões sobre como aquelas provações deveriam ser enfrentadas estavam longe de ser uniformes e, muitas vezes, longe de ser razoáveis.

Com esta tese pretendo reconciliar aqueles dois mundos, tratando da história e da tecnologia como as entendo: como algo integrado.

Introdução e declaração de intenções

Esta tese analisa alguns aspectos daquilo que modernamente chamamos de “propriedade intelectual”, principalmente sua história e evolução, com foco concentrado nos aspectos “digitais” do tema, por assim dizer, e dos conflitos que dele derivam. Esta pesquisa nasceu como a evolução natural do meu mestrado, onde duas histórias da tecnologia eram contadas, na forma da evolução histórica dos sistemas operacionais Linux e Windows, contrastando a lógica por trás de cada um e tratando, principalmente, da questão de como a técnica pode ser bem menos “técnica” do que se infere, sendo de fato bastante humana, na forma como traz consigo muito mais paixões do que normalmente se admite.

Naquela ocasião alguns elementos foram centrais na reflexão sobre a sequência de eventos que culminou na criação de dois sistemas operacionais concorrentes, estes elementos eram a **ideia do progresso**, a **disputa pelo conhecimento** (representada na ascensão da problemática das patentes), e o **ineditismo revolucionário do movimento GNU/Linux**.

Agora, no doutorado, retomo estes mesmos elementos, porém com horizontes mais amplos, indo além de um estudo de caso, e olhando na direção da “propriedade” sobre as ideias como um todo, um tema cuja importância contemporânea é inequívoca.

Desde o princípio desta pesquisa me pareceu que o objeto, embora sem dúvida relevante, já havia sido suficientemente documentado em seu aspecto factual, há ampla literatura sobre a história e também sobre a jurisprudência desta matéria, ambas extensivamente completas por sinal.

Almejo uma contribuição diferente e, antes de começar, parece adequado fazer algumas considerações sobre que tipo de história da propriedade sobre as ideias, de propriedade sobre o pensamento, se contará aqui.

A história, no meu entendimento, é uma disciplina que se ocupa em estudar o futuro. Para tanto o historiador utiliza um método entre o esquizofrênico e o ingênuo, ele se volta para o passado e analisa alguns esparsos fragmentos que consegue coletar, de eventos que estão firmemente soterrados no tempo histórico. São eventos únicos, que jamais se repetirão daquela forma e que, muito provavelmente, o historiador só poderá compreender de forma parcial. De posse desse triste aljava de flechas tortas, com a sua mira errônea e bracinhos finos de intelectual, atirando de muito longe, o historiador tenta – note, ele tenta – compreender algo que conscientemente ou não aflige o

seu coração de homem vivo, acorrentado ao tempo presente.

A experiência diz que, em geral, quanto mais profundamente cava o tempo histórico, menos o historiador admite, ou mesmo tem consciência, de que cava em torno de uma aflição sua, do presente onde o destino cruelmente o aprisionou.

Esta é uma explicação necessária, pois, a contribuição que pretendo dar ao tema desta pesquisa, aludirá a um aspecto específico, ao pormenor que me aflige mais, por assim dizer.

Meu objetivo é buscar compreender o mecanismo social e político que constituiu a propriedade intelectual ao longo da história, quais os eventos que implementam e impulsionam no tempo esta ideia, contraintuitiva, de que as ideias, o conhecimento e até os discursos possam ter um dono, um proprietário.

E não há dúvida que, menos como arqueólogo, e muito mais como um pirata, minha escavação se dá ao redor do xis marcado pela minha aflição contemporânea.

Como intelectual e técnico, o “tesouro” que busco é compreender como os rumos da técnica e, também, da “propriedade” sobre aquelas ideias que animam as técnicas e as tecnologias mais importantes do mundo contemporâneo, vêm se estendendo sobre as liberdades individuais e sobre os direitos civis. Como o embate entre o Capital e o social, chegou às portas das mais sinistras distopias profetizadas na literatura.

Se inicialmente o objetivo foi entender como, historicamente, se chegou ao conceito de propriedade sobre bens intangíveis e que tipo de influência esta ideia teve em moldar a sociedade contemporânea, com o desenvolvimento da pesquisa, pareceu haver cada vez menos sentido em se considerar a propriedade sobre as ideias separada da organização internacional do trabalho, da liberdade de expressão (e sua contraparte, a censura), de outros direitos civis como o acesso à cultura, e do próprio exercício do poder. Ou seja, todos assuntos que naturalmente precisam ser tratados em uma pesquisa desta natureza.

Assim, esta busca por demonstrar como se institui a propriedade intelectual, apontou para como o poder na sociedade pode ser, ou mesmo é, determinado pelo acesso à informação. Forçosamente, por esta constatação, reconstruo a história da informação como mercadoria, e dos embates do poder para exercer controle sobre ela e dela extrair valor. Nesta reconstrução pretendo exibir que o conflito da atualidade não é novo, sendo, no máximo mais agudo.

A tese que defendo aqui é que **a crise contemporânea do Capital se manifesta na valorização radicalizada da propriedade sobre o imaterial**, que este Capital busca então exercer o máximo controle para, da informação, extrair o máximo valor, em um movimento de apropriação possivelmente indébita dos patrimônios imateriais coletivos.

Subjacente a esta tese há outra: de que **para operacionalizar a apropriação da mais valia sobre o imaterial foi necessário o desenvolvimento da tecnologia eletrônica/informática**. As tecnologias da informação, nesta concepção, ao contrário do que é propagado e propagandeado, não são as responsáveis pela ruína da propriedade intelectual contemporânea, como sugerem diversos setores e governos. Muito antes pelo contrário, é apenas devido às tecnologias da informação que o Capital consegue promover a radicalização da propriedade intelectual e a apropriação de “bens” imateriais. Uma vez que:

“(...) o princípio da competitividade obriga a racionalidade econômica a atrelar-se à racionalidade tecnocientífica, ao subordinar as decisões de investimento não às taxas de retorno mas à dinâmica da inovação; como se a corrida tecnológica lançasse as empresas numa constante fuga para a frente, ou numa constante antecipação do futuro; como se a sobrevivência das empresas no mercado dependesse mais de sua capacidade de invenção e substituição de produtos do que da extensa exploração comercial dos mesmos, cujo ciclo de vida é cada vez mais curto.” (SANTOS, LAYMERT GARCIA DOS, 1999, p. 293–294)

Por fim, cumpre notar que estas duas teses parecem apontar, como consequências possíveis desta valorização radicalizada da propriedade sobre o imaterial, tanto para **a supressão gradual de liberdades, garantias e direitos individuais**, quanto para a **germinação dos movimentos de resistência a esta apropriação**.

Já foi dito que toda história é a história de um conflito, e esta não é diferente, uma história sobre a informação é, forçosamente, uma história da luta para se exercer poder sobre a informação.

O caminho escolhido para atingir este objetivo foi focar nos sistemas legais e na criação e evolução das leis, suas nuances, alterações e na racionalização por trás de cada alteração. A perspectiva por trás desta abordagem é a conclusão que ao atingir o ponto de ser regulado pelo ordenamento jurídico, um dado assunto se tornou suficientemente relevante para um ou mais grupos daquela nação.

Desta forma é possível dizer que esta pesquisa *persegue as leis* relativas aos assuntos aqui tratados, ou seja, busca identificar e analisar a tendência da sociedade na regulação legal dos assuntos, desde o seu primeiro registro, até a sua mais recente encarnação.

O conceito é que esse mapeamento das leis ajudará a localizar o momento quando o assunto atingiu suficiente importância para um ou mais grupos na sociedade ao ponto de precisar ser regulado. Da mesma forma, as subseqüentes alterações destas leis, marcam disputas dos grupos, buscando alterar o controle sobre as matérias reguladas. Com as leis mapeadas é possível estudar o *zeitgeist*³ do período, adensando à análise a historiografia do tema e eventuais fontes primárias, sempre que for o caso.

Concomitante à busca de compreensão das leis, há comparações entre as diferentes realidades legislativas de alguns dos países estudados⁴. Sendo assim, as comparações internacionais ajudam a compreender as influências entre as nações e a contaminação entre sistemas legislativos diversos. Da mesma forma, é levada em conta nesta abordagem, a constante observação do estado da técnica, em relação ao período estudado com as leis, uma vez que é recorrente que evoluções técnicas alterem o balanço de poder e lancem diferentes grupos em novos embates pelo controle social via legislação.

A hipótese aqui testada está em alinhamento com a leitura marxista,

“onde se segue que, à semelhança do Estado, o direito passa a ser concebido como instrumento de dominação de classe e, por conseguinte, como expressão dos interesses da burguesia” (POGREBINSCHI, 2009, p. 292–293).

E se há o projeto de se entender a propriedade, mesmo que esta seja imaterial, é mandatório avaliar onde estão os interesses da burguesia.

Destarte, uma primeira avaliação, focada nos sistemas legais, levou à compreensão de que nenhum país foi deixado a sós para definir estes temas por si mesmo, e que – em algum ponto – a propriedade sobre as ideias se tornou um tema internacional, alterando a abordagem primitiva de segredo sobre descobertas e invenções, para uma defesa aberta dos direitos intelectuais de inventores e empresas autóctones em terras estrangeiras. Esta constatação determinou a

3 Termo alemão que é normalmente traduzido como “o espírito do tempo”, significando o clima intelectual ou do pensamento de uma determinada era.

4 O foco se dá no Brasil, Inglaterra e Estados Unidos, por serem, para a história que se conta aqui, o olho do furacão. Mas por vezes é também necessário olhar para a Espanha, França, Holanda, Itália, Alemanha e alguns países da América Latina, pois se inserem em movimentos que são globais do Capital.

impossibilidade de tratar do tema limitando-o as fronteiras nacionais. Diversas vezes, ações tomadas em uma nação são o reflexo de longas disputas que ocorreram na verdade em outro território, que estava vivenciando tanto outro papel, quanto uma outra fase do desenvolvimento capitalista. Como se poderia esperar, esta realidade, como tantas outras, foi potencializada em seu limite com o advento da Internet.

Além desta fluidez de fronteiras, a busca pela compreensão do fenômeno da propriedade sobre o imaterial, trouxe à superfície outros questionamentos e entendimentos sobre o objeto de investigação. Notadamente a constatação, entre o aterrador e o desconcertante, de que dados, informação, e conhecimento passaram a ocupar um espaço importante nas relações comerciais internacionais e políticas, e que a digitalização da sociedade contemporânea havia alterado (ou ameaça alterar) os conceitos de liberdade, privacidade e de outros direitos civis, que agora surgem quimericamente misturados com direitos de propriedade e *copyright*.

Assim, esta tese está dividida em três capítulos e uma conclusão, além desta introdução ao estudo. No primeiro capítulo intitulado ***Estruturas de liberdade equilibradas em infraestruturas de controle***, início a narração da ascensão das tecnologias digitais, do computador propriamente dito, de sua superação em importância pelo *software* – a propriedade intelectual da contemporaneidade – indo até o surgimento e exponencial expansão da Internet. Neste ponto é analisado como de dentro dos laboratórios se engendra uma resistência política que ganha espectro mundial. Com este pano de fundo passo para a narrativa breve da constituição dos partidos piratas e a polêmica que os cerca. Finalmente abordo o caso *sui generis* do *software livre no Brasil*.

O segundo capítulo traz o título ***Bens imateriais: leis sobre a propriedade intelectual na história de Estados Nacionais***, onde se segue um levantamento panorâmico das legislações, comparado-as contra mudanças estruturais da sociedade e também contra pequenas flutuações conjunturais. Neste ponto são delineadas as bases para as outras partes desta tese e se busca um sentido na evolução das leis.

O terceiro capítulo, ***Da mundialização do capital para a globalização das leis***, faz a análise de efeitos e movimentos da Globalização nos sistemas legais e no comércio internacional, onde trato dos organismos internacionais, dos acordos bilaterais e também apresento uma reflexão sobre os mecanismos internacionais normalizadores e o longo alcance no tempo e no espaço que tem o capital.

Finalmente, nas considerações finais, sob o título ***A crise do capitalismo na ascensão dos Estados Totalitários Dissimulados*** apresento o conceito que proponho a partir de uma observação: a tendência contemporânea dos Estados em negociar e cercear direitos do cidadão, com o auxílio da informática e com o impulso do acirramento da propriedade intelectual, onde a cidadania é preterida pelo consumo e a subjetividade do cidadão mercantilizada.

Aqui que as argumentações anteriores são cerzidas e contrapostas às teses originalmente enunciadas em busca de sentido.

Capítulo 1: Estruturas de liberdade equilibradas em infraestruturas de controle

Entre os dias 24 e 27 de junho de 2009, mais de oito mil⁵ pessoas se reuniram em Porto Alegre-RS, para participar do 10º Fórum Internacional Software Livre (Fisl), o maior evento do gênero no mundo.

No dia 26, o então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, se tornou o primeiro chefe de Estado a visitar o evento. Naquela ocasião, além de um discurso onde defendeu a opção de seu governo pelo Software Livre, Lula se deixou fotografar com o pirata sueco Peter Sunde, um dos cofundadores do The Pirate Bay, o polêmico e internacionalmente combatido portal de compartilhamento de arquivos torrent.

Sunde, no momento daquela foto, já havia sido condenado pela justiça sueca a um ano de prisão, julgado culpado de “auxiliar na infração do copyright”.

Ainda que Lula não tivesse ciência disso, e provavelmente ele tinha, seus assessores sabiam exatamente quem era Sunde e qual era a sua situação jurídica, afinal ele fora convidado ao Fisl como “keynote-speaker”, justamente por conta do The Pirate Bay.

Com o auxílio da Internet, a polêmica foto do presidente brasileiro, um chefe de Estado, abraçado ao notório pirata europeu, um criminoso condenado, rodou o mundo e serviu de testemunho ao fato de que havia algo único, tanto na forma como o Brasil absorvia a tecnologia dos Softwares Livres, quanto nas opiniões do governo sobre a propriedade intelectual.

Este capítulo é a longa história de como Diabos foi que esta foto aconteceu...

5 Foram exatamente 8.232 participantes, contando apenas o número oficial de inscritos.

1.1 Uma máquina que é todas as máquinas

*"It is possible to invent a single machine which can be used to compute any computable sequence. If this machine U is supplied with a tape on the beginning of which is written the **S.D.** of some computing machine M , then U will compute the same sequence as M "*

Alan Turing, 1936

O fabuloso mecanismo de Antikythera

*Fragmento principal do Mecanismo de Anticítera.
National Archaeological Museum, Athens, No. 15987.
Creative Commons Attribution-Share Alike 3.0
Unported.*

Em 1901, mergulhadores gregos, caçando esponjas, se depararam na região próxima da ilha de Antikythera (Anticítera), na Grécia, com um naufrágio do mundo antigo. Entre os artefatos recuperados estavam alguns pedaços de bronze que dificilmente seriam considerados como uma novidade naquela região.

A novidade só surgiu quando os arqueólogos se debruçaram sobre a pergunta de o que eram aqueles fragmentos, afinal? Os discos e engrenagens de cobre aparentemente compunham uma espécie de

intrincado calendário mecânico. Um mecanismo com tamanha sofisticação não seria visto de novo por pelo menos mil anos na história humana:

Named after its place of discovery in 1901 in a Roman shipwreck, the Mechanism is technically more complex than any known device for at least a millennium afterwards. (FREETH, T. *et al.*, 2006)

Embora não houvesse dúvida sobre a complexidade do mecanismo, houve desacordo sobre o que ele realmente fazia e quais eram as suas capacidades e aplicações, principalmente porque não se conhecia nada semelhante no mundo antigo. Os relatos de máquinas sofisticadas no mundo antigo são escassos e em geral difíceis de comprovar, mas existem, por exemplo nas referências a possíveis trabalhos mecânicos de Arquimedes, na obra de Cícero:

(...) suggests a possible mechanical tradition going back to Archimedes (died 212 BC), who invented a planetarium described by Cicero (first century BC) and wrote a lost book on astronomical mechanisms. (FREETH, TONY, 2008)

Após inúmeros exames de raios-X e contínuas investigações laboratoriais, há certo acordo sobre as funcionalidades principais do mecanismo de Anticítera:

The top dial showed a 19-year Metonic calendar, divided into 235 lunar months. Inside this dial was a subsidiary dial, showing the 4-year panhellenic games cycle and (conjecturally) a dial showing the 76-year Callippic cycle. The bottom dial showed a 223-month eclipse prediction dial, based on the Saros cycle. This dial included glyphs that indicated information about the predicted eclipse possibilities, including time of the eclipse. Inside this dial was a subsidiary Exeligmos Dial, designed to adjust the eclipse times for successive turns of the Saros Dial.

The Antikythera Mechanism is an astronomical calculating machine that predicted phenomena involving the Sun, Moon, stars and probably the planets—the latter being the focus of considerable debate and the subject of much of this current study. Our conclusion in this study is that the Antikythera Mechanism almost certainly calculated the motions of all five planets known in ancient times. (FREETH, TONY; JONES, 2012)

Isso significa que uma máquina de metal e madeira, construída por volta do ano 70 AC era capaz de emular, simultaneamente, o calendário Metiônico, o ciclo de 4 anos dos jogos pan-helênicos, o ciclo Calíptico de 76 anos, um sistema de predição de eclipses baseado no ciclo de Saros, incluindo não só as possibilidades de eclipse, como seus horários mais prováveis e, que, quase com certeza calculava o movimento dos cinco planetas conhecidos na antiguidade, ou conforme resumiram os autores: “uma máquina capaz de calcular eventos astronômicos e prever fenômenos envolvendo o Sol, Lua, estrelas e possivelmente os planetas”.

Um segundo artigo, publicado pelo grupo que pesquisa os fragmentos do mecanismo, na

prestigiada revista *Nature*, dá conta de que as funcionalidades fantásticas do mecanismo de Anticítera estavam também relacionadas a eventos sociais do mundo helênico:

The inscriptions reveal that the Antikythera Mechanism was not simply an instrument of abstract science but exhibited astronomical phenomena in relation to Greek social institutions. It is totally unexpected that it was made for use in northwestern Greece or Sicily, rather than Rhodes as is often suggested. The Metonic calendar, the Olympiad Dial and the Saros eclipse prediction scheme add new insights into the sophisticated functions of this outstanding landmark in the history of technology. (FREETH, TONY, 2008)

Meton de Atenas, que viveu no 5º século AC, foi o matemático, astrônomo, geômetra e engenheiro, que concebeu o ciclo metiônico. No calendário Metiônico, conta-se o período de 235 meses lunares (ou um ciclo de aproximadamente 19 anos do calendário Juliano), ao final do qual as fases da Lua se repetem na mesma ordem e nos mesmos dias que no ciclo anterior. (“Metonic cycle”, 2013, “Meton of Athens”,)

O astrônomo e matemático grego Cálipo, viveu entre 370 e 300 AC, separado de Meton por um século, tem entre as suas realizações o estabelecimento do ciclo calíptico, uma modificação do ciclo metiônico. Cálipo introduziu uma correção a cada 4 ciclos, perfazendo um período de 76 anos e aproximando o ciclo de um período com 365,25 dias (“Callippus”, 2013)

Sobre a previsão dos eclipses, os pesquisadores do mecanismo enxergam semelhança com os cálculos que eram realizados ainda na Babilônia.

(...) we do not believe that the glyphs were based primarily on observations: they contained an estimated 65 eclipses and extensive observations over many decades would miss a high proportion of these. The glyphs appear to have been generated by a scheme of eclipse possibilities, similar to those from Babylonian astronomy that exhibit a pattern (...). (FREETH, TONY, 2008)

E os estudiosos do mundo antigo apontam que o calendário babilônico foi, por sua vez, baseado em um predecessor sumério do 21º século a.C. (“Babylonian calendar”, 2013).

O que se quer construir com esta breve cronologia não é qualquer acusação de falta de originalidade aos artífices do mecanismo, mas, ao contrário disso, o que se pretende apontar aqui são dois fenômenos que estão materializados no Mecanismo de Anticítera.

O primeiro, sem dúvida mais óbvio, refere-se à hereditariedade do conhecimento científico. Cálipo construiu seu ciclo sobre a observação do trabalho de Meton, este provavelmente teve contato com o calendário dos babilônicos, que antes o emprestaram aos sumérios. A hereditariedade do conhecimento, neste caso astronômico, mas também do conhecimento em geral, é sempre uma constante na história da humanidade. Uma constante que acaba por ser fator gerador de conflitos em muitos momentos, em geral quando se tenta estabelecer “a propriedade” sobre as ideias e sobre os conceitos.

O Mecanismo de Anticítera, é fascinante por ser, como muitos já o chamaram, “um computador do mundo antigo”, que não se limitava a reproduzir padrões conhecidos, mas que também era capaz de fazer cálculos sobre eventos futuros. Tais cálculos ocorriam baseados em um “esquema de possibilidades”, um tal esquema poderia ser facilmente nomeado “algoritmo”, quando se considera que um algoritmo é uma sequência lógica de instruções que devem ser seguidas na ordem correta para a obtenção de um resultado.

O segundo fenômeno que se quer apontar aqui diz respeito ao significado embarcado no Mecanismo de Anticítera, para além desse aspecto, sem dúvida sensacional, de “computar” os eventos futuros, o mecanismo é fascinante quando se considera seu significado enquanto objeto.

Trata-se, portanto, de um artefato que condensa mais de vinte séculos de informações astronômicas e matemáticas de diversos povos em um único dispositivo mecânico. Talvez seja essa condensação de informações, mais do que outros fatores, que o aproxime de um computador moderno, mais até do que a capacidade de executar instruções predefinidas em um intrincado jogo de engrenagens.

A condensação das informações das eras em uma máquina que o resume, apreende e executa é o traço em comum do computador do mundo antigo com o computador do século XX.

Sobre a criação da Máquina Universal de Turing e o que significa criar uma Máquina Universal

O computador eletrônico que potencializaria os conflitos de propriedade intelectual da atualidade, é um produto do pós-guerra. Em 1945 o acadêmico John von Neuman congregou no *Institute for Advanced Mathematical Studies* (IAS) em Princeton, Nova Jersey, um grupo de engenheiros, matemáticos e físicos com o objetivo de iniciar um projeto para a criação de um

computador eletrônico.

Os computadores já existiam, nesta época, por exemplo, o ENIAC, ou *Electronic Numerical Integrator and Computer*, já se encontrava operacional. O ENIAC é usualmente apontado como o primeiro computador, sempre lembrado por suas características técnicas tornadas folclóricas pelo tempo (i.e.. válvulas, *bugs*⁶ de verdade, aquecimento, alto consumo de energia, complexo resfriamento, ocupava um prédio inteiro, etc.)

Fora construído por J. Presper Eckert e John W. Mauchly, em 1943, na *Moore School of Electrical Engineering*, da Universidade da Pennsylvania sob a tutela de J. G. Brainerd. Embora Neumann tivesse conhecimento do projeto da *Moore School* e tivesse travado conhecimento com os acadêmicos envolvidos, no final, divergências sobre autoria e patentes fizeram com que os dois grupos não trabalhassem juntos na construção da próxima geração de computadores. (“Electronic Computer Project | Institute for Advanced Study”, [S.d.])

Porém, mesmo antes norte-americanoda construção do ENIAC, cuja existência seria um segredo até fevereiro de 1946, a ideia de se obter uma máquina moderna, não mecânica, e que pudesse executar “computações” já estava bastante em voga, mesmo sem a entrada formal dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial. O esforço de guerra acelerou a pesquisa e a posterior obtenção destas máquinas, uma vez que os militares deslocaram recursos e atenção significativos para a consecução deste objetivo de interesse estratégico.

O húngaro, John von Neumann já era um acadêmico bastante imbricado no esforço de guerra norte-americano, havia participado do projeto Manhattan, que levou à criação das primeiras bombas atômicas, e mantinha ótimo trânsito entre os militares, tendo ocupado diversos cargos ora de consultor, ora como de membro de comitês especiais compostos pelas forças armadas daquele país:

From the start of World War II, von Neumann had been heavily occupied as a consultant to the military. He was a member of the Scientific Advisory Committee at the Ballistic Research Laboratories at the Aberdeen Proving Ground in Maryland, from 1940 on; a member of the Navy Bureau of Ordnance from 1941 to 1955; a consultant to the Los Alamos Scientific Laboratory from 1943 to 1955; and a member of the Armed Forces

6 Os primeiros computadores que utilizavam válvulas e geravam considerável quantidade de calor atraindo insetos que eventualmente morriam queimados entre estas válvulas, queimando-as e causando erros de operação. As programadoras (a maioria das primeiras programadoras eram mulheres) diziam que havia um problema de insetos, ou “bugs” em inglês. O termo persistiu mesmo depois quando os computadores já utilizavam transistores, hoje os erros de programação são universalmente conhecidos como *bugs*.

Special Weapons Project in Washington, D.C., from 1950 to 1955. (“John von Neumann | Institute for Advanced Study”, 2013)

A contextualização acima se torna necessária para que se possa entender o peso da contribuição de von Neumann na construção do sucessor do ENIAC. Inicialmente a palavra “computer” (computador) foi utilizada nos Estados Unidos para designar as pessoas que executavam contas balísticas durante a guerra. Neumann estava familiarizado com esta atividade e com o desejo dos militares de obterem uma forma mais rápida de concluir cálculos complexos.

Como os computadores, no início de sua história, eram máquinas caras, difíceis de conceber e produzir, o financiamento destas pesquisas só era possível com fundos militares, que tinham como objetivo inicial para a computação ampliar sua capacidade de fazer cálculos de trajetória. Um problema que militares de praticamente todas as eras enfrentaram, mas que agora se apresentava impressionantemente complexo, pois era necessário atingir alvos à grande distância, em movimento, e com variada artilharia.

Porém, quando no final de 1945, John von Neumann deu início ao seu *Electronic Computer Project*, os objetivos dos militares com matemática avançada já estava migrando para outro horizonte, agora eles buscavam a bomba de hidrogênio, e sabiam que só chegariam até ela com a execução veloz de cálculos significativamente complexos.

Enquanto perseguia o objetivo de produzir a máquina capaz de computar tais cálculos, a contribuição de von Neumann para o universo da computação foi uma proposta de arquitetura, que ficaria conhecida como arquitetura von Neumann.

Ela foi oficialmente apresentada no documento “*First Draft of a Report on the EDVAC*” que pode ser resumido como uma das primeiras propostas para a criação efetiva de um computador de programa armazenado. Neste “rascunho”, que nunca chegou a ser concluído, nem teve as duas partes posteriores propostas por Neumann redigidas, estão presentes os elementos nos quais se pode, identificar a descrição de um computador moderno:

2.0 MAIN SUBDIVISIONS OF THE SYSTEM

(...) First: Since the device is primarily a computer, it will have to perform the elementary operations of arithmetics most frequently. (...) a *central arithmetical part*...

(...) The logical control of the device ...

(...) The device requires a considerable memory. While it appeared that various parts of

this memory have to perform functions which differ somewhat in their nature and considerably in their purpose, it is nevertheless tempting to treat the entire memory as one organ, and to have its parts even as interchangeable as possible for the various functions enumerated above.

(...) The device must be endowed with the ability to maintain the input and output (sensory and motor) contact with some specific medium of this type...

(...) The device must have organs to transfer (presumably only numerical information) from its specific parts... (NEUMANN, JOHN VON, 1945, p. 1–3)

Em seu rascunho, von Neumann explicita que as instruções da máquina, ou seja, os programas, não deveriam ser inseridos por cartões perfurados ou fita, devendo estar armazenados na própria memória do computador, pois, tal máquina, desenhada para operar na velocidade dos elétrons, teria um funil desnecessário com uma forma analógica de armazenamento de instruções.

Sua proposta de design, é verdade, trazia o que é conhecido como o “gargalo de von Neumann” (*von Neumann bottleneck*) que limita a performance deste tipo de sistema. Este gargalo se devia a existência de um único barramento de comunicação transportando os dados, compartilhado tanto pelas operações de leitura da memória, quanto pelas operações de escrita nela. A chamada arquitetura de Harvard, que também implementa um computador de programa armazenado, tem conjuntos de endereços e barramentos de dados dedicados a ler ou escrever dados na memória com exclusividade, eliminando assim o gargalo de um barramento único compartilhado nas duas funções⁷.

O conceito do “computador de programa armazenado” foi fundamental para a evolução dos computadores realmente eletrônicos, até então os computadores operavam com mudanças de estado físico – alterações de suas partes – para executar as operações, como o exemplo do ENIAC, que era programado com mudanças em alavancas e cabos para transportar os dados e controlar os sinais entre as diferentes unidades funcionais. Tal mudança de paradigma é eloquentemente apresentada no website do IAS⁸:

In the spring of 1945, von Neumann drafted a document that described the logical structure of a desired high-speed automatic digital computing system powerful enough to solve complex mathematical problems, such as non linear partial differential equations (of two or three independent variables), in abstract terms drawn from biology.

⁷ Os computadores modernos, em geral, implementam aspectos das duas arquiteturas.

⁸ *Institute for Advanced Mathematical Studies*

The abstraction freed the concepts of the nascent computer from the constraints posed by the technology of the era and, ultimately, stimulated the growth of that technology. Von Neumann's logical schema served as the basis for subsequent stored-program computers. In identifying the organs required as those relating to arithmetic, memory, control, and input and output devices, subsequently known as von Neumann Architecture, he laid down the basic schema of the modern computer. Von Neumann was fascinated by the relationship of computers to the brain, in particular, the relationship between the language of mathematics and the communications of the central nervous system. ("Electronic Computer Project | Institute for Advanced Study", [S.d.])

Neste momento, em 1945, estava concebido, ao menos intelectualmente, o computador de programa armazenado, a máquina que, a despeito de suas limitações, mudaria profundamente a sociedade nos anos vindouros, quando a arquitetura de von Neumann se tornaria a implementação de arquitetura lógica mais reproduzida desde então.

Uma vez em Princeton, à frente do *Electronic Computer Project* do *Institute for Advanced Study* e com o financiamento da máquina militar, a equipe de von Neumann, obteve o computador de programa armazenado por menos de 1 milhão de dólares, e em menos de 5 anos, um retorno muito bom para um investimento relativamente baixo por parte dos militares, mesmo para os padrões da época. (DYSON, 2012)

Mas a arquitetura que estabeleceu o computador moderno é tributária de ideias anteriores⁹, o computador construído por Neumann, era o computador de programa armazenado, mas também era a realização física da chamada Máquina Universal de Turing¹⁰, um experimento teórico concebido pelo matemático inglês Alan Turing.

Antes de explicar a Máquina Universal de Turing, é adequado tomar contato com a tradição intelectual a que ela se filia no campo da matemática, a ideia de que com apenas dois dígitos, zero e um, ou *bits*, como chamamos modernamente, é possível realizar qualquer operação lógica ou

9 Sobre o tópico da criação do computador é sempre pertinente lembrar de Charles Babbage (1791-1871), matemático britânico e inventor do primeiro computador mecânico. Babbage trabalhou sob influência de máquinas utilizadas pelo governo Francês para fazer somas no censo, conceito que tentou aperfeiçoar. Criou o "Difference Engine" em 1822, mas não dispunha dos fundos e possivelmente nem da tecnologia para construir sua invenção. O *difference engine* foi construído pela primeira vez apenas em 1991, seguindo o projeto de Babbage, e funcionou perfeitamente. Porém, os historiadores parecem estar de acordo ao afirmarem que Babbage não influenciou os criadores originais do primeiro computador, que ignoravam a existência pretérita de seu trabalho; contudo, foi Babbage quem deu os primeiros passos na construção dos computadores e concebeu o computador programável.

10 Que de acordo com o **Teorema de Gödel** poderia ser tudo, menos universal, visto que pode ser facilmente induzida ao erro ou a paralisação por operações que não pode decidir com resolver.

aritmética:

(...) The term *bit* (the contraction, by 40 bits, of "binary digit") was coined by statistician John W. Tukey shortly after he joined von Neumann's project in November of 1945. The existence of a fundamental unit of communicable information, representing a single distinction between two alternatives, was defined rigorously by information theorist Claude Shannon in his then-secret *Mathematical Theory of Cryptography* of 1948. "Any difference that makes a difference" is how cybernetician Gregory Bateson translated Shannon's definition into informal terms. To a digital computer, the only difference that makes a difference is the difference between a zero and a one.

That two symbols were sufficient for encoding all communication had been established by Francis Bacon in 1623. "The transposition os two Letters by fi ve placeings will be suffi cient for 32 Differences [and] by the Art a way is opened, whereby a man may expresse and signifie the intentions of his minde, at any distance of place, by objects. . . capable of a twofold difference onely," he wrote, before giving examples of how such binary coding could be conveyed at the speed os paper, the speed of sound, or the speed of light.

That zero and one were sufficient for logic as well as arithmetic was established by Gottfried Wilhelm Leibniz in 1679, following the lead given by Thomas Hobbes in his *Computation, os Logique* of 1656. "By Ratiocination, I mean *computation*," Hobbes had announced. "Now to compute, is either to collect the sum of manu things that are added together, or to know what remains when one thing is taken out of another. *Ratiocination*, therefore is the same with *Addition* or *Subtraction*; and if any man adde *Multiplication* and *Division*, I will not be against it, seeing... that all Ratiocination is comprehended in these two operations of the minde." The new computer, for all its powers, was nothing more than a very fast adding machine, with a memory of 40,960 bits¹¹. (DYSON, 2012, p. 3–4) [SIC].

Voltaremos a esta sequência de eventos após a apresentação da Máquina Universal, criada pelo matemático e criptógrafo Alan M. Turing (1912-1954). Turing teve uma vida curta porém movimentada¹². Considerado um dos pais da computação, atuou a serviço do governo inglês,

11 O que para dar ao leitor uma dimensão mais clara das grandezas de que estamos tratando equivale a apenas 40 kilobytes, já que 1kilobyte equivale a 1024 bytes.

12 A biografia de Turing inclui além de todas as suas realizações, uma morte trágica e uma radical condenação pela sociedade da época. Por conta de seu homossexualismo Turing perdeu todos os seus privilégios junto à inteligência britânica, bem como seu trânsito na academia e foi judicialmente forçado à castração química, o que no limite, alguns biógrafos acreditam, levou-o a cometer suicídio, conclusão que não é, contudo, incontroversa. Com a proximidade do cinquentenário de sua morte diversos movimentos foram iniciados para reabilitar a sua memória, gerando inicialmente um pedido de desculpas póstumas do Primeiro Ministro Gordon Brown, por conta do tratamento que Turing recebeu e, depois, após uma inicial relutância do parlamento inglês, Turing está em vias de ser postumamente perdoado pelo crime de homossexualismo. (DAVIES, 2009; WAINWRIGHT, 2012; WATT; CORRESPONDENT, 2013)

desenvolvendo métodos e máquinas para quebrar os códigos secretos dos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial, sua efetividade nesta área era notável, mas seu nome teria destaque na história da ciência da computação por outras realizações. Ele fez pelo menos três contribuições sempre lembradas: o teste de Turing¹³, a Máquina de Turing, e a Máquina Universal de Turing (1936)

Em 1936 Turing escreveu o *paper* “*On Computable Numbers, with an Application to the Entscheidungsproblem*” onde descrevia um dispositivo teórico, um experimento mental, nomeado como “Máquina Automática”¹⁴, mas que já em 1937 seria corriqueiramente chamado de “Máquina de Turing”.

Esta máquina, que é importante frisar, é apenas um dispositivo teórico, foi concebida como uma máquina capaz de manipular símbolos em uma fita de acordo com uma tabela de regras. Este desenho simples, permite à Máquina de Turing “computar” ou “executar” qualquer sequência computável, ou seja, ela pode seguir a lógica de qualquer algoritmo¹⁵ computacional. A máquina e a fita oferecem um paralelo com a CPU e a memória de um computador atual. A inovação de Turing foi propor que tanto os valores, quanto as instruções, ficariam contidos simultaneamente na fita, assim a máquina ora computaria um número, ora executaria uma instrução.

Assim, se a Máquina de Turing pode simular a lógica de qualquer algoritmo computacional, por consequência, ela pode executar a si própria, isto é, pode executar um algoritmo que reproduza o seu próprio comportamento.

Esta característica, que é apontada por Turing no mesmo *paper*, permite que ele descreva uma Máquina de Turing que consegue simular outra Máquina de Turing, o que viria a ser conhecido como a Máquina Universal de Turing¹⁶:

“It is possible to invent a single machine which can be used to compute any computable sequence. If this machine **U** is supplied with a tape on the beginning of which is written the **S.D.** [*“standard description” de uma tabela de ações*] of some computing machine **M**, then **U** will compute the same sequence as **M**” (TURING, 1936)

13 Proposta de um teste para se avaliar se um computador atingiu a inteligência artificial, ou consegue, pelo menos simular inteligência.

14 *Automatic Machine*, ou “a-machine”.

15 Um algoritmo pode ser entendido como uma sequência lógica de passos para a obtenção de um resultado, é central para a correta obtenção do resultado que esses passos sejam executados na sequência prevista no algoritmo.

16 Universal Computing Machine, ou machine U, no original.

A Máquina de Turing Universal, pode, então, simular qualquer outra máquina, um objetivo que alcança lendo tanto a descrição da máquina simulada (que podemos chamar de programa) quanto a entrada de dados direto de sua própria fita (que podemos chamar de memória). Foi esta base teórica, delineada por Turing, que conferiu a possibilidade do desenho do computador de programa armazenado a John von Neumann.

O computador de programa armazenado é, dessa forma, uma máquina sem aplicação específica já que pode se passar por qualquer outra máquina (ou sequência de instruções, ou programa), ou seja, é o chamado “*general purpose computer*”, uma máquina que simula todas as outras máquinas.

Os computadores eletrônicos, que se desenvolveram com estonteante rapidez após a Segunda Guerra Mundial, sobretudo após a descoberta do transistor, tinham uma enorme capacidade de simulação, que tornava mais fácil que antes derivar modelos mecânicos daquilo que até então se encarava como operações físicas e mentais de organismos, incluindo os humanos. (HOBSEAWM, 1995, p. 529)

Esta capacidade de simulação é um elemento central na discussão sobre liberdades e direitos civis de que será abordada adiante.

Uma máquina que condensa informações

Assim, se retomarmos a tradição matemática a que se filia o computador eletrônico, é possível apontar lampejos de sua origem em 1623, quando Francis Bacon estabeleceu que dois símbolos eram o suficiente para codificar comunicações que poderiam ser feitas em velocidades variáveis. Posteriormente, em 1656, Thomas Hobbes estabeleceu a possibilidade de se computar valores com operações básicas neste código binário e, em 1679, Gottfried Wilhelm Leibniz determinou como era possível, com zeros e uns, realizar operações lógicas e aritméticas.

Alan M. Turing concebeu sua Máquina Universal em 1936, automatizando estas operações binárias e que traziam em si a capacidade de executar seu próprio código. Em 1945 o estatístico John W. Tukey, batizou de *bit* esta unidade fundamental de informação transmissível, o mesmo ano em que John von Neumann propôs a arquitetura do computador de programa armazenado, seguindo Turing e mantendo dados e instruções juntos na memória.

O que se observa é que, tal como no Mecanismo de Anticítera, aqui é novamente clara a

ocorrência daqueles mesmos dois fenômenos antes apontados, desta vez materializados no computador de programa armazenado. O primeiro, e ainda óbvio, é a recorrente hereditariedade do conhecimento científico, representada na longa tradição de avanços incrementais da matemática que há por trás dos computadores.

Já o segundo fenômeno, é a repetição de um outro artefato que condensa séculos de informações matemáticas, de diversas geografias, em um único dispositivo, este agora eletrônico e não mais mecânico. Esta condensação da informação das eras em uma máquina que o resume, apreende e executa é o traço em comum entre computador do século XX e o computador do mundo antigo, com a diferença que a palavra “apreende” ganha, nas sociedades modernas, colorações inéditas.

Se o Mecanismo de Anticítera tinha a capacidade de executar instruções predefinidas em um intrincado jogo de engrenagens, seguindo uma programação, ou um conjunto preconcebido de passos lógicos e sequenciais, ou um algoritmo, o computador moderno se liberta do conceito de “predefinido”. Ele é capaz de executar qualquer algoritmo, ou qualquer sequência de instruções, ao sabor do que lhe for carregado na memória¹⁷.

É este traço que faz com que o computador moderno seja visto como a encarnação da Máquina Universal de Turing. O computador é uma máquina capaz de simular a si própria, e que construído sobre a arquitetura de von Neumann, tem a característica de manter os dados e as instruções simultaneamente acessíveis em sua memória, o que permite ao usuário executar quase qualquer algoritmo em velocidades muito além da capacidade humana.

Um aparelho, portanto, muito adaptável, e que nos traria todo tipo de desafios.

17 Na verdade é possível demonstrar que os computadores podem ser colocados em situações em que não saibam como responder e se vejam impedidos de seguirem executando um algoritmo proposto, como no caso clássico de um número A dividido por 0 (zero), mas para os efeitos do que se pretende argumentar nesta tese podemos seguir com a ideia de que, em geral, os computadores tendem a se manter funcionando por períodos razoáveis de tempo. Para mais informações sobre as limitações da Máquina Universal de Turing e o argumento de que ela não é tão universal, vide (PENROSE, 1989)

1.2 O sistema operacional portátil, a rede de computadores e o nascimento de uma cultura

Software é uma concepção puramente abstrata, um método matemático, e não é passível de aplicação industrial. Ou seja, software é uma ideia, uma fórmula matemática. E ideias e concepções puramente abstratas não devem e não podem ser patenteadas, conforme art. 10 da Lei de Patentes (Lei n.º 9.279/96)¹⁸.

Pedro Paranaguá

O computador de uso geral, o *general-purpose computer*, que utilizamos na atualidade teve uma trajetória de evolução muito rápida após o desenvolvimento dos transistores, ele domina hoje quase todos os aspectos da sociedade e é operado por pessoas com os mais variados níveis de instrução, porém, no início de sua história, até pelas limitações do *hardware*, a operação dos computadores era mais complexa.

Naquela época, um mesmo grupo de pessoas projetava, construía, programava, operava e realizava a manutenção de cada máquina. Toda programação era feita em código absoluto e muitas vezes conectando *plugs* em painéis para controlar as funções básicas da máquina. Não havia linguagens de programação (nem mesmo a linguagem de montagem¹⁹ existia). (...) Praticamente todos os problemas eram cálculos numéricos diretos, como determinar tabelas de senos, co-senos e logaritmos. (TANENBAUM, 2007, p. 5) (SIC)

Os primeiros computadores eram fortemente incompatíveis entre si, divergiam em arquitetura, nos componentes físicos, nas soluções lógicas e, claro, divergiam sobre como operavam as rotinas que os faziam funcionar, com isso os primeiros operadores destas máquinas compunham um grupo muito específico de pessoas. Eram em geral engenheiros, físicos, ou matemáticos, praticamente todos pesquisadores ligados à universidades, ou a algum instituto de pesquisas do

18 (PARANAGUÁ, 2013, p. 2107). O texto de Pedro Paranaguá, citado nesta epígrafe, não traz uma definição livre de controvérsias. Embora tenhamos propensão a não concordar com o patenteamento de softwares em todos os casos, admitimos que seria possível argumentar, por exemplo, que quando um software é a tradução de um processo industrial, ele seria passível de patenteamento. Porém, também é válido considerar que mesmo que represente um processo industrial, o software em si não poderia ser patenteado, pois mesmo representando um processo, seria perfeitamente possível criar um outro software, da mesma categoria, endereçando o mesmo problema/processo, e o resolvendo ou implementando de maneira diversa, ação legítima que uma patente bloquearia. O assunto é polêmico, como em geral o são as questões sobre patentes de software.

19 “Assembly ou linguagem de montagem é uma notação legível por humanos para o código de máquina que uma arquitetura de computador específica usa, utilizada para programar dispositivos computacionais, como microprocessadores e microcontroladores.” (“Assembly”, 2013)

governo, dotado, em geral, de estruturas em muitos aspectos semelhantes às universitárias.

Foi então criado um ambiente *sui generis* que congregou aqueles a quem mais tarde alguns se refeririam como os “verdadeiros programadores”, ou no relato de Eric S. Raymond:

In the beginning, there were Real Programmers.

That's not what they called themselves. They didn't call themselves "hackers"²⁰, " either, or anything in particular; the sobriquet "Real Programmer" wasn't coined until after 1980. But from 1945 onward, the technology of computing attracted many of the world's brightest and most creative minds. From Eckert and Mauchly's ENIAC onward there was a more or less continuous and self-conscious technical culture of enthusiast programmers, people who built and played with software for fun.

The Real Programmers typically came out of engineering or physics backgrounds. They wore white socks and polyester shirts and ties and thick glasses and coded in machine language and assembler and FORTRAN and half a dozen ancient languages now forgotten. These were the hacker culture's precursors, the largely unsung protagonists of its prehistory.

From the end of World War II to the early 1970s, in the great days of batch computing and the "big iron" mainframes, the Real Programmers were the dominant technical culture in computing. (...) (DIBONA; OCKMAN; STONE, 1999)

E os “verdadeiros programadores”, que na maioria dos casos estavam preocupados apenas com suas pesquisas e em testar os limites destas novas máquinas, foram mesmo assim, e aos poucos, moldando uma cultura específica. As raízes daquilo que teóricos como Pierre Lévy e Manuel de Castells chamarão de “Cibercultura” e “Sociedade em Rede” estão plantadas aqui. (LEVY, PIERRE, 2010; CASTELLS, 2007)

Porém, a história da disseminação e popularização dos computadores em artefatos do dia a dia, ubíquos, como na sociedade contemporânea, passa da gradual superação dos operadores estritamente técnicos à entrada de parcelas cada vez maiores da sociedade entre aqueles capazes de

20 hacker: [originally, someone who makes furniture with an axe] n. 1. A person who enjoys learning the details of programming systems and how to stretch their capabilities, as opposed to most users who prefer to learn only the minimum necessary. 2. One who programs enthusiastically (even obsessively), or who enjoys programming rather than just theorizing about programming. 3. A person capable of appreciating {hack value}. 4. A person who is good at programming quickly. Not everything a hacker produces is a hack. 5. An expert at a particular program, or one who frequently does work using it or on it; as in `a UNIX hacker'. (Definitions 1 to 5 are correlated, and people who fit them congregate.) 6. An expert of any kind. One might be an astronomy hacker, for example. 7. (deprecated) A malicious or inquisitive meddler who tries to discover information by poking around. Hence `password hacker', `network hacker'. See {cracker}. (“The Jargon File, Version 2.6.2”, 1991)

operar um computador. Uma transição entre aqueles a quem Raymond chama de “*real programmers*”, aproximando os computadores daqueles que, de maneira anedótica, são as vezes referidos como “*real people*”²¹ pela imprensa especializada.

Este movimento foi possível, em grande parte, em função do processo de isolar as rotinas responsáveis pela operação básica das máquinas, uma transição longa para os padrões da evolução informática, que ocorreu entre os anos de 1945 quando von Neumann desenhou o computador de uso geral e o início da década de 1970, quando começaria o verdadeiro reinado dos softwares, um reinado onde um tipo especial de *software* faria toda a diferença: o Sistema Operacional.

Uma forma eficiente para o computador de uso geral demonstrar seu potencial, permitindo ao usuário extrair dele a maior eficiência possível, e tornando-o capaz de executar diferentes programas para completar as diferentes tarefas solicitadas, é mantendo algum tipo de programa básico, que agindo por baixo dos programas utilitários exerça o controle da máquina.

Um *software* que se aproveite da característica da Máquina Universal de Turing (programa e dados armazenados simultaneamente na memória) para tomar conta das rotinas mais fundamentais, ao mesmo tempo²² que o usuário executa outras operações de seu interesse, ou seja, um sistema que *opere* o computador para o usuário operar seus programas.

Paradoxalmente, o sistema operacional, embora central, deve agir de forma transparente para os usuários, enquanto executa as tarefas básicas como alocar e recuperar dados na memória, reconhecer entradas de mouse e teclado, controlar a saída de dados na tela, controlar arquivos, diretórios e toda a sorte de periféricos. Ou pelo menos deveria; modernamente o sistema operacional se tornou um item muito debatido nas relações internacionais entre os países e entre as empresas, se convertendo em uma peça central no jogo da política internacional e indo bem além da mera operação do computador, mas esta história será contada adiante, primeiramente é necessário reconstituir os primeiros momentos da evolução desta peça de *software*.

A anedota diz que é simples diferenciar *software* e *hardware*: *hardware* é a parte do computador que você chuta e *software* a parte que você xinga. Duvidosa quanto a sua graça, a anedota ajuda a delimitar os dois aspectos distintos dos computadores, aspectos que o transformam

21 Como, por exemplo, as pessoas menos tecnicamente inclinadas são comumente referidas nos programas da rede de podcasts TWIT. (LAPORTE, 2012)

22 De fato, somente muito mais tarde, com as máquinas com mais de um núcleo de processamento (CPU), o computador poderá realmente executar mais de uma tarefa ao mesmo tempo. Com um núcleo, como na Máquina de Turing, o computador executa uma única operação por vez, mas o faz em tal velocidade que, para o operador, há a ilusão de que várias operações acontecem simultâneas.

em uma máquina única.

O primeiro aspecto é material e pode ser tocado, ele é importante e condensa consideráveis conhecimentos matemáticos, físicos, químicos e de engenharia em geral, é, contudo e sem sombra de dúvidas, um produto claramente industrial. Sua produção exige as mesmas, ou muito semelhantes, instalações fabris que outros produtos da sociedade de consumo, e seu preço, disponibilidade e outros aspectos correlatos estão diretamente atrelados a conceitos como disponibilidade de matérias-primas, cadeias de suprimento, eficiência técnica na produção, fornecedores de peças e partes e à demanda no mercado.

Mas o computador é único na medida em que carrega em si outro tipo de componente, o componente imaterial, a sequência de instruções que dirá como ele deve operar, como funciona e que potencialidade pode realizar. Esta máquina de uso geral, justamente por ser de uso geral, precisa ser informada como deve se comportar, e este componente etéreo, ou imaterial, é o *software*.

Assim, o computador, artefato de grande concentração tecnológica e de enorme adensamento de informações, realização de uma sociedade que, devido à própria existência desta criação, vem sendo referida como “pós-industrial”, ou “informacional”, é também uma máquina de desmedida inutilidade, se mantida separada do componente chamado *software*. E estes dois componentes complementares, *hardware* e *software*, não poderiam ter origens mais distintas na construção do computador.

O *hardware* é fabricado nas mais avançadas linhas de montagem da indústria, com inúmeras de suas partes construídas em ambientes que remetem à ficção científica, com poeira zero, controle atmosférico e uns poucos técnicos, vestidos como astronautas, supervisionando os velozes robôs que montam estas partes.

Já o *software* está nas mãos do programador, um artesão humano, que segue manualmente, digitando uma linha escrita após a outra, com todos os erros e imprevisibilidades que o método humano pode trazer, de fato, enquanto se fala da fabricação do *hardware*, não seria errado falar da manufatura do *software*. E esta é uma condição histórica:

The earliest programmers (including one of the authors) wrote software directly at the binary level (called a first-generation programming language (1GL)) by necessity. This was, of course, an extremely frustrating process, where a single transposed 1 or 0, completely undetectable to the naked eye, represents a bug that prevents the program

from running. This mode of programming was barely tolerable if you were a research scientist, which many of the earliest programmers were (see Chapter 2), but when the computer began to spread to a business context in the 1950s and '60s, it became a considerable problem. The first solution was the creation of second-generation languages (2GLs), i.e., a language comprising short three-letter mnemonics which could represent commands that the computer would operate on, e.g., MOV (move), STA (store accumulator), LDA (load accumulator), etc. These second-generation languages were called assembly languages, the assembler being an actual computer program that could transform the “user-friendly” mnemonics into the correct sequence of 1s and 0s required to ultimately run the software. Assembly language programs were readable by humans – just about. A 30,000-byte (a byte being itself a precise configuration of eight 1s and 0s) program might be represented in 200 lines of assembly language. However, the price of such “user-friendliness” was that the language produced software that ran slightly less efficiently. Thus, some milliseconds of performance degradation, or some less efficient use of memory or storage might occur – all very serious problems when you were trying to operate with something like 4K of primary memory.

Assembly language was not all that readable (although “old” programmers will often express wistful longing for a return to this “real programming” but largely probably because it was such an esoteric power-base), and so, towards the end of the 1950s, third-generation languages (3GLs) started to appear, COBOL (Common Business Oriented Language) and the like. These were considerably easier to program in – a 30,000-byte binary program in 1s and 0s which could require 200 lines of assembly might only require 20 lines of a third-generation language. However, 3GL programs again sacrificed much in terms of efficiency when they were translated into the binary code of 1s and 0s. This transformation of a 3GL to binary was done automatically by a computer program called a compiler (which does not make any mistakes in the translation, despite the difficulty). (FELLER; FITZGERALD, 2001)

Assim, enquanto o computador é um produto claramente industrial, seu *software* está muito mais próximo de um produto artesanal. Como tal ele encapsula a subjetividade do programador, a máquina que simula todas as máquinas, precisa contar com uma detalhada descrição de como se comportar, de quando e de como fazer cada uma das suas operações.

Tal descrição é fornecida por um humano, em geral trabalhando sozinho e que, embora operando dentro das limitações impostas pela linguagem em que estiver codificando, segue respondendo apenas aos seus próprios julgamentos e percepções de como cada problema deve ser resolvido.

Etéreo, imaterial, artesanal, manufatura, portador da subjetividade do sujeito que o codifica. O *software* se constitui em uma singularidade na sociedade industrial, que trouxe consigo inúmeros debates inéditos no campo da propriedade intelectual, da economia, e da política. Sociedade, aliás, pós-industrial, por conta dele.

Tal singularidade traz para dentro da tecnologia dos computadores outro elemento menos recorrente na sociedade industrial, a presença de uma subjetividade individual, de uma “autoria”, no seio de um artefato que é apresentado como realização técnico-científica de um suposto racionalismo estéril.

Note que não se trata de negar o combate pelas propriedades das ideias industriais, as patentes são o testemunho de tais combates, o diferencial reside no fato de que uma vez construída a máquina, em geral, não há necessidade (ou espaço) para que o operador promova grandes interferências na operação, ou na função a que a máquina é destinada. Já os *softwares* abrem uma miríade de possibilidades aos operadores com tal flexibilidade que, em última análise, originou um dos ramos mais pujantes da economia contemporânea.

Voltaremos a este ponto durante a discussão sobre o *Movimento do Software Livre*, mas é importante frisar que a subjetividade dos programadores é marcante no desenvolvimento de toda a tecnologia da informação e que, ao longo dos anos, uma mistura de arrogância, orgulho técnico e rebeldia irá dar o tom desta nova tecnologia que dominou o mundo. Antes, contudo, é preciso compreender a transição para os sistemas operacionais que serão referidos aqui como “comerciais”.

A importância que esta tese atribui à gênese dos sistemas operacionais tem duas razões: a primeira é que é na gênese dos sistemas operacionais comerciais que surgirão as primeiras fagulhas de resistência a um modelo de apropriação do trabalho imaterial, e estas fagulhas darão início a um incêndio chamado *Movimento do Software Livre*. A segunda é que em torno do *Movimento do Software Livre* irá inicialmente gravitar, e se galvanizar uma cultura de contestação, que transbordará para outras áreas da atividade humana tão distintas quanto educação, política e direito.

Foi entre os anos de 1950 e 1970 que se tornou possível para empresas de grande porte e instituições de pesquisa adquirirem computadores de tempo compartilhado, máquinas de grande porte que estavam comercialmente disponíveis, como o PDP-10 da DEC²³ ou o *mainframe* IBM²⁴ 360 de 1964. Tais máquinas ainda exigiam consideráveis malabarismos técnicos para serem

23 Digital Equipment Corporation

24 Industrial Business Machines

convenientemente operadas; assim, era necessário manter uma equipe de especialistas, que as operavam em divisão de tempo, e que desenvolviam as suas próprias e largamente incompatíveis aplicações. Estas aplicações, em alguns casos e locais, chagava a substituir o próprio sistema operacional fornecido pelo fabricante, criando ilhas de incompatibilidade em todos os pontos onde computadores pudessem ser encontrados.

Com o crescimento do mercado de computadores e com a variada gama de softwares utilizados em heterogêneos ramos de atividade, teve início um mercado de *softwares*, e ainda nos anos de 1960.

This trend of software development for business quickly spread, and by 1960, the business data processing use of computers had overtaken the scientific one. Once under way, the business use of computers accelerated at an extremely rapid rate, evidenced by the fact that in the US, the number of computer installations increased more than twenty-fold between 1960 and 1970. (FELLER; FITZGERALD, 2001)

Esse mercado ganhou força com a postura da IBM de separar *hardware* e *software* em seus produtos, como forma de ficar fora do campo de visão do Departamento de Justiça dos Estados Unidos

(...) Anti-Trust Division of the Department of Justice affecting two of the primary sources of technological innovation: IBM and AT&T. IBM's monopoly of the punched cards used in its pre-computer data processing machines had been ended by a consent decree in 1936. In 1959, a second consent decree required that IBM agree to sell its products rather than make them available only on lease; leasing the machines had been a powerful competitive tool that both locked in customers and disadvantaged potential competitors who lacked IBM's financial resources. But the most important event occurred in 1969. When the Justice Department launched a third assault that would last for thirteen years until abandoned by the Reagan Administration in 1982, IBM preemptively responded by unbundling software from its computers. The creation of an independent software industry followed. (JANEWAY, 2012, p. 121)

A emergente atividade técnica e científica teve como reflexo a criação de laboratórios e depois departamentos de computação nas principais universidades americanas, e foi dentro delas que a cultura *hacker* que interessa tanto a este relato, nasceu.

Inicialmente restrita aos centros de pesquisa do *Massachusetts Institute of Technology*, do

Stanford University's Artificial Intelligence Laboratory e da *Carnegie-Mellon University* esta cultura poderia ser apenas uma nota de pé de página na história, mas dois eventos seminais ocorridos em 1969 seriam responsáveis por lançar engenheiros, normalmente não muito versados no contato social, a um relativo estrelato global.

O primeiro destes eventos foi a criação, dentro dos laboratórios Bell, do sistema operacional Unix, um sistema operacional escrito na linguagem C, muito mais simples de usar, de se programar para, e de se criar programas sobre:

In 1969 (Ken) Thompson, working closely with his long-time Bell Labs collaborator Dennis Ritchie, created the UNIX operating system. Lean, simple, and elegant, Unix began simply as a tool for the computer scientists at Bell Labs – software build by programmers, for programmers. It had no business plan, or marketing strategy, but gradually Unix moved out of Bell Labs into the university and engineering community, where it flourished. Engineers, researchers, and computer scientists loved Unix because it was an ideal medium for experimentation – an operating system composed of software tools that could easily be linked together, as if screwing together lengths of “garden hose”, in the memorable phrase of one Bell Labs scientist. (LOHR, 2001, p. 65)

Quando criou o Unix Thompson já tinha experiência com sistemas operacionais, ele trabalhara no projeto de um sistema anterior chamado Multics, que era uma tentativa de criar uma alternativa melhor ao CTSS (*Compatible Time-Sharing System*²⁵), que pudesse suportar um sistema interativo capaz de manter grupos de usuários nos *mainframes*. O Multics foi um fracasso, pesado demais, com funcionalidades demais, ele não era capaz de rodar adequadamente nos computadores da época, e foi abandonado pelo AT&T Bell Labs. Mas ele ensinou a Thompson valiosas lições de arquitetura que ele implementou mais tarde no Unix.

"Bell Labs was in the MULTICS project and I was hired in to work on MULTICS. And I did. I played with the machines, booted up MULTICS, and did my little piece of it. At some point, Bell Labs decided that MULTICS wasn't for them, and they backed out of the project.

But they had these MULTICS machines which were special-purpose machines that were just sitting around idle until someone could cart them away. So for approximately a year I had this machine that was monstrous. There are maybe two or three of us that used it. So I started doing operating-system stuff, trying to get a little operating system up and running.

25 O sistema operacional conhecido como ITSS, criado no MIT, significa justamente *Incompatible Time-Sharing System*, para marcar sua diferença em relação ao ITSS.

It was insanely hard because it was a real complex computer. But I got it up where it would sit there and say hello on 50 Teletypes around the building. And then it went out the door. So I shopped around then and found some other unused machines and essentially built Unix on these very, very small PDP machines." (SEIBEL, 2009)

A ideia de “*garden hose*”, ou mangueira é bastante precisa, duas das principais características dos sistemas Unix são a especialização dos comandos e sua capacidade de encadeamento, ou o *pipelining*, que explicamos à seguir.

Um sistema Unix contém programas pequenos e específicos, especialistas, por assim dizer, na função que executam, não congregando em si outras funções. Esta não é uma limitação, é uma escolha de design adotada propositalmente por Ken Thompson.

Tal abordagem traz dois benefícios marcantes: o primeiro é que o programa permanece pequeno – algo importante em uma era de recursos computacionais limitados – mas também o programa permanece simples, é muito mais fácil localizar erros e *bugs* em pequenos pedaços de código especialista do que caçar um problema dentro, por exemplo, de uma biblioteca repleta de diferentes funções.

Para executar múltiplas funções no Unix se utiliza, literalmente um encanamento, ou o caractere “|”, chamado *pipe* (cano), da seguinte forma:

```
comando01 | comando02
```

Onde o comando01 é executado até o final e o seu resultado é enviado diretamente para ser trabalhado pelo comando02, sem passar pela tela até que ambos tenham sido executados.

Pode até não parecer muito, mas esta flexibilidade, aliada ao fato do Unix ser construído em C, uma linguagem de programação de quarta geração, popularizou muito o sistema operacional, que em pouco tempo era um tipo de padrão em universidades, centros de pesquisa e diversas empresas.

Isso se deveu a duas observações que Ken Thompson e Dennis Richie fizeram. A primeira foi que os computadores já começavam a ter condições de rodar uma linguagem de alto nível como o C, pois podemos assumir que quanto mais “distante” da linguagem de máquina, maior é a perda de performance do código. A segunda observação foi a de que os compiladores²⁶ já começavam a ter

²⁶ Um compilador é uma ferramenta (um programa), que lê um determinado código de programação escrito em uma dada linguagem e o converte para a linguagem de máquina, gerando um arquivo que é chamado de binário.

a necessária qualidade para compilar sem erros um sistema operacional, ou nas palavras de Eric Stallman:

Another hacker named Dennis Ritchie invented a new language called "C" for use under Thompson's embryonic Unix. Like Unix, C was designed to be pleasant, unconstraining, and flexible. Interest in these tools spread at Bell Labs, and they got a boost in 1971 when Thompson and Ritchie won a bid to produce what we'd now call an office-automation system for internal use there. But Thompson and Ritchie had their eye on a bigger prize.

Traditionally, operating systems had been written in tight assembler to extract the absolute highest efficiency possible out of their host machines. Thompson and Ritchie were among the first to realize that hardware and compiler technology had become good enough that an entire operating system could be written in C, and by 1974 the whole environment had been successfully ported to several machines of different types.

This had never been done before, and the implications were enormous. If Unix could present the same face, the same capabilities, on machines of many different types, it could serve as a common software environment for all of them. No longer would users have to pay for complete new designs of software every time a machine went obsolete. Hackers could carry around software toolkits between different machines, rather than having to re-invent the equivalents of fire and the wheel every time. (DIBONA; OCKMAN; STONE, 1999, p. 23)

Mas não foi só a excelência técnica de Thompson e Richie que permitiu a popularização do Unix, houve também um golpe de sorte, com uma pequena ajuda que veio – inadvertidamente – do governo norte-americano:

Another significant event of this era which helped ensure the availability of free software was the 1956 US government consent decree which forbade the telecommunications giant, AT&T, from entering non-telephony markets such as computing (Leonard, 2000). This effectively ensured that the Unix operating system, which was developed at AT&T Bell Labs in 1969 by Dennis Ritchie and Ken Thompson, could not be sold commercially. (...) At any rate, given that AT&T was prohibited from exploiting Unix commercially, it was distributed with the actual source code to universities and other research institutions for a nominal fee. Again, there was no grand plan or ideology at the heart of the original 1956 consent decree – no one at the time foresaw that the convergence of telecommunications and computing would be such a critical industry sector by the end of the twentieth century. (FELLER; FITZGERALD, 2001)

O cenário era este: diversos centros de pesquisas espalhados pelos Estados Unidos utilizando computadores distintos; uma geração de engenheiros de computação, que seguiam criando um mercado de softwares; empresas que começavam a investir em computadores numa escala cada vez mais acelerada; um sistema operacional que podia finalmente ser utilizado por seres humanos²⁷, capaz de ser portado para diferentes arquiteturas, mantendo suas características, e uma linguagem de programação de quarta geração disponível.

Tudo estava em seu lugar para que a “sociedade da informação” finalmente se erguesse, faltava apenas um detalhe. Faltava a Internet.

E foi também em 1969, junto com o Unix, que a rede de computadores começou ser implementada, trazendo aos computadores e seus operadores a comunicação que faltava para colocar em movimento desdobramentos impossíveis de antecipar.

The ARPAnet was the first transcontinental, high-speed computer network. It was built by the Defense Department as an experiment in digital communications, but grew to link together hundreds of universities and defense contractors and research laboratories. It enabled researchers everywhere to exchange information with unprecedented speed and flexibility, giving a huge boost to collaborative work and tremendously increasing both the pace and intensity of technological advance.

But the ARPAnet did something else as well. Its electronic highways brought together hackers all over the U.S. in a critical mass; instead of remaining in isolated small groups each developing their own ephemeral local cultures, they discovered (or re-invented) themselves as a networked tribe. (DIBONA; OCKMAN; STONE, 1999, p. 20)

A ARPANET, ou *Advanced Research Projects NETwork* foi a predecessora direta da Internet que utilizamos até hoje e financiada pela ARPA²⁸ foi a primeira rede a integrar computadores com o sistema de transmissão de pacotes conhecido como TCP/IP. Por ter sido financiada por uma agência de fomento de tecnologia do Departamento de Defesa norte-americano é comum encontrar referências à sua criação como fruto da paranoia militar que, supostamente, não queira ver interrompidas as comunicações no caso de um conflito total com a União Soviética. O conceito por trás dessa ideia seria a de que tal conflito envolveria, possivelmente, além da mútua

²⁷ Esta expressão seria muitas décadas mais tarde o *slogan* da distribuição Linux chamada Ubuntu, uma das centenas de clones que tem suas origens na obra de Thompson e Richie.

²⁸ ARPA é a sigla de *Advanced Research Projects Agency*, mais tarde a ARPA teria o “Defense” acrescido ao seu nome, alterando a sigla para DARPA.

aniquilação nuclear, a destruição dos principais centros urbanos onde estavam as centrais telefônicas.

Embora muito popular, esta tese parece não ser baseada em fatos verificáveis, sendo talvez menos uma tese e mais uma mistificação, enquanto com alguma liberdade, os computadores possam ser considerados filhos inesperados entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria. O mesmo não pode ser dito da Internet, que surge mais como um efeito colateral inesperado, resultando de pesquisas que buscavam estabelecer sistemas de comunicação e trocas de mensagens (pacotes) entre computadores em geografias distintas, e menos como um projeto militar. (LEVY, STEVEN, 2010)

O mito da criação militar da Internet se deve a dois fatores, o primeiro sendo a origem do dinheiro para as pesquisas e para a construção da ARPANet. Porém, uma análise mais atenta, coloca a origem deste dinheiro em questão, parecendo muito mais ligada ao lançamento do satélite Sputnik I, em 04 de outubro de 1957, do que ao desejo dos militares de estabelecerem uma rede de comunicação capaz de sobreviver a um apocalipse nuclear.

Não se pode esquecer o quanto o mundo estava polarizado, após a Segunda Guerra Mundial, as duas superpotências competiam, especialmente no campo bélico, para estabelecer ou contrabalançar alguma superioridade entre suas ideologias conflitantes. Neste cenário os capitalistas norte-americanos, assistiram chocados aos comunistas russos colocando em órbita da Terra – e passando por cima do território dos Estados Unidos – um objeto feito pelo homem. (HOBSBAWM, 1995)

O advento da corrida espacial reorganizou os fundos militares de pesquisa nos Estados Unidos, que se viram pressionados a investir maciçamente em ciência e tecnologia. O então presidente Dwight Eisenhower, criou a ARPA apenas seis meses após este lançamento, uma agência do Departamento de Defesa, focada no investimento em pesquisa básica e aplicada junto à comunidade acadêmica norte-americana. (SEEL, 2012)

A marinha, o exército e a aeronáutica já mantinham seus laboratórios e projetos próprios, mas a ARPA era diferente, uma agência com grandes fundos, respondendo ao Departamento de Defesa, mas com uma administração civil, plenamente operada pela comunidade acadêmica.

Logo, contrário do que se apresentou aqui anteriormente, com a narração sobre a criação do computador eletrônico de programa armazenado, cuja evolução foi financiada por projetos pontuais das forças armadas, que buscavam exatamente desenvolver tais máquinas, a Internet nasceu sem

que se tivesse nela um objetivo claro, ela surgiu de forma mais orgânica e ganhou importância por meios distintos do interesse militar imediato.

O efeito do Sputnik foi, principalmente, criar uma percepção nos Estados Unidos de urgência no desenvolvimento técnico e científico, urgência que deu origem à ARPA. Ainda hoje, a missão declarada pela sua sucessora, a DARPA, ecoa as razões que levaram à sua fundação:

DARPA's mission is to maintain the technological superiority of the U.S. military and prevent technological surprise from harming our national security by sponsoring revolutionary, high-payoff research bridging the gap between fundamental discoveries and their military use. ("DARPA Mission Statement", [S.d.])

O segundo fator que ajudou a espalhar o mito da origem militar da Internet foi o *paper Secure Packetized Voice: "On Distributed Communications Networks"*, *IEEE Transactions on Systems*, publicado por Paul Baran em março de 1964. Baran era um engenheiro de computação, trabalhando para a RAND Corporation, uma das inúmeras muitas organizações de pesquisa que atendiam ao complexo industrial-militar norte-americano. Baran realmente “pesquisava o desenho de uma rede de comando-e-controle que pudesse sobreviver à Terceira Guerra Mundial”(SEEL, 2012), mas como aponta Castells:

(...) o embaraço aqui é que a proposta de Baran foi rejeitada pelo Pentágono, e ninguém jamais tentou implementá-la. De fato, algumas fontes sugerem que a ARPA não teve conhecimento das publicações feitas por Baran em 1964 sobre “redes distribuídas”, até que Roger Scantlebury, um pesquisador britânico que estivera trabalhando com tecnologias similares, chamou a atenção do diretor do IPTO²⁹ para elas num simpósio no Tennessee em outubro de 1967 (Nauhthon, 1999, p.129-31). Os conceitos de Baran foram decisivos para a construção da Arpanet, mas essa rede experimental foi montada com um objetivo não-militar pelos cientistas que trabalhavam na ARPA e em torno dela (Abbate, 1999). (CASTELLS, 2003, p. 20)

Corroboram esta versão muitos dos depoimentos coletados pelo historiador Andreu Vea junto aos pioneiros desta época:

(...) "It is from this paper that the rumor was started that the Internet was created by the military to withstand nuclear war. This is totally false. Even though this RAND work

29 Information Processing Techniques Office, um dos departamentos da ARPA.

was based on this premise, the ARPANET stemmed from the MIT work of Licklider, Kleinrock and Roberts, and had no relation to Baran's work. The ARPANET program as proposed to Congress by Roberts was to explore computer resource sharing and packet switched communications and had nothing to do with nuclear war or survivability. Reliability, however was one of the key network issues that dictated packet switching." (VEA, 2010)

Não se questiona que o financiamento da pesquisa promovido pelo “complexo industrial militar” norte-americano buscava, objetivamente, estabelecer a superioridade nos campos da energia nuclear e da computação, ainda assim, a Internet não pode ser verdadeiramente atribuída como uma criação militar, ela nasce da necessidade de comunicação e do compartilhamento inerentes à atividade acadêmica.

O *software* que queria ser livre

O relato da origem destas duas tecnologias, o computador eletrônico de programa armazenado e a Internet, é por si mesmo uma história muito interessante, e poderia ser narrada com muito mais detalhes e personagens, mas tal relato escapa aos objetivos desta pesquisa. No que nos diz respeito, o que há realmente para se ver aqui é o nascimento de uma certa cultura que, curiosamente, tem origem em um berço técnico e tecnológico.

A chamada “cultura *hacker*”, às vezes erroneamente³⁰ referida como cibercultura, nasceu nos centros de pesquisa do MIT, Stanford e Carnegie-Mellon, primeiramente motivada pela tradição acadêmica de compartilhamento, que por sua própria natureza de colaboração, demora em enxergar no *software* um produto. Além disso, nem mesmo os fabricantes dos computadores viam nos softwares produtos, ao menos não nos primeiros anos de máquinas caríssimas. Naquele momento o objetivo era vender computadores para quem pudesse pagar por eles, o *software* era algo que ia junto e fazia tanto sentido cobrar por ele quando cobrar pelos manuais de instrução.

Logo os computadores se espalharam por centros de pesquisa dos Estados Unidos e Europa, os pesquisadores e engenheiros estavam inicialmente fascinados com as possibilidades destas novas máquinas, e havia entre eles um claro sentimento de comunidade, que os unia como desbravadores

³⁰ A cultura hacker, como a entendemos, é específica de um grupo de técnicos e está intimamente ligada ao exercício da técnica de programação e operação dos computadores, a *cybercultura* é maior e mais abrangente, incluindo movimentos musicais, artísticos, políticos e estéticos em torno de um núcleo temático mais amplo, que é a rede de computadores.

de uma nova fronteira. A criação do UNIX em 1969, fortaleceu ainda mais a identidade desta comunidade, um sistema operacional simples de operar, portátil e sobre o qual se podia programar com a linguagem C, aliada à impossibilidade legal da AT&T Bell de comercializar o Unix, permitiu que ele se espalhasse por todos os locais onde havia computadores. (DIBONA; COOPER; STONE, 2005; DIBONA; OCKMAN; STONE, 1999; FELLER; FITZGERALD, 2001; LESSIG, 2006; RAYMOND, 2001; STALLMAN, RICHARD M.; LESSIG, 2002; VEA, 2010)

Em 1973, Ken Thompson e Dennis Ritchie apresentaram o Unix pela primeira vez, em um *paper* na Universidade de Purdue no *Symposium on Operating Systems Principles*. De lá ele foi levado para a Universidade de Berkley pelo professor Bob Fabry que quis ter acesso ao código fonte para o testá-lo em seu laboratório; esse interesse deu origem, mais tarde, ao Berkeley Unix, um dos inúmeros "sabores" que o sistema viria a ter. Era o começo da dominância do Unix, que logo começou a surgir em todos os lugares, tomando o lugar de sistemas operacionais mais antigos, e de certa forma, venerados:

A few Unix sites were on the ARPAnet themselves. The PDP-10 and Unix cultures began to meet and mingle at the edges, but they didn't mix very well at first. The PDP-10 hackers tended to consider the Unix crowd a bunch of upstarts, using tools that looked ridiculously primitive when set against the baroque, lovely complexities of LISP and ITS. "Stone knives and bearskins!" they muttered.

And there was yet a third current flowing. The first personal computer had been marketed in 1975. Apple was founded in 1977, and advances came with almost unbelievable rapidity in the years that followed. The potential of microcomputers was clear, and attracted yet another generation of bright young hackers. Their language was BASIC, so primitive that PDP-10 partisans and Unix aficionados both considered it beneath contempt. (DIBONA; OCKMAN; STONE, 1999)

O campus de Berkeley, da Universidade da Califórnia, logo se tornou um consistente centro de desenvolvimento do Unix, com a sua variante do Unix, o BSD, lançado em 1977 pelo laboratório onde estudava Bill Joy (que mais tarde seria um dos engenheiros fundadores da Sun Micro Systems).

Os primeiros computadores pessoais surgidos nos anos de 1970 não chegaram a abalar a cultura *hacker* que durante esta década, com a derrocada dos sistemas de tempo compartilhado migraria, quase que completamente, para o Unix. O evento marcante da década de 70 seria a

generalizada fragmentação dos ambientes Unix, algo hoje lembrado, por esta comunidade, como as Guerras do Unix (Unix Wars).

O UUCP (Unix to Unix Copy Program), padrão de comunicação entre máquinas Unix, era capaz de enviar mensagens entre as máquinas Unix e, mais tarde, chegou a suportar a Usenet, um sistema de BBS (Bulletin-Board System) inventado em 1981 que permitia que usuários enviassem mensagens para onde quer que houvesse um sistema Unix e linhas telefônicas, mas UUCP não era a ARPANET, não havia FTP³¹, nem telnet³², apenas algumas restritas execuções de comandos.

Isso mudaria em 1983. O grupo de Berkley foi contratado pela DARPA para implementar o TCP/IP no Unix, que até ali tenha suas capacidades de rede limitadas pelo fraco e complexo UUCP, desenvolvido pelos Bell Labs para distribuição de softwares por modems e linhas telefônicas convencionais, logo as culturas da ARPANET e do Unix começariam a se encontrar, e com a adoção generalizada do Unix, essas culturas se mesclariam, dando origem à cultura *hacker*.

By 1976, Unix had been ported to a number of computers, and there was an ever-increasing Unix interest group discussing and supporting the OS. In 1976, Thompson took a sabbatical from Bell Labs to teach at University of California–Berkeley, where he and UCB students developed the Berkeley Standard Distribution version of Unix, now known as BSD Unix. BSD version 4.2 would become an extremely popular release. During this period, Unix also adopted the TCP/IP protocol so that computers could communicate over network. TCP/IP was the protocol used by the ARPAnet (what would become the Internet), and Unix was there to facilitate this. (FOX, 2013)

Esse encontro entre o Unix e o protocolo TCP/IP aconteceu bem em tempo. Um novo sistema operacional estava surgindo, bem menos sofisticado e que ficaria décadas desprovido de capacidades que o Unix tinha, pelo menos, desde 1973, como, por exemplo, o muito básico controle de perfis de usuários, ou o ainda mais básico sistema de permissão de arquivos. Ainda assim, a despeito de suas limitações técnicas, aquele era o sistema operacional que iria dominar o mundo.

A Micro-Soft³³ fez seu acordo histórico com a IBM em 1981. Neste ano, Bill Gates adquiriu um clone do sistema operacional CP/M, escrito pelo programador Tim Paterson, em seis semanas, para a empresa *Seattle Computer Products*, o próprio nome dado a este sistema indicava sua condição de *hack*, feito às pressas: QDOS (Quick and Dirty Operating System).

31 Protocolo que permite a transferência de arquivos. Significa: File Transfer Protocol.

32 Protocolo que permite executar comandos e operar remotamente uma máquina por meio de um terminal, como se o operador estivesse sentado no console da própria máquina.

33 Inicialmente o nome da empresa era gravado com um hífen.

Gates comprou os direitos do programa e seu código fonte por US\$ 50.000,00 e conseguiu fazer um acordo com a IBM para comercializar seu *software*, renomeado de MS-DOS³⁴, separadamente do *hardware* do novo IBM PC (que para todos os efeitos, não tinha capacidade suficiente para rodar o Unix). Gates, que de fato nunca escreveu uma única linha de código em seu sistema operacional, teve o mérito de ser uma das primeiras pessoas, talvez a primeira, a acreditar no mercado de computadores pessoais. Sua visão era que no futuro haveria um computador pessoal em cada mesa de trabalho e em cada casa, uma visão que o tornou multimilionário. Ao longo da década o mercado de computadores pessoais explodiria, e junto com os números expressivos de vendas dos PCs estariam as vendas do MS-DOS e seus sucessores. E claro, com a quantidade de dinheiro movimentada pelo mercado de *softwares* a partir deste ponto, a “propriedade intelectual” dos *softwares* e o combate à pirataria se tornariam bandeiras de empresas e do próprio governo norte-americano. (LANDY, 2008, p. 153)

Mas para os *hackers* do Unix, os IBM PC ainda se pareciam com brinquedos, a revolução no universo do Unix viria pelas mãos de Bill Joy que, conjuntamente com Andreas Bechtolsheim, e Vinod Khosla, fundaria a Sun Microsystems, seu foco eram máquinas mais poderosas, chamadas de *workstations*, rodando Unix e trazendo capacidades de rede embutidas.

Ao longo da década de 1980 tudo mudou rapidamente no mundo da computação e a cultura de compartilhamento criada pelos *hackers* do Unix se veria severamente ameaçada por novos atores e por uma nova realidade no mundo da computação. O cenário permaneceria sombrio até 1991, quando um e-mail daria início a uma mudança sem precedentes.

O golpe mais forte que a comunidade Unix sofreria contudo, não veio da Micro-soft ou de qualquer outro concorrente, mas de dentro, da própria AT&T. Em 1983, o Departamento de Justiça dos Estados Unidos, em um caso anti-truste, conseguiu separar a AT&T e a Bell Systems, um movimento que livrou a AT&T de sua proibição de comercializar o Unix, quase imediatamente a AT&T lançou o seu “System V”, um Unix da AT&T.

Até aqui o Unix desenvolvido pelos laboratórios Bell da AT&T vinha sendo licenciado para todo mundo, mas a transformação dele em um produto traria modificações nesta lógica, a primeira é que ao se tornar um produto ele destruía a longa tradição de compartilhamento de código.

A AT&T cercou o desenvolvimento do System V de sigilo e manteve um modelo

34 Micro-Soft Disk Operating System

centralizado de desenvolvimento³⁵, na prática ao não mais distribuir o sistema em conjunto com o seu código fonte e ameaçar com processos quem violasse sua “propriedade intelectual” a AT&T minou sua própria condição de desenvolver o Unix, que parava de receber contribuições voluntárias das universidades e se tornava menos interessante para os pesquisadores.

Para piorar a situação os demais atores relevantes na produção de clones do Unix cometeram erros estratégicos importantes. O primeiro, sem dúvida, foi olhar somente para as vendas dos seus sistemas, implantando suas “estratégias de diferenciação”, onde procuravam diferenciar seus “sabores” de Unix dos da concorrência com funcionalidades adicionais ou diferentes. O conceito não declarado desta diferenciação era prender os clientes em sua arquitetura, impedindo-os de utilizar também as soluções dos concorrentes, na prática este movimento fragmentou o Unix, criando problemas para que os programas pudessem rodar em todas as plataformas.

Um segundo erro foi ignorarem completamente a indústria de computadores pessoais e a própria Microsoft, como se ambos existissem em uma outra indústria de computação paralela àquela que realmente importava. Este erro custaria caro na década seguinte; nem mesmo a Sun Microsystems foi capaz de ver que a expansão do mercado dos computadores pessoais e seu rápido ciclo de evolução, constituíam uma sentença de morte para o mercado de *workstations*.

Enquanto isso, a AT&T tentava por todas as formas, se estabelecer no mercado de *mainframes* e minicomputadores, missão na qual falharia barbaramente

AT&T's inability to exploit UNIX or Tuxedo had been presaged a decade earlier. Then, a fundamental rationale for AT&T's agreement to divest the Regional Bell Operating Companies in settlement of the federal antitrust litigation had been to end the regulatory prohibition on AT&T's application of its enormous technical resources to computing. However, although the Bell System knew how to deliver reliable communication services to captive customers, investments by AT&T and its former subsidiaries in competitive commercial computing failed without exception.

(...) AT&T ultimately accepted the failure of its dream to compete with IBM. In June 1993, it sold the entire Unix Systems Laboratory to Novell, a vendor of software for networking personal computers that also had a daunting dream: to contend with Microsoft for ownership of the architecture of PC-level software. For this, both UNIX

35 A ideia do conflito entre o modelo centralizado de desenvolvimento e o modelo aberto seria longamente estudada por Eric Raymond em seu livro *The Cathedral & the Bazaar: Musings on Linux and Open Source by an Accidental Revolutionary*.

and Tuxedo were wildly unsuited. Like Microsoft's products, Novell's were either bundled with PCs or sold through hands-off distribution channels, including retail stores. (JANEWAY, 2012, p. 121)

Assim, diversas pequenas empresas que tentavam introduzir o Unix no mercado de computadores pessoais, também falhavam. Possivelmente por mirarem no mercado de engenheiros de computação e programadores, e não no grande filão do mercado de massa das empresas e domicílios como fazia a Microsoft, e também pela dificuldade de fazer o Unix funcionar adequadamente nos computadores pessoais, antes do advento do chip 386. Enquanto isso a rivalidade crescia entre o System V e o BSD Unix, tanto técnica quanto culturalmente. Não era difícil ver os *hackers* se alinhando com o BSD enquanto a cultura corporativa se estabelecia com o System V.

Within networked hackerdom itself, the big rivalry of the 1980s was between fans of Berkeley Unix and the AT&T versions. Occasionally you can still find copies of a poster from that period, showing a cartoony X-wing fighter out of the "Star Wars" movies streaking away from an exploding Death Star patterned on the AT&T logo. Berkeley hackers liked to see themselves as rebels against soulless corporate empires. AT&T Unix never caught up with BSD/Sun in the marketplace, but it won the standards wars. By 1990, AT&T and BSD versions were becoming harder to tell apart, having adopted many of each other's innovations. (RAYMOND, 2001)

Em 1985 tudo mudaria, diferentes eventos convergiram para que neste ano todo o cenário da computação mudasse novamente.

O primeiro destes eventos poderia passar despercebido, mas ele é fundamental para o *Movimento do Software Livre* que se encontrava em gestação. Larry Wall, um linguista e programador, que mais tarde seria o criador da linguagem de programação *Pearl*³⁶, desenvolveu um utilitário chamado *patch*³⁷. A função do *patch* era simples, utilizando o aplicativo *diff*³⁸, era possível

36 Practical Extraction and Report Language

37 A página de manual do Linux, que pode ser consultada com o comando **man patch** define o programa da seguinte maneira: "patch takes a patch file patchfile containing a difference listing produced by the **diff** program and applies those differences to one or more original files, producing patched versions. Normally the patched versions are put in place of the originals. (...)". Na mesma página, até hoje, o nome de Larry Wall ainda consta como autor do programa, com a seguinte frase: "Larry Wall wrote the original version of patch."

38 A página de manual do Linux, que pode ser consultada com o comando **man diff** define o programa da seguinte maneira: "Compare FILES line by line.", entre seus autores estão listados os nomes das lendas dos primeiros dias do Unix: "Written by Paul Eggert, Mike Haertel, David Hayes, Richard Stallman, and Len Tower."

comparar dois arquivos e então aplicar apenas as alterações. Esse utilitário criou um mecanismo viável para se transmitir adiante pequenas alterações incrementais de código, os famosos *patches*, estabelecendo um controle efetivo sobre o que fora alterado e como deveria ser atualizado. Além disso eliminou o problema da necessidade de transmissão de toda a base de códigos sempre que houvesse uma alteração.

O programa *patch* permitiu não só para que os desenvolvedores do Unix contribuíssem códigos entre si, mas também para que houvesse o desenvolvimento em paralelo, com a fusão das funções do *diff* e do *patch* era possível para diversos programadores trabalharem em separado, e depois mesclarem os seus códigos. Essa capacidade hoje corriqueira, habilitou os programadores a organizarem seus trabalhos conjunto pela Internet, potencializando os resultados individuais.

Written by Larry Wall, future creator of the Perl programming language, patch made it simple for Unix programmers to insert source-code fixes—“patches” in hacker jargon—into any large program. (WILLIAMS, 2011)

Outro evento de 1985 que viria para matar o mercado de *workstations* e, por consequência, a Sun Microsystems, foi o lançamento do chip 386 pela Intel. Com o 386 os computadores pessoais passaram a conseguir rodar o Unix sem as limitações impostas pelas tentativas anteriores de portar o sistema para a “baixa plataforma”.

As the 1990s opened, the workstation technology of the previous decade was beginning to look distinctly threatened by newer, low-cost and high-performance personal computers based on the Intel 386 chip and its descendants. For the first time, individual hackers could afford to have home machines comparable in power and storage capacity to the minicomputers of ten years earlier—Unix engines capable of supporting a full development environment and talking to the Internet. (RAYMOND, 2001)

Também foi em 1985 que Richard Stallman publicou o Manifesto GNU e deu início a *Free Software Foundation*, e a verdade é que inicialmente aquilo soava como uma piada. Um hippie cabeludo, inconformado com o desenvolvimento “natural” da tecnologia sob o Capitalismo começava a falar sobre compartilhamento, sobre o bem comum, sobre softwares que deveriam ser livres e sobre algo que ele nomeava de “a ética *hacker*”.

Mas a piada logo perderia a graça, os ventos começavam a mudar, coincidentemente neste

mesmo ano os desenvolvedores do sistema X-Window, responsável por gerenciar interfaces gráficas³⁹ em sistemas Unix, abriram o código de seu produto sem restrições e sem o pagamento de licenças. Com esse movimento, quase imediatamente, o X-Window tornou-se o padrão de gerenciador gráfico do Unix, legando ao esquecimento diversos *softwares* concorrentes. No ano seguinte, o mesmo Larry Wall, do *patch*, lançava uma nova linguagem de programação, o *Pearl*, que nascia como a primeira linguagem script⁴⁰ open-source da história, e que durante muitos anos permaneceria como a mais popular. No começo de 1987 já havia um compilador de C para o GNU, e no final daquele ano a maioria das peças (editor, compilador, etc) estavam no lugar, essa ainda não seria a virada definitiva, mas os primeiros passos haviam sido dados e todo o quebra-cabeças estava montado, esperando apenas uma última, e fundamental, peça.

O que se pretende nesta longa introdução sobre os primórdios do Unix é, iniciar a história do *software livre* desmistificando seu surgimento como algo completamente novo, como uma quebra de paradigma. A reconstrução histórica permite aferir que o surgimento do *software livre* não representou uma quebra de paradigma, sendo, de fato a evolução de um cenário anterior, uma consequência natural do ambiente no qual o Unix havia sido criado.

O problema é que no final dos anos 1980, o Unix estava morrendo, e a cultura que o criou se via ameaçada de extinção.

In early 1993, a hostile observer might have had grounds for thinking that the Unix story was almost played out, and with it the fortunes of the hacker tribe. And there was no shortage of hostile observers in the computer trade press, many of whom had been ritually predicting the imminent death of Unix at six-month intervals ever since the late 1970s. (RAYMOND, 2001)

O cenário era desolador, de um lado as disputas internas entre os diversos fabricantes de máquinas que rodavam algum tipo de Unix enfraqueciam a plataforma, o projeto GNU, não havia conseguido gerar o seu tão prometido clone livre do *kernel*⁴¹ do Unix e, inexoravelmente, os computadores pessoais ocupavam todos os espaços no universo corporativo. Do outro lado a Microsoft ascendia vertiginosamente, com um sistema operacional proprietário e que era, na

39 1985 foi, também, o ano em que a Microsoft introduziu a primeira versão do Windows.

40 Uma linguagem *script* é aquela que não precisa passar por um compilador que a traduza para linguagem binária de máquina, a tradução é feita “*on the fly*” (ou em tempo de execução), cada vez que o código é acessado.

41 Um *kernel*, como nos explica Marcelo Tossati, é o “Núcleo do sistema operacional, o kernel é o responsável pela intermediação entre os aplicativos e o hardware de seu computador. Considerado o “*coração do Linux*”, gerencia a memória para todos os programas em execução e garante o acesso ao disco rígido com controle, transparência e homogeneidade.” (“Menino Prodígio”, [S.d.])

melhor das hipóteses, abaixo da crítica. E em 1990 ela lançou o Windows 3.0, a interface gráfica que iria assegurar seu monopólio dos *desktops* ao longo das próximas duas décadas, até que os próprios *desktops* deixassem de ser relevantes no século seguinte.

(...) Windows first hit the market in 1985, it actually was a shell that sat upon the increasingly shaky foundations of MS-DOS (...) Windows didn't really take off until the introduction of Windows 3.0 in 1990 (it could multitask both DOS and Windows programs if you used a 386 or 486 processor) and Windows 3.1 in 1992, which introduced TrueType scalable fonts. Windows for Workgroups 3.1 (1992) and 3.11 (1994) pioneered the built-in networking features that typified all subsequent versions of Windows. (...) In August 1995, Windows 95 was embraced with huge acclaim and excitement. Even people without computers queued up in long lines at midnight to buy it when it officially went on sale. Over a million copies sold in the first 4 days; about a million copies sold each day for a week. (COWART; KNITTEL, 2008, p. 6)

É provável que este tivesse sido o fim do Unix e da cultura *hacker* que o criara, não fosse por um e-mail enviado da Finlândia, em 25 de agosto de 1991.

1.3 A política que nasce da tecnologia: o software que é livre

“O primeiro que, tendo cercado um terreno, se lembrou de dizer: Isto é meu, e encontrou pessoas bastantes simples para o acreditar, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil. Quantos crimes, guerras, assassinios, misérias e horrores não teria poupado ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou tapando os buracos, tivesse gritado aos seus semelhantes: 'Livrai-vos de escutar esse impostor; estareis perdidos se esquecerdes que os frutos são de todos, e a terra de ninguém!’”⁴²

Jan-Jacques Rousseau

“Okay, when somebody's commercializing a machine based on my product and earning money from it, that's unfair competition, when they haven't licensed it from me. That's ignoring the copyright law. The thing the copyright laws are really necessary for is where you have people exchange the software essentially on a free basis with each other, say inside a computer club or, you know, people there are saying, here, take a video tape or things. That's where copyright laws have to come in and say, 'Is this a legitimate use?' (...) If something's expensive to develop, and somebody's not going to get paid, it won't get developed. So you decide: Do you want software to be written, or not?”

Bill Gates, março de 1980⁴³

A criação do *Movimento do Software Livre*, dependeu de inúmeros fatores com importâncias equivalentes entre si. Primeiramente estava estabelecida uma cultura técnica que acreditava na filosofia de resolver os problemas tanto como um desafio, quanto como uma obrigação e uma diversão. Havia técnicos muito capacitados que acreditavam em um espírito acadêmico de compartilhamento. Os computadores pessoais estavam exterminando as *workstations* rodando Unix e invadiam todos os demais espaços. Havia a rede de comunicações ARPANET, que se fundira com outras redes, dando origem a uma rede mundial, a Internet. Por fim, havia o ocaso do Unix, que congregara os *hackers* desta cultura, mas se encontrava encurralado entre interesses econômicos e novas alternativas de sistemas operacionais. Havia chegado a hora dos *hackers* dominarem o

⁴² Esta é a frase de abertura da segunda parte do “Segundo discurso” de Rousseau, intitulado “Discurso sobre a Origem e as Fundações da Desigualdade Entre a Humanidade”. O livro consultado estava em inglês, não no francês original.

“The first man, who after enclosing a piece of ground, took it into his head to say, this is mine, and found people simple enough to believe him, was the real founder of civil society. How many crimes, how many wars, how many murders, how many misfortunes and horrors, would that man have saved the human species, who pulling up the stakes or filling up the ditches should have cried to his fellows: Beware of listening to this impostor; you are lost, if you forget that the fruits of the earth belong equally to us all, and the earth itself to nobody!” (JEAN-JACQUES ROUSSEAU, 2002, p. 113)

⁴³ (GATES, 1980)

mundo, e isso não seria feito sem que trouxessem consigo sua filosofia mais cara, a filosofia do compartilhamento, e ninguém estava mais imbuído desta visão do que o jovem Richard Stallman.

Steven Levy, ex-editor da emblemática revista *Wired*, em seu livro *Hackers: Heroes of the Computer Revolution*, que registra um dos primeiros relatos sobre esta sub-cultura e seus lumiares, se refere a Richard Stallman como “The Last of the True Hackers”, uma frase na qual pensou ao conversar com Stallman em 1983:

Even when I first interviewed Richard Stallman in 1983, he was bemoaning the sad decline of hacker culture and felt that the commercialization of software was a crime. I'd assumed the world would soon squash “The Last of the True Hackers” like a bug. Was I ever wrong. Stallman's crusade for free software has continued to inform the ongoing struggles over intellectual property, and won him a MacArthur Foundation “genius” grant. He founded the Free Software Foundation and wrote the GNU operating system, which found widespread adoption after Linus Torvalds wrote Linux to run it; the combination is used in millions of devices. More important perhaps is that Stallman provided the intellectual framework that led to the open source movement, a critical element of modern software and the Internet itself. If software had its saints Stallman would have been beatified long ago. (LEVY, STEVEN, 2010, p. 390)

A ironia desta história, como narra Stallman e como veremos adiante, é que toda uma revolução seria posta em movimento por uma impressora emperrada. (“Richard Stallman Speech Part I (FISL 1.0)”, 2000)

Em 1976 o congresso norte-americano havia introduzido o direito de *copyright* para programas de computador (“Copyright Act of 1976”, 1976), criando uma tendência de propriedade sobre os *softwares* que Stallman considerava preocupante, afinal ele se considerava um herdeiro direto da geração dos anos de 1950 e 1960, que criara as bases para a ciência da computação e, também, para algo que ele identificava como a “cultura hacker”.

A importância dessa cultura *hacker*, ou mesmo da percepção de que haveria uma dita cultura *hacker*, não pode ser subestimada na criação do *Movimento do Software Livre* e nem de todos os seus desdobramentos culturais posteriores. Stallman via claramente as atitudes e as contribuições de seus precursores, e considerava isso um tipo de subcultura derivada da inteligência, do bom humor, da subversão e da interação com os computadores. Ele mesmo ofereceu uma definição para o termo “*hacker*” que traz este espírito embutido um espírito com algo da

anárquico:

(...) Hackers typically had little respect for the silly rules that administrators like to impose, so they looked for ways around. For instance, when computers at MIT started to have "security" (that is, restrictions on what users could do), some hackers found clever ways to bypass the security, partly so they could use the computers freely, and partly just for the sake of cleverness (hacking does not need to be useful). However, only some hackers did this—many were occupied with other kinds of cleverness, such as placing some amusing object on top of MIT's great dome (**), finding a way to do a certain computation with only 5 instructions when the shortest known program required 6, writing a program to print numbers in roman numerals, or writing a program to understand questions in English.

(...) Around 1980, when the news media took notice of hackers, they fixated on one narrow aspect of real hacking: the security breaking which some hackers occasionally did. They ignored all the rest of hacking, and took the term to mean breaking security, no more and no less. The media have since spread that definition, disregarding our attempts to correct them. As a result, most people have a mistaken idea of what we hackers actually do and what we think. (STALLMAN, RICHARD, 2002)

A nota de rodapé, em sua explicação, indicada após a palavra "dome", também é muito informativa da forma de pensar dos *hackers* e deve ser reproduzida aqui.

** Going on the great dome is "forbidden", so in a sense it constitutes "breaking security". Nonetheless, the MIT Museum proudly exhibited photos of some of the best dome hacks, as well as some of the objects that hackers placed on the dome in their hacks. The MIT administration thus implicitly recognizes that "breaking security" is not necessarily evil and need not be invariably condemned. Whether security breaking is wrong depends on what the security breaker proceeds to do with the "forbidden" access thus obtained. Hurting people is bad, amusing the community is good. (STALLMAN, RICHARD, 2002)

Este espírito, entre o subversivo e o brincalhão, era conflitante com o que Stallman observava acontecendo no MIT, onde trabalhava aos 27 anos como um dos programadores do *Artificial Intelligence Laboratory*, uma história que ele mesmo ilustra contando suas desventuras com uma impressora.

Até este período era comum aos fabricantes fornecerem junto com seus *hardwares*, os softwares que os faziam funcionar, tanto na forma binária quanto com o código fonte, da qual o

binário fora gerado, pois via de regra, os consumidores dos hardwares de computador eram suficientemente habilitados para alterar e compilar novamente os programas.

Era o que Stallman já havia feito com uma impressora que, vez ou outra, emperrava com as folhas encavaladas em seu laboratório, incapaz de resolver o problema que era obviamente mecânico, Stallman adotou a segunda melhor solução, única a seu alcance: interferiu no *software* original. Adicionou uma função para que o *software* monitorasse o estado da impressora, e em caso de encavalamento de papel, avisasse a todos os usuários que haviam enviado trabalhos de impressão, que a impressora aguardava a intervenção de um humano.

“If you got that message, you couldn’t assume somebody else would fix it,” says Stallman, recalling the logic. “You had to go to the printer. A minute or two after the printer got in trouble, the two or three people who got messages arrive to fix the machine. Of those two or three people, one of them, at least, would usually know how to fix the problem.” (WILLIAMS, 2011)

Quando o laboratório de IA do MIT recebeu uma nova impressora laser da Xerox, de maior qualidade, e que reduzia dramaticamente o tempo de impressão, o mesmo problema foi novamente constatado. Stallman considerou aplicar a mesma solução anterior, mas foi surpreendido pela ausência do código fonte da impressora. De acordo com seu relato aquela era uma situação que o vinha chateando pessoalmente, ele constataria a tendência de seus colegas do MIT de irem para o “mercado” executar trabalhos de *software* e não mais contribuir com a “comunidade”.

Ocorreu então, uma coincidência fortuita, a oportunidade de Stallman encontrar o autor do *software* daquela mesma impressora, em uma universidade na Califórnia, ocasião em que o mesmo se negou a lhe fornecer o código fonte, alegando ter um acordo de confidencialidade com a Xerox. Stallman que considerava este ato, uma mera cortesia profissional, passou a considerar que havia um problema social sério acontecendo. Aquela era uma tendência que ameaçava a nascente ciência da computação, mas, sobretudo, a cultura *hacker* que lhe era tão cara.

Stallman permanecia atrelado à tradição de compartilhamento do Unix, ele era, afinal, um dos autores do já mencionado *diff*, entre diversos outros programas que o sistema utilizava. A impressora de Stallman foi apenas “a gota d’água” final em uma situação que já o vinha preocupando de longa data.

A negativa de seu colega, segundo seu relato, deixou Stallman, “deprimido, perplexo e

furioso”. Sua frustração advinha do fato de estar vivenciando uma era de extensão do domínio da propriedade intelectual com a qual não conseguia se reconciliar. No ramo da economia, a informática despontava como um dos mais promissores setores da próxima década e, justamente por isso, deveria ser submetido a controles mais objetivos sobre seus ativos, ainda que esses ativos fossem etéreos como *softwares*.

Stallman vislumbrou um cenário próximo, em que todo o *software* seria proprietário, ele já tinha a experiência de como essa tendência havia dividido e enfraquecido a comunidade de *hackers* do Unix, e temia um engessamento da fronteira que considerava a mais vibrante na produção de conhecimento. (DIBONA; OCKMAN; STONE, 1999; LESSIG, 2005; WILLIAMS, 2011)

To Stallman, the rise of “closed source” software in the 1970s, when software began to be widely sold separately from hardware as a proprietary product, was a mistake – a triumph of greed over morality. (LOHR, 2001, p. 205)

Este cenário levou Stallman a tomar uma atitude quixotesca, após um período em que tentou sozinho combater a corporação que em sua visão havia arruinado o Unix, (LEVY, STEVEN, 2010, p. 372). Em 1984, ele se voltou finalmente para o aspecto político da cultura *hacker*, se demitiu do MIT para impedir que a instituição pudesse tentar qualquer movimento legal para obter a propriedade sobre as suas criações e começou a desenvolver o que apressadamente⁴⁴ chamou de “free software”, programas que inicialmente não tinham uma forma específica de licenciamento.

Sua atividade evoluiu e em 1985 fundou a *Free Software Foundation* (FSF), uma organização sem fins lucrativos que objetivava desenvolver os softwares necessários para a criação de um Sistema Operacional Livre (que neste momento ainda era referido como *free*, o que causou uma boa dose de confusão posterior).

O design do novo sistema era decalcado do Unix, por sua portabilidade e popularidade, mas para marcar a diferença entre o trabalho da FSF e a versão proprietária, Stallman nomeou o novo sistema como GNU, um acrônimo recursivo que significa “GNU's not Unix”. Junto com o GNU, Stallman lançou o Manifesto GNU, onde definia seus motivos para iniciar o projeto.

Why I Must Write GNU

I consider that the Golden Rule requires that if I like a program I must share it with other

44 Como se verá adiante Stallman viria a considerar que o termo “free” não fora a melhor escolha possível, por sua ambiguidade na língua inglesa.

people who like it. Software sellers want to divide the users and conquer them, making each user agree not to share with others. I refuse to break solidarity with other users in this way. I cannot in good conscience sign a nondisclosure agreement or a software license agreement. For years I worked within the Artificial Intelligence Lab to resist such tendencies and other inhospitalities, but eventually they had gone too far: I could not remain in an institution where such things are done for me against my will.

So that I can continue to use computers without dishonor, I have decided to put together a sufficient body of free software so that I will be able to get along without any software that is not free. I have resigned from the AI Lab to deny MIT any legal excuse to prevent me from giving GNU away. (STALLMAN, RICHARD M., 1985)

Sendo assim, para poder continuar usando computadores sem que sobre ele recaísse “desonra”, Stallman iniciou um movimento pelo que considerava o uso ético dos computadores, e deixou muito claro que seu projeto não estava no domínio público, e deveria seguir regras muito particulares dentro do mundo dos *softwares*.

GNU is not in the public domain. Everyone will be permitted to modify and redistribute GNU, but no distributor will be allowed to restrict its further redistribution. That is to say, proprietary modifications will not be allowed. I want to make sure that all versions of GNU remain free. (STALLMAN, RICHARD M., 1985)

Paulatinamente, com auxílio de outros *hackers*, Stallman prosseguiu com o seu grandioso projeto de construir um sistema operacional livre, embora como ele mesmo diria mais tarde, ao tratar da controvérsia sobre o nome do GNU/Linux, o seu projeto nunca fora construir um sistema operacional livre, ele mirava em algo maior, em garantir o que definia como “as liberdades” dos usuários de computadores.

“Some people say to me, ‘Why make such a fuss about getting credit for this system? After all, the important thing is the job is done, not whether you get recognition for it.’ Well, this would be wise advice if it were true. But the job wasn’t to build an operating system; the job is to spread freedom to the users of computers. And to do that we have to make it possible to do everything with computers in freedom.” (...) “There’s a lot more work to do.” (WILLIAMS, 2011)

Ainda em 1985 Stallman, pressionado por uma controvérsia sobre o código fonte usado em um dos programas que trabalhava, decidiu, em 1984, *hackear* o sistema, não o sistema operacional, ou algum outro sistema, mas o próprio sistema jurídico, em uma manobra que seria infindavelmente

discutida por advogados e juristas nos anos vindouros.

Stallman que era totalmente refratário às licenças de *software*, que em sua opinião feriam as liberdades dos usuários, começou a elaborar que, talvez, uma licença de uso pudesse ser pervertida para no lugar de limitar, garantir as liberdades dos usuários. Ele testou o conceito com diferentes formas de licenciamento em seu editor EMACS, recebendo os comentários de sua comunidade de usuários, e seguiu aperfeiçoando o conceito, até que em 1989 lançou a versão 1.0⁴⁵ da GPL⁴⁶, ou *GNU Public License*.

Reconhecido por seus pares como um dos mais competentes programadores a passarem pelo MIT, com feitos notáveis como a criação do famoso compilador GCC em seu currículo, Stallman tem na licença GPL sua mais consistente contribuição para a história da computação.

O próprio fato de ser lançada como a versão 1.0 traz a marca de como Stallman buscou resolver o problema do direito autoral como uma questão lógica, de acordo com o advogado Eben Moglen:

“There isn’t a lawyer on earth who would have drafted the GPL the way it is,” (...) “But it works. And it works because of Richard’s philosophy of design.” (...) “I have to say, as a lawyer, the idea that what you should do with a legal document is to take out all the bugs doesn’t make much sense,” (...) “There is uncertainty in every legal process, and what most lawyers want to do is to capture the benefits of uncertainty for their client. Richard’s goal is the complete opposite. His goal is to remove uncertainty, which is inherently impossible. It is inherently impossible to draft one license to control all circumstances in all legal systems all over the world. But if you were to go at it, you would have to go at it his way. And the resulting elegance, the resulting simplicity in design almost achieves what it has to achieve. And from there a little lawyering will carry you quite far.” (WILLIAMS; STALLMAN, 2010, p. 184)

O preâmbulo de uma lei, ou neste caso de uma licença de *software*, não tem valor legal, mas serve como guia para compreender as intenções de quem redigiu os artigos que constam do documento. A licença GPL trazia em seu preâmbulo não só uma linguagem incomum para licenças de *software*, como também as suas intenções políticas e a visão ética de Stallman.

45 O 1.0 se explica pela tradição hacker de nomear versões de *software* em teste, ou beta, com números fracionados antes do 1, como 0.1, 0.1, etc., onde o 1.0 é o indicativo de que um *software* está pronto para entrar em produção, ou ser apresentado ao público, pois seus autores acreditam que se encontra livre de *bugs* e com as funcionalidades previstas corretamente implementadas.

46 Vide Anexo I, à página: 267.

Logo na primeira linha declara sem cerimônia que a maioria das licenças serve para deixar os usuários à mercê das empresas, algo que a GPL pretende justamente evitar

The license agreements of most software companies try to keep users at the mercy of those companies. By contrast, our General Public License is intended to guarantee your freedom to share and change free software--to make sure the software is free for all its users. The General Public License applies to the Free Software Foundation's software and to any other program whose authors commit to using it. You can use it for your programs, too. (FREE SOFTWARE FOUNDATION, INC., 1989)

O primeiro parágrafo termina autorizando outros programadores a usarem a GPL em seus *softwares*, e o seguinte traz o importante esclarecimento que o termo *free* se refere não ao grátis, expressão equivalente em português, pois o *software* licenciado sob a GPL pode ser cobrado ou não. O termo *free* neste caso se refere à liberdade do usuário de fazer o que bem entender com o *software* e, principalmente, garante que ele tenha acesso ao código fonte para exercitar estas liberdades.

When we speak of free software, we are referring to freedom, not price. Specifically, the General Public License is designed to make sure that you have the freedom to give away or sell copies of free software, that you receive source code or can get it if you want it, that you can change the software or use pieces of it in new free programs; and that you know you can do these things. (FREE SOFTWARE FOUNDATION, INC., 1989)

O aspecto *hacker* da GPL transparece nos parágrafos seguintes do preâmbulo, onde a lei da propriedade intelectual sobre os *softwares*, aquela mesma lei que em 1976 deixara Stallman desconcertado, é usada para evitar que sejam feitas restrições sobre os direitos que foram expressamente garantidos no parágrafo anterior.

To protect your rights, we need to make restrictions that forbid anyone to deny you these rights or to ask you to surrender the rights. These restrictions translate to certain responsibilities for you if you distribute copies of the software, or if you modify it. (FREE SOFTWARE FOUNDATION, INC., 1989)

E a principal obrigação da GPL é novamente estressada, pois não importando se o recipiente de um *software* o recebeu de graça ou pagou por ele, há uma condição que é pétrea para a redistribuição do *software*: “você deve transmitir aos receptores todos os direitos que recebeu. Você

deve garantir que eles também recebam ou tenham acesso ao código fonte”.

For example, if you distribute copies of a such a program, whether gratis or for a fee, you must give the recipients all the rights that you have. You must make sure that they, too, receive or can get the source code. And you must tell them their rights.

We protect your rights with two steps: (1) copyright the software, and (2) offer you this license which gives you legal permission to copy, distribute and/or modify the software.

Also, for each author's protection and ours, we want to make certain that everyone understands that there is no warranty for this free software. If the software is modified by someone else and passed on, we want its recipients to know that what they have is not the original, so that any problems introduced by others will not reflect on the original authors' reputations.

The precise terms and conditions for copying, distribution and modification follow. (FREE SOFTWARE FOUNDATION, INC., 1989)

A *Free Software Foundation* havia definido quatro liberdades⁴⁷ fundamentais dos usuários de computadores e as codificou dentro da licença GPL como segue:

Liberdade 0: A liberdade de executar o programa, para qualquer propósito.

Liberdade 1: A liberdade de estudar como o programa funciona, e adaptá-lo às suas necessidades. Para tanto, acesso ao código-fonte é um pré-requisito.

Liberdade 2: A liberdade de redistribuir cópias de modo que você possa ajudar ao próximo.

Liberdade 3⁴⁸: A liberdade de distribuir cópias de suas versões modificadas a outros. Desta forma, você pode dar a toda comunidade a chance de beneficiar de suas mudanças. Para tanto, acesso ao código-fonte é um pré-requisito.

A criação da licença GPL teve um impacto enorme, ela trouxe de volta, em forma de código escrito, e em formato de contrato legal, o que antes existiu como código moral e contrato social na

47 Em inglês, de acordo com a versão 1.10, a mais antiga disponível no site da FSF:

The freedom to run the program, for any purpose (**freedom 0**).

The freedom to study how the program works, and adapt it to your need (**freedom 1**). Access to the source code is a precondition for this.

The freedom to redistribute copies so you can help your neighbor (**freedom 2**).

The freedom to improve the program, and release your improvements to the public, so that the whole community benefits. (**freedom 3**). Access to the source code is a precondition for this. (FREE SOFTWARE FOUNDATION, INC., 1989)

48 Sim. Ao contrário das pessoas normais, os programadores quando contam até quatro terminam no três, a lógica exige que comecem no zero e o considerem como um valor dentro da contagem.

comunidade *hacker*, e bem em tempo, alguns diriam.

Em seu livro *Coding Freedom: The Ethics and Aesthetics of Hacking*, a antropóloga Gabriella Coleman tenta compreender o *ethos* de uma comunidade de *software livre*, ela acompanha por três anos os *hackers* da distribuição chamada Debian, e parte dos relatos que coleta dá conta de como a GPL foi recebida entre estes *hackers*:

Many began to feel that releasing their own software under the GPL was just the “right thing to do,” and that it made unarguable pragmatic sense, because software is a nonscarce resource that benefits from continuous contributions and modifications. (...) The experience of using, making, and distributing free software rendered the language of price largely obsolete, while language about the “freedom to tinker” and improve the software for oneself as well as for others gained more ground. (COLEMAN, 2012, p. 39)

Porém, apesar da GPL e do conjunto de *softwares* disponibilizado pela FSF, o GNU não conseguiria produzir um *kernel* viável e operacional até 1996, o que esfriava os ânimos dos desenvolvedores da tradição do Unix e, colocava a iniciativa de Stallman na categoria de interessante curiosidade acadêmica, sem muito impacto no mundo empresarial, que caminhava inexorável para a extinção do Unix.

Isso começaria a mudar em 1991, com aquele já mencionado e-mail, enviado da Finlândia e que trazia a seguinte mensagem:

From: mailto: torvalds@klaava.Helsinki.Fi (Linus Benedict Torvalds)
 To: Newsgroups: comp.os.inix
 Subject: What would you like to see most in minix?
 Summary: small poll for my new operating system
 Message-ID: <mailto: 1991.Aug25.205708.9541@klaava.Helsinki.Fi

Hello everybody out there using minix — I’m doing a (free) operating system (just a hobby, won’t be big and professional like gnu) for 386 (486) AT clones. This has been brewing since april, and is starting to get ready. I’d like any feedback on things people like/dislike in minix, as my OS resembles it somewhat (same physical layout of the file-system (due to practical reasons) among other things).

I’ve currently ported bash (1.08) and gcc (1.40), and things seem to

work. This implies that I'll get something practical within a few months, and I'd like to know what features most people would want. Any suggestions are welcome, but I won't promise I'll implement them :-).

Linus (mailto: torvalds@klaava.helsinki.fi)

PS. Yes — it's free of any minix code, and it has a multi-threaded fs. It is NOT protable (uses 386 task switching etc), and it probably never will support anything other than AT-harddisks, as that's all I have :-(.
(TORVALDS, 1991)

Linus Torvald, que assina a mensagem, era um estudante de computação da Universidade de Helsink, e vinha fazendo pequenas modificações no sistema operacional Minix, uma criação do professor holandês de Sistemas Operacionais, e autor de inúmeros livros sobre o tema, Andrew S. Tanenbaum. Fascinado pelo Minix, o jovem Torvalds decidiu fazer primeiro a sua própria versão do *bash*, o interpretador de comandos mais usado no Unix, e então, empolgado, passou a desenvolver as partes necessárias para um *kernel*, justamente a parte do sistema operacional que ainda não havia sido desenvolvida pelo projeto GNU.

Tanenbaum havia lançado o Minix em 1987, este era uma versão do Unix com objetivos estritamente acadêmicos, voltado para o estudo das características de um sistema operacional, e capaz de rodar nas plataformas Mac, Amiga e Atari ST. O Minix vinha acompanhado do código fonte (embora este permanecesse proprietário), era este sistema que Torvalds buscava emular quando enviou sua famosa mensagem.

Nela dizia “Eu estou fazendo um sistema operacional (livre) (é só um hobby, não será grande e profissional como gnu)”, porém, curiosamente, como licenciou sua criação com a licença GPL, estava inadvertidamente criado o *kernel* do sistema que viria a ser conhecido como GNU/Linux.

Torvalds released version .01 in September of 1991 and version .02 in October having received a number of comments from users who had downloaded and tested the fledgling OS. On October 5, to announce the new release, Torvalds posted a follow-up message to the same newsgroup. Here, he mentions that his OS can run a variety of Unix programs including Bash, gcc, make (...), sed (...), and compress. He made the source code

available for others to not only download and play with, but to work on the code in order to bring about more capabilities.

By December, Torvalds released version .10 even though the OS was still very much in a skeletal form. For instance, it had no log in capabilities booting directly to a Bash shell and only supported IBM AT hard disks. Version .11 had support for multiple devices and after version .12, Torvalds felt that the OS was both stable enough and useful enough to warrant the release number .95. (...) In releasing his first full-blown version, Linus Torvalds decided to adopt the GNU General Public License. (FOX, 2013, p. 220)

Acoplando um *kernel* funcional ao conjunto de aplicativos que havia sido anteriormente construído pelo projeto GNU de Stallman, Torvalds proporcionou à comunidade *hacker* uma vez mais o acesso a um sistema Unix, desta vez ao custo de um download. Licenciado com a GPL e, por consequência, com seu código fonte aberto à inspeções e alterações, o GNU/Linux atraiu *hackers* de todo o globo, interessados tanto em utilizar quanto em desenvolver o novo sistema.

O lançamento do GNU/Linux teve diversos desdobramentos, o primeiro e mais notável talvez seja a retomada das funcionalidades que Larry Wall havia embutido em seu programa *patch*, agora como um método, pois Linus Torvalds é creditado não somente como criador do Linux, mas também como o criador do método mais aceito pelas comunidades no desenvolvimento de aplicações livres.

Por brilhante que seja Torvalds, construir um *kernel* não é uma tarefa trivial, o projeto GNU, apoiado por vários *hackers* altamente competentes e liderados por Stallman, ele próprio reconhecido com prodígio no MIT, ainda não haviam conseguido finalizar o *kernel* do sistema GNU, batizado de HURD. O *hacker* Eric Raymond, que mais tarde daria origem ao movimento *Open Source*, bem menos ideologizado que o projeto GNU de Stallman, atribuiu ao estilo de gestão de Stallman o atraso na produção do HURD

For Raymond, the defection merely confirmed a growing suspicion: recent delays such as the HURD and recent troubles such as the Lucid-Emacs schism reflected problems normally associated with software project management, not software code development. (WILLIAMS, 2011, p. 158)

Havia, portanto, um segundo problema enfrentado pela comunidade *hacker*, que não era técnico, era social, e de acordo com Raymond, foi Torvalds que não só solucionou o conflito, como inventou um inédito método de desenvolvimento, baseado na organização em rede.

Tal método é analisado por Raymond em seu livro *The Cathedral & the Bazaar*, que se tornou um clássico instantâneo na área. Raymond argumenta que o desenvolvimento de *software* até o surgimento do Linux seguia um modelo de construção de uma catedral, onde um plano preestabelecido era seguido e cada desenvolvedor cuidava de um pedaço pré-determinado do que devia ser feito, seguindo uma sequência a atendendo aos requisitos estabelecidos pelo(s) planejador(es) da catedral. Essa seria a única forma de resolver problemas complexos como o desenvolvimento de um sistema operacional.

O Linux por sua vez lembraria muito mais um bazar, uma feira pública onde diferentes atitudes, interesses e agendas se encontravam, em uma aparente desorganização que, por si, deveria impedir que qualquer grande resultado fosse obtido. O problema, que Raymond estava constatando, é que não só o bazar era um método válido, como possivelmente era um método melhor.

But I also believed there was a certain critical complexity above which a more centralized, a priori approach was required. I believed that the most important software (operating systems and really large tools like the Emacs programming editor) needed to be built like cathedrals, carefully crafted by individual wizards or small bands of mages working in splendid isolation, with no beta to be released before its time.

Linus Torvalds's style of development—release early and often, delegate everything you can, be open to the point of promiscuity—came as a surprise. No quiet, reverent cathedral-building here—rather, the Linux community seemed to resemble a great babbling bazaar of differing agendas and approaches (aptly symbolized by the Linux archive sites, who'd take submissions from anyone) out of which a coherent and stable system could seemingly emerge only by a succession of miracles. (RAYMOND, 2001, p. 21–22)

E milagres, vez por outra, acontecem.

Protegidos pela GPL e com acesso imediato ao código fonte, *hackers* de todo o mundo passaram a portar o GNU/Linux para diferentes plataformas, já que os repositórios aceitavam “contribuições de qualquer um”, e em pouco tempo, sem que a grande indústria se desse conta de imediato, o GNU/Linux se tornaria uma espécie de sistema operacional da Internet, controlando não só a maioria dos servidores conectados à rede, como também *routers*, *switches* e *firewalls* que administravam o tráfego de dados. Desta vez o cenário havia se invertido, quando a indústria do *software* comercial começou a prestar atenção no *Movimento do Software Livre*, já era tarde demais para reprimi-lo. Restava, portanto, aderir, e dessa forma, foi o que fez “a IBM, que anunciou em

dezembro planos de investir 1 bilhão de dólares em Linux ao longo do ano seguinte [2001]”. (SOUZA FILHO, 2006, p. 61)

Uma característica inesperada da metodologia do bazar foi a qualidade do *software* desenvolvido, o senso comum ditava que se programadores de todo o mundo, com diferentes graus de habilidade, interferissem alegre e aleatoriamente por meio do código fonte e o resultado só poderia ser uma baixa qualidade e um alto número de *bugs*, no mínimo gerando algo que não poderia nem de longe ser comparado pelas metodologias de desenvolvimento do *software* proprietário. O senso comum, como se sabe, é pródigo em se enganar.

Linus Torvalds e seus companheiros haviam, sem se darem conta, derrotado o mítico homem-mês⁴⁹, e estavam trabalhando em equipes descentralizadas de centenas de programadores, o código chegava a ter milhares de contribuições e permanecia com qualidade superior a alternativas proprietárias. O referido resultado, atingido em um espaço de tempo inferior a cinco anos, deixou analistas de todos os lados perplexos.

Ao contrário do que indicava o senso comum, o método do desenvolvimento aberto demonstrava méritos justamente onde se esperava encontrar defeitos, a velocidade do desenvolvimento, as correções de *bugs* e as constantes interações de código apontavam para um “efeito de rede”, com o qual a metodologia proprietária, limitada na quantidade de recursos humanos que podia/queria empregar em cada projeto não conseguia competir. E ainda pior do que tornar a competição tecnológica complicada, o *Movimento do Software Livre* estava produzindo, de graça, *softwares* que os *hackers* e os técnicos percebiam como sendo de melhor qualidade.

O raciocínio é bastante simples, em tese, um código desenvolvido em público, aos olhos de todos, tem muito mais dificuldade de trazer *bugs* não percebidos, e, também, com a capacidade de todos intervirem, um erro podia ser muito mais rapidamente corrigido do que em um ambiente empresarial.

O “free” defendido por Stallman nunca se referiu ao preço, como ele mesmo se declarou muitas vezes arrependido pela escolha da palavra. Como já apontamos, em inglês *free* assume os

49 A expressão deriva do livro de *The Mythical Man-Month* de Fred Brooks, um clássico da engenharia de *software* que defende que só se pode acelerar o desenvolvimento de um *software* acrescentando-se desenvolvedores ao projeto até um certo ponto. Os ganhos de produtividade começam a ser marginais em equipes muito grandes, incompatíveis com o gasto com o programador, podendo, de fato, chegar a ser contraproducente acrescentar desenvolvedores a partir deste certo ponto ótimo.

A apropriação de Fred Brooks por sua vez, deriva da teoria econômica, mais especificamente do conceito de **rendimentos marginais decrescentes**.

significados tanto de livre, quanto de grátis, e definitivamente Stallman estava preocupado com as liberdades dos usuários, não com seus bolsos. Mesmo assim, isso não muda o fato de que o *software livre* não custa nada para ser implantado, embora se possa pagar por mídias de distribuição e pelos serviços especializados dos *hackers*, esse custo é uma fração do que seria se fosse preciso pagar pelo *software*.

A correlação entre qualidade e custo dos *softwares* livres ajudou ainda mais na sua expansão, primeiro ele foi a escolha óbvia ao longo dos anos de 1990, quando com a expansão desenfreada da Internet foram criadas inúmeras empresas de tecnologia. O GNU/Linux cresce com essas empresas, que em sua maioria construíram suas plataformas proprietárias sobre uma infraestrutura de *softwares* livres (notadamente *Linux*, *Apache*, *MySQL*, *Pearl*, *Python* e, mais tarde, *PHP*). Depois, com a recessão no começo dos anos 2000, decorrente do evento que ficou conhecido como “Estouro da Bolha da Internet”, de repente os gerentes de TI, de empresas estabelecidas, estavam procurando formas de cortar gastos e ao mesmo tempo manter algum ritmo de inovação. À esta altura, no início dos anos 2000, o GNU/Linux começou a ser fortemente adotado fora dos Estados Unidos, e com ele veio toda uma constelação de outros *softwares* livres.

O melhor testemunho sobre o sucesso do GNU/Linux é dado pelo olhar de seu maior antagonista, a Microsoft. Como já contamos esta história em nossa dissertação de mestrado, reproduzimos abaixo os pontos relevantes para o argumento que aqui se constrói:

Até 1999 o movimento do Software Livre foi solenemente ignorado pela Microsoft, tratado como algo interessante para estudantes, mas inescapavelmente amador. (...) [Até a divulgação do] notório "Halloween Memo" que trazia a primeira “imagem semi-pública de reconhecimento do Software Livre como ameaça competitiva”. (...) [Nele] eram apontados alguns aspectos considerados nevralgicos sobre o Software Livre, entre os quais o fato de representar uma ameaça direta à Microsoft, especialmente no mercado de servidores; (...) [A] percepção de custo zero do Software Livre contra o modelo de licenças da Microsoft; a constatação de que [uma] qualidade comercial poderia sim ser atingida e até excedida pelo Software Livre.

Além disto o mais interessante eram algumas constatações como a enormidade da comunidade envolvida, com milhares de pessoas envolvidas em um desenvolvimento simultâneo de velocidade sem precedentes, valendo-se de seu tempo livre e trabalhando sem um objetivo financeiro imediato.

(...) em 2000, durante o *Microsoft's Annual Financial Analysts Meeting*, Steve Ballmer, agora presidente executivo da Microsoft, declararia:

"Não há uma empresa chamada Linux, mal há um roadmap do Linux. Ainda assim o Linux brota organicamente da terra. E ele tem, você sabe, as características do comunismo que as pessoas amam tanto, tanto nele. Que são, ele é grátis."

Logo em seguida, em fevereiro de 2001 Jim Allchin, executivo responsável pelo Windows dentro da Microsoft, alertava sobre os danos que seriam causados por softwares livremente distribuídos como o Linux e sobre a necessidade de tornar isto claro aos legisladores, para que eles entendessem a ameaça. Em junho do mesmo ano, em uma entrevista ao jornal Chicago Sun-Times, novamente Ballmer, deixou claro como via o movimento do Software Livre, elaborando com mais objetividade o ponto de vista esboçado por Allchin:

"Linux é um câncer que se fixa no sentido de propriedade intelectual em tudo o que toca (...) Pela maneira como a licença é escrita, se você quiser utilizar um software open source, você têm que fazer o resto do seu software Open Source".

Assim não restaram dúvidas sobre o que afinal deveria ser explicado aos legisladores de acordo com a ameaça vislumbrada de dentro da Microsoft.

Menos de vinte dias depois, uma entrevista de Bill Gates reforçava estas idéias

"Há uma parte do Open Source chamada GPL que interrompe aquele ciclo que é, ele torna impossível para uma companhia comercial utilizar qualquer parte daquele trabalho ou construir sobre qualquer parte daquele trabalho. Então o que você viu com o TCP/IP ou (tecnologia de e-mail) Sendmail ou o browser nunca poderia ter acontecido. Nós acreditamos que deve existir software grátis e software comercial; que deve existir um rico ecossistema que trabalhe em torno disto. Existem pessoas que acreditam que o software comercial não deve existir sob nenhuma forma que não devem existir empregos ou impostos em torno do software comercial. E este é um grupo pequeno, mas a GPL foi criada com este objetivo em mente.

E assim, as pessoas devem entender a GPL. Quando as pessoas dizem Open Source elas em geral querem dizer GPL. Quando alguém faz uma pergunta, "E que tal Open Source?" eles querem dizer Open Source ou eles querem dizer a GPL? "

[Em](...) 2002 a Microsoft já admitia o Linux como um competidor que viera para ficar, e novamente declarava na voz de Ballmer:

"Nós temos que competir com software grátis, em valor, mas de uma maneira esperta. Nós não podemos precificar a zero, então nós precisamos justificar nossa postura e precificação. O Linux não vai desaparecer nosso trabalho é fornecer um produto melhor no mercado." (SOUZA FILHO, 2006, p. 62–65)

Fica fácil perceber que nem todas as vozes se levantaram em apoio à GPL, para muitos ouvidos, o discurso de Stallman soava por demais libertário. Conforme crescia, a GPL também arrebanhava críticos, que viam codificados nesta licença um espírito anticapitalista e antiamericano, como diversas vezes manifestou a Microsoft, ou críticos menos contundentes como Eric Raymond, que achavam importante ter acesso aos códigos fontes dos programas, mas se incomodavam com a retórica de Stallman, que em sua visão acabava afastando as empresas dos programas de fonte aberta.

Esta segunda postura daria origem ao movimento do *Software Open Source*, ou do *software* de fonte aberta, que mantinha muitas das ideias apregoadas pelas *Free Software Foundation*, mas se afastava de um posicionamento mais ideológico em defesa do direito à liberdade do conhecimento e das informações.

O sucesso do GNU/Linux não apenas estimulou o surgimento de outros programas, como, conforme apontamos, teve o efeito colateral de produzir *software* melhor e com mais funcionalidades, demonstrando para muitos que este era um método superior de desenvolvimento.

Eric S. Raymond e Bruce Perens eram dois dos *hackers* que estavam convencidos disso, mas que pretendiam trazer este método para uma cultura mais adequada às empresas e menos semelhante a uma *tecno rebelião* em busca da liberdade. Eles criaram o termo “*open source*” para distanciar sua abordagem da do *software livre* e fundaram uma nova organização batizada de *Open Source Initiative* (OSI).

É difícil separar a OSI e a FSF sem estar atento ao que está sendo dito, as duas se pautam por ideias muito semelhantes, como é possível ver na declaração de missão da OSI

The Open Source Initiative (OSI) is a non-profit corporation with global scope formed to educate about and advocate for the benefits of open source and to build bridges among different constituencies in the open source community.

Open source is a development method for software that harnesses the power of distributed peer review and transparency of process. The promise of open source is better quality, higher reliability, more flexibility, lower cost, and an end to predatory vendor lock-in.

One of our most important activities is as a standards body, maintaining the Open Source Definition for the good of the community. The Open Source Initiative Approved License trademark and program creates a nexus of trust around which developers, users, corporations and governments can organize open source cooperation. (“About the Open Source Initiative | Open Source Initiative”, [S.d.])

Uma das diferenças reside no fato de que a OSI enxerga o *Open Source* como um “método de desenvolvimento”, já para a FSF é um movimento social. A OSI especifica seu conceito sobre o que é um *software open source* dentro das mesmas balizas que já haviam sido estabelecidas pela licença GPL e por elaborações anteriores da comunidade do *software livre* (“The Open Source Definition | Open Source Initiative”, [S.d.]), mas se o *software livre* nasceu por representar uma proposta de liberdade, o *software* de fonte aberta nasceu por representar uma metodologia melhor de desenvolvimento.

O que Raymond fez foi retirar a visão de liberdade proposta por Stallman, mantendo em seu lugar praticamente os mesmos princípios, mas amarrados agora em argumentos técnicos e econômicos, assim, em termos de motivações, crenças e objetivos os dois grupos divergem fundamentalmente, sem que isso, contudo os impeçam de trabalharem juntos. Esta diferenciação foi frisada aqui para que, mais à frente neste texto, seja possível compreender melhor o caso brasileiro.

Como chegamos até aqui?

Cumprе notar que tanto Stallman, quanto Linus, só puderam iniciar os seus projetos por que à época não existiam patentes de *software* nos Estados Unidos, garantindo então que se o código fonte não fosse copiado do Unix original, era teoricamente possível construir um outro, com códigos fontes diferentes⁵⁰, um clone compatível e com funcionalidades idênticas, mas erigido sobre uma base de códigos fontes distintos. Há grande ceticismo sobre se o mesmo feito poderia ser replicado hoje, consideradas as legislações atuais.

O que há para se ver aqui é que, oriunda da tradição acadêmica do compartilhamento, essa

50 Como também fez o já mencionado Prof Andrew S. Tanenbaum com o sistema Minix que inspirou Linus.

tribo de *hackers*, nascida junto com os seus computadores encontrou sua unidade em torno de um artefato técnico etéreo – um Sistema Operacional. Muito cedo cientes de sua unidade como grupo social, quase ao mesmo tempo em que foram dotados da capacidade de comunicação em rede, se viram encurralados pela expansão da propriedade intelectual.

Sua atividade de compartilhamento, antes circunscrita aos laboratórios, precisou se expandir para os ambientes legislativo e político, como única forma de preservar os valores de comunidade, autonomia e liberdade que valorizavam em sua atividade técnica e científica, contudo, essa transição precisava ser combatida pelo Capital que agora promovia sua acumulação justamente com o cerceamento deste conhecimento técnico-científico.

Ao ser confrontada com a lógica da apropriação do Capital – que se travestia de apropriação da produção intelectual – frações significativas desta comunidade de *hackers*, que compreendiam sua produção intelectual como coletiva e, portanto, como um bem comum, se investiram da missão de defender o compartilhamento e este bem comum que entendiam estar ameaçado.

Por isso, foi como reação contra a busca do Capital, por ampliar seu controle sobre conceitos e criações imateriais no ramo da computação, que agora nomeava como “bens” e “propriedades” imateriais, que se potencializou o movimento *hacker* nascido das trincheiras do Unix.

Essa potencialização fez com que aquela coletividade de técnicos e engenheiros viesse a se tornar um grupo extremamente vocal na defesa da tecnologia, não só pela tecnologia, mas também como plataforma dos discursos e da liberdade como a entendiam. Citados anteriormente, em outra parte, como dotados de pouca habilidade social, se tornaram improváveis campeões dos direitos civis liberais, e seriam celebrados e mimetizados por diversos outros movimentos populares de contestação ao redor do mundo. (SOUZA FILHO, 2006)

Tudo isso aconteceria, coincidentemente, no exato momento da vertiginosa expansão da rede Internet pelo mundo, ao longo dos anos de 1990, criando novas lógicas para uma sociedade que aprendia novas formas de socialização. Antes da rede Internet o “grupo” de que um indivíduo participava, precisava forçosamente, estar dentro de uma geografia alcançável, e em um tempo que fosse o do indivíduo. Como consequência desse novo contexto, agora uma nova ideia de grupo era possível, o “grupo” poderia estar deslocado no espaço e no tempo do globo terrestre e a comunidade passava a ser a comunidade de interesses e não mais a da geografia.

Esta expansão da rede criou, por todos os lados, uma situação de conflito aberto pelo controle da propriedade intelectual. De um lado, o Capital movia as engrenagens da política e das legislações na tentativa de reclamar controle sobre a propriedade de “bens imateriais”, “bens” que se expandiam em quantidade e disponibilidade na mesma medida em que se expandia a sociedade informacional, do outro lado grupos de *hackers*, *crackers*, piratas e outros rebeldes, empunhando suficiente domínio da técnica e da nova tecnologia, davam início a movimentos que subvertiam a política e que enfrentavam abertamente as leis, agindo, desde sempre, em rede.

Afirmar que os computadores mudaram o mundo é um lugar comum e refere-se à automatização de tarefas, aos novos formatos de distribuição, as comunicações, a ampliada eficiência do “capital” em extrair valor do trabalho. Trata-se da constatação do óbvio. O que nem sempre é considerado é que os computadores mudaram o mundo também em sua dimensão política.

Herdeiro do Unix e da tradição acadêmica de compartilhamento, vitoriosos em diversas frentes – onde superaram as alternativas proprietárias – o *Movimento do Software Livre* serviria de inspiração tanto para piratas quanto para movimentos sociais nas décadas seguintes. O que há para se ver aqui é como a tecnologia da época engendrou novos tipos de movimentos sociais, que contestariam e abalariam as próprias estruturas que lhes deram origem, uma contestação dialética que atravessaria o mundo, sendo absorvida por outras agendas de desenvolvimento e política.

1.4 A política que nasce da tecnologia: os Piratas Políticos

“Pirataria é desobediência civil. Tem que ser vista assim, também. Não tem que ser vista só como criminalidade. Tem que ser vista como desobediência civil! Assim como os protestos das esquerdas, dos sindicatos...”

**Gilberto Gil, músico, compositor e
Ministro da Cultura do Governo Lula de 2003 a 30 de julho de 2008⁵¹**

Começa com música

Tudo começou com música. Com música e com um programa de computador chamado Napster. O programador Shawn Fanning, iniciou com o seu tio, em 1999, uma empresa construída em torno de um *software* de distribuição descentralizada de conteúdo, o Napster, que permitia às pessoas o compartilhamento de arquivos de música no formato MP3.

O período de existência do Napster foi curto, o serviço foi encerrado em 2001, mas o seu impacto cultural seria sentido em ondas que reverberariam pelas próximas décadas. Foi graças a este *software* que os questionamentos sobre legitimidade do direito autoral, bem como os seus modos de implantação, foram levados para o grande público. Tendo atingido uma base estimada de 65 milhões de usuários, o Napster garantiu que o debate saísse do círculo restrito de *hackers* e outros técnicos e, de quebra ainda inventou uma tecnologia revolucionária.

The free-for-all music-exchange fest at Napster (...) finally ended in June 2001, marking the close of a remarkable era during which the service registered some 65 million users in just 20 months, with billions of client swaps a month. As with IM clients, the number of real, unique users was probably much lower. (LEUF, 2002, p. 50)

Praticamente desde sua fundação o Napster foi alvo de ações judiciais reclamando infrações de direito autoral, estas ações vinham de diferentes fontes, como do *raper* Dr. Dre e da banda Metallica, e claro, da própria *Recording Industry Association of America* (RIAA), que processou o Napster no emblemático valor de US\$ 20 bilhões.

O caso da banda Metallica merece algum destaque na história do Napster, a banda descobriu

51 (“Gilberto Gil: ‘Pirataria é desobediência civil’ - Terra - Cultura”, 2009) (grifo nosso)

a existência do *software* depois que uma de suas músicas, ainda não lançada "I Disappear" começou a tocar em rádios pelos Estados Unidos. A banda traçou a origem do vazamento até o Napster e processou a empresa californiana com base no *Digital Millennium Copyright Act* de 1996, sob a acusação de "copyright infringement".

Possivelmente, o processo do Metallica teria passado despercebido em meio a tantos outros da época, mas o baterista da banda Lars Ulrich se converteu em aguerrido combatente do Napster e da distribuição de arquivos em diversas manifestações públicas, chegando a declarar que os fãs que faziam download estavam roubando a banda, Ulrich seria vitimado por algo semelhante ao que a Internet definiria mais tarde como *The Streisand effect*⁵², e, em consequência de suas declarações Ulrich e o Metallica se viram, durante um longo período, antagonizados por fãs e ativistas que deles discordavam vocalmente e os classificavam como mercenários.

O melhor testemunho do que o Metallica enfrentou ao se opor ao compartilhamento de suas músicas é dado pelo próprio Ulrich, que surpreendido com a reação da rede, declarou que não sabia no que a banda estava se metendo quando processou o Napster:

"I wish that I was more...you know, I felt kind of ambushed by the whole thing because I didn't really know enough about what we were getting ourselves into when we jumped. [...] We didn't know enough about the kind of grassroots thing, and what had been going on the last couple of months in the country as this whole new phenomenon was going on. We were just so stuck in our controlling ways of wanting to control everything that had to do with Metallica. So we were caught off guard and we had a little bit of a rougher landing on that one than on other times than when we just blindly leaped. But you know, I'm still proud of the fact that we did leap... and I took a lot of hits and it was difficult. ("Lars Ulrich", 2013a)

Em 2009 Ulrich voltou ao assunto, quando em uma entrevista admitiu ter feito o seu primeiro download "ilegal".

"Eu me sentei ali e fiz o download do 'Death Magnetic' apenas para tentar. Eu fiquei tipo, 'Uau, é assim que funciona'. Percebi que se há alguém que tem o direito de fazer o download de 'Death Magnetic' gratuitamente, sou eu", disse ao apresentador Eddie Trunk. (PAVARIN, 2009)

52 "The Streisand effect is the phenomenon whereby an attempt to hide, remove, or censor a piece of information has the unintended consequence of publicizing the information more widely, usually facilitated by the Internet. It is named after American entertainer Barbra Streisand, whose attempt in 2003 to suppress photographs of her residence in Malibu, California, inadvertently generated further publicity". ("Streisand effect", 2013)

O episódio do Napster, apesar da curta existência do serviço, parece ter adquirido uma aura de parábola sobre o funcionamento da Internet e de certa futilidade em se combater a natureza de compartilhamento da rede. O nome do Napster, embora as pessoas já mal se lembrem do *software*, é até hoje associado ao nome de Ulrich e da banda Metallica, algo que o próprio Ulrich parece ter aceitado como uma condição que se manterá para sempre em sua vida, como declarou em uma entrevista ao jornal *Huffington Post*, em 2013:

“(...) The only regret about that is that 13 years ago, we weren't quite prepared. You used the word shit before, so I'll say we weren't quite prepared to the shit storm, that we sort of, ahm, we get engulfed in (...) every fifth interview I do this days there is a Napster tree minute conversation in there, it's, you know it will be part of my obituary. It will be in the first five sentences of my obituary, and I sort settle to accept that, for better or worse, in my life is a footnote, but, ahm, in some peoples perception of who I am and what Metallica is I understand it as a big thing. I accept that. (“Lars Ulrich”, 2013b)

O episódio do Metallica pode dar a impressão de que toda a indústria fonográfica se levantou contra o nascente compartilhamento de arquivos de música, mas não foi bem isso que se viu. Existiam, já desde os primeiros dias, muitas vozes dissonantes entre os próprios músicos, que ao contrário de Ulrich, não percebiam o compartilhamento como um roubo, ou ao menos não com o principal roubo.

Em junho de 2000, escrevendo para o site *Salon*, Courtney Love *lead singer*⁵³ do grupo de rock *Hole*, em um longo artigo, fazia a sua crítica contra o que entendia como pirataria da sua música e da música de sua geração:

“Today I want to talk about piracy and music. What is piracy? Piracy is the act of stealing an artist's work without any intention of paying for it. I'm not talking about Napster-type software.

I'm talking about major label recording contracts.

(...) Let's not call the major labels “labels.” Let's call them by their real names: They are the distributors. They're the only distributors and they exist because of scarcity. Artists pay 95 percent of whatever we make to gatekeepers because we used to need gatekeepers to get our music heard. (LOVE, 2000)

Courtney Love parece, ainda muito cedo, ter entendido a raiz do problema no combate pelo

53 Lead singer = vocalista principal.

direito autoral. Embora os grandes *lobbies* fossem a público defender o direito dos artistas, escudados no discurso de que estes mereciam serem pagos por seus trabalhos, não estavam na verdade defendendo esta agenda. Como agregadores de conteúdo, o que eles defendiam era um arranjo operacional, seus direitos como distribuidores e *gatekeepers*, função que era o cerne de seu modelo de negócios e que o advento da Internet ameaçava destruir. Na defesa do modelo de negócios de atravessadores, o que as associações de defesa dos direitos autorais passariam a fazer era justamente um combate jurídico pela defesa do passado.

Com a fala de Love se coloca o *link* entre o compartilhamento de arquivos e a filosofia *hacker* que gerou o *software livre*, embora não houvesse um nexos causal direto, existia, sim, como as polêmicas demonstravam, um nexos ideológico, e que, como no caso do *software livre*, era manifesto como reação a dois eventos concomitantes: a disponibilidade tecnológica e o controle excessivo sobre a propriedade intelectual.

A sensação de que o ladrão era na verdade quem estava gritando “pega ladrão”, não era exclusiva de Curtney Love ou de outros músicos que observavam o fenômeno do Napster com mais criticidade do que o Metallica, mesmo Richard Stallman percebeu que a questão em torno do Napster tinha os contornos em comum com a questão do *software livre*.

“Before Napster, I thought it might be OK for people to privately redistribute works of entertainment,” Stallman says. “The number of people who find Napster useful, however, tells me that the right to redistribute copies not only on a neighbor-to-neighbor basis, but to the public at large, is essential and therefore may not be taken away.”

(...) “It’s clear that private occasional redistribution must be permitted, because only a police state can stop that,” Stallman says. “It’s antisocial to come between people and their friends. Napster has convinced me that we also need to permit, must permit, even noncommercial redistribution to the public for the fun of it. Because so many people want to do that and find it so useful.”

When I ask whether the courts would accept such a permissive outlook, Stallman cuts me off.

“That’s the wrong question,” he says. “I mean now you’ve changed the subject entirely from one of ethics to one of interpreting laws. And those are two totally different questions in the same field. It’s useless to jump from one to the other. How the courts would interpret the existing laws is mainly in a harsh way, because that’s the way these laws have been bought by publishers.” (WILLIAMS, 2011, p. 65; 71)

E essa atitude subversiva dos *hackers* em relação à propriedade intelectual, em primeiro

lugar, e ao acesso às informações em geral, já começava a se tornar sistemicamente inaceitável dentro da lógica capitalista, o Napster em 2001 não foi, de forma alguma a primeira vítima de um movimento de regulação mais organizado por parte do Estado, o Napster foi apenas o primeiro caso que terminou com uma grande explosão na opinião pública. Desde meados da década de 1980, e ao longo de toda a década de 1990, com o crescimento do acesso à rede, que agora penetrava diversos setores da economia, e que todas as projeções mostravam que apenas cresceria, a regulação do espaço virtual – o *cyberspace* – se tornara um item importante para os governos, em especial nos Estados Unidos.

Contudo, o exercício do poder sobre a Internet nunca foi muito fácil, e a morte do Napster ensinaria uma lição importante neste sentido. No começo da década de 2000, a censura na rede, seja econômica, legal ou moral, se mostrava, por todos os ângulos, uma missão impossível dada a própria estrutura da rede que havia sido desenhada para ser resiliente; ainda assim, as iniciativas de controle se multiplicavam. Os sistemas legislativos, advogados, juízes e promotores descobririam incrédulos, que o seu exercício do direito, iria somente até certa altura, sempre atingindo apenas objetivos pontuais e bem definidos, como o Napster, nunca sendo capazes de enquadrar ou normalizar as práticas que consideravam em violação aos ordenamentos jurídicos que defendiam. A imagem recorrente, quando se olha para as tentativas de regulação da Internet ao longo dos anos, é a da Hidra mitológica, onde para cada cabeça cortada, surgiam duas novas.

Uma questão importante é que a lei é sempre territorial, é necessário estabelecer um espaço geográfico onde o delito, qualquer que seja, tenha sido cometido, uma característica que a Internet, que o *cyberspace*, não reconheciam e, que em grande medida, até hoje não reconhecem. Esta necessidade de territorialidade da lei, levará no limite à uma globalização imperialista do direito, mas trataremos disto bem mais adiante nesta pesquisa.

O termo *cyberspace*⁵⁴, foi cunhado pelo escritor de ficção científica William Gibson, precursor de um subgênero literário que viria a ser apropriadamente chamado de *cyberpunk*. O *cyberpunk*, enquanto gênero literário, eleva o *hacker* à condição de protagonista em histórias que são ambientadas em futuros semiapocalípticos de alta tecnologia, dominados por corporações grandes o bastante para absorverem governos, que se tornam seus fantoches, e onde as histórias giram em torno de redes de computadores e da convivência conflituosa de humanos, biotecnologias ilegais, máquinas e softwares semissencientes no ambiente gerado por estas redes de computadores

54 Uma tradução possível em português seria *ciberespaço*, mas ao longo do texto optaremos pelo original em inglês que é igualmente ou até mais divulgado.

conectadas entre si, o *cyberspace*.

Uma boa definição do *cyberspace*, e da sua importância social, foi dada por outro precursor do gênero *cyberpunk*, Bruce Sterling, em um livro de não ficção chamado *The Hacker Crackdown*:

A science fiction writer coined the useful term "cyberspace" in 1982. But the territory in question, the electronic frontier, is about a hundred and thirty years old. Cyberspace is the "place" where a telephone conversation appears to occur. Not inside your actual phone, the plastic device on your desk. Not inside the other person's phone, in some other city. **The place between the phones. The indefinite place out there, where the two of you, two human beings, actually meet and communicate.**

Although it is not exactly "real," "cyberspace" is a genuine place. Things happen there that have very genuine consequences. This "place" is not "real," but it is serious, it is earnest. Tens of thousands of people have dedicated their lives to it, to the public service of public communication by wire and electronics.

People have worked on this "frontier" for generations now. Some people became rich and famous from their efforts there. Some just played in it, as hobbyists. Others soberly pondered it, and wrote about it, and regulated it, and negotiated over it in international forums, and sued one another about it, in gigantic, epic court battles that lasted for years. And almost since the beginning, some people have committed crimes in this place. (STERLING, 2002, p. 13) [o grifo é nosso]

E essa característica de “não lugar”, do *cyberspace* é que tornaria complexo, desde o princípio, para as esferas da lei e da ordem estabelecerem qualquer tipo de controle efetivo, mesmo que “desde o começo, algumas pessoas tenham cometido crimes neste lugar”.

Dizer que era difícil não é o mesmo que dizer que não seria tentado, o exercício do poder sobre a Internet seria almejado em todas as instâncias legislativas, de praticamente todos os países com acesso à rede, uma tendência que já se mostrava forte antes mesmo da fundação do Napster, e que, como era de se esperar, geraria um movimento contrário de defesa e reação, um movimento que viria a se estabelecer para defender a “fronteira eletrônica” em sua independência em relação aos governos do mundo⁵⁵.

Uma meta que soa ambiciosa, e para entender como se formou esta mentalidade, engajada na teórica independência do *cyberspace*, é necessário voltar ao tempo das BBS, ou *Bulletin Board*

55 A exemplo do *Electronic Communications Privacy Act* e do *Computer Fraud and Abuse Act*, ambos de 1986.

Systems, os primeiros fóruns de mensagens, onde um computador conectado à rede telefônica permitia que outros usuários a ele se conectassem e, entre outras atividades, trocassem mensagens entre si.

Uma das primeiras BBS do mundo, o WELL (*Whole Earth 'Lectronic Link*), foi fundada em 1985 e congregou, naqueles primeiros anos, a vanguarda das comunidades on-line, com os pioneiros jornalistas, técnicos e entusiastas das redes de computadores (THE WELL, [S.d.]). O WELL permitiu a comunicação de pessoas com interesses semelhantes e que começavam a ver a si mesmas, como um tipo de comunidade, uma comunidade eletrônica, com suas próprias regras e mesmo a sua própria etiqueta⁵⁶. Como observou Sterling:

Communities will fight to defend themselves. People will fight harder and more bitterly to defend their communities, than they will fight to defend their own individual selves. And this is very true of the "electronic community" that arose around computer networks in the 1980s -- or rather, the *various* electronic communities, in telephony, law enforcement, computing, and the digital underground that, by the year 1990, were raiding, rallying, arresting, suing, jailing, fining and issuing angry manifestos. (STERLING, 2002, p. 30)

E esta comunidade se sentiu atacada em 1991, na ocasião em que o serviço secreto norte-americano confiscou diversos computadores de um pequeno editor de livros de games, *Steve Jackson Games Inc.*, quase arruinando o negócio de Steve. Quando os computadores foram devolvidos, sem que acusações fossem apresentadas, Steve e seus funcionários constataram a deleção de diversos arquivos e a invasão de toda a sua comunicação, inclusive as mensagens pessoais. Este evento, que mais tarde faria parte da série de ações policiais que viriam a ser conhecidas como *The Hacker Crackdown*, narradas no livro de Sterling, deu origem a um grande sentimento de indignação dentro do WELL, que em 1990, apenas cinco anos após sua própria fundação, culminaria com a fundação da *Electronic Frontier Foundation* (EFF), uma ONG dedicada à defesa da liberdade de expressão, à privacidade e à preservação dos direitos civis em geral na fronteira eletrônica. (EFF, [S.d.])

Em sua própria autodefinição a EFF é a primeira linha de defesa contra os ataques à liberdade na rede

“When our freedoms in the networked world come under attack, the Electronic Frontier

56 Batizada de “netiquette” ou “netiqueta” em português.

Foundation (EFF) is the first line of defense.” (EFF, [S.d.])

Duas tendências da década de 1980 passaram a ser muito mais fortes na década de 1990. A primeira, da qual a EFF é testemunha, foi uma disposição ativa de se combater o Estado e o direito para fora do *cyberspace* sempre que possível fosse, e quando não fosse possível, no mínimo minimizar e tornar irrelevante o seu alcance. A segunda tendência foi a da absorção pela cultura em geral dos valores e da iconografia do *cyberpunk*.

Em 1993, John Gilmore, ex-funcionário da SUN Microsystems, fundador da empresa de *software livre* Cygnus Solutions, e também um dos fundadores da EFF, declarava para a revista TIME que "A Rede interpreta a censura como um defeito e a contorna"⁵⁷.", uma frase que se tornou célebre e que seria repetida em diversas variações em torno do mesmo conceito, a ideia de que censurar a Internet era, antes de qualquer coisa, um esporte fútil. (ELMER-DEWITT, 1993)

O artigo de Philip Elmer-Dewitt, com a declaração de Gilmore, para a revista TIME era intitulado "Primeira Nação no Ciberespaço"⁵⁸", e trazia o subtítulo "Com vinte milhões e acrescentando um milhão de usuários por mês, a Internet é repentinamente o lugar para se estar"⁵⁹".

A ideia recorrente do *cyberspace* como lugar e, sobretudo, como lugar independente, ganhava força na mesma proporção em que se tentava estabelecer controle sobre ele, em 1996, outro fundador da EFF, John Perry Barlow, iria ainda mais longe.

Embora, em sua maioria, os usuários da Internet pudessem ser compelidos a respeitar as legislações de suas nações, de alguma forma, o mesmo não parecia se reproduzir na rede. A rede desde a sua gênese teve este aspecto de verdadeira rebeldia. O documento que cristaliza este *ethos* com mais perfeição surgiu pelas mãos de John Perry Barlow, pecuarista, ex-letrista da banda *Greatfull Dead* e, também, membro fundador da EFF, que em 1996 lançou um manifesto chamado

⁵⁷ *The Net interprets censorship as damage and routes around it* (tradução nossa)

⁵⁸ *First Nation in Cyberspace* (tradução nossa)

⁵⁹ *Twenty million strong and adding a million new users a month, the Internet is suddenly the place to be* (tradução nossa)

de *A Declaration of the Independence⁶⁰ of Cyberspace⁶¹*. O manifesto em referência é longo e neste espaço o reproduziremos apenas em alguns pontos centrais, que ecoam esta busca de independência em relação ao poder estabelecido. Em sua declaração Barlow começava grandiloquente:

“Governments of the Industrial World, you weary giants of flesh and steel, I come from Cyberspace, the new home of Mind. On behalf of the future, I ask you of the past to leave us alone. You are not welcome among us. You have no sovereignty where we gather. (BARLOW, 1996)

Já no primeiro parágrafo Barlow distancia o *cyberspace* do mundo industrial, colocando um como a “relíquia de carne e aço” e o outro como uma nova fronteira do pensamento. E o passado não teria soberania sobre o reino do pensamento.

(...) Governments derive their just powers from the consent of the governed. You have neither solicited nor received ours. We did not invite you. You do not know us, nor do you know our world. Cyberspace does not lie within your borders. Do not think that you can build it, as though it were a public construction project. You cannot. It is an act of nature and it grows itself through our collective actions.

Your legal concepts of property, expression, identity, movement, and context do not apply to us. They are all based on matter, and there is no matter here. (BARLOW, 1996)

Um segundo aspecto central da construção do conceito do *cyberspace* é este da inexistência de fronteiras, existido em todos os lugares, ao mesmo tempo, e também em lugar nenhum, o *cyberspace* se “autonomizaria” de governos e suas leis, delimitados por fronteiras. Nominalmente Barlow coloca os conceitos de propriedade, expressão, identidade e movimento como irrelevantes na nova fronteira digital.

You are terrified of your own children, since they are natives in a world where you will

60 Embora possa ser recebida por alguns como piada, a declaração de Barlow exerceu considerável impacto na rede, chegando mesmo a ser tema de estudos acadêmicos de legislação comparada, que são, para todos os efeitos, bastante sérios. Como, por exemplo, o paper *All's WELL that Ends WELL: A Comparative Analysis of the Constitutional and Administrative Frameworks of Cyberspace and the United Kingdom*, de Jonathan Bishop; da Universidade de Swansea, na Inglaterra.

Vide também o Capítulo 12 do livro *Investigating Cyber Law and Cyber Ethics Issues, Impacts and Practices*, onde se lê: "(...) A current understanding of constitution is that it is a set of principles which determine the way a country will be governed, and a description of the order in which the principles should be invoked (Hey & Pasca, 2010). Others have defined a constitution as something to which people subscribe to which sets out rules they agree to abide by. Based on these definitions, John Perry Barlow's document could be considered a constitution for the Internet as it was at one point cross-posted by 40,000 websites who accepted the ethos of an ungoverned community called Cyberspace driven by a distinct order of statelessness." (DUDLEY *et al.*, 2011, p. 256–257)

61 Vide Anexo II, à página: 273.

always be immigrants. Because you fear them, you entrust your bureaucracies with the parental responsibilities you are too cowardly to confront yourselves. (BARLOW, 1996)

A ideia de que os Estados estivessem aterrorizados com seus próprios filhos é uma referência direta à ação disruptiva dos *hackers*, que são apresentados como os nativos deste mundo on-line, onde os “gigantes de carne e metal” se manifestam, quando muito, como imigrantes não totalmente afeitos à cultura local e, em muitas vezes, incapazes de apreendê-la.

Your increasingly obsolete information industries would perpetuate themselves by proposing laws, in America and elsewhere, that claim to own speech itself throughout the world. These laws would declare ideas to be another industrial product, no more noble than pig iron⁶². In our world, whatever the human mind may create can be reproduced and distributed infinitely at no cost. The global conveyance of thought no longer requires your factories to accomplish. (BARLOW, 1996)

Já em 1996 estava claro para um significativo grupo de pessoas, entre elas Barlow, que os poderes constituídos fariam tudo para se perpetuar por meio de leis, inclusive implementando leis cujo objetivo seria o de impedir que certas indústrias morressem. As ideias não poderiam, no *cyberspace*, serem legisladas pela própria característica de não serem produtos industriais e por poderem ser reproduzidas, infinitamente, por custo zero.

These increasingly hostile and colonial measures place us in the same position as those previous lovers of freedom and self-determination who had to reject the authorities of distant, uninformed powers. We must declare our virtual selves immune to your sovereignty, even as we continue to consent to your rule over our bodies. We will spread ourselves across the Planet so that no one can arrest our thoughts.

We will create a civilization of the Mind in Cyberspace. May it be more humane and fair than the world your governments have made before. (BARLOW, 1996)

E terminava com uma ameaça. Eles, os nativos do *cyberspace*, se espalhariam pelo planeta, resistindo ao “domínio colonial de poderes distantes e ignorantes”, mesmo que estes pudessem controlar seus corpos, não poderiam fazer o mesmo com suas mentes.

Sobre a segunda tendência mencionada anteriormente, é impossível ler a *Declaração de Independência do Cyberspace* e não enxergar em suas entrelinhas o contato, e mesmo a

62 Pig iron = Ferro gusa.

retroalimentação, com o universo de fantasia que a expansão dos computadores cria enquanto estes se incorporam à cultura de forma ampla.

Na declaração de Barlow, estão codificados elementos que inspirariam as obras de William Gibson e Bruce Sterling na década de 2000, tanto quanto elementos que se inspiram nas obras que eles já haviam lançado na década anterior, especialmente o reconhecimento das redes de computadores, do *cyberspace*, tanto como local de interação social como de independência do intelecto em relação ao mundo físico e às suas leis.

Este universo de fantasia é importante, uma vez que as identidades também são construídas a partir das suas representações, e os computadores foram em todas as formas e em todas as mídias apropriados pela representação cultural. Essa representação cultural é determinada pela percepção social do *hacker*, mas é também, em grande medida, determinante da atuação deste mesmo *hacker*, que dialeticamente cria sua representação e é por ela criado. O *cyberpunk* e o *cyberspace* sozinhos são fontes de inspirações quase inesgotáveis de criações artísticas desde que tiveram seus elementos base esboçados por Sterling e Gibson.

Quando o primeiro RPG⁶³ a carregar o nome *Cyberpunk* foi publicado em 1988 (“Cyberpunk 2020”, 2013), nos mangás o mundo pós-apocalíptico de *Neo-Tokyo*, já havia sido criado por Katsuhiro Otomo em *Akira* (publicado entre 1982-1990). Um ano depois os *cyber* implantes do mangá *Ghost in the Shell* (1989), que remetem diretamente ao *Neuromancer* (1984) de William Gibson ganhariam o imaginário de jovens ao redor do mundo. Já nos quadrinhos norte-americanos, no começo da década de 1990, a Marvel lançou uma revisão de seus principais heróis, ambientada em um futuro *cyberpunk*, no universo chamado de *Marvel 2099*, logo acompanhada pela *DC Comics* com as minisséries em quadrinhos *Robin 3000* (1992) e, mais tarde, a série de animação *Batman Beyond* (01/1999-12/2001).

A tendência foi acompanhada desde logo pelos videogames, com destaque para o pioneiro *System Shock* (1994) e a série *Deus Ex* (2000, 2003, 2011 e 2013) que ambientada em um futuro *cyberpunk* é aclamada pela crítica e já vendeu mais de 4,5 milhões de unidades no mundo (“Deus Ex (series)”, 2013). Mas talvez, nas suas incontáveis manifestações culturais, a melhor tradução do espírito *cyberpunk* esteja no *anime*, *Serial Experiments Lain* (1988), que narra a história da jovem Lain e de seu contato com a rede de computadores chamada “the Wired” que congrega toda a comunicação do planeta. Há também a tradução do *cyberpunk* para o cinema, em dezenas de filmes,

63 role-playing game

mas vale mencionar o expoente do gênero, o primeiro filme da trilogia Matrix (1999) dos irmãos Wachowski, que é quase um guia de introdução ao *cyberpunk*.

Hackers, o *cyberspace* e os *cyberpunks* (que são a imagem midiática dos *hackers* em fins dos anos de 1990), são também uma comunidade que se tornou suficientemente relevante para interferir na política e para ser retratada nas mídias de comunicação de massa de forma recorrente e consistente, entrando até mesmo no imaginário das pessoas cujas vidas ainda estão distantes do *cyberspace*.

E é esse imaginário que orientaria ao longo da década de 2000 a recepção da imagem dos piratas digitais.

Da nossa “propriedade” intelectual em comum e do espaço aonde ela se manifesta

O Napster, que era bastante simples enquanto peça de *software*, havia trazido consigo um conceito ao mesmo tempo complexo e elegante, i.e. a “distribuição descentralizada de conteúdo” mencionada no primeiro parágrafo. Foi justamente este conceito que permitiu ao Napster existir em primeiro lugar, ele não era um site de pirataria de músicas, nem nunca distribuiu músicas, seu valor estava em funcionar como um tipo de índice centralizado para as coleções de músicas de todas as outras pessoas que utilizavam o programa.

A concepção da arquitetura do Napster era a verdadeira revolução naquele *software*. Sem manter cópias dos arquivos, sem os disponibilizar diretamente em downloads (o que teria impedido o serviço de ser gratuito, uma vez que o custo a ser pago pela de conexão, o tornaria inviável), o Napster criou a rede de pares⁶⁴ centralizada, cujo detalhe era que mantinha em seus servidores listas atualizadas dos arquivos de cada “par” nesta rede, permitindo buscas por músicas.

Ao instalar o Napster, para não disponibilizar seus próprios arquivos de música, o usuário do computador precisava tomar uma ação nas configurações do programa, para só assim impedir que sua coleção fosse indexada e disponibilizada como parte da rede⁶⁵. Poucas pessoas sabiam ou se davam ao trabalho de fazer isso, então, cada instalação do Napster se tornava um novo ponto de distribuição de músicas para os outros usuários do sistema, um padrão que permitiu ao Napster criar

⁶⁴ Ou *peer to peer*, normalmente grafada P2P.

⁶⁵ A indústria se refere a este padrão de comportamento como “opt out”.

uma rede P2P gigantesca, com uma taxa de crescimento exponencial, e em espaço muito curto de tempo.

O conceito dos criadores do Napster, que logo se provou um erro de avaliação, é que eles estariam juridicamente protegidos, pois não distribuíam os arquivos, apenas os indexavam, se encaixando, acreditavam, na provisão de “safe harbor⁶⁶” no DMCA.

Mesmo com a morte do Napster, soterrado por ações judiciais, estava claro que a história do compartilhamento de arquivos não terminaria com as decisões contrárias da justiça, e na verdade, essa história estava só começando. Quase imediatamente após a “morte” do Napster, já existia quase uma dezena de programas que o substituíam, e dessa vez não seria tão simples ir atrás de seus programadores.

A segunda geração de programas de compartilhamento P2P havia eliminado a falha estrutural no desenho do Napster, não havia mais um servidor central indexando os arquivos, não havia mais um índice obrigatório, agora a rede de pares era horizontal e as buscas realizadas de usuário para usuário. Era a rede de pares descentralizada. Surgiram os arquivos de *.torrent* e os sites indexadores não de usuários, mas de *torrents*.

Nos *torrents* os próprios arquivos traziam as informações sobre onde estavam as suas cópias e cada membro, fazendo um download na rede, era ao mesmo tempo um servidor, em uma verdadeira rede de pares, onde na prática é impossível impedir o compartilhamento se a Internet for mantida ligada.

Não se sugere aqui, que os “atentados” contra a propriedade intelectual tenham começado com o Napster, o programa de compartilhamento de músicas foi apenas o encontro inevitável, de uma tradição de compartilhamento, com a tecnologia que lhe permitiria ganhar eficiência e escala planetárias.

Em fevereiro de 1976, Bill Gates, o fundador da Microsoft, já reclamava do enorme dano que os piratas lhe causavam, no mesmo tom que Lars Ulrich usaria anos depois.

“(...) The feedback we have gotten from the hundreds of people who say they are using BASIC has all been positive. Two surprising things are apparent, however. 1) Most of these “users” never bought BASIC (less than 10% of all Altair owners have bought

⁶⁶ O mesmo conceito no qual, por exemplo, o Google se apoia para não ser responsável por eventuais links de pirataria que os usuários encontre usando o seu sistema. Este conceito será revisitado no capítulo sobre as leis.

BASIC), and 2) The amount of royalties we have received from sales to hobbyists makes the time spent of Altair BASIC worth less than \$2 an hour.

Why is this? As the majority of hobbyists must be aware, most of you steal your software. Hardware must be paid for, but software is something to share. Who cares if the people who worked on it get paid?” (GATES, 1976)

A verdade é que com o tempo, a Microsoft aprenderia a apreciar as virtudes da pirataria como construtora de seus mercados (PILLER, 2006), mas a equalização dos piratas digitais como ladrões era, como se pode aferir, já um tipo de tradição da indústria.

O Napster havia colocado a discussão sobre os direitos autorais em chamas, ele deixou de existir em 2001, o mesmo ano em que o advogado norte-americano Lawrence Lessig, em parceria com Hal Abelson e Eric Eldred lançou a iniciativa do *Creative Commons*, uma ONG inicialmente financiada pela Faculdade de Direito da Universidade de Duke, com um objetivo prosaico: criar licenças de uso que permitissem a criadores e “donos” de propriedades intelectuais diversas, disponibilizarem seus “bens” no domínio público, legalmente. (CREATIVE COMMONS, [S.d.])

A *Declaração de Independência do Cyberspace* escrita por Barlow era romântica, como quase todas as declarações de independência, e a sua importância reside em dois aspectos, o primeiro é que logo em seu lançamento ela foi muito disseminada pela rede, o que lhe confere valor, mas há nela um valor intrínseco por seu contexto social. Ela se originou de um continuum de pensamento, que começa na comunidade eletrônica do *WELL*, que depois dá origem à EFF, e por isso, em seu romantismo, captura um espírito e uma forma de pensar, que seriam centrais em eventos posteriores, quando ao longo da década de 2000 os piratas se levantariam em rebelião contra os “gigantes de carne e aço”.

O fato é que a íntima relação entre a pirataria e a tecnologia mais uma vez surpreendia a política e as legislações, e dessa vez a pirataria se tornava um ponto de discussão da própria sociedade. Para muitas pessoas ficava cada vez mais claro que no mundo eletrônico, na Internet, dentro dos computadores conectados, no *cyberspace*, a democracia não estava nos governos, a democracia estava na rede de pares. Era um universo regido pelas leis *cyberpunks*, o que é, de certa forma, declarar a existência de um universo regido por nenhuma lei além da lei da autonomia intelectual.

O que há para se ver aqui, nesta sequência de eventos, é como, desde que os primeiros computadores foram ligados, os seus usuários associaram sua utilização à liberdade; a um tipo de

liberdade supranacional, supragovernamental, destacada das fronteiras e das suas respectivas legislações. Dos *hackers* à pirataria de música do Napster, do *software livre* e sua GPL aos ativistas da EFF e da *Creative Commons*, há um continuum de desdém, resistência e desobediência, uma filosofia *cyberpunk*. Há uma crença forte no universo dos computadores em rede, no *cyberspace*, como uma esfera da informação, onde propriedade, direito e lei são palavras do mundo analógico que não se aplicam, ou como alguns ainda se referiam ao mundo analógico nesta época: IRL ou *In Real Life*.

Da Suécia vieram um Bureau Pirata, uma Baía Pirata e um Partido Pirata.

A literatura acadêmica sobre os Partidos Piratas é escassa, quase inexistente⁶⁷. O que existe se encontra, em sua maioria, em alemão, como as publicações do *think-tank Konrad-Adenauer-Stiftung*, que em sua maioria são voltadas para análises pontuais de eleições e composição de eleitorado, ou como a dissertação de Felix Neumann (2011), da qual extraímos parte do contexto, especialmente sobre a origem do Partido Pirata alemão. Outras fontes importantes para se entender o fenômeno dos Partidos Piratas continuam sendo a história oral⁶⁸, os registros eletrônicos dos próprios partidos⁶⁹, e as manifestações da mídia na Internet em vídeos e reportagens. Também existem documentários de curta e longa-metragem, a exemplo dos documentários *Steal This Film* (2006), *Steal This Film II* (2007), *TPB-AFK*⁷⁰ (2013) e *Urospredere* (2009) este último, até a data de redação deste texto, disponível apenas em sueco⁷¹.

Utilizamos estas fontes, pois elas fornecem os valiosos depoimentos dos próprios personagens, capturados em vídeo, algo importante para auxiliar na compreensão do contexto político e social em torno do *The Pirate Bay*, já que os eventos em torno deste site específico foram determinantes na origem e no crescimento do movimento dos Partidos Piratas.

Tais Partidos Piratas se originam na Suécia, e tiveram a sua gênese como um reflexo direto do incremento dos controles sobre a propriedade intelectual promovidos naquele país. Entre meados e fins da década de 1990, empresas como *Sony Pictures*, *Warner*, *Disney*, *Viacom*, *Fox* e *Universal* se organizaram em torno de uma coalizão nomeada *Antipiratbyrå* em sueco, termo que se traduz

67 Em meados de 2013 começaram a surgir novos livros, em alemão, tratando do tema, mas não houve oportunidade de os consultá-los para esta pesquisa

68 Neste caso mediada pela Internet, por consultas via e-mail ou twitter por membros dos Partidos Piratas.

69 A exemplo dos *PiratePads* ou da planilha do PPI que é utilizada mais à frente.

70 *The Pirate Bay, Away From Keyboard*.

71 Em relação aos documentários citados vide na bibliografia as referências: (ENGEDAL; VALVIK, 2009; KLOSE, 2013; “Steal This Film”, 2006, “Steal This Film II”, 2007)

por “Escritório Antipirataria”, ou “Bureau Antipirataria”. O objetivo desta organização era fazer *lobby* junto às autoridades suecas para ampliar os controles sobre a propriedade intelectual e implementar punições contra os downloads e as cópias ilegais de material protegido dos estúdios.

Business as usual, Hollywood mantinha grupos semelhantes em diversos países, mas na Suécia as coisas fugiram ao controle, e este grupo encontrou uma resistência inédita e combativa, inicialmente composta por um pequeno grupo de jovens *hackers*, que se organizou para combater o *lobby* da indústria de entretenimento, e em pouco tempo havia arrebanhado um número significativo de seguidores, dando origem a um movimento de resistência marcado pelo ineditismo.

Iniciado oficialmente no verão de 2003, o movimento se autodenominava de *Piratbyrån*, sueco para “Escritório Pirata”, ou “Bureau Pirata”, um nome que não deixava dúvidas sobre a sua posição e que trazia a ironia adicional de encampar, e com isso subverter, o termo que era usado pela indústria para desqualificar os jovens que praticavam o compartilhamento de arquivos: Piratas.

Piratbyrån (The Bureau of Piracy) is not an organization, at least not primarily. First and foremost, Piratbyrån is since its beginning in 2003 an ongoing conversation. We are reflection over questions regarding copying, information infrastructure and digital culture. Within the group, using our own different experiences and skills, as in our daily encounters with other people. These conversations often bring about different kinds of activities. Here we have collected some of these activities from the year 2007. (PIRATBYRÅN, 2007)

Como parte deste coletivo da cena *hacker* sueca estavam Gottfrid Svartholm, conhecido na Internet pelo codinome “anakata”, que em consórcio com outros dois membros do fórum virtual do *Piratbyrån*, Peter Sunde, conhecido pelo codinome “brokep” e Fredrik Neij, conhecido pelo codinome “TiAMO”, dariam origem, em fins daquele mesmo ano, ao site indexador de *torrents*, nomeado como *The Pirate Bay*.

TiAMO⁷² rememora no documentário TPB-AFK a fundação do *The Pirate Bay* feita na esteira de uma provocação anterior aos norte-americanos.

“It all started with Gottfrid's site '*America's Dumbest Soldiers*'. It was a site where you could rate from 1 to 10. It was American soldiers who died in the first Iraq war. Then you could rate how stupid they were depending on how silly their deaths were.

Neither the American government nor anybody else appreciated the site. I had a spare

72 Fredrik Neij

line which I let him use for the site. It was from British Telecom. Someone at the US State Department called the head of British Telecom. He called the head of the operator in Sweden where I worked. So the US government ordered us to remove the site. We fought them for a long time before we removed it. We argued that it was freedom of speech and parody. After a while we closed it down, when it became too much of a fuss. Two months later Gottfrid needed more bandwidth for the Pirate Bay. I still had that line available. We used it for the Pirate Bay. ” (KLOSE, 2013, seq. 00:13:12 – 00:14:24)

Entender o *The Pirate Bay* exige retroceder aos conceitos já expostos da mentalidade *hacker* e a toda tradição e cultura que haviam sido construídas até aqui. Uma tradição que era tanto a real, a dos primeiros *hackers* do Unix, que estavam maravilhados pelos desafios técnicos da computação, quanto à tradição mais recente, do imaginário *cyberpunk*, que desenhava um futuro de totalitarismo imposto por corporações sem rosto, grandes e poderosas demais para serem contidas por princípios ou leis.

TiAMO, durante um depoimento, se filia à tradição do desafio técnico quando rememora seus motivos para se juntar ao *The Pirate Bay*, e sem se dar conta, ecoa os motivos de gerações de técnicos que vieram antes dele

“I got involved in the Pirate Bay because of my interest in IT. I think it's great fun to work with technology. For me, the Pirate Bay is a technical challenge. To run such a large website and such a large tracker technically. Play with computers that I could never afford to play with on my own.” (KLOSE, 2013, seq. 00:08:10 – 00:08:41)

Já brokep⁷³, também sem se dar conta, depõe sobre a indistinção do espaço real e do virtual, dando um testemunho que, para todos os efeitos, ele e seus colegas eram nativos de outra jurisdição, o *cyberspace*

[advogado dos estúdios] How did you meet Fredrik and Gottfrid?

[brokep] I don't remember, but I assume it was in a chat room on the Internet.

[advogado dos estúdios] When was the first time you met IRL?

[brokep] We don't use the expression IRL. We say AFK. But that's another issue. I don't remember that either.

[juiz] Got to know each other IRL? What is that?

[advogado dos estúdios] In Real Life.

[brokep] We don't like that expression. We say AFK - Away From Keyboard. We think

that the Internet is for real. (KLOSE, 2013, seq. 00:09:28 – 00:10:04)

Como é convencional entre os *hackers*, os membros do *The Pirate Bay* não resistiam em pregar peças, que neste caso estavam voltadas para as empresas detentoras da propriedade intelectual que os piratas alegremente ajudavam a distribuir pela Internet.

No endereço <http://thepiratebay.se/legal>, o *The Pirate Bay* cultivava parte das mensagens e ameaças que recebeu de organizações de defesa da propriedade intelectual, bem como as suas respostas espirituosas para cada caso, como por exemplo, esta que anakata⁷⁴ escreveu respondendo à *Dream Works* em 2004:

As you may or may not be aware, Sweden is not a state in the United States of America. Sweden is a country in northern Europe.
Unless you figured it out by now, US law does not apply here.
For your information, no Swedish law is being violated.

Please be assured that any further contact with us, regardless of medium, will result in
a) a suit being filed for harassment
b) a formal complaint lodged with the bar of your legal counsel, for sending frivolous legal threats.

It is the opinion of us and our lawyers that you are morons, and that you should please go sodomize yourself with retractable batons.

Please also note that your e-mail and letter will be published in full on <http://www.thepiratebay.org>.

Go fuck yourself.

Polite as usual,
anakata⁷⁵
(ANAKATA, 2004)

Uma característica importante para se compreender sobre o *The Pirate Bay*, antes de tratarmos de seu famoso julgamento, é o orgulho manifesto na capacidade do site em se manter no

⁷⁴ Gottfrid Svartholm

⁷⁵ Gottfrid Svartholm

ar contrariando os desígnios de instituições percebidas como muito poderosas.

Um testemunho desse orgulho é o slogan adotado pelo site, presente no cabeçalho de todas as páginas: “The Pirate Bay – O site de bittorrent mais resiliente da galáxia⁷⁶”, que faz uma referência direta às dezenas de sites de *torrent* que a indústria de *copyright* conseguiu efetivamente remover da rede ao longo dos anos.

No final daquela página, onde coletam como se fossem troféus, as ameaças que recebem, os piratas se gabam, em tom desafiador, sobre a resiliência do *The Pirate Bay*:

"No action (except ridiculing the senders) has been taken by us because of these. :-)

Nice graphs for the law firms who don't get the hint above:

(we used to have a nice graph here, but it's simpler to just say: **0 torrents has been removed, and 0 torrents will ever be removed.**)"

(TPB, [S.d.]) [grifo nosso]

Mas se algo há a se admirar nos advogados da propriedade intelectual é a persistência, e perseguir o *The Pirate Bay* passou a ser quase uma questão de honra⁷⁷. Assim, em 2005 o *Antipiratbyrån* obteve algumas vitórias. Primeiramente, teve sucesso em processar provedores independentes, que fornecendo acesso aos sites de *torrent*, foram classificados como facilitadores da pirataria, e depois, em 25 de maio do mesmo ano, conseguiu promulgar uma emenda à lei de direitos autorais sueca, implantando boa parte de suas demandas de proteção. Não era uma estratégia nova, nem exclusiva para a Suécia. O mesmo expediente já era usado por estas empresas, em consórcios iguais, ou parecidos, buscando a mesma política de maximização de direitos autorais em diversos outros países. (NEUMANN, FELIX, 2011)

Neste mesmo ano de 2005 o coletivo *Piratbyrån*, lançou uma coletânea com as reflexões presentes em seu site, chamada de *Copy Me*, na qual sistematizam o debate sobre o direito autoral. O *Piratbyrån*, que já tinha reflexão acumulada sobre o tema, iria a partir daquele momento, pautar a mídia Sueca nos meses e anos seguintes, com a participação de seus membros em programas de rádio, TV e com palestras na Suécia e em outros países, contribuindo para o debate sobre pirataria e direitos autorais naquele país e nas nações próximas. (“Piratbyrån”, [S.d.]

⁷⁶ *The Pirate Bay - The galaxy's most resilient bittorrent site* (tradução nossa).

⁷⁷ Este texto foi escrito em 2013 e até dezembro deste ano o *The Pirate Bay* permanecia no ar, e as tentativas de o remover da Internet permaneciam frescas como há dez anos.

O debate dos piratas suecos estava centrado na questão da troca de arquivos pela Internet e na relação que viam entre esta ação de “compartilhar” elementos da cultura e a própria liberdade de expressão. Este grupo que já tinha forte tendência contestatória da legislação de propriedade intelectual e da ação do Estado na defesa dos interesses de empresas, que em sua maioria tinham origem nos Estados Unidos e não na Suécia, foi galvanizado pela polêmica ação policial que resultou na apreensão dos servidores do *The Pirate Bay*, um episódio que em pouco tempo faria parte do folclore da Internet (KLOSE, 2013; “Steal This Film”, 2006).

O *The Pirate Bay* que havia enfrentado e tripudiado da indústria norte-americana de *copyright* durante três longos anos, enfrentaria seu momento definidor em 2006, quando algo que para os membros do *Piratbyrån* parecia não ter apoio na legislação sueca, aconteceu, e em 31 de maio de 2006⁷⁸ o endereço www.thepiratebay.org trazia a seguinte mensagem:

In the morning of 2006-05-31 the Swedish National Criminal Police showed a search warrant to Rix|Port80 personnell. The warrant was valid for all datacentres of Rix|Port80 and was directed at The Pirate Bay. The allegation was breach of copy-right law, alternatively assisting breach of copy-right law.

The police officers were allowed access to the racks where the TPB servers and other servers are hosted. All servers in the racks were clearly marked as to which sites run on each. The police took down all servers in the racks, including the non-commercial site Piratbyrån, the mission of which is to defend the rights of TPB via public debate.

According to police officers simultaneously questioning the president of Rix|Port80, the purpose of the search warrant is to take down TPB in order to secure evidence of the allegations mentioned above.

The necessity for securing technical evidence for the existance of a web-service which is fully official, the legality of which has been under public debate for years and whose principals are public persons giving regular press interviews, could not be explained. Asked for other reasoning behind the choice to take down a site, without knowing wether it is illegal or not, the officers explained that this is normal.

The TPB can receive compensation from the Swedish state in case that the upcoming legal processes show that TPB is indeed legal. (TPB, [S.d.])

78 O “raid” ao *The Pirate Bay* aconteceu durante o dia. A mensagem acima tem a mesma data mas foi postada no final da tarde.

Com a remoção física dos servidores do *The Pirate Bay*, levados para fora do *data center* para averiguação, na prática a polícia sueca, com o auxílio de 50 de seus homens (PIRATPARTIET, 2006), resolvia um assunto que não tinha sido possível de se resolver legalmente e que já começava a se tornar um grande embaraço junto ao governo norte-americano que ameaçava a Suécia com sanções comerciais, apoiadas em sua famosa seção 301, caso o *The Pirate Bay* não fosse retirado do ar.

“When the responsible prosecutor was called up to the department in Stockholm, the spring 2006, and he has been telling about this to the Swedish National Television later on, that there was mentioned a threat of WTO sanctions against Sweden, and on the first hand, maybe about US putting Sweden on this thing called "The Priority Watch List" (Rasmus Fleischer, nick “rsms”⁷⁹) (“Steal This Film”, 2006, seq. 00:09:29 – 00:09:56)

Em um *press-release*, publicado em Los Angeles na Califórnia, e curiosamente também datado de 31 de maio de 2006 (!), a *Motion Picture Association of America* (MPAA) declarava entre metáforas náuticas "SWEDISH AUTHORITIES SINK PIRATE BAY"⁸⁰ e comemorava no subtítulo "Huge Worldwide Supplier of Illegal Movies Told: No Safe Harbors for Facilitators of Piracy!" (MPAA, 2006)

Colaborando para a diversão de todos os envolvidos o *press-release* da MPAA expunha seu ressentimento quanto à forma que o *The Pirate Bay* recebia e respondia suas ameaças legais, ao mesmo tempo em que comemorava seu esforço de *lobby* na alteração da legislação da Suécia.

(...) The Pirate Bay's takedown today represents a growing culture of respect for intellectual property in Sweden, which in July 2005 reformed its copyright law to address digital piracy. Various rights-holders have sent countless cease-and-desist letters to The Pirate Bay, requesting that its operators remove pirated content from the site, and have been met with mockery and scorn, such as the operators posting the letters and their replies on thepiratebay.com. (MPAA, 2006)

Adicionalmente o *press-release* trazia ainda as palavras do CEO da MPAA Dan Glickman, que originalmente destacadas em negrito, vinham com um alerta/ameaça a outros piratas do mundo e parabenizavam a Suécia por seu auxílio no combate à pirataria na Internet:

⁷⁹ Membro do *Piratbyrån*.

⁸⁰ A metáfora é particularmente irritante pois é impossível afundar uma Baía Pirata, é possível afundar um navio pirata, é até possível atacar, cercar ou bombardear uma Baía Pirata, mas definitivamente não é possível afundar uma Baía, seja pirata, seja voltada para qualquer outra atividade.

“The actions today taken in Sweden serve as a reminder to pirates all over the world that there are no safe harbors for Internet copyright thieves,” said Chairman and CEO of the Motion Picture Association of America (MPAA) Dan Glickman. **“Intellectual property theft is a problem for film industries all over the world and we are glad that the local government in Sweden has helped stop The Pirate Bay from continuing to enable rampant copyright theft on the Internet.”** (MPAA, 2006) (grifo nosso)

A mesma linha era seguida pelo comentário de John G. Malcom, o executivo da MPAA a cargo das operações antipirataria mundiais, que no mesmo documento resumia a situação desta forma:

“The bottom line is that the operators of the Pirate Bay and others like them are criminals who profit handsomely by facilitating the distribution of millions of copyrighted creative works and files protected under the law,” said John G. Malcolm, Executive Vice President and Director of Worldwide Anti-Piracy Operations for the MPAA. **“We applaud Swedish law enforcement for their effort to stop egregious copyright infringement on The Pirate Bay.”** (MPAA, 2006) (grifo nosso)

Aquele era o fim do *The Pirate Bay*, que só retornaria on-line, às suas atividades normais, três dias depois, com a seguinte mensagem estampada sob o título *Just some stats...*

Just some stats...

... here are some reasons why TPB is down sometimes - and how long it usually takes to fix:

Tiamo⁸¹ gets *very* drunk and then something crashes: 4 days

Anakata⁸² gets a really bad cold and noone is around: 7 days

The US and Swedish gov. forces the police to steal our servers: 3 days

.. yawn.

(TPB, 2006)

O *The Pirate Bay*, mais do que nunca, havia adotado uma posição de confronto contra os

81 Fredrik Neij

82 Gottfrid Svartholm

proprietários de direitos autorais que ia muito além da simples indexação de *torrents* e da suposta “facilitação da pirataria” de que eram acusados. Os membros do site, e seus amigos no *Bureau Pirata* sueco, haviam se engajado em uma trajetória de resistência que era política, e que se manifestaria pela desobediência civil sempre que possível. Quando rememora a ação da polícia, TiAMO não tem dúvidas sobre qual havia sido o real objetivo do *raid* e da polícia Sueca

The obvious goal of the police was to get the Pirate Bay offline and get the internet supplier PRQ offline. But they failed miserably. After 3 days, the servers were back up, and most of the backups restored, so the site worked perfectly. And, about a week after that everything was back up 100% (TiAMO) (“Steal This Film”, 2006, p. 00:12:13 – 00:12:41)

Hollywood, que sempre fora pródiga em criar heróis, estava operando sua magia novamente, só que dessa vez parecia ser um efeito colateral não antecipado. Os membros do *The Pirate Bay* agora eram referenciados como “*rockstars*” pelos demais membros do *Piratbyrån*, como pode ser visto no documentário *Steal This Film* (“Steal This Film”, 2006), e como se isso não bastasse a MPAA ainda havia, com sua ação truculenta, fornecido o impulso necessário para a organização política dos piratas.

“The Pirate Bay, I don't really know how they work, because they don't say very much to us all the time, but they seem to work a bit like a rock band.” (Rasmus Fleischer, nick “rsms”) (“Steal This Film”, 2006, seq. 00:03:17 – 00:03:27)

(...)

“Most people in Sweden feel pissed about the use of trade sanction threats to override national law. (...) Everyone in Sweden somehow knows about the Pirate Bay today.” (Rasmus Fleischer, nick “rsms”) (“Steal This Film”, 2006, seq. 0:13:03 – 00:13:54)

O primeiro Partido Pirata fora fundado antes daqueles eventos, como relata seu fundador e líder Rickard (Rick) Falkvinge⁸³, em seu *blog*, no *post* “Origins Of The Pirate Party: Privacy, Sharing, Innovation”

83 “Rick Falkvinge is the founder and leader of the Swedish Pirate Party, as well as the founder of the international politicized pirate movement. His leadership took the Pirate Party from nothing into the top ten parties in the last Swedish election, without a dime in the campaign chest. Rick’s personal candidacy came in at rank fifteen out of over five thousand candidates for the 349 parliamentary seats. While he didn’t win a seat due to threshold rules, his fight for civil liberties continues, focusing on the current copyright aggression that threatens our rights to privacy, postal secrets, whistleblower protection, and more.” (KRIKORIAN; KAPCZYNSKI, 2010, p. 639)

“You can’t spot just one event and claim it was the birth of a new global political movement that was born two days later or something like that; it takes months and months of thinking and planning before something can be started. However, once that thinking is done enough, the formation can be triggered by such an event. This is also what happened.

The Pirate Party has its origins in three separate developments. (Only one of them contributed to the party name, as described in a separate article.) These developments all take place in 2005.” (FALKVINGE, 2011a)

O três eventos a que se refere Falkvinge eram, respectivamente, o aguerrido combate de ativistas europeus contra a iniciativa da aprovação de patentes de softwares na União Europeia, que pretendia mimetizar o modelo norte-americano; a pauta tecnológica de 2005 foi praticamente dominada por este assunto. O segundo evento foi a já mencionada criminalização do compartilhamento de arquivos pela legislação sueca. E o último evento, que na narrativa de Falkvinge funcionou como a gota d’água, foi a aprovação pelo Parlamento Europeu da *Data Retention Directive*, que obrigava os Estados membros da União Europeia a manterem armazenados os dados das telecomunicações de seus cidadãos por um período entre seis e vinte e quatro meses, incluindo aí e-mails, registros telefônicos, endereços IP e mensagens SMS, que deveriam estar disponíveis para as agências de manutenção da lei quando requisitadas.

A polêmica *Data Retention Directive* também será um dos elementos a auxiliar na constituição do Partido Pirata Alemão, possivelmente mais até do que o movimento de radicalização da propriedade intelectual. Há na identidade dos Partidos Piratas um binômio de abolição do *copyright* e proteção das informações do indivíduo, o que é cláusula pétrea da agremiação pirata desde a sua fundação, como explica Falkvinge:

“The Pirate Party is not only about access to knowledge and culture; it is also about the right to privacy. This can be seen as the direct opposite of access to knowledge: I do not have access to all knowledge about my fellow citizen, nor should I. But these two classes of information are not unrelated; they are interdependent on one another. The political movement is therefore much more about raising awareness about the border between public and private information.

As it turns out, any attempt by the government to force information to cross this line—private to public, or public to private—requires repressive governmental action that infringes on the civil rights of real people to varying degrees.” (KRIKORIAN; KAPCZYNSKI, 2010, p. 383)

Assim, na esteira dos combates iniciados pelo *Piratbyrån* e pelo *The Pirate Bay*, e ampliando o espectro de atenção dos *hackers*, *cyberpunks* e ativistas da cena digital Sueca, Rick Falkvinge em primeiro de janeiro de 2006 fundou oficialmente o primeiro Partido Pirata

“Given these three origins, it is not too surprising that the three pillars of the Swedish Pirate Party were — and still are — privacy, culture, and knowledge.

The party was formally launched on January 1, 2006, at 20:30 CET. The raid on The Pirate Bay came five months later short of a day, when the party’s infrastructure was already well up and running.” (FALKVINGE, 2011a)

Mas fundar o partido era a parte mais fácil, para atingir seu objetivo de participar das eleições de setembro daquele ano, seria necessário contar com pelo menos 1.500 filiados ao partido, e foi exatamente aí que o *raid* ao *The Pirate Bay*, contribuiu na fundação do Partido Pirata, pois Falkvinge aproveitou o momento politicamente propício que a MPAA havia proporcionado.

A apreensão dos servidores do *The Pirate Bay* gerou manifestações em Gotemburgo e Estocolmo, que reuniram entre 500 a 900 pessoas cada. Em Estocolmo Falkvinge foi um dos líderes a discursar, e aproveitou a oportunidade para expor a linha ideológica do Partido Pirata, fundamentalmente apoiada na liberdade do conhecimento e da cultura, em seu discurso, que abordava a liberdade do conhecimento de uma perspectiva histórica, Falkvinge colocou o compartilhamento do conhecimento como a evolução natural das sociedades humanas. Ele também criticou duramente a indústria de entretenimento, por estar, em seu entendimento, colocando as fundações do regime democrático de primazia da lei em risco, objetivando não mais do que seus próprios lucros e interesses. Como consequência, Falkvinge completou o número de filiados necessários para o Partido Pirata disputar as eleições em um único dia. (NEUMANN, FELIX, 2011)

“When the raid happened, we got an enormous amount of media attention, so it definitely helped. The days after the raid we had doubled our visitor numbers. And also it awakened the debate about file sharing in Sweden.

A lot of different youth groups to the parties were active in our demonstration to show the support for the file sharing in Sweden.

I think we had four different parties attending the demonstration. And also, three of them were speaking on behalf of their party at the demonstration, along with representatives of the Piracy Bureau and the Pirate Bay.

And also the newly formed Pirate Party also got a lot they doubled their members,

member numbers in 2 days.” (TiAMO⁸⁴) (“Steal This Film”, 2006, seq. 00:12:44 – 00:13:49) [SIC]

O surgimento do Partido Pirata trouxe todo o tipo de abalos à ordem estabelecida em relação à propriedade intelectual. O que nascera como uma questão sobre a troca de arquivos na Internet começava a mudar rapidamente para uma questão sobre a legalidade da propriedade intelectual e a liberdade de expressão, e ainda por cima, a imagem dos piratas, os eternos bandidos, começava a ser apropriada e a mudar, esvaziando ainda mais o discurso dos proponentes do controle.

Arrrgh! Talk like a pirate day!⁸⁵

Há que aqui se tratar, portanto, um pouco sobre a iconografia pirata e sobre a reapropriação do termo “pirata”, com o seu significado de bandido do mar. A origem da palavra é grega, pois na Grécia antiga, os donos de navios mercantes no mediterrâneo já eram ocasionalmente importunados por saques em alto mar.

Francisco Torrinha, em seu *Dicionário Latino-Português*, não deixa dúvidas sobre a carga negativa que o termo carrega desde o mundo antigo.

pirata, ae, m. Pirata.

piraticus, a, um, adj. **1.** De pirata. **2. piratica**, ae (subent. *ars*), f. Ofício de pirata ; pirataria. || *piraticum bellum* : guerra contra os piratas || *piraticam facere* : exercer a pirataria. (TORRINHA, 1942, p. 649)

Piraticum Bellum se dizia aos que *piraticam facere*, por toda a história. Pirata era não mais que o outro nome que se dava ao bandido.

pirata s2g. 'bandido que cruza os mares com o objetivo de roubar' 'ladrão, gatuno' | *pyrata* 1525 | Do it. *Pirata*, deriv. do lat. *pirata* -ae e, este do gr. *pirātes* || **pirataria** XVII

84 Fredrik Neij

85 Uma tendência que vem ganhando força e também espaço na mídia, especialmente nos últimos cinco anos, é a comemoração em 19 de setembro, de um fictício *Dia Internacional do Fale como um Pirata*. Para mais informações sobre a data recomendamos os links do “site oficial”, da Wikipédia, da Time.com e do E! On-line, todos acessados pela última vez em 03/01/2014:

<http://www.talklikeapirate.com/>

http://en.wikipedia.org/wiki/International_Talk_Like_a_Pirate_Day

<http://newsfeed.time.com/2013/09/18/arrggg-you-serious-how-to-truly-talk-like-a-pirate/>

<http://www.eonline.com/news/460274/happy-talk-like-a-pirate-day-see-the-most-arrgh-esting-pirates-in-pop-culture>

|| **piratear** XVI. Do lat. Piraticus -a -um, deriv do gr. *peirātikós*. (CUNHA, 2010, p. 499)

Um termo importado do grego para o latim, atravessaria as eras intacto em seu significado simples e objetivo de ladrão do mar. Mas no seu encontro com o *cyberspace*, se vê reapropriado, descorporificado do sentido original, passando para uma ambiguidade inédita, convertido de bandido em um tipo de anti-herói contemporâneo.

Uma imagem, que contraditoriamente é reforçada pela própria máquina de Hollywood, que ao contrário da literatura, que trata os piratas normalmente como bandidos, o cinema vem seguindo uma tendência de suavizar a imagem do pirata bandido, travestindo-o de herói no imaginário contemporâneo.

Os exemplos abundam, a começar com *O Gavião do Mar* (1940), onde o charmoso Errol Flynn é um pirata que termina por salvar a Rainha da Inglaterra; *Piratas* (1986), uma comédia dirigida por Roman Polansky e que coloca o capitão pirata, interpretado por Walter Matthaw, sob uma luz bastante favorável; *Hook* (1991) de Spielberg, que em português traz o subtítulo de “a volta do Capitão Gancho”, onde Dustin Hoffman interpreta um *Capitão Gancho* mau, mas triste, com quem o público desenvolve empatia; e, finalmente, os 4 ou 5 capítulos da saga do *Capitão Jack Sparrow*, na franquia *Piratas do Caribe* (iniciada em 2003), onde os piratas são protagonistas de moral ambígua, mas definitivamente são os heróis dos filmes⁸⁶, aliás, esta série de sucesso é inspirada em um popular brinquedo da própria *Walt Disney World*, que cega à ironia, em seu site comemora:

“Pirates of the Caribbean is considered to be one of the most spectacular attractions ever created for a theme park.” (WALT DISNEY WORLD RESORT, [S.d.])

Basta entrar em uma livraria hoje, para, na seção de livros infantis, nos depararmos com uma enormidade de títulos sobre piratas e pirataria voltados para as crianças, dos quais listamos uma fração, apenas como exemplo:

Piratas! de Celia Rees (Cia das Letras, 2007); *Ursinho Atarefado, Aventura Pirata!* de Benji Davies (Brinque-Book, 2013); *Trio Enganatempo - O Tesouro do Pirata Barba Negra* de Leo Cunha e Jon Scieszka (Editora 34, 1997); *Capitão Flinn e os Dinossauros Piratas* de Giles Andrea e Russel Ayto (Fundamento, 2013); *Familia Maluca: Minha mãe é uma Pirata* de Jackie French (Fundamento, 2008); *Nos Passos dos... Piratas* de Thierry Aprile e François Place (Rocco, 2005); A

86 As datas dos filmes foram consultadas no site www.imdb.com

série de livros *Piratas das Ilhas Sangue de Dragão* de Dan Jerris (Fundamento); *Os Vizinhos Piratas: Estrelando os Bandeira & O Pirata Nhac* de Jonny Duddle (Brinque Book 2012 e 2010) e uma infinidade de outros títulos, que variam entre recontar a "glória" dos piratas do passado, e propor manuais de pirataria para crianças (!).

Isso sem mencionar a imensamente popular⁸⁷ série em *mangá*, depois adaptada para *anime*, *One Piece*⁸⁸ (1997), do mangaká⁸⁹ Eiichiro Oda, onde são narradas as aventuras do jovem Monkey D. Luffy, em sua busca para se tornar o “rei dos piratas”, com um enredo que possivelmente serviu mais de inspiração para os filmes dos *Piratas do Caribe* do que o brinquedo no parque da *Disney*.

Há antecedentes para esta fascinação com a pirataria, a despeito de todas as atrocidades que piratas históricos possam ter cometido, sua existência fora dos limites da lei e sua aura de liberdade, parecem ter sido combustível para a imaginação dos que aspiravam mais da vida:

The first pirates were often the “outcasts of the land” who would mutiny against the conditions of their work, in doing so creating an alternative order challenging the division of labor and of capital. In fashioning their hierarchy, these buccaneers often drew from the memory of utopias created by pedants, in which work had been abolished, property redistributed, social distinctions leveled, health restored, and food made abundant.

Piracy's redistribution of wealth was considered by many to be a massive problem, and pirates were declared to belong to no nation. In fact, piracy emerged as one of the earliest crimes of universal jurisdiction in a time when nation-states were carving out their absolute sovereignty. But piracy was not merely a problem of the failure of enforcement; it also established an alternative ethic and mode of being.(...) (BIAGIOLI; JASZI; WOODMANSEE, 2011, p. 178)

Assim, quando os membros do *Piratbyrån* sueco fizeram conscientemente a escolha de seu nome como “Bureau Pirata”, estavam não apenas antagonizando a MPAA, estavam também esvaziando de significado a pecha de bandidos que lhes era impingida pelos defensores do *copyright*. Na sequência estabelecem o nome de “Baia Pirata”, para o site que era o seu “porto seguro” de compartilhamento de arquivos, mas que também, simbolicamente, era e é o seu território independente no *cyberspace*; e, complementarmente foram ainda beneficiados por esta tendência

87 Com mais de 345 milhões de cópias em circulação no mundo todo *One Piece* é o mangá mais vendido de todos os tempos. A popularidade da série resultou na nomeação de Oda como um dos artistas que mudaram a história do mangá. (“Eiichiro Oda”, 2014)

88 Publicação iniciada em 1997 pela Sueisha no Japão, lançada no Brasil em Fevereiro de 2002 pela editora Conrad e depois assumida pela editora Panini.

89 Termo utilizado para se referir ao autor de *mangás*, o estilo de história em quadrinhos originada no Japão.

contemporânea, de reabilitação da imagem dos piratas em diferentes manifestações culturais.

Em conjunto com suas ações e a reabilitação cultural da pirataria histórica, passam a realizar uma ressignificação do termo pirata, que passa de bandido a se confundir com herói, anti-herói e lutador da liberdade, na medida que o pirata é compreendido como essencialmente um espírito livre, em uma interpretação errônea da história que o traveste agora como um rebelde romântico, combatente dos poderes estabelecidos. E essa é uma transformação cultural que ocorre a despeito da constante publicidade negativa das associações de detentores de direitos autorais, como a MPAA e RIAA, que se esforçam para associar a pirataria aos mais negros vícios e delitos.

Como bons piratas, os membros do *Piratbyrån* inclusive se apropriaram da iconografia criada pela indústria do *copyright*, a caveira que utilizam como símbolo (Ilustração 1) é a mesma criada para uma campanha de combate às fitas K-7 na Inglaterra (Ilustração 2), logo que os gravadores domésticos se tornaram populares nos anos de 1980. (“Home Taping Is Killing Music”, 2013)

Quando o Partido Pirata surge em 2006 este já é um nome perfeito. O termo é percebido como moderno e desejável entre os jovens, associado à liberdade e rebeldia, e pejorativo para os mais velhos, associado ao banditismo.

Ilustração 1: Logotipo utilizado pelos membros do Piratbyrån

Ilustração 2: Imagem e slogan criados pela British Phonographic Industry (BPI).

Falkvinge considera o nome do partido óbvio e inclusive a ele atribui uma boa porcentagem do sucesso eleitoral

It's important to understand that at this point in Sweden, pirate policies were already established by the Piratbyrå. When the time came to politicize the issues, it was not a matter of founding a new party and start contemplating its name.

It was a matter of founding The Pirate Party.

The name was a smash hit, winning attention immediately. Everybody knew two things on seeing the name for the first time: they knew exactly what our policies were, and they knew that they could vote for us come Election Day. That would not have happened with any other name. With 99% probability, any other name would have stayed an obscure web page. (FALKVINGE, 2011b)

Piratas em julgamento

Mas as atividades dos piratas suecos, consideradas no máximo semi-lícitas por seus antagonistas não seguiriam operando impunemente por muito tempo. Em fevereiro de 2009, os estúdios de cinema de Hollywood conseguiram levar os integrantes do *The Pirate Bay* a um tribunal, em Estocolmo, para responderem pelo crime de infração de direitos autorais.

Um dia antes do início do julgamento dois dos membros do *The Pirate Bay*, anakata⁹⁰ e brokpe⁹¹, respondem às perguntas dos jornalistas em uma coletiva de imprensa. Sentados à mesa com eles, estão três membros do *Piratbyrå*⁹². Anakata está vestido com a icônica camiseta preta do coletivo, que traz a fita cassete de ponta cabeça, sobre as tíbias cruzadas, emulando a bandeira dos piratas.

Não há tom de conciliação nem de recuo por parte dos piratas, perguntados sobre o que aconteceria com o site se fossem considerados culpados, são categóricos: “nada”. Anakata complementa:

“What are they going to do about it? They've failed shutting it down once. They're welcome to come and fail again.” (KLOSE, 2013, seq. 00:03:20 – 00:03:28)

Então brokpe esclarece a percepção geral dos piratas sobre o julgamento que se iniciaria:

90 Gottfrid Svartholm

91 Peter Sunde

92 Incluindo Rasmus “rsms”, já citado anteriormente.

“It's not the Pirate Bay that's going to court tomorrow. It is about getting us, who are connected to the Pirate Bay, into a political trial. The trial tomorrow is not about the law, it's about politics.” (KLOSE, 2013, seq. 00:03:29 – 00:04:00)

Brokpe ainda informaria que naquele exato momento havia entre 22 e 25 milhões de usuários acessando o *The Pirate Bay*; as duas intervenções põe em relevo o que vinha sendo a tônica do combate pelo *copyright* na Internet e o limite que foi atingido na Suécia.

De um lado, há uma percepção generalizada de que a indústria do *copyright* põe políticos e legislações em movimento para proteger seus interesses econômicos imediatos; de outro, a também generalizada percepção de que não existe realmente uma solução técnica capaz de suprimir a pirataria digital ou impor controle à Internet. Era como assistir aos aspectos mais característicos da ficção *cyberpunk* se materializando no mundo real.

Um cenário onde as associações de defesa da propriedade intelectual conseguiam se demonizar e perder a simpatia do público a olhos vistos, algo difícil de entender, pois alegadamente, dentro das regras do jogo colocadas pelo Capitalismo, estavam apenas fazendo o que gerações e gerações de monopolistas fizeram antes deles: lutavam pela preservação de seus lucros.

Mas justamente aí surgia um problema com potencial de constrangimento. Cada vez mais pesquisas indicavam que a relação entre a pirataria e perda de receitas eram estatisticamente irrelevantes. Os executivos dos estúdios e das gravadoras contabilizavam suas perdas, na mídia, em bilhões, mas os números estratosféricos sensibilizavam cada vez menos os ouvintes.

E entre os piratas a atitude era ainda mais dura, diziam que se uma indústria morresse por conta do desenvolvimento tecnológico, bem, esse era justamente um dos efeitos do desenvolvimento tecnológico, matar as velhas indústrias e as substituir por modelos não testados e, muitas vezes ainda não imaginados. Mas para além dos discursos, haviam os fatos

Um fato, entretanto, deve ser considerado: a indústria do conteúdo, apesar de quase 8 anos de compartilhamento de arquivos, ainda prospera. Se há uma diminuição de lucros atribuível ao compartilhamento de arquivos, ela não foi grande o suficiente de modo a inviabilizar o funcionamento das empresas da indústria. A principal motivação para reação não é, por conseguinte, qualquer diminuição imediata de lucros que possa ser constatada. (MIZUKAMI, 2007, p. 109)

E mais do que não ter destruído as indústrias do *copyright*, o impacto da pirataria vem sendo

representada desde 2004 como muito menos do que se imagina. Como já citamos, a própria Microsoft já havia considerado que a pirataria havia lhe trazido ganhos palpáveis, e este exemplo abaixo, de um Estudo de 2011, é particularmente interessante por mencionar conclusões do próprio governo norte-americano

One of the more famous figures bandied about is “that 750,000 jobs and up to \$250 billion a year could be lost in the U.S. economy thanks to IP infringement.” These statistics and others, like the Business Software Alliance’s estimate that the U.S. piracy rate for business software is 20 percent or \$9 billion in 2008 and the Motion Picture Association’s estimate that its studios lost \$6.1 billion to piracy in 2005, have been debunked by none other than the Government Accountability Office who came to this conclusion:

“While experts and literature we reviewed provided different examples of effects on the U.S. economy, most observed that despite significant efforts, it is difficult, if not impossible, to quantify the net effect of counterfeiting and piracy on the economy as a whole... To determine the net effect, any positive effects of counterfeiting and piracy on the economy should be considered, as well as the negative effects.” (CRAIG; LUDLOFF, 2011, p. 49)

Há nos números e nos discursos contrários ao compartilhamento de arquivos uma premissa que é sem dúvida falaciosa, é costume se considerar os números de *downloads* como perdas de receita absoluta, ou seja, para cada disco baixado pela Internet um deixaria de ter sido vendido, oras, tal presunção é no mínimo errônea, e no limite é mal intencionada.

Pressupor que na ausência da mídia digital seria efetuada uma venda, é tomar a economia em bases bastante simplistas, e permite efetuar cálculos de perdas com valores estratosféricos, que em nenhuma hipótese seriam atingidos pelo “produto”, caso este pudesse ser blindado da reprodução ilegal em primeiro lugar.

Mas essa é uma discussão que nem a RIAA, nem a MPAA tiveram interesse em se engajar, assim, dando continuidade aos escandalosos eventos que tomavam lugar na Suécia, em 17/04/2009 foi dado o veredito sobre o caso do *The Pirate Bay*, veiculado pela televisão sueca:

All four defendants are sentenced to one year in prison.

The offense is called "assisting copyright infringement".

(KLOSE, 2013, seq. 00:42:51 – 00:43:01)

A coalizão do Antipiratbyrån havia conseguido condenar os fundadores do *The Pirate Bay* por auxiliarem na infração do *copyright*, um crime que não existia na Suécia quando fundaram o site. Adicionalmente um interessante detalhe veio à superfície após o julgamento, o juiz que julgara o caso desde o princípio, Tomas Norström, era membro do conselho na Associação Sueca para os Direitos Industriais (SFIR), e também era membro da Associação Sueca para o *Copyright* (Svenska föreningen för upphovsrätt), associação da qual, aliás, todos os advogados de acusação também participavam.

No documentário que retrata o julgamento do *The Pirate Bay*, TPB-AFK, uma repórter interpela o juiz Norström sobre este pormenor de sua biografia que permaneceu oculto ao longo do julgamento

[repórter] -Why didn't you inform the court?

[juiz Tomas Norström] -Good question. I didn't.

[repórter] -Was it a correct decision?

[juiz Tomas Norström] -That's for others to decide.

(KLOSE, 2013, seq. 00:46:35 – 00:46:54)

A relevância desta informação é que, se tivessem motivos para desconfiar que o juiz do caso tinha um viés, os réus teriam pela lei sueca o direito de pedir que um novo juiz fosse apontado para presidir o julgamento. O Antipiratbyrån vencia juridicamente, mas perdia moralmente, o que na prática não importa.

A situação ganhava ares Kafkianos, primeiro se descobriu que o oficial responsável pelas investigações que levaram os integrantes do *The Pirate Bay* até a corte, atuara durante todo o tempo a soldo da *Warner Brothers*, e pior, apareceria no tribunal na condição de testemunha de acusação mesmo sendo um recém funcionário da *Warner Brothers*, o que foi divulgado na imprensa sueca (e em parte mundial) como um escândalo jurídico

The officer began working for Warner Brothers job several months after the preliminary investigation was completed. The same police officer is scheduled to appear as a witness in the forthcoming Pirate Bay trial, newspaper Sydsvenskan reports.

Defence lawyer Peter Althin said he would be looking into the matter.

"The question is how long this was under consideration. If it was under consideration at

the time of the investigation then it is a scandal," he told Sydsvenskan. (TT/THE LOCAL, 2008)

A dimensão deste pequeno conflito de interesses é melhor compreendida com a declaração que brokpe⁹³ faz ao promotor ao contestar a imparcialidade do testemunho deste oficial

His income that year is higher than his police salary.

He has declared capital gains of \$120 000. [0:24:36 – 00:24:45]

Mas com a revelação das afiliações do juiz Norström, os advogados de anakata, brokpe e tiamo pediram a anulação do julgamento, sob a alegação de que o juiz tinha interesses particulares naquele caso, interesses que inclusive omitiu durante o julgamento. Contudo a apelação foi negada pela justiça sueca, que argumentou o seguinte:

The Court of Appeal conceded that the judge was a member of organisations acting in the interests of rights holders, but the court also pointed out that copyright holders enjoy constitutional protection under Swedish law.

"For a judge to back the principles on which this legislation rests cannot be considered bias," the court wrote in its ruling.

The court did however criticize Norström for not speaking openly about the organizations of which he was a member prior to the start of the trial. This would have allowed for the bias claims to be heard at an earlier stage of the legal process, the court said. (TT/THE LOCAL, 2009)

Mas aquela seria uma vitória pírrica para as empresas do *copyright*, toda a publicidade negativa e todos os efeitos colaterais causados pelos combates em torno do *The Pirate Bay* se ramificariam para fora da pequena Suécia, com sua população inferior a 10 milhões de habitantes, e floresceriam em outras nações.

A MPAA havia potencializado um movimento global de contestação da propriedade intelectual, um movimento que se manifestaria principalmente na organização de Partidos Piratas pelo mundo todo, e que, como demonstraram alguns dos *cables* de comunicação diplomática divulgados pela *WikiLeaks*, não havia passado despercebido ao governo Sueco (setembro de 2009) e nem ao governo norte-americano (junho de 2009).

93 Peter Sunde

Graças aos documentos que Chelsea Manning⁹⁴ fez chegar até o site *WikiLeaks* sabemos que a embaixada norte-americana em Stocolmo considerou o Partido Pirata como o grande vencedor da eleição de 2009, e que via relação direta entre o crescimento do partido e a irritação dos jovens suecos com a condenação dos membros do *The Pirate Bay*. Mais interessante é a consideração sobre o partido não se definir nem à esquerda e nem à direita, tendo o que era entendido pela embaixada como uma auto-imagem de movimento histórico, análogo, por exemplo ao dos trabalhadores.

Date: 2009 June 10, 13:42 (Wednesday)

Canonical ID: 09STOCKHOLM355_a

From: Sweden Stockholm

To: Group Destinations European Political Collective | Secretary of State

Victory for the Pirate Party

3. The big winner was the Pirate Party -- which campaigned on reformation of copyright and patent law and opposition to a wiretapping law proposed by the Swedish security services. The Pirates secured a whopping 7.1% and one seat in Parliament. **The party, founded in January 2006, attracted young voters angry over the guilty verdict in the Pirate Bay trial, the unpopular EU Ipred directive, and new national laws criminalizing file sharing and authorizing monitoring of emails.** The party has not yet announced what EP party group it would like to belong to, and the current thinking espoused by Pirates is that the classic political right-left scale is outdated. **Rather, the Pirates see themselves as an historic movement analogous to working-class and the green movements.** The party is now looking to negotiate with both the liberal ALDE group and the Greens/EFA group. (WIKILEAKS, 2009a) (*grifo nosso*)

Outro documento da *WikiLeaks* é revelador ao registrar o desconforto da Primeira Ministra sueca com o crescimento do Partido Pirata, que em sua leitura sublinhava um descompasso da política tradicional com as aspirações dos jovens, para ela era necessário fazer mais do que simplesmente aprovar novas legislações.

Date: 2009 September 8, 05:22 (Tuesday)

Canonical ID: 09STOCKHOLM569_a

From: Sweden Stockholm

To: Department of Energy | Group Destinations European Political Collective | Secretary

94 Anteriormente conhecida como Bradley Edward Manning.

of State | U.S. Mission to European Union (formerly EC) (Brussels)

22. (SBU) Olofsson⁹⁵ said we need to understand how young people see the problem. We should talk about what is happening now, not just pass legislation, she stressed. She pointed to the success of Sweden's **Pirate Party in the European Parliamentary elections as an example of that young people "do not trust us."** She said the Pirate Party attracted voters from both the right and the left, and the Pirate Party MEP now has two advisors, one with a background in the Left Party, and one from a neo-liberal party. *(grifo nosso) (WIKILEAKS, 2009b)*

Ainda em relação ao assunto *WikiLeaks* vale mencionar que em 2013, com o lançamento do documentário *The Pirate Bay – Away From Keyboard* (TPB-AFK) foi revelada a conexão de anakata⁹⁶ como colaborador da *WikiLeaks* e de Julian Assange, voltaremos a este assunto ao tratar do que denominamos de Estado Totalitário Dissimulado.

Um Partido Pirata Mundial

O Partido Pirata Sueco cresceria nos anos seguintes, para o desgosto da política externa norte-americana, chegando a eleger um eurodeputado (Christian Engström), acompanhando a persistência da disputa em torno dos direitos autorais como uma questão política, notadamente com o debate da diretiva europeia *Intellectual Property Rights Enforcement Directive* que em 1º de abril de 2009 seria incorporada à lei sueca e com o julgamento dos integrantes do *The Pirate Bay*. *(NEUMANN, FELIX, 2011)*

A fundação do Partido Pirata Sueco funcionou como faísca sobre material inflamável, em curto espaço de tempo Partidos Piratas começaram a surgir por todos os países do mundo, depois do original sueco, um dos mais relevantes pelos resultados eleitorais que obteria, foi o Partido Pirata Alemão, fundando em 10 de setembro de 2006, em Berlim, pouco depois do Partido Pirata Sueco, sendo o terceiro no mundo, precedido apenas pelo Partido Pirata Austríaco.

Mas mesmo que fosse inspirado pelo original Sueco, seu contexto de fundação foi bastante diferente daquele. A questão central na Alemanha é a proteção de dados, por seu passado recente com o holocausto nazista, há entre muitos alemães a convicção de que o Estado não deve preservar dados sobre, e nem regular em excesso a vida privada do cidadão, assim, historicamente a

⁹⁵ Maud Elisabeth Olofsson, Primeira Ministra sueca de 2006-2010;

⁹⁶ Gottfrid Svartholm

Alemanha conta com um significativo número de ONGs e até de iniciativas do próprio Estado, voltadas para a proteção de dados, bem como para a formulação de políticas de rede não invasivas. O conflito da propriedade intelectual não estava colocado, ao menos não em primeiro plano, na ocasião de fundação do Partido Pirata Alemão, o que o manteve fora da mídia nos momentos iniciais. (NEUMANN, FELIX, 2011)

Os piratas alemães receberam mais atenção do público quando o governo começou a discutir medidas para conter no mundo virtual a pornografia infantil, que como em outros lugares do mundo tinham a infeliz, porém recorrente, concepção de bloqueio da Internet para sites marcados como infratores. O debate sobre a pornografia infantil na Internet, veio se somar a protestos que já ocorriam na mídia contra mudanças na política de retenção de dados, fortalecendo o discurso de liberdade on-line dos piratas. (NEUMANN, FELIX, 2011)

Tais propostas de legislação, vistas por muitos alemães como intervenções indevidas do Estado, trouxeram para primeiro plano os conflitos entre as necessidades de segurança, apresentadas pelas lideranças políticas e a percepção de ativistas das liberdades e dos direitos civis. Os piratas apontavam não só a ineficiência de tais barreiras, no combate à pornografia infantil, como também alertavam para os possíveis efeitos colaterais, como o bloqueio acidental de sites não infratores, possibilidade para qual existiam exemplos internacionais e que, em última análise, tal limitação poderia servir para o controle dos discursos.

Assim foi composta o que se tornou a plataforma tradicional dos piratas. Defesa do compartilhamento livre (traço marcante do Partido Sueco), mas também da defesa da privacidade e da liberdade de acesso (traços marcantes do Partido Alemão). Sob essas bandeiras principais, e tudo o mais que dissesse respeito ao *cyberspace*, os Partidos Piratas cresceram em todo o mundo, aglutinando uma coletividade política internacional como não se via desde os tempos áureos dos Partidos Comunistas.

A planilha de contatos do *Pirate Party International* (PPI)⁹⁷ (COLLENTINE, 2013), dá conta de 49 iniciativas de Partidos Piratas, classificados como registrados ou ativos, destes uma lista de 24 países é considerada como membros do PPI⁹⁸ (Austrália, Áustria, Bélgica, Brasil, Bulgária, Canadá, Croácia, República Checa, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Itália, Cazaquistão,

97 Originalmente agregada por Josef Ohlsson Collentine, *International Contact for Piratpartiet* (PPSE) que iniciou a planilha por falta de informações sobre os diferentes Partidos Piratas do mundo. A planilha faz parte de um projeto do *piratetimes.net* que pretende converter os dados coletados em um API para acesso público. Josef gentilmente nos franqueou acesso aos dados coletados antes do lançamento da API.

98 O Partido Pirata Sueco não é membro do coletivo PPI.

Luxemburgo, Holanda, Nova Zelândia, Portugal, Romênia, Rússia, Eslovênia, Espanha, Suíça, e Reino Unido).

Mesmo que nem todos estes Partidos Piratas estejam formalmente registrados e disputando eleições, ou mesmo que sejam politicamente irrelevantes em seus cenários nacionais, a lista do PPI dá um panorama interessante de como o discurso pirata encontra uma ressonância universal, reflexo provável de uma insatisfação global com as políticas de controle da propriedade intelectual e de controle da Internet.

Mas Quem Educou os Hackers Para Serem Piratas?

Na história da pirataria na Suécia, é impossível não observar como é a radicalização da propriedade sobre o imaterial, da propriedade sobre as ideias, que forma, informa e dá a forma da rebelião, uma rebelião que, quando pressionada, se converte em resistência sistêmica.

Adrian Johns já observava em seu livro *Piracy* que havia um nexos causal entre *hackers* que se tornavam “criminosos” e a tentativa de cooptação da Internet por motivos econômicos.

The transformation of hackers from anarchic geniuses into criminals and terrorists (language that was leveled even in the WELL) coincided with the rise to dominance of proprietorial approaches in a networked digital economy aspiring to global reach. Issues of trust, access, and security were of central importance to both. (JOHNS, 2010, p. 491)

O grupo antipirataria sueco (*Antipiratbyrån*) é anterior ao *Bureau Pirata* (*Piratbyrån*). É observando o movimento do Capital, inexoravelmente a avançar sobre direitos comunitários, que são colocados em movimento os grupos que vão em conjunto (*Piratbyrån* e *The Pirate Bay*), ou separadamente (Partido Pirata), e tentar estabelecer frentes de combate que se manifestam como ações de formação/informação do público, rebelião aberta, e finalmente a resistência política.

“The Pirate Bureau came into existence in the summer of 2003.

It was at the same time As the record industry sued Napster in the US and the medical industry sued South Africa for copying HIV-medicine. The name "the Pirate Bureau" was an easy choice. It wasn't about romanticizing pirate stuff with eye patches and stuff. We've never liked that.

The Anti-Piracy Bureau already existed we wanted to state that we're the active part in this conflict. The Anti-Piracy Bureau is the reactive part. ” (Rasmus Fleischer, nick

“rms”) (KLOSE, 2013, seq. 00:16:49 – 00:17:33)

Outra observação inevitável é a avassaladora interferência estrangeira nos sistemas jurídicos e políticos da Suécia, onde a elite local, para fazer andar sua própria agenda, se vê acuada por uma elite estrangeira mais forte, que ameaça em lhe prejudicar caso os interesses estrangeiros não sejam adequadamente defendidos.

Nesta história é possível reconstituir como os Partidos Piratas só vieram a surgir por conta da radicalização do capital na apropriação e exploração dos bens imateriais. E aqui incluímos a questão da privacidade como bem imaterial, mas este assunto será melhor delineado nas conclusões.

Há também uma sugestão de impacto marginal da pirataria nas receitas dos detentores de direitos imateriais, que torna necessária a explicação, ao menos, sobre o declínio da indústria fonográfica. Não é nosso objetivo descer até esses meandros, mas os estudos consultados apontam mais para uma mudança de base tecnológica, a alteração dos suportes da música, e, conseqüentemente, a uma mudança de hábitos, do que para um reflexo direto da pirataria.

O que levanta a questão, que independente das razões da queda nas vendas, há que se justificar aos acionistas as perdas de receita, sendo menos simples as atribuir a mudanças no sistema capitalista, no comportamento do público e nos suportes tecnológicos, do que promover a eleição de um grande vilão a ser combatido: o vazamento de receitas pelo sorvedouro da pirataria.

Também há, com apontamos, uma projeção de ganância na falsa premissa de que todo o material pirateado, fosse a pirataria impossível, seria adquirido pelas vias do mercado. Conceito que é ilusório e fantasioso.

Pirataria como desobediência civil

Na epígrafe que abre este capítulo, o músico e também ex-ministro da cultura do governo Lula, dá voz a um pensamento desconcertante, Gilberto Gil equipara a pirataria com desobediência civil e com os protestos das esquerdas, um conceito que permite novas formas de se considerar o fenômeno global da pirataria.

O que há para se ver aqui é que embora a proteção da propriedade intelectual seja cada vez mais radicalizada, ao mesmo tempo, parcelas significativas de populações distintas ao redor do

mundo, ignoram as leis velhas e novas, e se engajam no compartilhamento não autorizado de toda sorte de informações.

É claro que a radicalização da propriedade intelectual não ocorre sem que, quase como uma espécie de terceira lei de Newton⁹⁹, haja um movimento contrário e de igual intensidade de resistência ao exercício de poder sobre as informações pelo Capital, afinal, se a tecnologia é inerente ao ser humano, ela não pode ser verdadeiramente expropriada. A natureza da rede, concebida como “a maior máquina de copiar do mundo”, permitiu a sinergia da inteligência coletiva, transformada em ação de resistência por esta multidão que se encontrou na rede com uma identidade em comum.

Há que se observar ainda, quando tratamos dos Partidos Piratas, que embora em torno de suas propostas gravitem indivíduos politicamente radicalizados, em sua totalidade, até onde pudemos apurar, são partidos menos revolucionários do que se pretende na mídia ou em sua iconografia. Em primeiro lugar, não há um posicionamento claro dos partidos como “esquerda” ou “direita”, já mencionamos a observação da embaixada norte-americana em Estocolmo, mas vale rememorar aquela avaliação:

(...) the current thinking espoused by Pirates is that the classic political right-left scale is outdated. Rather, the Pirates see themselves as an historic movement analogous to working-class and the green movements. (WIKILEAKS, 2009b)

Contudo, superar a dicotomia esquerda-direita, por a considerar ultrapassada, é também se conformar a um certo discurso conservador-liberal que vê a atividade política como passível de ser exercida e, não, em contrário, como o combate de interesses em que tradicionalmente se traduz a política, mas como uma atividade técnica.

Falkving observa a característica de “saco de gatos” do partido pirata sueco, e que parece se reproduzir pelas outras agremiações piratas do planeta:

We find that our supporters come from all previous political ideologies, evenly distributed. The pirate ideology can be supported fully from at least capitalist, communist/socialist, liberal/libertarian, technological, and civil rights standpoints.

Once you rephrase copyrights and patents as “government-sanctioned private

⁹⁹ Onde para toda ação há sempre uma reação oposta e de igual intensidade, ou onde as ações mútuas de dois corpos um sobre o outro são sempre iguais e dirigidas em direções opostas. É desnecessária a explicação de que aqui a lei é aplicada apenas como uma figura de linguagem, não como uma “lei” propriamente dita.

monopolies,” you have most of the capitalist, liberal, and socialist people on your side.

The antiglobalization movement is not very well represented. You see some anti-colonialism, because the United States is the driving force behind today’s copyright and patent maximalism. The vast majority of key players, however, are seeing this not in the light of what they are against, but in the light of what they want to build. [A2K, 385]

São pois, no máximo, uma continuação da forma institucionalizada da luta política burguesa. Eles não propõem a derrubada do modelo que gera a apropriação radicalizada do imaterial, quando muito, propõem apenas o seu afrouxamento em algumas áreas, e tem a pauta severamente limitada a assuntos correlatos ao *cyberspace*; encontrando dificuldades em atuar “AFK”, o que talvez explique por que os membros do *The Pirate Bay* não são filiados ao Partido Pirata, brokpe¹⁰⁰, por exemplo, é filiado ao Partido Verde sueco¹⁰¹.

Serão os Partidos Piratas a revolução possível? Nos parece que não.

¹⁰⁰ Peter Sunde

¹⁰¹ Ou pelo menos ele era nesta época. Em 8 de maio de 2014 foi divulgado em diversos veículos de notícia na Internet que Peter Sunde irá concorrer como candidato do Partido Pirata finlandês nas eleições europeias de 2014, com a intenção declarada de ser uma força disruptora em Bruxelas. (ERNESTO, 2014)

1.5 A política que nasce da tecnologia: Software Livre, o caso brasileiro

Só a Antropofagia nos une. Socialmente. Economicamente. Filosoficamente.

Única lei do mundo. Expressão mascarada de todos os individualismos, de todos os coletivismos. De todas as religiões. De todos os tratados de paz.

Tupi, or not tupi that is the question.

Contra todas as catequeses. E contra a mãe dos Gracos.

Só me interessa o que não é meu. Lei do homem. Lei do antropófago.

(...) A idade de ouro anunciada pela América. A idade de ouro. E todas as girls.

(...) Tínhamos a justiça codificação da vingança. A ciência codificação da Magia. Antropofagia. A transformação permanente do Tabu em totem.

(...) Morte e vida das hipóteses. Da equação eu parte do Cosmos ao axioma Cosmos parte do eu. Subsistência. Conhecimento. Antropofagia.

(...) Contra a realidade social, vestida e opressora, cadastrada por Freud – a realidade sem complexos, sem loucura, sem prostituições e sem penitenciárias do matriarcado de Pindorama.

Oswald de Andrade, em Piratininga ano 374 da Deglutição do Bispo Sardinha¹⁰²

Para avaliar a apropriação e posterior transformação do ideário do *Movimento do Software Livre* no Brasil é necessário dar alguns passos para trás no tempo e compreender os antecedentes históricos do envolvimento brasileiro com a tecnologia (micro)eletrônica e os primórdios de suas tentativas, notadamente frustradas, de autoinserção como produtor e não como consumidor destas inovações.

Pois, como Theotonio dos Santos, já apontava em seu clássico *Revolução Científico-Técnica e Acumulação do Capital*,

(...) o trabalho não se exerce sobre o vazio. Ele se realiza a partir de um certo grau de desenvolvimento das forças produtivas, o que supõe um certo desenvolvimento do conhecimento da natureza, da capacidade de produção já instalada, dos conhecimentos já

¹⁰² MANIFESTO ANTROPÓFAGO, *Revista de Antropofagia*, Ano 1, No. 1, maio de 1928.

existentes por parte dos trabalhadores, da organização e da divisão do trabalho. A noção de trabalho inclui necessariamente um objeto sobre o qual ele opera, instrumentos para agir sobre este objeto e uma organização determinada dos trabalhadores. A capacidade de apropriação da natureza pelo trabalho não é, pois, independente das condições sociais históricas concretas em que ele se dá. (SANTOS, THEOTONIO, 1987, p. 44)

O interesse brasileiro pelos computadores é antigo. Gildo Magalhães narra em sua tese *Um Bit Auriverde: Caminhos da Tecnologia e do Projeto Desenvolvimentista na Formulação duma Política Nacional de Informática para o Brasil (1971-1992)*, que ainda no governo JK já se formava no governo um interesse pela máquina de computar recém inventada, e que passou a ser adquirida por diferentes órgãos governamentais ainda na década de 1960. Na década seguinte surgiram as primeiras iniciativas de construção de uma máquina nacional nos moldes das produzidas nos Estados Unidos e Europa, que de acordo com Magalhães serviram para mobilizar o interesse acadêmico.

A partir de tal disseminação de conhecimentos científicos sobre a computação e do despertar para sua importância sócio-econômica, começa a se delinear uma política nacional de informática (PNI), que conhecerá porém fases diferenciadas. Numa proposta de caracterização esquemática destas etapas, visualizamos o seguinte desenrolar histórico:

- *Primeira Fase*: concepção e início do PNI (1971-1979);
- *Segunda Fase*: institucionalização, auge e declínio da PNI (1980-1989);
- *Terceira Fase*: transição (1990 até hoje). (SANTOS FILHO, 1994, p. 156)

O período que Magalhães esquematiza como Primeira Fase corresponde à tentativa governamental em obter um computador brasileiro, tentativa que não frutificou, mesmo diante da política de substituição de importações e de iniciativas de nacionalização de modelos estrangeiros de computadores. O governo brasileiro, que então era uma ditadura militar, estava interessado neste desenvolvimento autóctone por considerar a nova tecnologia estratégica para defesa e a soberania.

Porém, políticas de protecionismo e nacionalização iam contra o movimento internacional que o Capital delineava como sendo as suas novas fronteiras: a abertura dos mercados e a defesa intransigente da propriedade intelectual. Substituir importações e “nacionalizar” desenhos de produtos estrangeiros era abusar da boa vontade dos poderes constituídos na divisão internacional do trabalho.

A questão da liberalização comercial e sua relação com a informática e os direitos de propriedade serão abordados mais adiante nesta pesquisa, por hora, basta dizer que a partir de 1986 com a rodada Uruguai do GATT, o governo norte-americano, movido por pressões internas, procurou incluir serviços, patentes, investimentos e direitos autorais como parte dos princípios liberais do comércio.

Com isso, a atuação do governo brasileiro, de privilegiar a capacitação nacional por meio de uma reserva de mercado, foi enfrentada pelos Estados Unidos com ameaças de sanções comerciais que culminaram com a total abertura do mercado brasileiro de informática durante o governo Collor. (FARNSWORTH, 1987)

Ainda assim, estes primeiros anos deram conta da formação de um corpo pequeno, mas consistente de técnicos na ciência da computação, que através dos departamentos de Matemática, Física e Engenharia das Universidades mantiveram o necessário conhecimento técnico-científico para dar, mais tarde, origem a uma geração de programadores reconhecidamente competentes.

É neste contexto que as ideias do movimento do *software livre* serão recebidas no Brasil, após a falência da indústria nativa de microcomputadores, provocada por inúmeros fatores, mas sem dúvida precipitada pela abertura forçada do mercado à concorrência estrangeira.

Como já foi mencionado anteriormente, no Brasil, o *Movimento do Software Livre* ganhou cores e contornos que não tinha em sua gênese nos Estados Unidos. Esta pesquisa defende a tese de que isso se deu pela maneira como, historicamente, o *software livre* esteve, desde os seus primórdios no Brasil, associado ao Partido dos Trabalhadores. Com essa associação o *Movimento do Software Livre* se valeu do crescimento político do PT para se expandir, e durante esta expansão suas propostas originais, marcadas pela ideologia liberal norte-americana, foram mescladas com o ideário da esquerda radical que marca os primeiros anos do PT, criando na América Latina uma antropofagia do *software livre*, que foi absorvido e depois reelaborado com proposições que vão muito além da visão original de Richard Stallman.

Compreender como isto se deu exige, primeiro, compreender como se deu a formação do PT e que tipo de contradições internas trazia consigo por sua origem tanto popular quanto multifacetada. Note-se que o objetivo aqui não é promover uma análise acerca do PT ou sua atuação, fato que embora interessante, escapa meteoricamente do que busca este texto. Assim sendo, o objetivo é apenas acompanhar seu nascimento e crescimento, para pontuar a evolução

combinada com o *Movimento do Software Livre* no Brasil.

O PT foi oficialmente fundado “no dia 10 de fevereiro de 1980” por “cerca de 1200 pessoas (sendo quatrocentos delegados eleitos em dezessete Estados brasileiros)” (SECCO, 2011, p. 35), e, levando em conta o contexto da redemocratização do país, nascia como um partido que congregava as mais diferentes tendências, agregadas ao redor da identidade manifesta no nome próprio nome do partido: Partido dos Trabalhadores.

A base social que constituiu o PT era composta fundamentalmente por operários da indústria, como metalúrgicos, químicos, petroleiros, coureiros, vidreiros, e do setor de serviços, como os empregados em empresas de transporte, bancários, pequenos proprietários e trabalhadores rurais sem terra, além de funcionários públicos, como professores das redes municipais e estaduais de ensino.

A composição dessa base social agregava ainda inúmeros segmentos politicamente radicalizados da classe média, vinculados pelo trabalho e pela participação em diferentes movimentos associativos reivindicatórios, majoritariamente urbanos, por habitação, salário, empregos, educação e saúde. Esses movimentos sociais reuniram inúmeros indivíduos e grupos sociais, profissionais e políticos, formados por estudantes, médicos, jornalistas, advogados, economistas, técnicos, professores universitários, ambientalistas e engenheiros, aos quais se somavam militantes de organizações que lutavam contra a ditadura, dirigentes dos movimentos estudantis das décadas de 1960 e 1970, líderes religiosos e agentes comunitários da Igreja católica. (MARTINEZ, 2007, p. 246)

Uma composição, como diria Daniel Aarão “inusitada”, que reunia “de mãos dadas, em aliança, lideranças sindicais *autênticas*, revolucionários marxistas-leninistas e militantes cristãos radicais.” em uma construção política onde “Para alguns críticos, havia ali um ecletismo insustentável, de curto fôlego. Mas, para os mais entusiasmados, estava nascendo o primeiro partido socialista do século XXI.” (REIS, DANIEL AARÃO, 2007, p. 507, 510)

Entre 1982 e 1985 o PT registrou crescentes sucessos na frente eleitoral. Trata-se do mesmo período de definição e implementação das políticas neoliberais por Washington e Londres, em que há um acirramento de conflitos em todas as frentes, em especial na militar, na diplomática e no comércio exterior, onde, excluídos os conflitos militares, o Brasil permaneceria em contenciosos constantes com Washington¹⁰³.

Forjado nas greves operárias do ABC, em desafio aos poderes e legislações constituídos, o

103 Ver, por exemplo, (TACHINARDI, 1993; VIGEVANI, 1995)

PT, naturalmente, cresce defendendo posições antagônicas às do racionalismo econômico dominante, o que se poderia considerar posição desconfortável, principalmente após 1989.

O século XX parecia ter terminado abruptamente no final da década de 1980, com a queda do muro de Berlim em novembro de 1989. Seria necessária uma outra década inteira para que se tivesse certeza de que a História não havia terminado. Foi só em 30 de novembro de 1999, quando mais de 50 mil manifestantes inviabilizaram a realização de uma reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC) que surgiram sinais de ruptura, e esta manifestação ocorreu em Seattle, em pleno Estados Unidos, na base do imperialismo e neoliberalismo. (LEITE, 2003)

Seattle é importante, pois é, em geral, apontada como a ocasião de ressurgimento dos movimentos sociais, não que eles tivessem desaparecido na década anterior, mas estavam indubitavelmente enfraquecidos, com honrosas exceções como os Zapatistas no México. Em seu ressurgimento, os movimentos sociais de contestação e de protesto radicais, se fortalecem quando encontram a rede Internet, pois com ela se abrem novas possibilidades de articulação revolucionária.

Novembro de 1999 foi um prelúdio para as ondas de protestos que viriam depois, manifestações que contestariam fortemente a globalização e o neoliberalismo impostos pelas potências dominantes (se poderia até dizer classes dominantes), na década anterior. Um ressurgimento que não estava dissociado do movimento brasileiro em direção ao *software livre*.

Paralelamente e até em contraste à expansão do neoliberalismo pelo mundo, o PT seguia sua trajetória de crescimento constante, já em sua primeira eleição, em “1982 o partido elegeu vereadores no Acre, Amazonas, Pará e Rondônia”, conseguindo 8 cadeiras na Câmara, e na eleição de 1989 Lula chegou ao segundo turno da disputa presidencial, perdendo para Fernando Collor de Mello. (SECCO, 2011)

(...) em 2001, quando se deu o primeiro Processo de Eleição Direta (PED) para escolha do presidente da sigla, o partido já reunia 500 mil filiados, em função de quase vinte anos de empenho organizativo, por ocasião do quarto PED, oito anos depois, esse número havia mais do que duplicado, com quase 1,2 milhão de aderentes, tendo subido, entre 2002 e 2009, de quarto para segundo colocado entre os partidos brasileiros quanto ao número de filiados, superando tucanos e Democratas. (SINGER, 2010, p. 92–93)

Mas não é só o crescimento interno do PT que nos interessa, embora seja um poderoso

indicativo de sua penetração na sociedade, são os números relativos às prefeituras e governos que dão o tom da história que contamos.

A quantidade de municípios governados pelo PT triplicou no período. Em 2000, eram 187, pulando, em 2008, para 559. A quantidade de cidades em que há diretórios do partido saltou de 40% em 1993 para 96% em 2009. A bancada petista no Senado Federal aumentou de três membros em 1998 para dez em 2006. O partido elegeu três governadores em 1998 e cinco em 2006. A menor taxa de incremento deu-se na Câmara dos Deputados, em parte devido ao recuo ocorrido em 2006, mas a comparação com a legislatura 1998-2002 mostra um progresso de quase 50% (de 59 para 83 cadeiras), devendo este indicador aumentar em 2010. (SINGER, 2010, p. 92–93)

Antes, portanto, de assumir a presidência, o PT se fez uma presença política importante por todo o Brasil, mas sua zona de conforto, seria a região Sul do Brasil, local onde primeiro se estabeleceu com segurança na capital do Estado e em diversas outras cidades.

No entanto foi no Rio Grande do Sul que o PT, alimentando-se de sua ampliação na classe média e, certamente, de uma permanência de longa duração, conseguiu suplantar os remanescentes do velho trabalhismo e forjar-se como o grupo hegemônico no campo da esquerda. Este processo iniciou-se com a conquista da prefeitura de Porto Alegre e com as sucessivas vitórias da candidatura presidencial de Lula no Estado. (SECCO, 2011, p. 59–60)

De fato, a situação em Porto Alegre foi favorável para o PT desde o seu início, primeiro com Olívio Dutra, do sindicato dos bancários, que venceu a eleição para a prefeitura ainda em 1988 (gestão 1989-1993), sendo sucedido por Tarso Genro (1993-1997), Raul Pont (1997-2001), Tarso Genro¹⁰⁴ novamente (2001-2002) e finalmente João Verle (2002-2005), sendo o próprio Olívio Dutra eleito para o governo do Estado para a gestão de 1999 a 2003 .

As sucessivas vitórias petistas em Porto Alegre deram espaço para a sedimentação de políticas públicas que seriam claramente identificadas com o partido, como o sempre lembrado orçamento participativo e a menos mencionada, política de inclusão digital, pela via do *software livre*.

A observação de que o PT se ampliava na classe média merece atenção, pois se relaciona

¹⁰⁴ Tarso Genro, mais tarde, em outubro de 2010, também foi eleito, no primeiro turno, governador do Rio Grande do Sul.

com a adoção do *software livre* por seus quadros. Lincoln Secco em sua *História do PT* aponta que daquelas mil e duzentas pessoas presentes à fundação do partido, a “maioria era de estudantes, intelectuais e líderes de movimentos populares, mas não de trabalhadores” (SECCO, 2011, p. 35), o que não deslegitima a agremiação como representante da esquerda, nem nega sua massa crítica alcançada no movimento sindical do ABC, mas expõe uma característica do partido existente desde a sua origem, que era a capacidade de atrair os segmentos radicalizados das classes médias.

Também a “formação inicial do PT como um partido consolidado em torno de interesses organizados, de intelectuais e da classe média urbana progressista”, na caracterização de Hunter e Power, permanecia como um dos traços característicos da política nacional. (SINGER, 2010, p. 94)

Assim, quando o PT estabelece sua hegemonia em Porto Alegre, está em condições de iniciar a experimentação tecnológica que não ocorrerá com a mesma intensidade em outros pontos do país, e nem em qualquer outro ponto da América Latina, pois tradicionalmente no Brasil são as classes mais abastadas quem primeiro tem contato com as novas tecnologias

(...) no Brasil houve sempre uma pequena camada em perfeita sintonia e que foi sempre a primeira a ter acesso a bens de consumo desenvolvidos e produzidos nos países ricos. Lembrando o caso do telefone, que, demonstrado ao imperador Pedro II no EUA, foi implantado logo em seguida no Brasil. (QUEIROZ, 2007, p. 97–98)

Tal racionalização pode ajudar a explicar o intervalo tão curto entre o surgimento do *software livre* no Brasil e a sua quase imediata adoção institucional em Porto Alegre e São Paulo. Uma breve cronologia recapitulando os principais eventos da época, mostra esta velocidade vertiginosa.

Como vimos, a licença GPL foi lançada por Stallman no começo de 1989, e apenas em 1991 se ouvia falar de Linux pela primeira vez, e na prática, o Linux não estava realmente muito operacional até 1993. Mesmo assim, são ainda de 1993 os primeiros relatos de utilização do GNU/Linux no Brasil, por professores da USP em São Paulo. (FRITSCH, 2013) O pioneirismo da USP se mantém, com a primeira rede GNU/Linux, sendo implantada no IME-USP já em 1995, feito que foi celebrado em 10 de Maio de 2013, quando ocorreu no IME, no auditório Jaci Monteiro, a comemoração dos 10000¹⁰⁵ anos desta rede, com a participação de seus fundadores.

105 O número está correto, a comemoração dos 16 anos da rede foi representada com um número decimal, como não poderia deixar de ser com tudo que se viu até aqui sobre o espírito da comunidade *hacker*. Detalhes em: (“Rede Linux IME-USP - Comemoração dos 10000 anos da Rede Linux”, 2013)

Também em 1995 fundou-se a empresa Conectiva no Paraná (“Conectiva”, 2013), que tinha com missão criar, vender e dar suporte a uma distribuição¹⁰⁶ Linux genuinamente brasileira. A vanguarda tecnológica desta iniciativa pode ser constatada quando se levam em conta as datas de lançamento de outras distribuições GNU/Linux. O Debian, a primeira de todas as distribuições, foi lançado em agosto de 1993, e a Red-Hat em outubro de 1994. A Mandrake, que viria a adquirir a Conectiva em 2005, foi fundada três anos depois, na França, em 1998.

O Brasil ia se acostumando a olhar para o Sul sempre que pensava em tecnologia de *software livre*, uma tendência que teria seu ápice anos mais tarde, com o *hacker* Marcelo Tosatti, como trataremos à frente.

No ano seguinte ao início da gestão de Olívio Dutra, em 1999, surge o Projeto Software Livre Brasil¹⁰⁷ (PSL-BR) iniciado em Porto Alegre, e como a própria Conectiva, fora do eixo tecnológico recorrente de Rio-São Paulo. Em 2000 aconteceu o primeiro Fórum Internacional de Software Livre (FISL I), entre 4 e 5 de maio, no Campus da UFRGS, congregando logo na estreia uma audiência de 2.100 participantes e trazendo o próprio Richard Stallman como o palestrante internacional (“Richard Stallman Speech Part I (FISL 1.0)”, 2000).

Um ano após o início do PSL-BR em Porto Alegre, na eleição municipal de 2000, Marta Suplicy (2001-2005) foi eleita para suceder Celso Pitta na capital paulista, configurando uma oportunidade para o PT iniciar um de seus maiores experimentos com o *software livre* como política

106 Para o usuário acostumado com o *MS-Windows* pode ser difícil apreender as diferenças do *Linux*, a começar pelo conceito de distribuição ou “distro”, que nada mais é do que um tipo de empacotamento do sistema, o estranhamento deriva do fato de que não existe propriamente um único *Linux*, existem vários, podendo cada qual ter uma interface gráfica e **objetivos** diferentes, enquanto no *MS-Windows* existe apenas uma interface padrão.

O conceito é bem menos difícil do que parece, para entender as principais diferenças do Linux em relação ao Windows é possível, para fins didáticos, fazer uma analogia com sorvete. Sorvetes existem em diferentes sabores: chocolate, creme, morango, etc, onde todos são sabores da mesma coisa: sorvete. Com o Linux acontece algo semelhante, existem o *Slackware*, *Debian*, *OpenSuse*, *Fedora*, *Ubuntu*, *Red Hat*, *Knoppix* e diversos outros, todos são “sabores” da mesma coisa: o *Linux*. Estes sabores são chamados de distribuições. Para cada sorvete, independente do sabor, é possível acrescentar uma cobertura (ou várias): calda de chocolate, caramelo, etc. Novamente, com o Linux ocorre algo semelhante, independente do “sabor” é possível utilizar uma “cobertura” à escolha, ou seja, a interface gráfica que se desejar/necessitar ou mesmo manter apenas o terminal. Existem diversas “coberturas” para o *Linux*, as mais populares são o *Gnome* e o *KDE*, mas existem outras como o *Enlightment* e *Xfce*, cada uma com características próprias, em alguns casos a interface é apenas um gerenciador de janelas como no *Enlightment* ou um sistema de *desktop* completo como no *KDE*. O *Gnome* tem foco na usabilidade e na simplicidade; o *Xfce* pretende ser leve o bastante para funcionar em máquinas mais modestas. É interessante notar que no *Linux* (bem como no sistema UNIX que lhe deu origem) as funcionalidades são executadas com a cooperação de diferentes componentes, isso inclui a separação do *X Windows System* do sistema operacional propriamente dito, permitindo que o sistema de gerenciamento de janelas funcione como um *software* do sistema operacional e não como parte integrante do sistema, como é o caso do MS-Windows. Esta abordagem simplifica o código do sistema e evita que ele tenha que tratar de tarefas não essenciais ao funcionamento da máquina, mas principalmente permite que as “peças” sejam rapidamente trocadas, ou mesmo montadas de acordo com a necessidade do usuário. É essa característica que permite ao Linux existir em diversas distribuições existentes diferentes.

107 O Projeto Software Livre (PSL) evoluiria para a Associação Software Livre (ASL).

pública. Este primeiro experimento se daria pela constituição dos Telecentros em São Paulo, uma iniciativa capitaneada pelo sociólogo e ativista do *software livre*, Sérgio Amadeu da Silveira.

A idéia de implantar Telecentros equipados com Software Livre na periferia da cidade de São Paulo, como parte da política de inclusão digital, partiu do sociólogo e militante político Sérgio Amadeu da Silveira. Em 2000, no Instituto de Políticas Públicas Florestan Fernandes, Amadeu idealizou o projeto que seria utilizado pela futura administração petista da capital. De acordo com uma de suas declarações: "*Queria fazer um programa que servisse inclusive para ajudar na eleição da então candidata à Prefeitura de São Paulo Marta Suplicy.*" (SOUZA FILHO, 2006, p. 119)

Amadeu que começou sua carreira de militante como presidente da UBES (1981-1983) (UBES, 2013), em 2000, no Instituto de Políticas Públicas Florestan Fernandes, já trabalhava com "Tecnologia da informação aplicada à administração local, Políticas de desenvolvimento econômico no município, e Cidadania Digital e Governo Eletrônico". Com a vitória de Marta passou a ocupar o cargo de "coordenador do governo eletrônico" da Prefeitura Municipal de São Paulo, onde permaneceu entre 2001 e 2003. (SILVEIRA, 2013)

Em junho de 2001, foi inaugurado o primeiro telecentro de São Paulo, em Cidade Tiradentes, com máquinas rodando Linux, o que era uma verdadeira façanha quando se considera que apenas 10 anos antes ocorreu a primeira publicação do *kernel*, por Linus Torvalds. (SILVEIRA; CASSINO, 2003, p. 239)

Os telecentros nasciam com dois objetivos principais mesclados. O primeiro e mais óbvio era tentar diminuir o que os norte-americanos referem como "digital divide", ou a "exclusão digital" na tradução para o português; o segundo, era habilitar uma parcela maior da população a participar do governo eletrônico.

Enquanto o conceito do governo eletrônico era o de aproximar população e governo por meio da tecnologia da informação, com a implantação de serviços como acompanhamento de contas públicas on-line, registro de boletins de ocorrência e consulta de multas pela Internet, se formou um entendimento no governo de Marta Suplicy de que o governo eletrônico, por conta da exclusão digital, poderia potencializar a exclusão social.

Tal entendimento serviu de impulso inicial para o projeto dos telecentros em São Paulo, que não só foram implantados com *softwares livres*, como passaram a fornecer cursos livres de

informática básica sobre estes *softwares*. Os números oficiais falam que “de maio de 2001 a dezembro de 2002” os telecentros paulistanos tiveram 91.323 pessoas cadastradas, ou um corpo de 62 mil usuários frequentes, dos quais 23.318 fizeram o curso de informática básica. (SILVEIRA; CASSINO, 2003, p. 61–62). São Paulo chegou a ter 145 telecentros funcionando simultaneamente.

Deste ponto em diante o *software livre* deixaria de ser uma experimentação e se tornaria uma política objetiva de autodeterminação tecnológica dentro do PT, sendo adotado quase uniformemente em todas as instâncias governamentais conquistadas pelo partido.

O Software Livre como Demanda dos Movimentos Sociais

Sedimentado como política pública pelo PT, o *software livre* floresceu com os 16 anos consecutivos de administração municipal em Porto Alegre, a cidade acabou se tornando um tipo de epicentro do combate à globalização e ao neoliberalismo, que no contexto de oposição ao Fórum Econômico de Davos, chamado de "o encontro dos ricos", deu origem e abrigou as primeiras edições do Fórum Social Mundial.

O primeiro Fórum Social Mundial, foi realizado entre 25 e 30 de janeiro de 2001, menos de nove meses depois daquele primeiro FISL, com a presença de Stallman.

O Fórum foi um êxito também por ocorrer em Porto Alegre, e não em qualquer outro lugar. Esta cidade e o estado do Rio Grande do Sul tinham se afirmado como um ponto do planeta onde se realizava uma sólida experiência social de formulação de alternativas concretas à mundialização capitalista (orçamento participativo, luta contra transgênicos, iniciativas cooperativas do MST, **apoio ao movimento pelo software livre** etc.). Além disso, a presença do PT nos governos de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul permitiu que um grande peso político e importantes recursos pudessem ser direcionados para a realização do Fórum e do conjunto de atividades que o conformavam. (LEITE, 2003, p. 75) [grifo nosso]

Fica claro que em Porto Alegre, com a longa gestão petista, aconteceu uma retroalimentação dos temas da esquerda entre o partido e os Fóruns Sociais Mundiais, onde o “I FSM trouxe o movimento mundial contra a globalização neoliberal de forma concreta para o Brasil.” (LEITE, 2003, p. 80). No meio dos diversos temas vinha a questão da resistência contra o que eram percebidos com os abusos da “propriedade intelectual”. O *Movimento do Software Livre* foi incluído nesta pauta e, ganhou uma dimensão de item de resistência dentro da esquerda, algo que ele não

tinha em sua origem norte-americana.

É difícil fazer um apanhado de conjunto das discussões travadas nas 16 plenárias da manhã e nas 400 oficinas da tarde. Nelas foram tratados os mais variados temas. Uma avaliação mais detida é impossível de ser feita, mas podemos mencionar como debates centrais: (...) **a luta contra o patenteamento dos seres vivos; o combate aos mecanismos estabelecidos de propriedade intelectual; a difusão do uso de softwares livres; o direito à informação;** (LEITE, 2003, p. 76) [grifo nosso]

O que vinha se apresentando como uma tendência dentro do PT de adoção do *software livre* como política de emancipação tecnológica, e, no discurso, como crítica aos abusos da propriedade intelectual, ganharia uma dimensão completamente inédita em 2002, com a eleição de Lula para a presidência da república.

As modificações dramáticas no cenário internacional acarretadas pela derrocada mundial do socialismo tornaram possível que a atração pessoal exercida por Lula e a militância aguerrida do PT viessem a ensejar um experimento impensável no quadro anterior de Guerra Fria: a chegada à presidência da República, em 2002, do líder operário de um partido de esquerda, de programa socializante e retórica radical. (REIS, FÁBIO WANDERLEY, 2010, p. 67)

Uma retórica radical que se manifestava em uma de suas formas mais agudas, justamente no ramo da propriedade intelectual e da adoção dos softwares livres. Não apenas Sérgio Amadeu, mas diversos outros militantes do PT estavam envolvidos no projeto dos telecentros em São Paulo e, também, na ASL-BR de Porto Alegre. Nomes como Marcelo D'Elia Branco, Mário Teza, João Cassino, Marcos Mazoni e Carlinhos Cecconi, entre outros, que podiam ser encaixados justamente naquele estrato do PT composto por intelectuais e pela classe média radicalizada.

A questão do *software livre* cairia como uma luva na presidência petista, sendo um dos elementos em total acordo com as diretrizes de 2001.

Assim, apesar de fazer concessões eleitorais, o PT continuou a ser uma força polarizadora. As diretrizes aprovadas em dezembro de 2001 afirmavam:

*A implementação do nosso programa de governo para o Brasil, de caráter democrático e popular, representará a **ruptura** com o atual modelo econômico, fundado na abertura e desregulação radicais da economia nacional e na consequente subordinação de sua dinâmica*

aos interesses e humores do capital financeiro globalizado.

Nessas circunstâncias, o partido esteve próximo ao Fórum Social Mundial, a principal iniciativa anticapitalista do início do século XXI, não por acaso inaugurado no ano 2000 em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, o estado mais importante governado pelo PT. Entre o espírito de Porto Alegre e o do Sion havia continuidade: ambos expressavam insatisfação com o mundo organizado e moldado pelo capital. (SINGER, 2010, p. 104)

Esta “ruptura”, pelo menos no campo do *software livre* e dos direitos autorais, acompanharia os oito anos de Lula à frente da presidência da república, o cenário favorável permitiu que tanto ao *Fórum Internacional Software Livre* (FISL) quanto ao *Fórum Social Mundial* (FSM) crescerem consideravelmente no ano seguinte.

O FISL III, que ocorreu entre 2 e 4 de junho de 2001 contou com 4.200 inscritos, contra 2.900 da edição anterior¹⁰⁸, vindo na esteira do sucesso do II Fórum Social Mundial, realizado entre 31 de janeiro e 5 de fevereiro.

O FSM 2002 foi um grande êxito numérico, passando dos 60 mil participantes, o triplo em relação a 2001. Foram credenciadas mais de 53 mil pessoas no Fórum (35 mil ouvintes, 15 mil delegados e 3 mil jornalistas) e 11 mil no Acampamento da Juventude. Mais importante, o número de delegados passou de 4 mil para 15 mil, representando cerca de 5 mil organizações, quase metade do exterior. (LEITE, 2003, p. 98)

Novamente a propriedade intelectual e o *software livre* entravam na pauta do FSM, o que legitimava as ações planejadas pelo governo brasileiro para a expansão das políticas de São Paulo e Porto Alegre para o restante do Brasil.

O Comitê Organizador Brasileiro, o Conselho Internacional e redes internacionais prepararam 27 conferências para o II FSM. Elas estavam agrupadas em torno dos quatro eixos definidos no Fórum anterior (...) inúmeras propostas podem ser destacadas, ainda que de forma muito parcial. (...) algumas delas, sistematizadas por Thomas Ponniah, (...) em seu livro com William Fisher, *Another World Is Possible*:
(...) eliminação dos direitos de propriedade intelectual incorporados no tratado de formação da OMC e na legislação sobre patentes hoje em vigor. Na área da informática, isso é impulsionado pelos movimentos por softwares livres. (LEITE, 2003, p. 103–104) [grifo nosso]

108 FISL II, 29 a 31 de maio de 2001; na PUCRS, Porto Alegre, Brasil.

O Fórum Social Mundial ainda foi realizado uma terceira vez em Porto Alegre no ano de 2003, de 23 a 28 de janeiro, antes de se converter em um evento itinerante, e, que, voltaria à cidade em 2005, 26 a 31 de janeiro, em seu aniversário de dez anos, como o "Fórum Social 10 Anos: Grande Porto Alegre" (25 a 29 de janeiro) e, em 2012 (24 a 30 de janeiro), consolidando a cidade como uma das referências mundiais de resistência ao pensamento hegemônico.

Compreender o papel assumido por Porto Alegre permite entender melhor como o Brasil mudou os significados da resistência no movimento começado por Richard Stallman, a cada nova edição do FISL eram trazidos lumiares do *Movimento do Software Livre* como palestrantes, misturados com figuras envolvidas em polêmicas da propriedade intelectual, ou advogados da privacidade na era digital, ou até, advogados da defesa aberta da pirataria. O “mix” gaúcho absorvia a iniciativa fundamentalmente liberal do *software livre* e a reinterpretava como movimento político de esquerda.

O primeiro FISL já havia juntado 2 mil pessoas e trazido Richard Stallman para contar a história de sua impressora e dali explicar os significados da GPL, cada nova edição seguiria mais ou menos nesta linha, sempre com incrementos substanciais de público

Ilustração 3: evolução de público no FISL

(“Relatório do 10º Fórum Internacional Software Livre: a tecnologia que liberta”, 2009, p. 5)¹⁰⁹

109 FISL I: 4 e 5 de maio – 2.000 inscritos | FISL II: 29 a 31 de maio – 2.900 inscritos | FISL III: 2 a 4 de junho – 4.200 inscritos | FISL IV: 5 a 7 de junho 2003 – 4.800 inscritos | FISL V: 2 a 5 de junho 2004 – 4.800 inscritos | FISL 6.0: 1 a 4 de junho 2005 – 5.300 inscritos | FISL 7.0: 19 a 22 de abril 2006 – 5.300 inscritos | FISL 8.0: 12 a 14 de abril 2007 – 7.400 inscritos | FISL 9.0: 17 a 19 de abril 2008 – 8.200 inscritos | FISL 10: 24 a 27 de junho de 2009 – 8.232 inscritos | FISL 11: 21 a 24 de julho de 2010 – 7.511 inscritos | FISL 12: 29 de junho a 2 de julho de 2011 – 6.914 inscritos | FISL 13: 25 a 28 de julho de 2012 – 7.709 inscritos | FISL 14: 3 a 6 de julho de 2013 – 7.217 inscritos

Mas se a criação e evolução do FISL ajuda a explicar a adoção e crescimento do *software livre* no Brasil, ele não é suficiente para explicar o viés ideológico desta adoção.

Este viés tem dupla origem, a primeira é a “linha” politizada do FISL, que foi determinada pelos membros fundadores da ASL-BR, com destaque para Marcelo D'Elia Branco¹¹⁰, ex-diretor da PROCERGS¹¹¹, que coordenou as duas iniciativas (FISL e ASL) em seus anos iniciais. Depois, é também uma continuidade das políticas e da visão adotadas pelos telecentros de São Paulo, ainda na gestão Marta Suplicy, com a marcada influência de Sérgio Amadeu da Silveira.

Vale a pena, aqui, olhar novamente para a constituição do PT, ou, especificamente para o aspecto que André Singer, nomeia de o “caráter radical do partido”.

(...) O caráter radical do partido, que fazia desse traço elemento distintivo em uma cultura política tingida pela ambiguidade e pela conciliação desde o alto, tinha o sentido de negar as limitações dos períodos anteriores. Desconfio que tal radicalismo esteja vinculado a uma tradição que Antonio Candido afirmou ser “essencialmente um fenômeno ligado às classes médias”. (SINGER, 2010, p. 100–101)

Esse caráter radical vinha impresso no próprio manual *GNU/LINUX e aplicativos livres nos Telecentros: Curso de Informática Livre (Versão 1.1)* de 2002, que era voltado para auxiliar o usuário iniciante na operação da máquina, mas onde, em meio às 76 páginas de instruções para operação de programas, se podiam ler textos como *Aprender para ser Livre*, assinado Sérgio Amadeu da Silveira, *Coordenador do Governo Eletrônico*.

Aqui estamos fazendo três apostas. A primeira é por acreditarmos que as tecnologias de informação também podem ser usadas para reduzir a desigualdade. A segunda, é que a informática deve ser usada para libertar e dar autonomia às pessoas de nossa cidade e não para aprisioná-las. Por isso, você aprenderá a usar o computador com softwares livres e não- proprietários. Terceiro, estaremos construindo uma das maiores redes de usuários de GNU/Linux do planeta o que incentivará o surgimento e o desenvolvimento de empresas locais que produzam novos aplicativos para software livre. Além disso, **deixaremos de enviar royalties ao exterior** como pagamento de licenças pelo uso de programas proprietários.

(...) **Recusamos formar prisioneiros de um único software, muito menos queremos**

110 Marcelo Branco também foi diretor da *Campus Party Brasil* em seus três anos iniciais, tendo deixado estas funções para se dedicar à coordenação de campanha da candidata Dilma Rousseff do PT, nas redes sociais, durante as eleições de 2010.

111 Companhia de Processamento de dados do Estado do Rio Grande do Sul.

criar um exército de reféns do adestramento acrítico de programas de propriedade de algum monopólio mundial. Acreditamos na inteligência coletiva e compartilhada, defendemos a educação para a cidadania e para a liberdade. Somos defensores do software livre. (COORD. DO GOVERNO ELETRÔNICO; LINUX SP, 2002, p. 5) [grifo nosso]

Os termos em negrito acima não estão assim no documento original; porém, achamos relevante destacá-los para marcar a presença de termos e terminologias, que não são recorrentes em manuais técnicos. O começo é inusitado, porém, segue *pari passu* o ideário da GPL, mas as observações sobre **remessas de royalties** e **prisioneiros adestrados, reféns de um monopólio mundial**, são expressões, no mínimo inusitadas neste tipo de documento, e demarcam claramente que desde o seu começo, o *software livre* no Brasil, foi temperado com condimentos revolucionários tipicamente latino-americanos, possivelmente intragáveis para o paladar do seu país de origem.

Na página seguinte, Ricardo Kobashi do *Comitê para Democratização da Informática* (CDI) de São Paulo, segue no mesmo tom, ao escrever sobre a *3ª onda da inclusão digital*, tom que se tornaria comum em praticamente toda documentação oficialmente produzida no âmbito das iniciativas de inclusão digital onde o PT estivesse envolvido.

Mas eis que fica claro que isso não é o suficiente. Que estamos incluindo, sim, mas onde? Em um padrão tecnológico e de direitos de uso que impede que a essência de nossos programas de inclusão digital seja levada a cabo.

Passamos a enfrentar um paradoxo. A tecnologia que nos incentiva a democratizar a informação não é democrática.

A tecnologia que nos possibilita adquirir, difundir e produzir novo conhecimento nos proíbe quando esse conhecimento é sobre ela mesma.

Nosso discurso fica irremediavelmente distante de nossos atos.

(...) Não vejo como isso possa ser possível sem o padrão de código aberto. (COORD. DO GOVERNO ELETRÔNICO; LINUX SP, 2002, p. 6)

Com a eleição de Lula, Sérgio Amadeu deixa a coordenação do Governo Eletrônico em São Paulo e passa a diretor do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), onde permanecerá entre 02/2003 e 09/2005, se tornando responsável pela Autoridade Certificadora Raiz da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira, e por toda a estratégia de inclusão digital e implantação do *software livre* na instância Federal. (SILVEIRA, 2013)

É uma mudança significativa, que altera fundamentalmente o papel do *software livre* no

Brasil, mas que também reverbera pelo Globo, o que antes era política de alguns municípios passa a ser uma política de Estado e, para a Microsoft uma situação isolada, passa a ser um problema de difícil administração pelos oito anos subsequentes.

Ciente das tendências *linuxistas* do PT, logo após a eleição de Lula, Bill Gates o convidou para um jantar em sua mansão, convite este que foi solenemente ignorado pelo governo brasileiro, que não se dignou a responder, e se a mensagem não estivesse clara, ela ficaria em breve.

Em entrevista à revista Carta Capital¹¹², Sérgio Amadeu resumizou a postura do governo a estas investidas, alegando que eram “*prática de traficante*” acreditando se tratar e um “*presente de grego, uma forma de assegurar massa crítica para continuar aprisionando o País.*” Os comentários renderam a Amadeu um processo na justiça, do qual, talvez pela má publicidade, talvez pelo movimento de defesa que a comunidade do Software Livre organizou para Sérgio Amadeu, ou talvez pela necessidade de manter boas relações com o governo, a Microsoft terminou por desistir. (SOUZA FILHO, 2006, p. 112)

A eleição de Lula, abria as portas para que o Brasil fosse, como acontece com raridade em sua história, notícia internacional por seu protagonismo tecnológico, algo que aconteceria justamente no campo da informática, que tantos dissabores trouxera em um passado recente.

Ainda em 2004, em entrevista ao IDG Now, Sérgio Amadeu declarava:

“Com o software proprietário o Brasil tem pouca chance de conseguir conquistar o mercado. Entendo que o Brasil deve fazer como a Índia e adotar o caminho do desenvolvimento de soluções. Temos, sem sombra de dúvidas, grande capacidade de desenvolver em linguagens abertas e de vender serviços. A maior comunidade de desenvolvedores de Java está no Brasil, a linguagem LUA foi desenvolvida aqui e já tem boa aceitação na Europa”. (FUSCO, 2004)

Em março de 2005, Todd Benson, pelo New York Times chamava o Brasil de “Maior e melhor amigo do *software livre*” (Brazil: Free Software's Biggest and Best Friend)

Since taking office two years ago, President Luiz Inácio Lula da Silva has turned Brazil into a tropical outpost of the free software movement.

Looking to save millions of dollars in royalties and licensing fees, Mr. da Silva has instructed government ministries and state-run companies to gradually switch from

112 O Pingüim Avança. Carta Capital, 17 de março de 2004 - Ano XI - Número 345 (“O Pingüim Avança”, 2004)

costly operating systems made by Microsoft and others to free operating systems, like Linux. (TODD BENSON, 2005)

E em abril desse mesmo ano John Carrol, no site da ZDNet, numa reprimenda à comunidade que via se acomodando com a ascensão dos países em desenvolvimento (*Why the third world won't save open source*), admitia que o Brasil não devia ser subestimado em seu potencial para expandir o mercado de *Softwares Livres*

First, don't underestimate the installed IT base present in developing nations. Nations such as Brazil aren't Zaire. Per capita GDP in Brazil is six times that of China, and over half of the Czech Republic. (CARROLL, 2005)

Como não poderia deixar de ser, assim que se estabeleceu como política petista, o *software livre* foi combatido por empresas e associações produtoras de *softwares*, e, também, pela grande imprensa que identificou ali um nicho para atacar ao PT. O caso mais célebre, ou que teve maior repercussão, foi sem dúvida da revista Veja, que em maio de 2006, na sua edição nº 1956 declarava que “O grátis saiu mais caro”

Ao insistir no software livre, o governo deixa de melhorar os serviços eletrônicos aos cidadãos e desperdiça dinheiro
(...) A oposição aos programas comerciais – leia-se aí a Microsoft, fabricante do sistema operacional Windows e a maior empresa mundial de software – é uma bandeira do PT. A posição está baseada, em parte, na desconfiança ideológica que o partido nutre em relação às grandes corporações capitalistas. (TEIXEIRA, 2006)

As insinuações da Veja foram prontamente contestadas pelo SERPRO (SANTANNA; MARTINI; QUIRICI, 2006), e não conseguiram reverter a tendência de boa publicidade que o *software livre* trazia ao governo, e em meados de 2007 a revista Wired se voltava para o fenômeno do *software livre* no Brasil. Mesmo sem compreender muito bem o fenômeno que se desenvolvia no gigante latino americano, dava destaque à fala do Ministro da Cultura, Gilberto Gil, que estranhamente não era um defensor ferrenho dos direitos autorais:

For Gil, "*the fundamentalists of absolute property control*" - corporations and governments alike - stand in the way of the digital world's promises of cultural democracy and even economic growth. They promise instead a society where every piece of information can be locked up tight, every use of information (fair or not) must be authorized, and every consumer of information is a pay-per-use tenant farmer,

begging the master's leave to so much as access his own hard drive. But Gil has no doubt that the fundamentalists will fail. *"A world opened up by communications cannot remain closed up in a feudal vision of property,"* he says.

"No country, not the US, not Europe, can stand in the way of it. It's a global trend. It's part of the very process of civilization. It's the semantic abundance of the modern world, of the postmodern world - and there's no use resisting it."

Gil laughs, as he often does when even he finds himself a little over the top. But these days it's not exactly unusual to hear this sort of thing from high-level members of the Brazilian government. The preservation and expansion of the information commons has long been a cause of hackers, academics, and the odd technoliterate librarian, but in the world's fifth-largest country it is fast becoming national doctrine. (DIBBELL, 2004)

Assim, mesmo sem entender o fenômeno completamente, a revista Wired percebia que aquela era uma “doutrina nacional”, e de posse dessa constatação, chegava na inevitável conclusão que a imprensa ao redor do mundo começava a divulgar em uníssono:

Brazil, in its approach to drug patents, in its support for the free software movement, and in its resistance to Big Content's attempts to shape global information policy, is transforming itself into an open source nation - a proving ground for the proposition that the future of ideas doesn't have to be the program of tightly controlled digital rights now headed our way via Redmond¹¹³, Hollywood, and Washington, DC. (DIBBELL, 2004)

Se a vitória de Stallman está manifesta na constatação de que ao longo dos anos de 1990 grandes empresas seguiam aceitando os termos da GPL, ainda falta explicar esta “doutrina nacional” de contestação da propriedade intelectual em geral, com as patentes e os *softwares* como o exemplo específico. Pois o *software livre* foi recebido no Brasil como portador de mensagens que não foram formuladas por seus criadores, ao menos não inicialmente.

While few software companies have been able to match that success, the tribal aspect of the free software community is one reason many in the latter half of the 1990s started to accept the notion that publishing software source code might be a good thing. Hoping to build their own loyal followings, companies such as IBM, Sun Microsystems, and Hewlett Packard have come to accept the letter, if not the spirit, of the Stallman free software message. Describing the GPL as the information-technology industry's “Magna Carta,” ZDNet software columnist Evan Leibovitch sees the growing affection for all things GNU as more than just a trend. “This societal shift is letting users take back control of their futures,” Leibovitch writes. (WILLIAMS, 2011)

113 Sede da Microsoft nos EUA.

A comparação que Evan Leibovitch faz com a Carta Magna é uma boa linha divisória entre a origem do *software livre* nos Estados Unidos e o que ele se tornou no Brasil. Para Leibovith, em sua elegia liberal, a GPL garante os direitos e as liberdades do consumo.

Em suas palavras: “Da mesma forma que a Carta Magna deu direitos aos súditos britânicos, a GPL garante os direitos e liberdades dos consumidores em nome dos usuários de programas de computador.” (WILLIAMS, 2011), o que até poderia ser verdadeiro nos Estados Unidos, mas que se transmutada em algo diferente, especialmente no Brasil, e depois em outros países da América Latina. Se em seu berço o *Movimento do Software Livre* defendia na verdade os valores do liberalismo norte-americano, aqui a tecnologia do *software livre* também será revolucionária, mas na América Latina, revolução tem outros significados.

Para compreender estes significados voltaremos à Sérgio Amadeu e Marcelo Branco, que não são sem dúvida os únicos exemplos de militantes petistas que encamparam o *software livre* como bandeira de combate da uma “globalização contra-hegemônica”, mas são, possivelmente os dois mais vocais e visíveis, envolvidos na articulação política e que, portanto, servem para exemplificar uma tendência.

Para além da controvérsia com a Microsoft, que relatamos anteriormente, Sérgio Amadeu, já como presidente do ITI, publicou em 2004, pela *Editora da Fundação Perseu Abramo*, um livro com o título *Software Livre – a luta pela liberdade do conhecimento*, que dá bem o tom de como esta tecnologia era absorvida pelo partido. Neste livro existem capítulos como “5. Motivos para o país adotar o *software livre*”; “7. O império contra-ataca: a estratégia do medo, da incerteza e da dúvida”; “8. Como usar a palavra liberdade para defender o monopólio”¹¹⁴.

Embora surja como principal ideólogo desta visão, se engana quem imagina que a mesma não fosse compartilhada em uníssono pelas outras instâncias do governo federal, especialmente as instâncias acima do ITI. Além da entrevista do ministro Gilberto Gil, reproduzida anteriormente, o então ministro chefe da Casa Civil da Presidência da República¹¹⁵, José Dirceu, na primeira reunião do Comitê Executivo do Governo Eletrônico, em 14/05/2003, fez as seguintes considerações que podem ser destacadas de seu discurso:

“(...) Deve ficar claro que a Tecnologia da Informação e Comunicação pode ser um

114 Vide: (SILVEIRA, 2004)

115 Na estrutura governamental o ITI responde diretamente à Casa Civil, sem intermediários.

grande instrumento para o Governo enfrentar questões econômicas, administrativas e sociais fundamentais. Por isso, a Tecnologia da Informação e Comunicação se vincula mais a temática do desenvolvimento e do combate à pobreza do que ao mero debate sobre soluções de informática. A responsabilidade deste Comitê é gigantesca. Tudo indica que nos próximos anos o Brasil será um dos grandes mercados compradores de Tecnologia da Informação, arrastado também pela modernização administrativa dos Governos e Municípios e pela incorporação definitiva da telemática nas políticas sociais e educacionais.

(...) Neste sentido, é preciso integrar as políticas de modernização administrativa e as políticas de inclusão social baseadas em Tecnologia da Informação e Comunicação à política de desenvolvimento industrial e tecnológico do país. É preciso buscar a redução do pagamento de royalties ao exterior e, sempre que possível, desenvolver e incentivar soluções de empresas nacionais (sem fechar legalmente nenhum mercado às empresas estrangeiras). É preciso aproveitar as vantagens comparativas deste enorme mercado interno comprador que temos no setor público para assegurar um mercado primário para empresas que busquem mercados no exterior.

(...) Faço questão de coordenar este comitê para deixar claro o peso que damos e daremos a ele. Destaquei pessoalmente o Presidente do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação para assessorar e articular a política de TI em meu nome. Que fique bem claro que esta indicação é também o sinal de que não podemos fazer programas de governo eletrônico apartados e desconectados de uma ampla política de inclusão digital. Nosso governo eletrônico visa o conjunto da população brasileira e não apenas quem hoje possui computador, linha telefônica e domínio das linguagens básicas da informática. Por isso, concluo reafirmando que o governo eletrônico na gestão Lula é sinônimo de inclusão digital.” (DIRCEU, 2003)

O destaque é longo, mas necessário, pois demonstra que ainda em 2003 o governo Lula havia eleito a tecnologia da informação como central no combate à pobreza, bem como colocava na inclusão digital o mesmo peso e viés estabelecido nos telecentros da cidade de São Paulo. Era uma visão integrada, com objetivo claramente desenvolvimentista, que buscava ao mesmo tempo fortalecer a indústria doméstica de *software* e diminuir quanto possível a remessa de *royalties* para o exterior.

Essa visão estava manifesta nas falas dos ministros, nas falas de Amadeu e, também, nos discursos internacionais do presidente; a exemplo do discurso de Lula durante a implantação de Telecentro em São Tomé e Príncipe.

“Temos de saciar a fome de conhecimento. Temos urgência em promover a inclusão

digital” (...) “Considero de grande importância o debate sobre as potencialidades e desafios das novas tecnologias de informação e comunicações. Elas oferecem oportunidades para aprofundarmos a comunicação, o diálogo e o progresso entre nossos países. (...) Tudo depende de nossa solidariedade e vontade coletiva. Todos os povos têm o direito aos avanços da inteligência e da criatividade humanas para promover seu progresso e bem-estar. (...) Vamos fazer da inclusão digital uma poderosa arma de inclusão social.

O diálogo do Estado com a sociedade civil é decisivo. (...) Temos de saciar a fome de conhecimento. O acesso aos avanços tecnológicos deve ser o direito de todos e não o privilégio de poucos.

Temos urgência em promover a inclusão digital. A velocidade das transformações tecnológicas pode nos fazer perder oportunidades. Por isso, tomei a iniciativa de transformar a inclusão digital em política pública. (...) O software livre responde a esses imperativos. Seu grande mérito está em favorecer a transferência de tecnologia entre indivíduos e nações, contribuindo para que todos possam ingressar na Sociedade da Informação. (BRANCO, 2004; SILVA, LUIZ INÁCIO LULA DA, 2004).

Um dos caminhos que permitem entender o real significado do *Movimento do Software Livre* dentro das administrações petistas é olhar, como fizemos até aqui, para os documentos oficiais. Mas um dos mais interessantes testemunhos sobre a ideologia que animava a adoção do *software livre*, é dado involuntariamente, em um documento que nunca chegou a ser formalmente publicado, embora tenha circulado na Internet, e ainda hoje, no momento de redação desta tese¹¹⁶, possa ser encontrado on-line.

Trata-se de um arquivo de autoria de Marcelo D'Elia Branco, então coordenador do FISL e da ASL, sob o título *Software Livre na Administração Pública Brasileira* (sic), marcado como a versão 0.9.1, o que na melhor tradição *hacker*, informa ao leitor que ainda não se trata de um documento final, embora esteja próximo¹¹⁷ de sê-lo. Não temos notícia de que tenha havido uma versão final, e esta versão é claramente de trabalho, o que se pode inferir tanto pela estrutura, quanto pelo texto truncado e não revisado (vide o exemplo do erro de digitação no título, por exemplo). Porém, para os nossos objetivos esta versão é perfeita, pois ela cristaliza o pensamento dos primeiros anos da presidência petista em relação ao *software livre*, e estando livre de revisão ou filtro posterior, é sem dúvida mais fiel ao autor.

No prefácio, que é justamente de Sérgio Amadeu, lê-se:

116 Dezembro de 2013.

117 Como no exemplo anterior com a licença GPL, onde o 1.0 indica a primeira versão considerada pronta.

O esforço do trabalho de Marcelo Branco é demonstrar que a tecnologia da informação não é neutra. Aqui temos uma importante descrição sobre o esforço que uma série de gestores públicos e militantes brasileiros estão fazendo para reconfigurar os modelos tecnológicos concentradores de conhecimento para um novo paradigma que assegure uma sociedade da informação mais equânime. (BRANCO, 2004, p. 5)

Portanto, a tarefa de romper as amarras com o modelo tecnológico dominante é uma busca reconhecida e está, na visão deste núcleo, nas mãos tanto dos gestores públicos quanto dos *militantes*. Há, na sequência, a percepção objetiva de que o que se pretende é a redistribuição de riqueza, desconcentração de poder e uma busca por esperanças. Uma tal linguagem dificilmente seria encontrada em um documento produzido por uma agremiação política fora do espectro da esquerda, mas o principal é que aqui já há uma superação das propostas originais da licença GPL.

Na sociedade da informação, compartilhar conhecimento é o mesmo que redistribuir riqueza. É fundamento para o desenvolvimento de uma sociedade da informação mais democrática e com o poder mais desconcentrado. Portanto, quando falamos de software aberto e não-proprietário, de software livre, estamos apontando para uma nova política tecnológica. Os fatos, idéias e esperanças aqui relatados por Marcelo Branco equivalem a busca de uma política pública sobre o conhecimento e o domínio da tecnologia que permita a distribuição ampla das possibilidades positivas que uma sociedade baseada no conhecimento pode assegurar. (BRANCO, 2004, p. 5)

Por fim se equalizam liberdade e autodeterminação tecnológica, em um testemunho sincero do que se pretende com os *softwares* livres.

(...) Pois aqui vai ficando evidente que os protocolos e o software são como linguagens essenciais à comunicação na sociedade em rede. Seja como linguagens, seja como intermediadores da inteligência humana, seja como inventos-mercadoria de grande valor econômico, o software deve ser livre. Liberdade só é possível com autonomia. Isto é que Marcelo procura aqui tornar visível. (BRANCO, 2004, p. 5)

Em seguida Marcelo Branco reconstrói a estrutura e o histórico daquele primeiro momento de inserção do *software livre* dentro do Governo Federal, sendo assim, reproduzo este fragmento na íntegra por sua capacidade de explicar a estrutura montada para o governo eletrônico e sua clara relevância no organograma governamental.

Motivações do Governo para implantar Software Livre : Nos primeiros meses do

Governo Lula, algumas modificações importantes foram introduzidas no programa de Governo Eletrônico brasileiro, coordenadas pelo Ministro Chefe da Casa Civil, José Dirceu. Foram criadas duas câmaras técnicas, inexistentes no período anterior: a Câmara Técnica de Implementação de Software Livre e a de Inclusão Digital. O Instituto de Tecnologia da Informação (ITI), subordinado à Casa Civil da Presidência da República, ficou encarregado de coordenar a migração do Governo Federal para software livre. Essa migração não ficou delegada a nenhum outro órgão governamental mas à própria presidência, demonstrando a prioridade da iniciativa governamental, nos planos para a Sociedade da Informação.

O sociólogo e ativista da comunidade software livre, Sergio Amadeu da Silveira, como administrador público coordenador do exitoso programa de Telecentros de São Paulo – realizado totalmente com software livre – foi escolhido para presidir o ITI e, para tanto, conduzir a implantação de software livre no Governo.

As principais motivações do governo brasileiro para desenvolver um programa de implantação de software livre estão ligadas às questões da macro-economia brasileira, à garantia de uma maior segurança das informações do governo, à ampliação da autonomia e capacidade tecnológica do país, à maior independência de fornecedores e à defesa do compartilhamento do conhecimento tecnológico como alternativa para os países em desenvolvimento. (BRANCO, 2004, p. 7–8)

As principais razões do Governo Federal apontadas no último parágrafo, acima, serão em seguida melhor elucidadas; a primeira é a visão sobre a pirataria, que em nenhum momento é colocada como item a ser combatido, mas sim como problema capaz de afetar o balanço econômico caso fosse feito um esforço nacional de regularização dos softwares piratas. A postura do governo se manterá de combate à pirataria, mas este combate será feito, preferencialmente pela substituição do *software* proprietário pelo *software livre*.

O Brasil tem apenas 8,6% da população conectada à Internet e, segundo dados oficiais, mais de 53% desses usuários utilizam software ilegal sem autorização dos proprietários. Portanto, são considerados criminosos pelas leis de propriedade intelectual. A simples descriminalização dessa camada da população brasileira, utilizando software proprietário, significaria mais do que dobrar o envio de royalties para o exterior. Se pensarmos que temos que aumentar o número de incluídos digitais, por exemplo, a alternativa do software proprietário se mostra inviável no plano da macro-economia. (BRANCO, 2004, p. 8)

A segurança, também, é elencada como motivo para justificar a adoção nacional de *software livre*, a capacidade de auditoria do código é fundamental para o sigilo das comunicações eletrônicas

e, só pode ser adequadamente realizada com softwares livres. Esse item menos considerado na época viria a se mostrar importantíssimo, anos mais tarde, quando durante a gestão da presidenta Dilma Rousseff, os escândalos da *WikiLeaks* e de Edward Snowden viriam a confirmar que o gabinete da presidência e a Petrobrás eram rotineiramente espionados pelos Estados Unidos através de sua agência nacional de segurança, a NSA. Há ainda hoje (2013) uma forte suspeita de que a totalidade dos computadores com Windows possam ser secreta e remotamente acessados pela NSA, um fato cuja a confirmação ou veracidade é, para os efeitos práticos desta pesquisa, irrelevante, pois há inegável risco para o governo em não ser capaz de auditar o código fonte dos programas que usa, uma obviedade que já era reconhecida pelos ativistas do *Movimento do Software Livre*.

“(...) Portanto, não interessa ao governo utilizar software que ele não tenha auditabilidade plena. A palavra de ordem na área de segurança lógica é auditabilidade plena e esse é mais um motivo da nossa opção pelo software livre” (BRANCO, 2004, p. 8)

Há ainda o aspecto da autonomia tecnológica no campo da tecnologia da informação; aspecto privado no jogo do comércio internacional, em diferentes contenciosos, da oportunidade de desenvolver uma indústria local de computadores, o Brasil assistiu, com o avanço da tecnologia, a uma certa comoditização do hardware, que embora importante, não é mais peça fundamental do desenvolvimento tecnológico. Hoje a inserção na sociedade da informação, se dá pela produção dos softwares, como reconhecem os ativistas do *software livre* em sua insistência em ter acesso ao código fonte. Seu objetivo é inserir o país como “sujeito ativo na sociedade da informação”.

Quanto mais se usa o software livre, mais pode-se transformar-se de usuário em desenvolvedor. Essa é a grande possibilidade do software livre. Os técnicos do governo, das empresas e do país, podem dominar a essência do software e esse é o principal motivo pelo uso do software livre. Não é o macro-econômico, mas o domínio da essência do software.”

O Brasil não quer ser apenas consumidor de produtos e tecnologias proprietárias. O país tem o direito de ser sujeito ativo na sociedade da informação. (BRANCO, 2004, p. 9)

Há, portanto, no discurso petista sobre o *software livre* a percepção de uma oportunidade de desenvolvimento tecnológico efetivo e de rompimento de amarras de dependência, este grupo de técnicos e ativistas tem clara percepção sobre a importância e sobre as dimensões dos mercados de *software* no mundo, e com a opção pelo *software livre* visualiza-se uma porta de entrada para o Brasil na tecnologia de ponta do tempo, pois como observou Francisco Assis de Queiroz “A ciência

tornou-se, assim, uma das forças produtivas do capitalismo.”

No Brasil, contudo, houve pouca ou quase nenhuma aplicação sistemática da ciência e da pesquisa à indústria, exceto em momentos esporádicos e descontínuos, como nos esforços de guerra. É claro que havia, desde fins do século XIX a pesquisa tecnológica realizada nas escolas politécnicas de São Paulo e Rio de Janeiro, bem como nos diversos institutos de pesquisa criados a partir de então. Mas sem a criação considerável de mercado interno, não se pode pensar numa indústria moderna ou produção em larga escala, como exigem muitas das indústrias mais dinâmicas e modernas do ponto de vista tecnológico. Estas são, por sua vez, em grande medida, frutos dos novos conhecimentos científicos, como as indústrias químicas e elétricas do século XIX ou a eletrônica no século XX. (QUEIROZ, 2007, p. 92)

A proposição de se tornar “sujeito ativo na sociedade da informação”, deixa transparecer que também não escapa aos proponentes do *software livre* no governo, os contenciosos anteriores em que o país esteve envolvido no campo da propriedade intelectual; de fato Branco faz menção direta ao caso dos medicamentos genéricos, citando Amadeu, que realmente se destaca como o principal ideólogo do movimento de *software livre* no Brasil. Transparecem nas proposições do *software livre*, neste documento, uma inerente tendência a subverter a propriedade intelectual como um todo, tendência que se confirma em outras entrevistas e iniciativas.

(...) afirmação do Presidente do ITI: “O Brasil percebeu que interessa aos povos do mundo o compartilhamento do conhecimento tecnológico. É uma posição clara da diplomacia brasileira que veio a calhar com o software livre. O Brasil tem enfrentado vários contenciosos similares ao do software livre. O mais famoso foi em relação aos fármacos e remédios para tratamento da AIDS e caso dos genéricos. Tudo o que está se discutindo é conhecimento e compartilhamento. O software livre já nasce dizendo assim: posso ser software livre? E já temos a resposta: só se compartilhar”, exemplifica Sérgio Amadeu.

Essa posição tem sido defendida no cenário internacional pela diplomacia brasileira e pelo Presidente da República. (BRANCO, 2004, p. 10)

Há também a busca de posicionamento do Brasil como um ator global, marca do governo Lula, mas que no campo da propriedade intelectual tem um segundo objetivo. A visão para fora, procura a construção de massa crítica ao redor do tema propriedade intelectual. A atuação brasileira nestes anos será de incentivar outras nações a buscarem o caminho do *software livre*, marcadamente na América Latina, mas também na África.

Além disso, as posições do governo estão ajudando em escala internacional à construção de uma nova sociedade da informação e da defesa do software livre no contexto das Nações Unidas, como foi feito na Cúpula da Sociedade da Informação. Essas iniciativas se materializam, em forma de solidariedade, nas palavras oficiais do Presidente Lula quando de sua passagem pela África, defendendo uma nova sociedade da informação e o software livre como uma opção fundamental para os países em desenvolvimento. (BRANCO, 2004, p. 12)

A política de *software livre* no Brasil, durante os anos que precederam a eleição de Lula, e principalmente depois de sua eleição, acompanharam o crescimento do PT, que como observa André Singer, foi expressiva entre os anos 2000 e 2008

Consideradas as eleições municipais de 2008, verifica-se que se os estados do Sul/Sudeste ainda respondem pela maioria dos municípios administrados pelo PT (53%), essa proporção vem caindo: era de 70% em 2000, enquanto a do Nordeste/Norte subiu de 21% para 33% entre 2000 e 2008. O aumento de cidades governadas em apenas quatro estados do Nordeste e do Norte entre 2004 e 2008 — Bahia (de 21 para 67), Piauí (de 7 para 18), Pará (de 18 para 27) e Sergipe (de 4 para 8) —, constituiu quase metade das novas prefeituras conquistadas pelo PT na última eleição municipal. (SINGER, 2010, p. 98)

Cada nova prefeitura representando um foco de possibilidade para a expansão das políticas que o Partido do Trabalhadores atrelou ao *Movimento do Software Livre* no Brasil. Esse movimento não ocorre sem revezes, é certo, lembrando o movimento das ondas do mar, se observa que no momento em que é identificado como “política do PT”, o *software livre* está sujeito a ser eliminado na alternância partidária, assim os avanços alcançados em uma gestão se retraem em outra, mesmo assim, também como as ondas definem o desenho dos rochedos, o olhar retrospectivo parece indicar que a atuação do PT foi, na maior parte do tempo, positiva, firmando o Brasil como ator internacional na arena do *software livre*.

Antropofagia Tecnocientífica

Por sua experiência com o FISL no Brasil, os organizadores do evento de *software livre* foram procurados pela empresa espanhola *Futura Networks*, quando esta quis trazer a sua “Campus Party” da Espanha para o Brasil. Até sua primeira edição brasileira a *Campus Party* era uma espécie de *Lan Party*¹¹⁸ de enormes proporções, que oferecia aos participantes uma conexão de Internet ultra-veloz, jogos em rede, e não muito mais do que isso. Ao se envolverem com a organização da *Campus Party - São Paulo*, Amadeu¹¹⁹ e Branco¹²⁰ carregaram consigo as ideologias e as equipes que haviam dado origem aos telecentros e ao FISL. Com isso mudaram o formato do evento espanhol, introduzindo *workshops* e palestras abertas aos participantes, a maioria delas alinhada aos movimentos de *software livre* e Cultura Livre. Obtiveram tal grau de sucesso, que o modelo brasileiro reformulou o evento, e foi adotado na matriz e depois em outras latitudes, exportando assim um *expertise* de compartilhamento, que havia sido desenvolvido aqui. Mas este não é o ponto mais notável da contribuição que o Brasil viria a dar ao mundo, no que diz respeito ao *software livre*.

Uma última nota sobre o *Movimento do Software Livre*: a autodeterminação tecnológica e o Brasil pode ainda ser feita com o caso emblemático de Marcelo Tosatti, a voz, que muitas páginas atrás, foi propositalmente convocada para explicar o que era o *kernel* criado por Linus Torvalds.

Dentro do desenvolvimento descentralizado da comunidade que constrói o *kernel* do Linux, há alguma hierarquia, uma hierarquia que é baseada, na tradição *hacker*, do mérito técnico de cada participante. No topo dessa pirâmide está Linus Torvalds, que muitas vezes já foi descrito como o “ditador benevolente” que controla quais códigos entram ou não na árvore principal para compor a próxima versão do sistema operacional. Tal “cargo”, nos projetos de *software livre*, é normalmente ocupado pelo *hacker* fundador ou de maior habilidade técnica.

No caso de Torvalds, e até pela complexidade do projeto de um sistema operacional, alguns “tenentes” são designados para cuidar de áreas específicas do desenvolvimento, e como um sistema operacional é quase um organismo vivo, ele não pode ser produzido e depois esquecido. É necessário ao mesmo tempo em que se constrói a próxima versão, dar suporte à versão atual,

118 Um evento comum do meio da década de 1980 até a de 1990, onde os participantes se reuniam em algum lugar (em geral a garagem de um dos participantes) levando seus computadores, que conectavam em uma rede local para participar de campeonatos ou sessões conjuntas (conforme o título) de jogos eletrônicos.

119 Sérgio Amadeu foi consultor do Instituto Campus Party (06/2009-01/2010), participando entre outras atividades da “curadoria de conteúdos”.

120 Marcelo Branco foi coordenador da Campus Party por três anos, até 2010 quando abandonou esta função e a de coordenador do FISL para trabalhar na campanha de Dilma Rousseff.

corrigir os *bugs*, e decidir que funcionalidades podem ou não ser implementadas antes de um novo *release*.

Torvalds não supervisona a versão atual, apenas a próxima, cuidar da versão atual é o trabalho de um de seus tenentes, que pela grandiosidade da responsabilidade, pela comunidade é visto como um tipo de “segundo em comando”. Alan Cox exerceu esta função até ser substituído, em 26 de novembro de 2001, por Marcelo Wormsbecker Tosatti, um brasileiro do Paraná, que se tornou o mantenedor da versão estável do *kernel* do Linux com apenas 18 anos de idade, tendo sido indicado diretamente por Torvalds, uma posição que ocupou até 27 de julho de 2006, quando o francês Willy Tarreau assumiu a função. (“Marcelo Tosatti”, 2013)

Não é fácil dar a correta dimensão do significado desta indicação para alguém de fora da comunidade, mas basta lembrar que a IBM já havia investido 1 bilhão de dólares no Linux, e nem por isso era capaz de indicar um de seus engenheiros para esta posição. A grande repercussão na imprensa pode ajudar a entender o significado da indicação, até a revista *Época*, que não cobre as minúcias do noticiário de tecnologia, entrevistou Tosatti, que de um momento para o outro...

(...) Tornou-se referência mundial no sistema operacional Linux, criado como alternativa ao Windows. Ele trabalha na Conectiva, empresa que vende pacotes de programas derivados do Linux. Fazia parte de um grupo internacional de voluntários que testa o programa e busca soluções para torná-lo mais eficiente. No mês passado, Marcelo foi incumbido pelo criador do Linux, o finlandês Linus Torvalds, de coordenar esse time de programadores. É ele quem define os rumos da última versão do software. (*ÉPOCA*, 2001)

Optamos por terminar a narrativa do *software livre* no Brasil com Marcelo Tosatti pelo simbolismo que a sua história carrega. Inevitavelmente todo relato histórico sobre os computadores, ao menos neste seu primeiro meio século de existência, será sempre de alguma forma, uma história dos Estados Unidos e daqueles que viveram no “breve século XX” de Hobsbawn, no século da guerra de expansão imperial do capitalismo norte-americano, onde o computador é a materialização deste poder expansionista em movimento.

Justamente por isso há tanta relevância nas histórias paralelas e entremeadas do *software livre*, dos *hackers*, dos piratas, dos ativistas da inclusão digital e de todos os seus combates libertários no e pelo *cyberspace*. A apropriação da tecnologia que se tornou a própria identidade da sociedade capitalista, fria e lógica, temperada pelas paixões que relatamos, pintam um cenário de

resistência ao movimento inexorável de concentração e apropriação do Capital. Uma resistência não organizada, não constante, mas orgânica e disseminada por contextos distintos como Suécia e Brasil, países com realidades tão diferentes, que bem poderiam ser planetas alienígenas entre si.

Mas é com a apropriação e a transformação do poderio tecnológico que se constrói alguma esperança de resistência, uma necessária e inevitável antropofagia z.

Há nos relatos de Gildo Magalhães (SANTOS FILHO, 1994, 1997), Tullo Vigevani (VIGEVANI, 1995), Ivan da Costa Marques (MARQUES, IVAN DA COSTA, 2005), Francisco Assis de Queiroz (QUEIROZ, 2007), e tantos outros que se dedicaram ao estudo da história da informática no Brasil, o registro melancólico de fracassos, quase sucessos, e vitórias parciais.

Assim quando entendido dentro de um contexto histórico e de uma tradição historiográfica de pesquisa tecnológica, Marcelo Tosatti surge não só como exemplo dessa antropofagia se desenvolvendo, mas, também, de alguma forma, para as gerações de engenheiros que veriam sistematicamente frustradas todas as tentativas nacionais de se obter um computador brasileiro, desde o PNI de 1971, Tosatti surge também como uma vitória incontestada.

E Tudo Converge Para Uma Foto

Primeiro, acuados pela expansão do Capital, cuja geração de valor cada vez mais ocorre na esfera informacional, os *hackers* se escudaram em um tipo de produção coletivizada de *software*, comunitariamente constituída, livre de proprietários e portanto da própria propriedade. Uma anomalia no capitalismo, que dialeticamente se sustenta como defesa liberal dos direitos individuais tão caros ao capitalismo, nesse caso os direitos de acesso à informação e ao conhecimento. Rapidamente essa anomalia é apropriada pela cultura que se desenvolve desterritorializada, no espaço de conexão entre as máquinas, onde a constituição das comunidades não é mais linguística, étnica, geográfica e nem de classes, mas de interesses.

Depois, fortemente inspirados pelas liberdades possíveis neste espaço, pelos discursos em torno dos *softwares* livres e animados pela resistência à expansão imperial norte-americana, que promulga suas leis em outras geografias e para outros povos, piratas se colocam como a resistência, primeiro como guerrilha no *cyberspace* depois como engajamento político organizado.

Enquanto isso as proposições do *software livre* vazam para fora dos computadores. No campo de batalha do combate pelo controle da cultura, suas sementes encontram solo fértil e crescem, passando a sustentar os discursos da Cultura Livre e da preservação dos elementos “comuns”. Se erguem então as entidades de defesa da pirataria e da cultura, que se multiplicam e organizam pelo mundo.

Os Partidos Piratas, quando finalmente se constituem, não negam o Capital e nem o seu sistema, mas se rebelam contra a expansão desenfreada do Estado sobre a vida privada, em sintonia com aquela defesa liberal dos direitos individuais, do acesso à informação e ao conhecimento do *Movimento do Software Livre*. Trazem ainda consigo a percepção do *cyberspace* como território supranacional, onde estão manifestos outros dois conceitos liberais: a privacidade do indivíduo e o seu direito de autodeterminação, sempre livres da intervenção estatal AFK¹²¹.

A radicalização da expansão do Capital sobre a propriedade do imaterial, conflita com o ideário de superação do mundo físico proposto pela existência dos indivíduos no *cyberspace*. A propriedade imaterial é a realidade objetiva daqueles que habitam o *cyberspace* independente e livre, e por isso os piratas políticos adotam a postura de total negação da propriedade intelectual como legítima.

Ao mesmo tempo, ocorre a recepção do *software livre* no Brasil, em meio às discussões de governo eletrônico e inclusão digital capitaneadas pela esquerda, logo se torna óbvio que na periferia do capitalismo, a única inclusão digital possível é pela via do *software livre*. As demais estão bloqueadas seja pelo poder econômico, seja por patentes e propriedades intelectuais diversas, seja pela realidade da espionagem estrangeira em códigos fechados.

Logo que a tecnologia do *software livre* chega ao Brasil, ativistas, em suas iniciativas de inclusão digital e de governo eletrônico, convergem para a implantação de telecentros e para a criação do FISL, com isso a cultura do *software livre*, no Brasil, nascerá marcada pela origem radical do PT, que será a base para a modificação da mensagem liberal dos criadores originais, dando origem a uma veia política mais pronunciada e claramente de esquerda, que antes era inexistente no *Movimento do Software Livre*.

121 *Away From Keyboard*.

Surge um *software livre* à brasileira, que vê na tecnologia de *software* que não pode ser convertida em propriedade privada, uma manifestação do ideário da esquerda, tornando apenas lógica a discussão da propriedade intelectual em geral. O país já havia tido sua via de desenvolvimento bloqueada pela propriedade intelectual em ocasiões anteriores, estava fresco na memória o contencioso da informática com os EUA, bem como a quebra de patentes dos remédios que acontecera apenas uma gestão atrás, e continuava atual. O governo Lula adota o *software livre* como bandeira e ideologia de desenvolvimento, também levanta a discussão sobre a propriedade intelectual, seu alcance, eficácia e notadamente justiça. Muitas das vozes dentro do governo são abertamente contestatórias à propriedade das ideias, para estas os piratas são menos criminosos do que heróis.

O que há para se ver aqui é uma foto e a história por trás dela, onde todas estas ideias, com as suas longas e complexas tramas seguem se tocando, até que em 2009 em Porto Alegre, se entrelaçam em uma fotografia que o bom senso jamais teria concebido possível.

“Tínhamos a justiça codificação da vingança. A ciência codificação da Magia. Antropofagia. A transformação permanente do Tabu em totem.”

Oswald de Andrade, 1928

Ilustração 4: Peter Sunde e o presidente Lula no Fórum Internacional de Software Livre (FISL). Copyright Mariel Zasso.

Capítulo 2: Bens imateriais: leis sobre a propriedade intelectual na história de Estados Nacionais

Em vez do antigo isolamento das regiões e nações que se bastavam a si mesmas, estabelece-se um intercâmbio universal, uma interdependência universal das nações. E isto refere-se tanto à produção material, como à produção intelectual. A produção intelectual de uma nação converte-se em propriedade comum de todas. A estreiteza e o exclusivismo nacionais tornam-se de dia para dia mais impossíveis; e da multiplicidade das literaturas nacionais e locais nasce uma literatura universal.

Karl Marx e Friedrich Engels
Manifesto do Partido Comunista¹²²
 21 de Fevereiro de 1848

2.1 Ideias sob o domínio das leis

Uma necessária delimitação

Esta tese não pretende reconstruir toda a história da propriedade intelectual, até por não acreditarmos que tal coisa exista completa e acabada, o que existem são múltiplas narrativas dos diferentes tipos de propriedade que ao longo da história se tentou estabelecer, ou efetivamente se estabeleceu, sobre as ideias e sobre as construções humanas que são essencialmente intelectuais.

Assim, a história da “propriedade intelectual”, só pode em primeiro lugar ser contada conforme a natureza da propriedade que se estiver estudando, o que não é o nosso objetivo nesta pesquisa, nosso foco é a um só tempo mais amplo e também mais restrito.

Na construção do nosso argumento, que persegue o que entendemos como uma radicalização da propriedade sobre o imaterial possivelmente motivada pela crise contemporânea do Capital, tratamos indistintamente das diferentes propriedades possíveis sobre as ideias, possivelmente incorrendo em simplificações inevitáveis. Por exemplo nivelamos patentes a direitos autorais, e direitos autorais a *copyright*, para o horror dos especialistas na matéria, mas há uma razão para esta simplificação.

Estamos nos pautando mais pelas similaridades do que pelas diferenças entre estas

122 Edição consultada: MARX; ENGELS, 2003

categorias, muito embora de saída reconheçamos que as diferenças existem, são marcantes e definitivamente importantes, nosso objeto é mais aberto do que aquilo que as categorias especificam, classificam e segmentam por distinções, seja de origem, seja de objetivos. Buscamos aqui algo mais geral que é o movimento do Capital de apropriar aquilo, que em primeiro lugar, nem tinha aparência de propriedade, e nesse sentido nosso foco é mais amplo.

Também estamos olhando para um período muito específico desta história, onde o conceito de propriedade intelectual está sedimentado e plenamente absorvido pela cultura, além de altamente codificado nas legislações. Nosso objeto está fixo no tempo que compreende os quase vinte anos entre duas balizas específicas, anunciadas em nosso título: a Rodada Uruguai do GATT, iniciada em setembro de 1986, e a fundação do primeiro Partido Pirata, em janeiro de 2006. Nesse sentido nosso foco é mais restrito.

Contudo, como no capítulo anterior, é útil (e necessário) rememorar, ainda que em linhas gerais, os antecedentes que nos trouxeram até ali, bem como, em nome do rigor, estabelecer as diferenças entre as principais formas de propriedade sobre as ideias, o direito autoral, o copyright e as patentes.

Na introdução apontamos que a bibliografia sobre a história da propriedade intelectual é bastante vasta, tanto em compilações de legislação, quanto em “histórias” das mais diversas cores sobre a propriedade intelectual. Uma bibliografia vasta e que vem crescendo aliás, na mesma proporção em que no presente se acutizam as tensões em torno do tema.

Há contudo que se fazer algumas ressalvas, nem tudo que é abarcado pelos autores, especialmente naqueles livros de apologia ao *copyright*, ávidos por demonstrar que o mundo sempre foi desta forma, pode efetivamente constituir a bibliografia da história sobre a propriedade que se impõe sobre as criações do espírito. Esta propriedade é fundamentalmente uma característica do Capitalismo contemporâneo, sendo um exercício de retórica e imaginação, ir buscar suas origens muito antes da Renascença Italiana, e mesmo ali, há que se compreender sem fantasias e anacronismos o que estava acontecendo.

O controle sobre as ideias, ou mais especificamente sobre o conhecimento, pode ser traçado até as guildas medievais, as corporações de ofício, em torno das quais os artesãos (especialmente os inseridos em contextos urbanos) se organizavam e organizavam ao seu trabalho por volta da metade do século XIII. O cerimonial, a hierarquia, as relações mestre-aprendiz, e muitas vezes os segredos

que cercavam as diferentes corporações de ofício, são um primeiro controle estabelecido ao redor de um conjunto de conhecimentos, mas é um controle inserido na lógica daquele tempo, e só anacronicamente o poderíamos nomear como propriedade intelectual. (LONG, 1991)

É certo que as reclamações de roubo de ideias, de plágio e de contestação de autoria acompanham a história intelectual da humanidade desde o mundo antigo, mas antes da Renascença estas questões, quando surgem, vem atreladas muito mais a fatores morais e de reconhecimento.

Com o renascimento há a inserção do interesse econômico como fator motivador da proteção, é o fator econômico que dá origem às patentes. A propriedade intelectual que interessa a esta pesquisa é justamente esta, as ideias que estão em primeiro lugar atreladas à economia e aos seus agentes, o que nos leva à Florença do século XV, onde o arquiteto e engenheiro Fillipo Brunelleschi teve uma ideia, mas não se sentiu inclinado a partilhá-la com seus contemporâneos.

Fillipo Brunelleschi (Florença, 1421)

Não era a primeira vez na história que, os poderosos do tempo, asseguravam a um de seus protegidos uma concessão especial sobre uma obra, método ou um conceito, mas em 1421, Fillipo Brunelleschi, obteve algo um pouco diferente, uma patente, concedida em troca da divulgação de um segredo, um segredo em torno de uma inovação técnica que se acreditava poderia beneficiar aquela sociedade coletivamente.

No documento se lia, *in extenso*:

“The Magnificent and Powerful Lords, Lords Magistrate and Standard Bearer of Justice,

Considering that the admirable Filippo Brunelleschi, a man of the most perspicacious intellect, industry and invention, a citizen of Florence, has invented some machine or kind of ship, by means of which he thinks he can easily, at any time, bring in any merchandise and load on the river Arno and on any other river or water, for less money than usual, and with several other benefits to merchants and others, and that he refuses to make such machine available to the public, in order that the fruit of his genius and skill may not be reaped by another without his will and consent; and that, if he enjoyed some prerogative concerning this, he would open up what he is hiding and would disclose it to all;

And desiring that this matter, so withheld and hidden without fruit, shall be brought to light to be of profit to both said Filippo and our whole country and others, and that some privilege be created for said Filippo as hereinafter described, so that he

may be animated more fervently to even higher pursuits and stimulated to more subtle investigations, they deliberated on 19 June 1421;

That no person alive, wherever born and of whatever status, dignity, quality and grade, shall dare or presume, within three years next following from the day when the present provision has been approved in the Council of Florence, to commit any of the following acts on the river Arno, any other river, stagnant water, swamp, or water running or existing in the territory of Florence: to have, hold or use in any manner, be it newly invented or made in new form, a machine or ship or other instrument designed to import or ship or transport on water any merchandise or any things or goods, except such ship or machine or instrument as they may have used until now for similar operations, or to ship or transport, or to have shipped or transported, any merchandise or goods on ships, machines or instruments for water transport other than such as were familiar and usual until now, and further that any such new or newly shaped machine etc. shall be burned;

Provided however that the foregoing shall not be held to cover, and shall not apply to, any newly invented or newly shaped machine etc., designed to ship, transport or travel on water, which may be made by Filippo Brunelleschi or with his will and consent; also, that any merchandise, things or goods which may be shipped with such newly invented ships, within three years next following, shall be free from the imposition, requirement or levy of any new tax not previously imposed.” (PRAGER, 1946, p. 109)

A patente concedida a Brunelleschi é um documento inédito para a época, ele precede por 200 anos o *Estatuto Inglês dos Monopólios* (1623) e traz muitas das características que viriam a se manter nas leis de patentes do futuro.

A primeira informação que salta aos olhos é a ideia de proteção ao inventor, o inventor se negava a divulgar o invento por temer ser copiado, mas o poder público¹²³, demonstra interesse em um invento que pode a “(...) qualquer momento, trazer mercadorias e cargas pelo rio Arno e em qualquer outro rio ou água, por menos dinheiro do que o usual”, oras, isso é potencialmente um bom negócio para os negócios dos comerciantes de Florença, o direito de exclusividade surge para eles como uma barganha barata, pois o navio que Brunelleschi pretendia construir, batizado de *Il Badalone*, quando em operação prometia lucros maiores para o doge de Florença e seus associados.

Uma diferença fundamental desta primeira concessão de Florença, em relação ao moderno

¹²³ Nesse caso usamos o conceito com certa elasticidade, sem dúvida não pretendemos sugerir um poder público semelhante ao contemporâneo, em tese voltado ao público e dele emanado, aqui pretendemos apenas nos referir aos poderosos da época.

sistema de patentes, é que Brunelleschi não divulgou, mostrou ou experimentou seu conceito, a patente lhe foi concedida puramente por sua reputação. O documento se inicia, logo após as formalidades, elogiando esse homem de “intelecto perspicaz, trabalho duro e habilidade criativa”, o que para todos os efeitos provou não ter sido a melhor das ideias:

Il Badalone sank on its first voyage, perhaps taking a hundred Florentine tons (about 37 avoirdupois tons) of Carrara marble to the bottom of the Arno River near Empoli.
(SCHWABACH, 2007, p. 154)

Mesmo assim, afora a necessidade de efetuar a descrição do invento, a patente concedida a Brunelleschi era sob diversos ângulos, moderna. Ela cobria a ideia básica por trás do sistema de patentes, que é encorajar o inventor com um monopólio temporário por seu invento, tendo em vista que ao expirar este monopólio passa a beneficiar toda a sociedade, entrando para o patrimônio cultural/técnico coletivo.

E claro, há o detalhe de que Brunelleschi recebeu o direito de garantir seu monopólio contra imitadores, cujas imitações “shall be burned”, uma imagem que surge assustadoramente contemporânea quando se consideram as ações, por exemplo, da *Polícia Federal Brasileira* passando com um rolo compressores por quilômetros de CDs piratas apreendidos¹²⁴ ao longo dos anos.

Estatuto Veneziano de autorizações temporárias¹²⁵ (Veneza, 1474)

Mais de cinquenta anos se passariam até que um documento semelhante ao de Brunelleschi fosse novamente emitido por uma cidade italiana, talvez o fracasso do *Il Badalone* tenha em parte

124 Por exemplo: (“Pirataria: PF investiga elo entre Law e farmácias”, 2006, “Mais de 39 mil CDs e DVDs piratas são destruídos”, 2009, “Fiscalização destrói mais de 850 mil produtos piratas em rodoviária no DF”, 2013, “Polícia Civil destrói 1,3 toneladas de CDs e DVDs piratas”,)

125 Texto original em italiano: MCCCCLXXIIIJ. DIE XVIIIJ MARTIJ

‘El sono in questa cità, et anche a la zornada per la grandezza et bonta soa concorre, homeni da diuerse bande et acutissimi ingegni, apti ad excogitar et trouar varii ingegnosi artificii. Et se’l fosse prouisto, che le opere et artificii trouade da loro altri viste che le hauesseno, no[n] podesseno farle, e tuor l’honor suo, simel homeni exercitariano l’ingegno, troueriano, et fariano de le chosse, che sariano de non piccola utilità et beneficio ad stado nostro. Però l’andarà parte che per auctorità de questo [Co]nseio, chadaun che farà in questa cità algun nuouo et ingegnoso artificio, non facto per avanti nel Dominio nostro, reducto che’el sarà a perfection, si che el se possi usar, et exercitar, sia tegnudo darlo in nota al officio di nostri Prouededor di Commun. Siando prohibito a chadaun altro in alguna terra e luogo nostro, far algun altro artificio, ad imagine et similitudine de quello senza consentimento et licentia del auctor, fino ad anni X. Et tamen, se algun el fesse, l’auctor et inventor predicto, habia libertà poderlo citar a chadaun officio de questa cità, dal qual officio el dicto, che hauesse contrafacto, sia astreto a pagarli ducati cento, et l’artificio, subito sia desfatto. Siando però in libertà de la nostra Signoria, ad ogni suo piaxer, tuor et usar nei suoi bisogni chadaun di dicti artificii, et instrumenti, Cum questa però condition, che altri ch’a i auctori non li possi exercitar. (“Venetian Statute on Industrial Brevets, Venice (1474), Primary Sources on Copyright (1450-1900)”, 1474)

sido responsável por isso, mas em 19 de março de 1474, agora em Veneza, a ideia de proteção temporária para os inventos e inventores seria retomada no documento que reproduzimos abaixo, *in extenso*, e cujos grifos são nossos:

There are men in this city, and also there come other persons every day from different places by reason of its greatness and goodness, who have most clever minds, capable of devising and inventing all kinds of ingenious contrivances. And should it be legislated that the works and contrivances invented by them could not be copied and made by others so that they are deprived of their honour, men of such kind would exert their minds, invent and make things that would be of no small utility and benefit to our State. Therefore, the decision has been made that, by authority of this Council, any person in this city who makes any new and ingenious contrivances not made heretofore in our Dominion, shall, **as soon as it is perfected so that it can be used and exercised**, give notice of the same to the office of our Provveditori di Comun, **having been forbidden up to ten years to any other person in any territory and place of ours to make a contrivance in the form and resemblance of that one without the consent and license of the author**. And if nevertheless someone should make it, the aforesaid author and inventor will have the liberty to cite him before any office of this city, which office will force the aforesaid infringer to pay him the sum of one hundred ducats and immediately destroy the contrivance. But our Government will be free, at its complete discretion, to take and use for its needs any of the said contrivances and instruments, with this condition, however, that no one other than the authors shall operate them. (“Venetian Statute on Industrial Brevets, Venice (1474), Primary Sources on Copyright (1450-1900)”, 1474)

O *Estatuto Veneziano de Autorizações Temporárias* vinha portanto imbuído do mesmo espírito da prerrogativa que Florença concedera anteriormente à Brunelleschi, se pode dizer que aquela era uma ideia cujo tempo havia chegado, e curiosamente, os principais elementos do sistema de patentes do século XX já estavam presentes nesta legislação do século XV.

As patentes de invenção, principal forma de proteção no escopo das patentes, visam assegurar que uma invenção tecnológica tenha um titular reconhecido, de modo que o inventor ou licenciado possa usufruir de exclusividade de exploração por um determinado tempo. (SIC) (PARANAGUÁ; REIS, 2009, p. 13)

Os elementos que saltam aos olhos são aqueles que destacamos no documento, primeiro o registro de um invento só seria possível “assim que esteja aperfeiçoado e possa ser usado ou

exercido”, o que ecoa sem dúvida o fracasso do *Il Badalone* no rio Arno, há também uma provisão de “segurança” para o próprio governo, que ressalva que havendo interesse do Estado este é livre para fazer uso do invento. Depois há ainda o tempo, para Brunelleschi foi concedido um direito de exclusividade de três anos, agora Veneza legisla a proteção em dez anos, e abre a possibilidade para que o autor licencie a sua tecnologia. Vale destacar que Veneza já tinha alguma tradição em conceder licenças de exclusividade

Venetian interest in actively promoting the economy is evident by the 13th-century licenses. The historian of Venetian patents, Giulo Mandich, pointed to a number of documents of the year 1281-96 in which the Grand Council gave licenses for building various kinds of mills. One in the year 1281 seems to refer to a new invention involving a windmill, although the language is imprecise. (LONG, 1991, p. 877)

Não apenas a Itália medieval pode ser creditada com a invenção do conceito das patentes, como também por sua divulgação pela Europa, que se deu com artesãos que emigraram para outros países por questões econômicas, com o declínio das rotas de comércio mediterrâneo, ou em busca de maior liberdade religiosa fora do alcance do papado

(...) these Italian migrants did not leave the patent concept behind them; they took it with them to central and Western Europe. For instance, six of the first patents in Brussels were granted to Italians (mainly Venetians). (...)

It is therefore no exaggeration to say that the foundations of most European patent systems, including the British and French patent systems, were built on Italian immigrant skills and concepts. (MGBEOJI, 2003, p. 415)

O Estatuto Inglês dos Monopólios (Londres, 1623)

Os quase 150 anos que separam *Estatuto Veneziano de Autorizações Temporárias* de 1474 e o *Estatuto Inglês dos Monopólios* de 1623, testemunham a proliferação dos sistemas de patentes pela Europa, e o seu distanciamento da proposta original de Veneza que era efetivamente de incentivo e recompensa ao inventor.

European and English patents in the 15th and 16th centuries consisted of limited monopolies for novel machines and processes, sometimes awarded on the basis of authorship, at other times on the basis of possession of knowledge about particular processes or mechanisms. (LONG, 1991, p. 880)

Os sistemas de patentes, permissões e concessões que vão ser indistintamente concedidos e implantados pela Europa ocidental vão, em sua maioria, significar mais um mecanismo de importação de tecnologia do que de desenvolvimento.

(...) those States designed patent systems and policies in accord with their perceived national interests. It was the cynical exploitation of patents as a means of importing existing trades and technologies which ultimately gave rise to the British Statute of Monopolies. (MGBEOJI, 2003, p. 415)

Desta forma é possível compreender o *Estatuto Inglês dos Monopólios* como parte do novo significado que o sistema de patentes adquiria, ele funcionava portanto como uma "estratégia internacional de comércio" onde os empreendedores europeus, que emigrassem trazendo consigo os conhecimentos e o desenvolvimentismo econômico associados com uma nova atividade econômica, tinham seus direitos de patentes garantidos. Uma prática que é bom se esclareça, não era exclusiva da Inglaterra, sendo bastante difundida, especialmente na França e Holanda. (MGBEOJI, 2003)

É curioso observar que neste contexto o sistema de patentes funciona exatamente ao contrário da forma como está hoje implantado. Com a contemporânea internacionalização do direito e com os acordos de respeito mútuo das propriedades intelectuais entre as nações, o sistema que nasceu com o objetivo de sistematizar a importação de conhecimento tecnológico de outras geografias e jurisdições, funciona hoje como um bloqueio contra a importação de conhecimento tecnológico por outras geografias e jurisdições, mas este é um assunto a ser tratado no próximo capítulo.

As patentes eram conferidas pela Coroa, que não raro utilizava o sistema como forma de arrecadação, o que levou a abusos do sistema e a sua consequente necessidade de regulamentação, que resultou em 1623 no *Estatuto Inglês dos Monopólios*.

A fonte, para a concessão, era a prerrogativa real, expressão direta da soberania do monarca, mas também envolvia uma questão de direito, derivada da *common law*. Abusos da prerrogativa real, principalmente por parte de Elizabeth I, resultaram na aprovação do *Statute of Monopolies* em 1623, sujeitando-se a partir de então as cartas patentes à *common law*. (MIZUKAMI, 2007, p. 253–254)

Com a combinação de cartas patentes e autorizações reais para o exercício de um dado

ofício (prerrogativa real) era possível controlar quem exerceria uma dada atividade, bem como quando e como a mesma seria exercida. Essa infraestrutura legislativa era a mesma que sustentava as Irmandades, Guildas e Corporações de Ofício onde atuavam os trabalhadores especializados da época. Estes trabalhadores eram detentores exclusivos de saberes específicos, contidos e preservados pelas regras, cerimonial e pelas tradições de cada Corporação. Dentre as corporações de editores da Inglaterra, a de maior destaque era a *Stationers' Company* de Londres da qual trataremos a seguir. Esta Guilda de impressores ainda no início de sua história acumulou uma grande quantidade de patentes para a publicação de diferentes títulos de livros.

A guildas de editores em Londres

Além da patente, a outra forma de propriedade intelectual amplamente difundida nas sociedades ocidentais é o direito autoral. O direito autoral tem, por assim dizer, duas encarnações distintas em sua origem mas complementares em seus objetivos e evoluções são elas: o *droit d'auteur* continental e o *copyright* inglês.

Em relação à base de fundamentação, os sistemas de *copyright* seriam, em tese, de fundamentação utilitarista, mais voltados a aspectos comerciais e mais sensíveis a questões de interesse público. Os sistemas de direito de autor, por outro lado, seriam de fundamentação jusnaturalista, tendo no autor e nas obras seu foco principal de atenção (colocando em segundo lugar interesses de ordem pública), voltados portanto não a um cálculo utilitarista de interesses, mas à proteção máxima do autor enquanto e porquanto autor, por direito natural do autor a essa proteção. (MIZUKAMI, 2007, p. 225–226)

Porém o próprio Mizukami ressalta que ambas as tradições partem dos “mesmos pressupostos argumentativos” e que mesmo o *copyright* também traz alguma fundamentação jusnaturalista¹²⁶, que na maioria dos relatos é eclipsada pela recorrência da defesa da fundamentação estritamente utilitarista. Esta pequena disputa teórica, entre apresentar o *copyright* como direito natural ou utilitarista, dá uma pista de que o que realmente parece importar não é o direito relativo à autoria ou propriedade sobre os textos dos livros, mas sim os direitos relacionados ao comércio dos livros, o que serve à guisa de explicação para o surgimento tardio dos direitos de *copyright* ou *droit d'auteur* em comparação às patentes.

Para que a propriedade sobre os textos, e claro os livros que os carregam, se tornasse um

126 Especialmente após o advento do Estatuto da Rainha Anne, de que trataremos à frente.

assunto relevante, era primeiro necessário obter livros em escala, por meio da revolucionária prensa de tipos móveis de Gutemberg, que permitiu a reprodução de textos em escala e velocidade sem precedentes, ainda no século XV

Não se sabe precisar exatamente em que data Gutemberg teria inventado a imprensa¹²⁷, mas cogita-se que em 1437 ela já havia surgido. É incontroverso, contudo, que em 1[4]50 Gutemberg se associou ao banqueiro Johann Fust com o objetivo de montar uma oficina para a produção de livros impressos, e que a Bíblia de Gutemberg teria ficado pronta nos primeiros meses de 1456.

A invenção se espalhou pela Europa, e por volta de 1490 o comércio de livros impressos já se encontrava bem estabelecido, com uma rede comercial extensa, espalhando-se por toda a Europa com rotas de distribuição e feiras de livro (...). (MIZUKAMI, 2007, p. 236)

A tecnologia de Gutemberg traria revoluções importantes para a história que aqui se conta, a primeira é a do aumento da disponibilidade de material escrito, a impressão permitiu reproduzir os textos, que antes eram copiados à mão, em grande escala e em um novo formato. Ampliada a disponibilidade e divulgação da escrita, logo haveriam mais pessoas capazes de ler e o comércio de livros nasceria. O que colocava duas novas preocupações para os legisladores, preocupações aliás de natureza completamente diversa, a primeira era que a súbita circulação de livros se traduzia em circulação de ideias, algo que o poder sentia que precisava ser controlado por meio de privilégios sobre os livros e até sobre o ofício de impressor

Os primeiros privilégios relacionados ao comércio do livro foram concedidos na segunda metade do século XV, sendo que por vezes a própria atividade de imprimir era objeto de um privilégio: em 1469, Johann de Spira conseguiu um privilégio do governo de Veneza, sustentado por penas de multa e confisco, que o transformaria no único impressor da cidade por um curto lapso de tempo. (MIZUKAMI, 2007, p. 238)

A segunda preocupação, posterior no tempo, era mais mundana que o controle ideológico, se tratava do combate à pirataria, pois ao se criar um mercado consumidor de livros e uma demanda por livros, não tardaria até que “piratas” surgissem para abocanhar uma fatia deste mercado, imprimindo livros fora da jurisdição dos príncipes ou sem a autorização dos editores originais

¹²⁷ Há toda uma discussão sobre se realmente Gutemberg pode ser creditado como o “inventor” da prensa de tipos móveis e por consequência da imprensa. Sabe-se por exemplo que o conceito já existia na China, e é provável que mesmo na Europa Gutemberg não tenha sido o primeiro a trabalhar a ideia. Contudo, para os fins desta pesquisa importa menos estabelecer quem é o autor do invento do que o momento onde este se tornou socialmente relevante, o que aconteceu, indubitavelmente a partir das atividades de Gutemberg.

"The practice of reprinting books without the permission of their publishers - a practice which would eventually be impugned as "piracy" - had existed since the late fifteenth century, however, as reading become more common and the book trade became a profitable business, it grew to epidemic proportions, for the development of legal institutions had not kept pace with the dramatic growth of the trade" (WOODMANSEE, 1984, p. 437)

Isso significa que antes mesmo da prensa de tipos móveis se espalhar pela Europa, já havia um movimento que se organizava em torno da regulação do ofício do “editor” e de seus produtos. Tal regulação era motivada por dois tipos diferentes de ideais: o dos poderes estabelecidos, que pretendiam ter voz sobre a circulação das informações, e o do “mercado” que pretendia controlar a produção e o comércio dos livros por razões econômicas.

Nos primeiros dias da prensa de Gutemberg, o expediente disponível para a proteção de livros, livreiros e instituições eram os privilégios concedidos pelos príncipes e governantes. Eles garantiam os direitos dos livros sobre um certo território, mas tal proteção não era adotada com o objetivo de proteger o autor, e sim de proteger os impressores, lembrando o formato do *copyright* que ainda iria nascer, mas com a diferença de que não eram leis *stricto sensu*, que proibiam outros de imprimirem um mesmo livro, mas sim concessões que autorizavam um impressor a publicar, o que pode parecer um preciosismo, mas é uma diferença fundamental. (PATTERSON, 1968)

A Inglaterra e as patentes como caminho para o copyright

Assim, as patentes que também funcionavam como o privilégio concedido pelo monarca para a publicação de um livro, por sua importância relativa haviam sido deixadas de fora do *Estatuto do Monopólios* e permaneciam sendo prerrogativa real (PATTERSON, 1968, p. 106), e não raro eram utilizadas pela coroa para engordar os seus cofres. Em certo ponto foram abusadas em tal escala, que praticamente forçaram a origem de uma legislação específica para o direito de publicação e reprodução de livros. (DONNER, 1992; PATTERSON, 1968)

In addition to the stationer's copyright, there was also the printing patent which was the right , granted by the royal prerogative of the sovereign, to publish a work. By the end of the seventeenth century the printing patent had basically been replaced by the stationers' copyright. (...) This selectivity of the printing patent led to the rise of monopolists within the Stationers' Company itself. The printing patent was constantly abused by Queen Elizabeth, who conferred many patents to increase the royal purse. (DONNER, 1992, p. 366)

Como o problema estava focado no controle do que era impresso, o movimento lógico do governo inglês, foi ceder a “propriedade da cópia” para uma guilda de impressores e comerciantes de livros, que criariam suas próprias regras internas de funcionamento, sem serem ofensivos ao Estado ou ao soberano, uma vez que exerceriam o seu ofício por concessão direta deste último. Era um arranjo interessante, a própria guilda receptora do privilégio exercia o poder de polícia na censura dos livros, e com isso pôde desenvolver o conceito de direitos de cópia dos livros, o *copyright*, da forma que lhe pareceu mais favorável aos seus membros, dos quais aliás, os autores não faziam parte

In short, copyright was not created because of censorship, nor would the absence of censorship prevented its creation, but censorship did aid private persons, publishers and printers, in developing copyright in their own interests with no interference from the courts and little from the government. The early censorship regulations thus serve as a prelude to the development of copyright. (PATTERSON, 1968, p. 21)

Vê-se que desde o começo de sua história censura e *copyright* eram claramente assuntos distintos, mas que mesmo assim em diversos momentos foram tratados pelas mesmas legislações e entre os quais se desenvolveu uma duradoura sinergia. O problema original para o governo inglês era suprimir o discurso religioso herético, a disseminação dos livros impressos se deu concomitantemente à separação da *Igreja Católica Romana*, e os documentos mostram que os censores que nos primeiros anos revisavam quais livros podiam ser impressos eram principalmente o rei e as autoridades eclesiásticas. Mas a proliferação de material considerado em desacordo com a doutrina da “Holly Mother Church” continuou preocupando a coroa, que possivelmente não era eficaz em exercer o controle do que era impresso e nem tão pouco da censura, uma situação que se destaca na “voz” da rainha Mary em 1558, na primeira lei de controle da imprensa que se tem notícia

“That no Man shall print any Book or Ballad, unless he be authorized thereunto by the King and Queen's Majesties Licence, under the Great Seal of England.” (sic)
(PATTERSON, 1968, p. 30)

Não há dúvida sobre o impacto que a recém criada invenção de Gutemberg teve sobre os poderosos, a contenção da disseminação de ideias era uma prioridade, e na Inglaterra ela aconteceu com o controle das concessões do privilégio de impressão.

Tais monopólios conferidos pela coroa e as patentes que os garantiam, mesmo nesta época, não eram incontroversos. George Unwin, em seu livro de 1908 *The Gilds and Companies of London*, conta da oposição que mercadores, trabalhadores diaristas¹²⁸, coureiros¹²⁹ e pequenos impressores, faziam ao sistema de concessões de patentes e monopólios, que argumentavam eram um peso e funcionava como uma desnecessária taxaço dos bens “comuns” do reino, taxaço que incidia justamente sobre os mais pobres. (UNWIN, 1908, p. 254–258)

It is true patents obtained by members of the Stationers' Company, giving them the sole right to the production of many books in common use, were said by their apologists to have been granted for the protection of the printer against the dominance of the bookseller. (UNWIN, 1908, p. 258)

A *Stationers' Company* fora inicialmente fundada por artesões relativamente bem estabelecidos, que contavam com os fundos necessários para assegurar, junto à coroa, estas patentes¹³⁰ requeridas para garantir “o direito exclusivo de produção em comum de muitos livros”. Eles lidavam com todo o processo de produção dos livros e com a sua comercialização, podendo se dar ao luxo de esperar pelo retorno de seu capital investido.

Conforme o ofício de impressão se disseminou, os recém-chegados não tinham o necessário capital para esperar pela comercialização dos livros, nem para completar sua produção, e vendiam as suas folhas impressas para a *Stationers' Company*, que então as encadernava e comercializava os livros. (UNWIN, 1908, p. 258–259)

They were obliged to sell their sheets as they came from the press to the stationers, who bound them up and disposed of them to the public. In this way the booksellers came into possession of most of the best copyrights, and the incorporation of the Stationers' Company in 1555, with full powers of control over the printing trade, was an indication of the ascendancy which the trader had here as in so many other cases gained over the craftsman. (UNWIN, 1908, p. 259)

Os antecedentes da *Stationers' Company* narrados por Unwin dão um interessante relato de como os grupos privados atuam no tempo acumulando propriedade intelectual. Os grupos capitalistas que lidam com o direito autoral parecem, desde a sua gênese, promover uma curiosa apropriação de ideias, que ocorre paralela à apropriação do trabalho, e com o tempo formam vastas

128 *Journeyman*, no original.

129 *Leathersellers*, no original.

130 *Printing patent* era o privilégio de impressão concedido pela Coroa para a publicação de uma obra.

coleções de “direitos intelectuais”, cujo peso econômico acaba refletido no *lobby* por legislações de proteção cada vez mais específicas.

É nítido que se apropriavam do trabalho dos impressores independentes, que só produziam as folhas impressas e as vendiam para a Guilda. Possivelmente é correto inferir que tal compra ocorria por um valor inferior ao que o impressor independente obteria se tivesse o controle total do processo. A Guilda adiciona o seu trabalho ao produto do trabalho do impressor independente (encadernação) e extraí daí o valor do seu trabalho executado, somado ao valor extra anteriormente obtido do impressor, em um movimento que futuramente será natural no capitalismo quando este vier a se constituir como o modo de produção dominante.

Até aí, nada há de novo, a novidade está na sutil engrenagem que Unwin adiciona a esta mecânica quando relata que “desta forma, os vendedores de livros adquiriam a posse da maioria dos melhores direitos de reprodução¹³¹”, ou seja, além dos próprios livros que publicavam eles acumulavam os direitos dos impressores independentes, que não tinham como produzir o livro completo e atuavam por empreitada. É difícil observar esta mecânica sem traçar um paralelo direto com os contemporâneos “agregadores de conteúdo” e “*gatekeepers*” a quem Courtney Love acusava de defenderem apenas os “seus direitos de distribuidores” no Capítulo 1 desta tese. Embora livros sejam artigos definitivamente materiais, mercadorias por assim dizer, o comércio de produtos do *espírito* parece tender à concentração e ao monopólio desde muito cedo.

Com a ascensão da irmandade dos impressores, encadernadores e vendedores de livros, nomeada *Company of Stationers of London*, a coroa pode exercer um controle mais efetivo sobre o que era publicado, esta Guilda específica recebeu um privilegio real, a *Royal Charter*, que lhes conferia o monopólio da atividade e logo se tornou dominante ante os demais impressores

(...) the Stationers' Company, which, like all the other ancient trading guilds, had existed from the Middle Ages, received its charter; and powers were given to it to search out and destroy 'books printed in contravention of the monopoly', 'or against the faith and sound doctrine.' They could 'seize, take away, have, burn, or convert to their own use' whatever *they might think* was contrary to the form of any 'statute, act, or proclamation made or to be made.' (DAWSON, 1882, p. 9)

No other company, it is true, ever attained the same degree of monopoly as that which the State thought it expedient to confer on the Stationers, but all the lesser companies

131 *best copyrights*, no original.

made such a monopoly their aim. (UNWIN, 1908, p. 261)

Atuando como agregadora dos direitos de reprodução dos livros publicáveis, internamente a *Stationers' Company* passou a desenvolver, como forma de organizar o que cada membro poderia ter direito de publicar, e também para resolver os eventuais conflitos, o registro que ficou conhecido como *Stationers Copyright*, e que como se pode supor, daria mais tarde origem ao *Copyright*

At last, in 1709, in the 8th year of Queen Anne, the first Copyright Act was passed, and it was not repealed until 1842. The title of the Act is "An Act for the Encouragement of Learning, by vesting the Copies of printed books in the Authors or Purchasers of such Copies during the time mentioned." The word copies here was the term then used for copyright, and this right was by the Statute then vested in the authors or their assigns. This statute was well called a general patent or privilege granted to authors. (DAWSON, 1882, p. 10)

Desta forma se pode traçar as origens do *copyright* diretamente até a necessidade do Estado em controlar a imprensa.

O Estatuto de Anne¹³² (Londres, 1709)

Uma parcela importante da literatura sobre o direito autoral, especialmente àquela voltada aos cursos de direito, tende a apontar o *The Statute of Anne*, de 1709 como a primeira lei de *copyright* na Inglaterra e na história.

O erro é em parte justificado pelo teor e sentido das leis anteriores, por exemplo os decretos de 1586 e 1637, e as ordenações de 1643 e 1647, tratam do assunto pelo ângulo da censura, não da propriedade. Já o *Ato de Licenciamento* de 1662¹³³, a lei imediatamente predecessora ao *Estatuto de Anne*, objetivava menos tratar do *copyright* do que censurar o discurso antigoverno ou antimonarquístico, que preocupava o regente recém restaurado. (PATTERSON, 1968)

Depois da Restauração, com o retorno de Charles II ao trono em 1660, foi aprovado o Licensing Act de 1662. O Act adotou explicitamente o sistema de renovações periódicas, o que ocorreu até 1694, quando o ato não foi renovado por decisão da House of Commons.

A expiração do Act de 1662 redirecionou as discussões da questão da censura para

¹³² Ou Estatuto da Rainha Anne.

¹³³ Licensing Act of 1662.

questões de propriedade. Os livreiros tentariam obter novas leis de censura, mas não lograriam êxito. Em 1710, seria aprovado o Statute of Anne, dando origem ao primeiro sistema de direitos autorais da história, ainda que apenas em superfície. (MIZUKAMI, 2007, p. 258)

A aprovação do *Statute of Anne*, em 1709 na Inglaterra não tinha o objetivo de reconhecer os direitos do autor, que como uma preocupação do “direito autoral”, ironicamente, vinha em segundo plano e demoraria a ser colocado em destaque, embora é importante que isto esteja claro, sempre houve pagamento aos autores por seu trabalho

While later copyright laws would be an author's right. The author was not a member of the company and thus, had no role in the stationers's copyrighth. However, the author did have the right to receive payment for his work since it was necessary for the company to obtain permission to publish an author's work (DONNER, 1992, p. 366)

O objetivo da lei era regular o comércio de livros, assim, o Estatuto de Anne procurava determinar o monopólio da imprensa sem recorrer à censura. Era a primeira vez que o assunto era formalmente tratado como lei e não como um sistema de privilégios, esta lei derivava do *lobby* da *Stationers' Company*, e foi praticamente uma sistematização das regras do “*stationer's copyright*”, aquele sistema utilizado internamente pela Guilda para controlar a quem pertenciam os direitos de impressão de cada livro, e como se dava o comércio interno destes direitos (PATTERSON, 1968)

Na época do Statute of Anne, havia três monopólios no comércio do livro. Havia o monopólio da Stationers' Company, globalmente considerada. Havia o monopólio dos livreiros, dentro da Corporação. E havia o monopólio dos recipientes de *printing patents*, ainda que de pouca expressividade.

O objetivo do Statute of Anne foi o de prevenir, além do monopólio da própria corporação, outros futuros monopólios. O Statute of Anne estendeu o direito de *copyright* estatutário a *qualquer* pessoa, no que se incluía o autor. Não era, apesar da linguagem por vezes se reportar diretamente à pessoa do autor, uma lei de direito autoral propriamente dita. Na verdade, era uma *codificação do stationer's copyright*. (MIZUKAMI, 2007, p. 259–260)

Ao afastarem sua justificativa de monopólio da censura e a aproximarem de um direito natural do autor, mesmo que inadvertidamente, a *Stationers' Company* estava inserindo na lei um elemento que, mais tarde, quando testado as disputas dos tribunais, acabaria por consolidar o entendimento de propriedade do autor sobre a sua obra.

A França e o *droit d'auter* (Paris, 1793)

O modelo inglês que deu origem ao copyright foi bastante específico ao caso da Inglaterra, pelo resto da Europa, que não se baseava na *common law*, prevaleceu a ideia dos privilégios de impressão que eram concedidos caso a caso, pelo poder estabelecido em uma dada região

In Scotland, as in France, where the civil law prevailed, the lawyers held that printing was *inter regalia*; and throughout all Europe, this power of granting privilege was exercised directly or delegated to Universities, Commissions, and Bishops, and always under specified limitations. (DAWSON, 1882, p. 9)

O caso francês é emblemático e dele derivam a maioria das elaborações posteriores de direito autoral, incluindo a brasileira, até 1777 a autorização para se imprimir um livro vinha diretamente de um privilégio real ou de uma delegação deste privilégio, e mesmo esta “sentença” de 1777 era notavelmente leniente com quem infringisse o direito do autor

In 1777 the rights of authors began to be recognized; for in an *arrêt* issued in that year, "all printers are forbidden to print books for which privileges have been granted during the existence of these privileges, and even after expiry, without permission of their authors."

To show, however, how uncertain these authors' rights had been, I may add that another article in the same *arrêt* provides that "whereas many persons through out France had printed, and then possessed, large quantities of books printed without any permission, and whereas great loss would be occasioned unless such persons were allowed to dispose of them; permission is granted to dispose of such stocks, but no more copies are to be printed." (DAWSON, 1882, p. 10–11)

Durante o Reino do Terror, com a decapitação de Luís XVI na guilhotina no início de 1793, o sistema de privilégios reais deixou de existir na França, dando espaço para que a Convenção Nacional aprovasse a primeira lei de propriedade literária da França, que animada pelo espírito revolucionário, moveu os direitos sobre a obra para o controle do autor, que poderia dispor deste direito como melhor lhe conviesse

Puis, les 19-24 juillet 1793, un décret, qui forme aujourd'hui encore la charte de la propriété intellectuelle, porta que "les auteurs d'écrits en tous genres... jouiraient, durant leur vie entière, du droit exclusif de vendre, faire vendre, distribuer leurs ouvrages... et d'en céder la propriété en tout ou en partie." (DOMMANGE, 1922, p. 6)

Ao constituir o *droit d'auter* a França sublinha uma diferença de abordagem fundamental com o *copyright* inglês, que é antes um direito, como o nome implica, de reprodução de uma obra e não de proteção do autor. Vale apontar que ao longo dos anos, as duas perspectivas de direito patrimonial sobre a criação literária convergiram, contemporaneamente tornando suas diferenças imperceptíveis para efeitos práticos.

A inusitada ideia de um direito “autoral”

Como se pôde ver as patentes surgiram muito antes do direito autoral, isso se deveu a um motivo prosaico e cuja construção histórica levou bastante tempo, para se constituir o direito autoral era necessário que houvesse primeiro a figura do autor.

"Uma invenção relativamente recente. Especificamente o produto da ascensão, no século XVIII de um novo grupo de indivíduos: autores que buscavam ganhar a vida com as vendas de seus escritos para o novo e em rápida expansão público leitor."
(WOODMANSEE, 1984, p. 426)

É uma transformação que se observa no século XVIII, primeiro na Alemanha e que depois se expande para França, Itália, Espanha, Portugal e demais nações. Esta transformação tem uma dupla natureza, a inspiração do autor, antes exógena, atribuída a uma musa ou divindade, passa a ser compreendida com possível apenas na subjetividade de um indivíduo específico; também há neste período um distanciamento do conceito de que escrever era uma habilidade técnica, como a carpintaria, que demandava apenas o uso ferramentas específicas àquele ofício. (WOODMANSEE, 1984)

O movimento de personalizar o ofício do autor, é compreendido por Martha Woodmansee, com razão, como a necessidade de estabelecer propriedade sobre os produtos deste ofício, para que os autores pudessem viver dele

"(...) answered the pressing need of writers in Germany to establish ownership of the products of their labor so as to justify legal recognition of that ownership in the form of a copyright law." (WOODMANSEE, 1984, p. 430)

O que se nota é que para pensar o direito autoral na história, é preciso considerar a distância entre a invenção de Gutemberg e o *Estatuto de Anne*, e a evolução social entre estes dois marcos.

Nos quase três séculos entre um evento e outro ocorre uma importante mudança cultural, que foi sim animada, em grande parte, pela prensa de tipos móveis. Há o nascimento do comércio de livros e há também uma criação romântica, a mudança do significado da autoria da obra, sem a qual não seria possível erigir os fundamentos teóricos que sustentam as leis de propriedade intelectual atuais.

A primeira preocupação do poder constituído não foi a economia do comércio de livros, desprezível em seus primeiros anos, mas sim o controle da circulação do pensamento, este sim assunto extremamente problemático. Neste contexto a política de privilégios funcionou bem, ao menos enquanto a produção era pequena e o comércio entre territórios diferentes uma insignificância, mas deixaria de funcionar quando o comércio de livros aumentasse junto com a população alfabetizada.

A imprensa circulou heresias, antimonarquismos, e serviu de combustível para a Reforma e para a Revolução Francesa, isso para citar apenas dois dos eventos marcantes que se valeram do invento de Gutemberg para comunicar seus ideários. Estava claro, desde o princípio que a imprensa e as atividades a ela relacionadas eram um assunto importante para os Estados Nacionais.

Estes legislam e impõe controles com o sentido de controlar o fluxo de ideias e informações; com o tempo há (especialmente na Inglaterra), o casamento dessa necessidade de supervisionar a impressão com a demanda por regulação dos praticantes do ofício (guildas, livreiros e impressores); tal casamento transforma os monopólios e as concessões de impressão, antes individualmente concedidos, em um monopólio corporativo, no sentido em que a atividade passa a ser regida por uma corporação. Este monopólio em seu esforço de autorregulação e perpetuação, sedimentará as bases para o *copyright* presente nos países com tradição de *common law*.

O comércio de livros favoreceu o surgimento dos impressores e dos monopólios da impressão, que logo passaram a agregar os “direitos de reprodução” dos livros, não só isso, este novo comércio e a nova população leitora dariam origem à necessidade de legislações específicas para a regulação da atividade, e também dariam origem a um novo ator, até aqui, por incrível que possa parecer, completamente secundário: o autor.

Federal Copyright (EUA, 1790)

O Estatuto de Anne de 1709, tinha como propósito central declarado beneficiar os autores, mas na verdade buscava reorganizar o mercado de livros, fragmentado por diversos monopólios e patentes. Ele eliminou o monopólio da *Stationers' Company* e tornou o direito de cópia universal e

atrelado ao autor. Isso não era exatamente um problema para a *Stationers' Company*, já que os impressores compravam os direitos do autor antes da publicação.

O problema para eles estava na limitação do *copyright* em 21 anos, situação que os vendedores de livros tentaram, entre 1732 e 1774, remediar de todas as formas, com petições ao Parlamento que solicitavam a extensão do *copyright* para o período de vida do autor mais 11 anos. Não obtiveram sucesso e tentaram depois nas cortes de justiça, onde também falharam, e novamente no Parlamento para nenhum efeito. Nesta época já havia um forte sentimento de que os editores “roubavam” os direitos naturais do autor e isso precisava ser corrigido. (DONNER, 1992, p. 367–368; PATTERSON, 1968, p. 109)

The law had finally been settled that copyright was no longer a publisher's right and had become an author's right. The policy of copyright in England had shifted from being used to control the book trade to encourage authors to write by rewarding them for their efforts. This view that the purpose of the copyright was to encourage an author to write was to be eagerly adopted in the American states only a few years later. (PATTERSON, 1968, p. 368)

Do outro lado do Atlântico, os Estados Unidos foram fortemente influenciados pelas leis de *copyright* que se desenvolveram na Inglaterra, tanto que em 1786 doze dos treze Estados norte-americanos haviam promulgado suas próprias legislações de *copyright*, o que como se pode imaginar, gerava contradições e algumas aflições. Havia, por exemplo, a necessidade de registrar uma obra localmente, o que obrigava um autor a visitar todos os Estados em busca de proteção efetiva. (DONNER, 1992), não é exagero dizer que o *copyright* norte-americano remonta diretamente ao *Stationer's Copyright*, genealogia de onde herda, inclusive a jurisprudência

Since this country's first federal copyright in 1790 was modeled after the Statute of Anne, the U.S. Supreme Court in *Wheaton v. Peters* naturally followed the Donaldson case as precedent, and American copyright descends directly from the stationer's copyright through Statute of Anne. (PATTERSON, 1968, p. 7)

Portanto a questão do *copyright* já havia sido bastante disseminada pelos Estados norte-americanos, em parte devido aos esforços de Noah Webster, que visitou vários deles para efetuar o registro de seu livro escolar. Onde não havia legislação Webster tentou convencer os legisladores locais a implementarem leis de *copyright*, e em sua peregrinação conheceu políticos como George Washington e John Madison, ambos da Virgínia, e que mais tarde estariam entre os

“*founding fathers*” norte-americanos, redatores e signatários da Constituição Federal posta em vigor no ano de 1789, e que traria a proposta de um *copyright* Federal, suplantando as iniciativas estaduais. (DONNER, 1992; PATTERSON, 1968)

A Constituição norte-americana, desta forma, sedimentou o direito à propriedade tanto de autores como de inventores, como cláusula constitucional nos Estados Unidos em seu Artigo I, Seção 8

To promote the Progress of Science and useful Arts, by securing for limited Times to Authors and Inventors the exclusive Right to their respective Writings and Discoveries; (US Const. art. I, sec. 8)

Mas esta não era ainda uma regulamentação específica, que só viria em 1790, a Constituição norte-americana garantia não o direito ao *copyright*, mas sim o direito do Congresso para legislar sobre o tema, o que Donner analisa como uma medida para limitar o poder do governo

(...) the framers' concern that the federal government not be too powerful meant that authorization would be given to Congress in the Constitution to enable congress to subsequently enact copyright laws. (...) the overwhelming support for national copyright system coincided with the larger theme of republicanism which advanced equal opportunity for all through individual merit and effort. (DONNER, 1992, p. 378)

Consolidado a prerrogativa constitucional, as patentes seriam legisladas menos de 10 meses depois pelo Congresso do Estados Unidos, sob a rubrica de um “Ato para a promoção do progresso e das Artes úteis.”

United States Congress , Public Acts of the First Congress, 2nd Session, Chapter 7

Chap. VII. – An Act to promote the progress of useful Arts.

Section 1 – Be it enacted by the Senate and House of Representatives of the United States of America in Congress assembled, That upon the petition of any person or persons to the Secretary of State, the Secretary for the department of war, and the Attorney General of the United States, setting forth, that he, she, or they, hath or **have invented or discovered any useful art, manufacture, engine, machine, or device, or any improvement therein not before known or used** (...) granting to such petitioner or petitioners, his, her or their heirs, administrators or assigns for **any term not exceeding fourteen years**, the sole and exclusive right and liberty of making,

constructing, using and vending to others to be used, the said invention or discovery;
(...) Approved, April 10, 1790. (UNITED STATES CONGRESS, 1790b) (grifo nosso)

Esta primeira lei de patentes foi emendada em 1793 em busca de simplificação do processo, que era complexo e dispendia muito tempo, também foi suprimida a exigência de que o invento fosse “útil e importante”, esta alteração também desobrigou a antes minuciosa análise por parte dos funcionários do governo, este Ato perdurou de 1793 até 1839 quando foi novamente revisto.

Com a regulamentação das patentes decidida em abril, o Congresso norte-americano se ocupou do *copyright* no mês seguinte, promulgando um *Copyright Act* em 31 de Maio, sob a rubrica “Um Ato para o encorajamento do aprendizado, por meio da garantia das cópias de mapas, cartas, e livros, para os autores e proprietários de tais cópias, durante os períodos aqui mencionados”

United States Congress , Public Acts of the First Congress, 2nd Session, Chapter 15

Chap. XV. – An Act for the encouragement of learning, by securing the copies of maps, charts, and books, to the authors and proprietors of such copies, during the times therein mentioned

Section 1. *Be it enacted by the Senate and House of Representatives of the United States of America in Congress assembled*, (...) And that the author and authors of any map, chart, book or books already made and composed, and not printed or published, or that shall hereafter be made and composed, (...) shall have the sole right and liberty of printing, reprinting, publishing and vending such map, chart, book or books, **for the like term of fourteen years from the time of recording the title thereof in the clerk’s office** as aforesaid. And if, at the expiration of the said term, the author or authors (...) **further term of fourteen years**; *Provided*, He or they shall cause the title thereof to be a second time recorded and published in the same manner as is herein after directed, and that within six months before the expiration of the first term of fourteen years aforesaid.
(...) Approved, May 31, 1790. (UNITED STATES CONGRESS, 1790a) (grifo nosso)

Assim, inicialmente se definiu para a propriedade sobre patentes e *copyright* catorze anos de proteção, sendo que para este último havia a possibilidade de uma renovação por igual período. Tanto a garantia da proteção, quanto a garantia da renovação, residiam na ação voluntária do registro junto ao governo, uma das principais divergências de tradição da Inglaterra e Estados Unidos com outros países onde a proteção tendia a ser natural.

Os três documentos (a Constituição e os dois Atos) registram que a preocupação com a propriedade intelectual nasceu junto com os Estados Unidos, e portanto foram fortemente marcados pelo espírito romântico que presidiu este nascimento.

Os dois Atos delimitam em seus títulos os diferentes poderes concedidos ao Congresso pela Constituição norte-americana, mas não só isso, também referenciavam o teor utópico destas legislações, marcadas pela visão de mundo romântica que começava a se conformar. O primeiro ato tratava das patentes e trazia em seu nome um conceito “Ato para a promoção do progresso”; o segundo também “Ato para o encorajamento do aprendizado”, ao almejarem a promoção do progresso e encorajamento do aprendizado tais títulos sintetizavam o espírito romântico que perpassava estas legislações.

Elias Thomé Saliba localiza o romantismo “e o redemoinho de imaginação utópica por ele desencadeado (...) entre fins do século XVIII e meados do século XIX” (SALIBA, 1991, p. 14), e a utopia marca tanto estas duas leis, quanto a própria Constituição Norte-americana, cujo famoso preâmbulo vaticina “Nós, o povo dos Estados Unidos, a fim de formar uma União mais perfeita, estabelecer Justiça, assegurar a tranquilidade interna, prover a defesa comum, promover o bem-estar geral, e assegurar as bênçãos da liberdade para nós mesmos e nossa posteridade, ordenamos e estabelecemos esta Constituição para os Estados Unidos da América.¹³⁴”.

Entre os impactos da Revolução Francesa e da Revolução Industrial se constitui o ideário romântico que oscilava entre a busca de um “espírito nacional” e um rompimento com o passado, que dava à época traços de recomeço, de início de uma jornada rumo ao progresso humano, favorável à constituição de utopias. (SALIBA, 1991)

A importância de se entender os primeiros raios desse romantismo que se ergue no horizonte da história, está em compreender que neste momento, nos Estados Unidos, tanto a lei de *copyright* como a de patentes surgem genuinamente com o objetivo de servirem de impulso à construção da nação norte-americana, é esta primeira utopia que dá o tom desta legislação, uma busca de um bem comum e não a limitação dos interesses comerciais de grupos específicos.

A ansiedade e a expectativa geradas pela combinação destas mudanças foram tais que excederam, não raro, as dimensões objetivas das transformações, projetando sobre elas uma força simbólica capaz também de alterar a realidade, delimitando-lhe contornos e

¹³⁴ We the People of the United States, in Order to form a more perfect Union, establish Justice, insure domestic Tranquility, provide for the common defence, promote the general Welfare, and secure the Blessings of Liberty to ourselves and our Posterity, do ordain and establish this Constitution for the United States of America.

procedendo, dialeticamente, a uma nova tomada de consciência dos homens. **Fica difícil, se não impossível, definir os contornos daquilo que foi mais significativo, se a realidade concreta ou a simbólica.** (SALIBA, 1991, p. 19) (grifo nosso)

Apenas compreendendo o espírito que presidiu o nascimento destas leis podemos apreciar toda a extensão da transfiguração que sofreriam nos anos vindouros.

Dos primeiros acordos bilaterais até as Convenções de Paris (1883) e Berna (1886)

Por isso, sem menosprezar o peso da realidade simbólica, apontamos que a realidade concreta, em breve, se imporia nas motivações por trás dos direitos autorais. Logo que se consolidaram como legislações específicas, nas principais economias ocidentais, os direitos de propriedade sobre o imaterial acompanharam o movimento da Revolução Industrial e se expandiram ao longo do século XIX, conquistando novas geografias e dando início a um inexorável movimento de unificação. Primeiro se iniciou o reconhecimento dos direitos de outras geografias, depois a evolução foi em direção à padronização dos tempos de proteção. Entre o *copyright* e o direito de autor, as diferenças formais iam se tornando cada vez menores no tempo, e chegam perto de ser extintas na Convenção de Berna.

Porém antes de Berna, e como preparação para ela, houve primeiro uma série de acordos bilaterais entre os principais países onde a propriedade intelectual se fixava como conceito.

Já na primeira metade do século XIX, entretanto, foram surgindo acordos bilaterais entre países europeus, impondo ou condições de reciprocidade material na proteção a direitos autorais, ou extensão do tratamento nacional a obras estrangeiras. Em 1852, a França adotou uma estratégia diferente, estendendo proteção de direitos autorais a todas as obras estrangeiras, independentemente de reciprocidade a obras francesas por parte de outros países. A iniciativa francesa incentivou uma série de acordos bilaterais entre países europeus, incluindo a Inglaterra, que como a França sentia dificuldades em negociar tratados bilaterais na primeira metade do século (ambos os países eram os principais exportadores de livros). (MIZUKAMI, 2007, p. 277)

Como já destacamos anteriormente a proteção às patentes está sempre um pouco à frente da proteção dos demais direitos que se atribui às diferentes propriedades intelectuais, uma tendência

que se fortaleceria com a Revolução Industrial, e que em 1883 convergiria para a Convenção de Paris que tinha justamente o objetivo de harmonizar os diferentes regimes nacionais de propriedade industrial.

Os trabalhos preparatórios dessa convenção internacional se iniciaram em Viena, no ano de 1873. Cabe lembrar que o Brasil foi um dos 14 países signatários originais. A Convenção de Paris sofreu revisões periódicas, a saber: Bruxelas (1900). Washington (1911), Haia (1925), Londres (1934), Lisboa (1958) e Estocolmo (1967). A convenção conta hoje com 171 países signatários. (PARANAGUÁ; REIS, 2009, p. 33)

A convenção de Paris data de 20 de março de 1883, o Brasil como um dos signatários originais da convenção, promulgou a sua *Proteção da Propriedade Industrial* em 28 de junho de 1884, por via do Decreto nº 9.233. Pouco mais de três anos separam este primeiro esforço de harmonização da Convenção de Berna, que seria focada nos direitos autorais das “obras literárias e artísticas” conforme descrito em seu *caput*. Tal qual a Convenção de Paris, “Berna” teve diversas revisões e alterações ao longo dos anos (BASSO; POLIDO; RODRIGUES JUNIOR, 2007)

“Convenção de Berna relativa à proteção das obras literárias e artísticas de 9 de Setembro de 1886, completada em Paris em 4 de Maio de 1869, revista em berlim em 13 de Novembro de 1908, completada em Berna em 20 de Março de 1914 e revista em Roma em 2 de Junho de 1928, Bruxelas em 26 de Junho de 1948, em Estocolmo em 14 de Julho de 1967 e em Paris em 24 de Julho de 1971, e modificada em 28 de Setembro de 1979” (BASSO; POLIDO; RODRIGUES JUNIOR, 2007, p. 57)

A *Convenção de Berna* previa um direito autoral que perduraria por toda a vida do autor mais 50 anos como proteção a seus herdeiros.

Artigo 7 1) A duração da proteção concedida pela presente convenção compreende a vida do autor e cinquenta anos depois da sua morte (BASSO; POLIDO; RODRIGUES JUNIOR, 2007, p. 62)

Com as convenções de Berna e Paris devidamente implantadas a ideia da propriedade intelectual global ganhava força e também forma, com a constituição da *Organização Mundial da Propriedade Intelectual* (OMPI).

A OMPI fora criada em 1967 em Estocolmo com o propósito de assegurar a propriedade intelectual pelo mundo por intermédio da cooperação com organismos correlatos em diferentes

Estados e, também para “assegurar a cooperação administrativa entre as Uniões de Paris e Berna”.

(...) a Ompi foi concebida por advogados que tinham como clientes empresas interessadas em proteção intelectual. Em 1974, a Ompi passou a ser um organismo especializado do sistema da Organização das Nações Unidas, com a prerrogativa específica de lidar com as questões de propriedade intelectual, mas agora a Ompi não deveria tão somente “proteger” propriedade intelectual, mas sim promover o desenvolvimento econômico, social e cultural dos países membros. Propriedade intelectual não deveria mais ser vista como um fim em si mesmo, mas sim como um meio para o desenvolvimento econômico, social e cultural. (PARANAGUÁ; REIS, 2009, p. 37)

A *Convenção de Berna*, com suas múltiplas revisões, foi durante muito tempo a principal baliza do direito internacional sobre a questão do direito do autor, refletindo nas legislações nacionais dos países signatários o acordo coletivo, criando uma harmonização do tema entre diferentes nações e sistemas jurídicos que perdurou por quase 130 anos sem grandes abalos. Berna ajudou ainda a aproximar as tradições do copyright e do *droit d' auter*, que ao se adequarem a um mesmo ordenamento jurídico internacional, conformaram muitas de suas práticas e características.

Ainda que não totalmente idênticas as tradições, algumas diferenças são mais teóricas do que práticas. Por um lado, as formalidades foram abolidas pela Convenção de Berna, da qual é atualmente signatário os EUA, cujo copyright era notório por seus requisitos formais. Por outro lado, ainda que exista relutância por parte de países da tradição do copyright em proporcionar proteção adequada a direitos morais, estes direitos têm importância em larga medida estritamente retórica, e valor mais simbólico do que efetivo, diante do poder dos direitos patrimoniais e das estruturas empresariais. O componente transacionável na tradição do direito de autor – o dos direitos patrimoniais –, é amplamente compatível com as disposições dos regimes que seguem a tradição do copyright.

Demais disto, a harmonização também tem conduzido, na era pós-TRIPS, a uma reestruturação dos sistemas, ainda em andamento, de modo que atualmente podemos dizer que ambas as tradições caminham no mesmo sentido, em se tratando de estratégias de implementação normativa. (MIZUKAMI, 2007, p. 227–228)

Interromperemos o nosso panorama legislativo da propriedade intelectual na história de Estados Nacionais com as convenções de Berna, Paris e com a constituição da OMPI, uma vez que os desdobramentos posteriores afastam a propriedade intelectual da esfera exclusiva de decisão das

nações ao mesmo tempo que a aproxima de nosso recorte temporal original.

O que se buscou construir neste capítulo foi um entendimento sobre o sentido e a evolução da ideia de que se poderia ser dono de ideias. Da Florença de Fillipo Brunelleschi e sua primeira patente em 1421, passando pelos Doges de Veneza e seu *Estatuto Autorizações Temporárias* (1474), pelas Guildas de editores em Londres, pelo *Estatuto Inglês dos Monopólios* (1623) até a constituição do *Estatuto de Anne* (1709) e do *droit d'auter* na França (1793) a propriedade das ideias parece primordialmente ligada a um privilégio econômico de um grupo, ao menos até que se consolide a ideia de um direito do autor.

A apropriação destes conceitos de direito autoral pela jovem nação norte-americana tem igualmente o objetivo econômico, mas também é introduzido um conceito de bem comum e de desenvolvimento do país, que estariam atrelados à atribuição de propriedade intelectual (1790). É esta ideia da propriedade intelectual como fator de desenvolvimento nacional que será determinante desde os primeiros acordos bilaterais até a Convenção de Berna (1886) e até a incorporação da OMPI pela ONU (1947).

Mais tarde, com a introdução dos TRIPS no Uruguai, esta visão sofrerá uma nova mudança, e embora defendida como forma de desenvolvimento global, a propriedade intelectual será compreendida por muitos como forma de dominação entre as nações, assunto que será abordado no próximo capítulo, ao tratarmos da globalização das leis.

2.2 Ideias sob o domínio das leis no Brasil

"(...) The Public Domain is the raw material from which we make new knowledge and create new cultural works. Having a healthy and thriving Public Domain is essential to the social and economic well-being of our societies.

Much of the world's knowledge – Diderot's Encyclopédie, the paintings of Leonardo, Newton's Laws of Motion – is in the Public Domain. Society constantly re-uses, reinterprets and reproduces material in the Public Domain and by doing so develops new ideas and creates new work. New theories, inventions, cultural works and the like are indebted to the knowledge and creativity of previous centuries."

Public Domain Charter
(EUROPEANA FOUNDATION, [S.d.])

Constituição Política do Império do Brasil (25 de Março de 1824)

Em terras brasileiras a primeira preocupação também foi com as patentes, a *Constituição Política do Império do Brasil*, de março de 1824, traz as primeiras referências à propriedade de bens imateriais no Brasil, o sempre citado Artigo XXVI trata da proteção à inovação tecnológica, ou ao produto do trabalho dos “inventores”.

Não há menção de proteção para obras artísticas ou literárias, a preocupação do poder neste momento parece mais voltada para o engenho técnico e, curiosamente, propõe um ressarcimento ao inventor caso este venha a “soffrer pela vulgarisação” (sic).

A bibliografia da propriedade intelectual, na mesma medida em que sempre aponta o Artigo XXVI, se esquece do Artigo XXV, que é igualmente interessante para a pesquisa da propriedade sobre as ideias.

XXV. Ficam abolidas as Corporações de Offícios, seus Juizes, Escrivães, e Mestres.

XXVI. Os inventores terão a propriedade das suas descobertas, ou das suas produções.

A Lei lhes assegurará um privilegio exclusivo temporario, ou lhes remunerará em resarcimento da perda, que hajam de soffrer pela vulgarisação. (“Constituição Política do Império do Brasil”, 1824)

No mesmo movimento em que atribui a propriedade de um invento aos seu inventor a Corôa suprime a propriedade intelectual das corporações de ofício. Tal proibição parece corroborar a visão de que o poder estatal estaria almejando o desenvolvimento do engenho técnico em suas fronteiras,

as corporações atuaram até aqui como guardiães de ofícios e saberes que neste momento histórico, no século da Revolução Industrial, não podem mais ser limitados por um grupo específico. É interesse do governo imperial que os saberes técnicos se desenvolvam e espalhem pelo Império.

Lei de 11 de Agosto de 1827

Apenas em 1827 surge a primeira lei de proteção ao autor no Brasil, e mesmo assim ela tem sua origem menos no desejo do Estado em proteger os autores, ou mesmo os editores, do que incentivar os professores dos recém criados cursos de direito de São Paulo e Olinda, não é exatamente um direito de autor para a sociedade, a lei mira em um grupo muito específico, e a proteção aqui proposta é de dez anos para as obras dos professores.

Art. 7.º - Os Lentes farão a escolha dos compendios da sua profissão, ou os arranjarão, não existindo já feitos, com tanto que as doutrinas estejam de accôrdo com o systema jurado pela nação. Estes compendios, depois de aprovados pela Congregação, servirão interinamente; submettendo-se porém á approvação da Assembléa Geral, e o Governo os fará imprimir e fornecer ás escolas, competindo aos seus autores o **privilegio exclusivo da obra, por dez annos.**: (“Carta de Lei pela qual Vossa Majestade Imperial manda executar o Decreto da Assemblèa Geral Legislativa que houve por bem sancionar, sobre a criação de dous cursos juridicos, um na Cidade de S. Paulo, e outro na de Olinda.”, 1827) (grifo nosso)

Codigo Criminal do Imperio Do Brazil (1830)

A exemplo de seus primos europeus, se o assunto da propriedade sobre as ideias não parece de grande interesse para a Corte brasileira, sem dúvida o mesmo não se dá com o controle sobre o discurso. O Código Penal de 1830 é repleto de regulações que buscam controlar de perto a atividade da imprensa. As possíveis infrações são “paranoicamente” tipificadas, o mais interessante é que como o assunto é a censura ela não é tratada no Código Civil, mas sim no Código Penal. Até 1830 a propriedade intelectual é uma “terra de ninguém”, com o código penal de 1830 é estabelecida a primeira regra de direito autoral. (PARANAGUÁ; BRANCO, 2009, p. 16)

Por serem excessivamente longos reproduzimos os pontos da *Lei de 16 de Dezembro de 1830* que tem interesse para esta pesquisa no Anexo III (página 275), a seguir destacamos apenas alguns deles.

O *CODIGO CRIMINAL DO IMPERIO DO BRAZIL* traz ainda na *PARTE PRIMEIRA*, *Dos Crimes, e das Penas*, *TITULO I Dos Crimes*, no *CAPITULO I*, ao especificar *DOS CRIMES, E DOS CRIMINOSOS*, no Art. 7º **define que existe um delito de comunicação de pensamento**, nestes termos: *Nos delictos de abuso da liberdade de communicar os pensamentos, são criminosos, e por isso responsaveis.*

Como dissemos este código é pródigo no controle dos discursos ou de qualquer atividade que pareça levemente sediciosa e que esteja atrelada à imprensa. No *CAPITULO III*, que trata *DOS CRIMES CONTRA O CHEFE DO GOVERNO* em *DISPOSIÇÃO COMMUM* no Art. 90 continua: *Provocar directamente por escriptos impressos, lithographados, ou gravados, que se distribuïrem por mais de quinze pessoas (...) Penas - de prisão por um a quatro annos, e de multa correspondente á metade do tempo.*

O *TITULO II* que trata *Dos crimes contra o livre exercicio dos Poderes Politicos* na *SECÇÃO III* aborda a *Calumnia e injuria* e na *PARTE QUARTA* ao tratar dos *Dos crimes policiaes* no *CAPITULO I* penaliza as *OFFENSAS DA RELIGIÃO, DA MORAL, E BONS COSTUMES*, que o Art. 277, assim define: *Abusar ou zombar de qualquer culto estabelecido no Imperio, por meio de papeis impressos, lithographados, ou gravados, que se distribuïrem por mais de quinze pessoas, ou por meio de discursos proferidos em publicas reuniões, ou na occasião, e lugar, em que o culto se prestar.*

Há ainda um *CAPITULO V* tratando do crime de *RESISTENCIA* e um *CAPITULO VIII* que é específico para o *USO INDEVIDO DA IMPRENSA*, que no Art. 303 criminaliza o exercício não autorizado da atividade desta forma: *Estabelecer officina de impressão, lithographia, ou gravura, sem declarar perante a Camara da cidade, ou villa, o seu nome, lugar, rua, e casa, em que pretende estabelecer, para ser escripto em livro proprio, que para esse effeito terão as Camaras; e deixar de participar a mudança de casa, sempre que ella aconteça.* Entre as ofensas possíveis no *USO INDEVIDO DA IMPRENSA* há ainda a estabelecida pelo Art. 307 que é *Deixar de remetter ao Promotor um exemplar do escripto, ou obra impressa, no dia da sua publicação, e distribuição.* punida com *Pena - de multa de dez a trinta mil réis.* (“Codigo Criminal do Imperio do Brazil”, 1830)

O objetivo principal do *Código Penal de 1830*, como cabe a um Código Penal de respeito, era descrever os ilícitos e estabelecer as suas penas, mas de forma atípica e pela definição negativa (não pela definição do direito, mas pela descrição da infração ao direito), ele também faz uma

referência rápida à propriedade intelectual, isso no TÍTULO dos “Crimes contra a propriedade”, no CAPÍTULO dedicado ao furto (!):

TITULO III

Dos crimes contra a propriedade

CAPITULO I

FURTO

Art. 261. Imprimir, gravar, lithographar, ou introduzir quaesquer escriptos, ou estampas, que tiverem sido feitos, compostos, ou traduzidos por cidadãos brasileiros, enquanto estes viverem, e dez annos depois da sua morte, se deixarem herdeiros.

Penas - de perda de todos os exemplares para o autor, ou traductor, ou seus herdeiros; ou na falta delles, do seu valor, e outro tanto, e de multa igual ao tresdobro do valor dos exemplares.

Se os escriptos, ou estampas pertencerem a Corporações, a prohibição de imprimir, gravar, lithographar, ou introduzir, durará sómente por espaço de dez annos. (“Codigo Criminal do Imperio do Brazil”, 1830)

Oras, esta encarnação do Código Penal estava, na prática, atribuindo um direito autoral que durava a vida do autor, com a possibilidade de extensão por mais dez anos, caso existissem herdeiros. Nos três anos que separam a criação das faculdades de direito (1827) e o Código Penal do Império (1830), a proteção do direito do autor dá um salto gigante no Brasil, sem a evolução mais gradual observada em outras nações.

Após 1830, a próxima intervenção legislativa será a *Lei nº16 de 12 de Agosto de 1834*, que “Faz algumas alterações e addições á Constituição Política do Imperio, nos termos da Lei de 12 de Outubro de 1832.” (SIC) mas não toca no assunto da propriedade intelectual.

O Código Penal de 1890 e a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891

É só em 1890, com a proclamação da República, que os códigos serão reescritos, porém a mesma preocupação com o controle do discurso permanece, inclusive é mantida a linguagem e a estrutura anterior em muitos pontos do texto da lei¹³⁵.

O decreto nº 847 de 11 de outubro de 1890 promulga o Codigo Penal (sic) que novamente

¹³⁵ Novamente reproduzimos os excertos de interesse nos anexos, sob o título Anexo IV: Excertos de interesse do Decreto nº 847 de 11 de Outubro de 1890 que promulga o Código Penal, na página 280.

em seu *TITULO II* ao tratar *Dos crimes e dos criminosos* no Art. 22 vaticina que *Nos crimes de abuso da liberdade de comunicação do pensamento são solidariamente responsaveis:*

- a) o autor;*
- b) o dono da typographia, lithographia, ou jornal;*
- c) o editor.*

Também permanece no *CAPITULO III* que trata da *RESISTENCIA* a penalização *de prisão cellular por um a tres mezes*, para quem *Provocar directamente, por escriptos impressos ou lithographados, que se distribuirem por mais de 15 pessoas, ou por discursos proferidos em publica reunião, a pratica de crimes (...)* conforme o Art. 126.

No *TITULO XI* que trata *Dos crimes contra a honra e a boa fama* há uma *CAPITULO UNICO* que fala *DA CALUMNIA E DA INJURIA* que o Art. 315 assim definirá *Constitue calumnia a falsa imputação feita a alguém de facto que a lei qualifica crime.*

Definida a calúnia e a injúria o Art. 316 especifica um agravante que é, entre todos os casos previstos na lei, o de pena mais severa: *Penas – de prisão cellular por seis mezes a dous annos e multa de 500\$ a 1:000\$000.* Que ocorre justamente *Si a calumnia for commettida por meio de publicação de pamphleto, impresso ou lithographado, distribuido por mais de 15 pessoas, ou affixado em logar frequentado, contra corporação que exerça autoridade publica, ou contra agente ou depositario desta e em razão de seu officio.*

O *CAPITULO IX* trata *DO USO ILLEGAL DA ARTE TYPOGRAPHICA* que é novamente a regulação da atividade de impressão que tanto preocupa os poderes estabelecidos sejam eles monárquicos, imperiais ou republicanos. O Art. 383 define o crime de *Estabelecer officina de impressão, lithographia, gravura, ou qualquer outra arte de reproducção de exemplares por meios mecanicos ou chimicos, sem prévia licença da Intendencia, ou Camara Municipal do logar, com declaração do nome do dono, anno, logar, rua e casa onde tiver de estabelecer a officina, ou o logar para onde for transferida depois de estabelecida.*

Mas a novidade do Código Penal de 1890 se dá no novo *CAPÍTULO V* que dispõe especificamente “Dos Crimes Contra a Propriedade Litteraria, Artistica, Industrial e Commercial”, sem dúvida uma tremenda inovação, para um assunto que até aqui fora tratado marginalmente, quase como uma recordação de última hora na redação das leis, neste momento, considerável dose de atenção e cuidado foram dedicados ao tema.

Este novo capítulo poderia parecer estranho, surgindo sem a evolução gradual que se observa nas legislações, não fosse o fato da *Convenção de Berna* ter sido assinada quatro anos antes, em 1866. A observação desta cronologia faz, na mais branda das avaliações, a preocupação brasileira com o tema parecer estrangeira, por assim dizer.

Compreender a evolução da SECÇÃO deste CAPÍTULO do Código Penal, que trata “Da violação dos direitos da propriedade litteraria e artistica”, lembrando do contexto de urbanização pela qual o Brasil passa neste período, com o desenvolvimento da massa urbana e de seus hábitos de consumo, permite entender o peso de dois novos conceitos: a publicidade e as marcas.

Por isso este CAPÍTULO traz seções que tratam “Da violação dos direitos de patentes de invenção e descobertas”, mas também “Da violação dos direitos de marcas de fabricas e de commercio”, que neste contexto da nascente urbanização passam a ser incorporadas como parte das preocupações típicas da sociedade brasileira do período.

Por volta de 1860, começaram a aparecer os primeiros painéis de rua, bulas de remédio e panfletos de propaganda. Quinze anos depois, em 1875, os jornais *Mequetrefe* e *O Mosquito* inauguravam reclames ilustrados. Desenhos, litogravuras e logoipos passaram a ocupar um espaço cada vez maior, sobretudo depois de 1898, quando surgiu o *Mercurio*, jornal de propaganda comercial. (100 anos de propaganda, 1980, p. 3)

Com isso o CAPITULO V cobre tanto a propriedade literária e artística quanto a comercial e industrial, ou como textualmente disposto trata DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE LITTERARIA, ARTISTICA, INDUSTRIAL E COMMERCIAL. A SECÇÃO I se ocupa *Da violação dos direitos da propriedade litteraria e artistica*, curiosamente esta época não era permitido imprimir coleções de leis ou decretos sem prévia autorização, embora houvesse a ressalva de que os mesmos poderiam ser citados, pois o *privilegio da fazenda publica resultante deste e do art. 342 não importa prohibição de transcrever, ou inserir qualquer dos actos acima indicados nos periodicos e gazetas, em compendios, tratados, ou quaesquer obras scientificas ou litterarias; nem a de revender os objectos especificados, tendo sido legitimamente adquiridos.*

Há no Art. 345 a proibição de *Reproduzir, sem consentimento do autor, qualquer obra litteraria ou artistica*, cujas especificidades serão tratadas até o Art. 350 com o mesmo tom. Já a SECÇÃO II dá início as penas *Da violação dos direitos de patentes de invenção e descobertas* onde o Art. 351 explicita o quê *Constitue violação dos direitos de patente de invenção e descoberta.*

Na *SECÇÃO III* era abordado o tópico *Da violação dos direitos de marcas de fabricas e de commercio*, que fundamentalmente no Art. 353 é definido como *Reproduzir sem licença do dono, ou seu legitimo representante, por qualquer meio, no todo ou em parte, marca de industria ou de commercio devidamente registrada e publicada*. (“Codigo Penal dos Estados Unidos do Brazil”, 1890)

O Código Penal de 1890 trazia as tipificações e as penas para os “crimes” de violação de propriedade intelectual, industrial, comercial e marcas. Os direitos relativos a este tema foram definidos na Constituição de 1891 que garantia aos autores direitos exclusivos de reprodução e estabelecia os três tipos básicos de propriedade intelectual passível de proteção, a saber:

§ 25 - Os inventos industriais pertencerão aos seus autores, aos quais ficará garantido por lei um privilégio temporário, ou será concedido pelo Congresso um prêmio razoável quando haja conveniência de vulgarizar o invento.

§ 26 - Aos autores de obras literárias e artísticas é garantido o direito exclusivo de reproduzi-las, pela imprensa ou por qualquer outro processo mecânico. Os herdeiros dos autores gozarão desse direito pelo tempo que a lei determinar.

§ 27 - A lei assegurará também a propriedade das marcas de fábrica. (“Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil”, 1891)

Lei nº 496, de 1º de Agosto de 1898

Como no caso norte-americano, garantido o direito constitucional era necessário regulamentá-lo, assim, sete anos depois o Brasil ganharia sua primeira lei específica de direitos autorais (que agora abrangia além da criação literária e artística também a científica) promulgada por Prudente de Moraes.

Da Lei nº 496, de 1º de Agosto de 1898 destacamos dois aspectos, o primeiro descrito no Art. 13 que define que *E' formalidade indispensavel para entrar no gozo dos direitos de autor o registro da Bibliotheca Nacional, dentro do prazo maximo de dous annos, a terminar no dia 31 de dezembro do seguinte áquelle em que deve começar a contagem do prazo de que trata o art. 3º*.

Tal disposição iguala o direito autoral brasileiro ao copyright dos países de *common law*, de onde provavelmente houve inspiração para tal dispositivo. Os prazos de proteção eram determinados pelos Art. 3º e 4º que reproduzimos *in extenso*:

Art. 3º O prazo da garantia legal para os direitos enumerados no art. 1º é: 1º. para a faculdade exclusiva de fazer ou autorisar a reprodução por qualquer forma, de **50 annos, a partir do dia 1 de janeiro do anno em que se fizer a publicação**; 2º, para a faculdade exclusiva de fazer ou autorisar traducções, representações ou execuções, de 10 annos, a contar, para as traducções da mesma data acima prescripta, para as representações e execuções, da primeira que se tiver affectuado com autorisação do autor.

Art. 4º Os direitos de autor são moveis, cessiveis e transmissiveis no todo ou em parte e passam aos herdeiros, segundo as regras de direito.

§ 1º A cessão entre vivos não valerá por mais de trinta annos, findos os quaes o autor recobrará seus direitos, si ainda existir. (“Lei nº 496, de 1º de Agosto de 1898”, 1898) (grifo nosso)

Decreto nº 2.577, de 17 de Janeiro de 1912

Em 1912 a proteção da propriedade intelectual passa a ser estendida também aos estrangeiros por força do Decreto-lei nº 2.577, de 17 de Janeiro de 1912

Torna extensivas ás obras scientificas, litterarias e artisticas editadas em paizes estrangeiros que tenham adherido ás convenções internacionaes sobre o assumpto, ou assignado tratados com o Brazil, as disposições da lei n. 496, de 1 de agosto de 1898, salvo as do art. 13, e dá outras providencias. (“Decreto-lei nº 2.577, de 17 de janeiro de 1912.”, 1912)

Lei nº 3.071, de 1º de Janeiro de 1916

Promulgada em janeiro de 1916, a lei nº 3.071¹³⁶ só entrou em vigor em 1º de Janeiro de 1917, e por isso é referida como Código Civil de 1917. Esta lei consolida o direito de autor no Brasil e o inscreve nos direitos “das Coisas” e “das Obrigações”. As alterações mais marcantes são o fim do registro obrigatório das obras na Biblioteca Nacional, que passa a ser facultativo e, a alteração do período de proteção para 60 anos após a morte do autor.

¹³⁶ Código Civil dos Estados Unidos do Brasil.

CAPÍTULO VI

DA PROPRIEDADE LITERÁRIA, CIENTÍFICA E ARTÍSTICA

Art. 649. Ao autor de obra literária, científica, ou artística pertence o direito exclusivo de reproduzi-la.

§ 1º Os herdeiros e sucessores do autor gozarão desse direito pelo **tempo de sessenta anos, a contar do dia do seu falecimento**.

§ 2º Morrendo o autor sem herdeiros ou sucessores, a obra cai no domínio comum. (“Lei nº 3.071, de 1º de Janeiro de 1916”, 1916) (grifo nosso)

Lei nº 5.988¹³⁷, de 14 de Dezembro de 1973

Já próximo ao fim do período dos militares, em 1973 a lei 5.988 promove uma pequena mudança na maneira de contagem do tempo:

Art. 42. **Os direitos patrimoniais do autor perduram por toda sua vida.**

§ 1º Os filhos, os pais, ou o cônjuge gozarão vitaliciamente dos direitos patrimoniais do autor que se lhes forem transmitidos por sucessão mortis causa.

§ 2º Os demais sucessores do autor gozarão dos direitos patrimoniais que este lhes transmitir pelo **período de sessenta anos, a contar de 1º de janeiro do ano subsequente ao de seu falecimento**.

§ 3º Aplica-se às obras póstumas o prazo de proteção a que aludem os parágrafos precedentes. (“Lei nº 5.988, de 14 de Dezembro de 1973.”, 1973) (grifo nosso)

Esta lei também criou o *Conselho Nacional de Direito Autoral* (CNDa)¹³⁸ e o famigerado *Escritório Central de Arrecadação e Distribuição* (ECAD), que viria a ser alvo e/ou autor de diversas disputas sobre a propriedade intelectual em anos vindouros. (“CPI ECAD - Relatório final”, 2009)

Art. 115. As associações organizarão, dentro do prazo e consoante as normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Direito Autoral, um Escritório Central de Arrecadação e Distribuição dos direitos relativos à execução pública, inclusive através

¹³⁷ Revogada pela Lei nº 9.610, de 98, excetuando-se o art. 17 e seus §§ 1º e 2º.

¹³⁸ Extinto em 1990

da radiodifusão e da exibição cinematográfica, das composições musicais ou litero-musicais e de fonogramas.

§ 1º O Escritório Central de Arrecadação e Distribuição que não tem finalidade de lucro, rege-se por estatuto aprovado pelo Conselho Nacional de Direito Autoral.

§ 2º Bimensalmente o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição encaminhará ao Conselho Nacional de Direito Autoral relatório de suas atividades e balancete, observadas as normas que este fixar.

§ 3º Aplicam-se ao Escritório Central de Arrecadação e Distribuição, no que couber, os artigos 113 e 114. (“Lei nº 5.988, de 14 de Dezembro de 1973.”, 1973)

Lei nº 7.646¹³⁹, de 18 de Dezembro de 1987

Com o decreto no 91.873, de 04 de novembro de 1985 , o então presidente José Sarney já havia redirecionado a atuação do Conselho Nacional de Direito Autoral (CNDA) para uma ação mais efetiva de coerção ao desrespeito do direito autoral, que nos termos do Artigo I passou “além das atribuições constantes no artigo 117, da Lei no 5.988, de 14 de dezembro de 1973, alterado pela Lei nº 6.800, de 25 de junho de 1980” a também:

I – impedir ou intermediar, por solicitação do titular dos direitos patrimoniais do autor ou conexos, ou de sua associação, a representação, exibição, execução, transmissão, retransmissão ou utilização por qualquer forma de comunicação ao público, de obra intelectual, sem autorização devida, bem assim efetuar a apreensão da receita bruta, para garantia dos seus direitos, podendo requerer a ação da autoridade policial para execução de suas determinações; (“Decreto-lei nº 91.873, de 4 de Novembro de 1985”, 1985)

Sinal dos tempos, em 1987 como reflexo da pressão norte-americana, o presidente José Sarney, promulga a lei nº 7.646, que “Dispõe quanto à proteção da propriedade intelectual sobre programas de computador e sua comercialização no País e dá outras providências.”, uma legislação até hoje considerada “sui generis” pelos estudiosos do direito. No lugar de agregar a proteção dos *softwares* em outra legislação do direito imaterial já estabelecida como, por exemplo, junto ao direito autoral ou ao direito de patentes, o Brasil opta por criar uma legislação específica. (“Lei nº 7.646, de 18 de Dezembro de 1987”, 1987)

¹³⁹ Revogado pela Lei nº 9.609, de 19.2.1998

Esta criatividade legislativa está diretamente ligada às pressões que o país vinha sofrendo por parte dos Estados Unidos e de empresas norte-americanas na área da informática, como por exemplo a Microsoft, que buscava garantir um espaço monopolístico para o seu MS-DOS, descartando todas as alternativas desenvolvidas localmente como “pirataria”.

Atuando dentro dos limites técnicos da lei de reserva de mercado, a SEI (Secretaria Especial de Informática) recusou o registro e proibiu a comercialização no Brasil do MS-DOS em setembro de 1987, por existir um similar nacional, o Sisne, da Scopus. Com a crise econômica instalada no Brasil o momento era oportuno para o governo americano “atender às reivindicações da Microsoft” (que então não tinha nenhuma participação no mercado brasileiro) e anular porções da lei do software, relacionadas à propriedade intelectual, inaceitáveis para os negociadores norte-americanos. (SOUZA FILHO, 2006, p. 115)

Estas “porções da lei de software”, que eram consideradas inaceitáveis e que o governo norte-americano pretendia anular, vinham do *Ato Normativo 022/82* no qual a SEI havia classificado *softwares* como “tecnologia não-patenteável”, o que por definição os excluía do regime de *copyright*, isso era suficiente para criar tensões, mas elas seriam levadas ao seu limite com a necessidade do registro de *softwares* imposta pelo governo. (VIGEVANI, 1995)

A SEI, em dezembro de 1982, vinculou a verificação da existência de similar nacional de software ao registro no Instituto nacional de Propriedade Intelectual (INPI) A medida foi tomada como consequência da tentativa de empresas estrangeiras estabelecidas no país de registrar seus softwares como obra intelectual: a SEI os enquadrava no campo da tecnologia, o que, na prática, debilitava os direitos. (VIGEVANI, 1995, p. 105)

Os eventos que se seguiram culminaram na promulgação da lei de *software*, com o objetivo explícito de evitar as sanções comerciais que seriam impostas ao Brasil, pelos Estados Unidos, por meio de sua *Section 301*, que inclusive pretendia fazer do país um exemplo na nova realidade da propriedade intelectual como item de pauta no comércio internacional.

On December 1987, under heavy commercial and political pressure from United States, a new law regulating the software industry was passed in Brazil. (MARQUES, IVAN DA COSTA, 2005, p. 141)

Tratamos deste assunto em nossa dissertação de mestrado e reproduzimos abaixo os principais trechos que levam à compreensão do contexto em que se deu a lei de software e o fim da

reserva de mercado implantada pelos militares para a informática.

Em maio de 1986 a Microsoft comunicou a empresas brasileiras, incluindo aí a Itautec, que poderiam ser processadas pela violação da propriedade do MS-DOS. A defesa da Itautec alegou ter desenvolvido um software de sistema operacional, compatível com o IBM-PC, sem consulta a especialistas, código fonte ou documentação da Microsoft, portanto não configurando cópia¹⁴⁰.

(...) O contencioso da informática entre Estados Unidos e Brasil arrastou-se por anos, periodizados entre setembro de 1985 e outubro de 1989 pelo Prof. Tullo Vigevani. Entre todas as questões levantadas nos anos de debate entre as duas nações foram contestadas posições sobre: a legalidade da engenharia reversa, o direito à autonomia tecnológica, proteção à indústrias nascentes, reserva de mercado e clonagem de sistemas.

Porém foi a questão da propriedade intelectual e do direito à propriedade dos softwares, em especial dos sistemas operacionais, que levou mais tempo para ser equacionada, levando o Brasil à beira de pesadas sanções econômicas, justamente por uma ação contrária ao MS-DOS da Microsoft.

Atuando dentro dos limites técnicos da lei de reserva de mercado, a SEI (Secretaria Especial de Informática) recusou o registro e proibiu a comercialização no Brasil do MS-DOS em setembro de 1987, por existir um similar nacional, o Sisne, da Scopus. Com a crise econômica instalada no Brasil o momento era oportuno para o governo americano “atender às reivindicações da Microsoft” (que então não tinha nenhuma participação no mercado brasileiro) e anular porções da lei do software, relacionadas à propriedade intelectual, inaceitáveis para os negociadores norte-americanos.

Esta ação fora desencadeada por empresas brasileiras que considerando a posição da Microsoft de líder neste segmento, entraram em um acordo com a empresa e solicitaram o registro do MS-DOS a SEI. O resultado da negativa foi a Scopus ser acusada de pirataria pela Microsoft, que inclusive ao lado de outras produtoras de software como Lotus e Autodesk, buscou levar o caso ao Congresso norte-americano.

O resultado direto dos protestos da Microsoft foi o anúncio, pelo presidente Reagan, que o Brasil sofreria sanções no valor de 105 milhões de dólares, em produtos a serem definidos, ação que serviu definitivamente para minar o já vacilante apoio da sociedade e da classe empresarial (que como sabemos nunca aderiu com muita convicção) à reserva de mercado. O valor da sanção inclusive chegou a ser contestado, pois se fosse constatado algum prejuízo da Microsoft ele oscilaria entre 1,5 e 4 milhões de dólares.

140 “A iniciativa da Microsoft visou, inicialmente, a algumas empresas brasileiras: além da Itautec, Sid, Microtec, Prológica e outras. Cerca de cinquenta empresas brasileiras poderiam ser atingidas pela acusação. (...) a SDD – Sistemas de Informática que licenciou para outros quinze fabricantes o chamado SSD-DOS, negou desde o princípio qualquer plágio. (...) provas em poder da Microsoft, obtidas através de peritagem em micros e programas, eram em alguns casos comprobatórias e em outros insustentáveis, mas o fato é que estas pressões produziram resultados importantes (...)” (VIGEVANI, 1995, p. 252)

(...)Como forma de suavizar a postura americana e tentar evitar as sanções anunciadas Sarney sancionou a Lei 7.646 (18/12/1987), chamada Lei dos Softwares, com 13 vetos, que atendiam parcialmente às demandas norte-americanas, que viriam a ser plenamente satisfeitas até a regulamentação da lei

(...) E em 1991 a Lei 8.248, de 23 de outubro é sancionada pelo presidente Fernando Collor de Mello, terminando em definitivo com a reserva do mercado brasileiro de informática em outubro de 1992, datas que marcam a capitulação brasileira no seu objetivo de autodeterminação tecnológica. (SOUZA FILHO, 2006, p. 113–116)

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

Entre os anos de 1986 e 1994 o Brasil está sob grande pressão internacional para alterar e ampliar as suas leis de monopólio intelectual. Esta pressão vem principalmente dos Estados Unidos, potência militar e importante parceiro comercial, este é o período de negociação do tratado TRIPS¹⁴¹ na OMC¹⁴², do qual trataremos no próximo capítulo. Foi neste contexto de pressão internacional que se desenvolveram os trabalhos da *Assembleia Nacional Constituinte*¹⁴³, durante a abertura e redemocratização brasileiras.

Com a chamada “Constituição Cidadã”, promulgada por esta *Assembleia Nacional Constituinte*, em 5 de Outubro de 1988, o direito de autor entrou definitivamente para o rol dos direitos fundamentais no Brasil, sendo listado entre os “Direitos e Garantias Fundamentais”. (PARANAGUÁ; BRANCO, 2009)

TÍTULO II

Dos Direitos e Garantias Fundamentais

CAPÍTULO I

DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, **garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros** residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança **e à propriedade**, nos termos seguintes:

XXVII - aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução

141 Trade Related Aspects of Intellectual Property Rights

142 Organização Mundial do Comércio

143 “Convocada pela Emenda Constitucional nº 26 de 1985, a Assembleia Nacional Constituinte funcionou no período de 1º de fevereiro de 1987 a 5 de outubro de 1988, quando foi promulgado o texto constitucional.” (“Processo Constituinte”, [S.d.])

de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar;

XXVIII - são assegurados, nos termos da lei:

a) a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas;

b) o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem aos criadores, aos intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas;

XXIX - a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País; (“Constituição da República Federativa do Brasil de 1988”, 1988) (grifo nosso)

Disposições que seguem em consonância com as leis anteriores porém, mais tarde, com a entrada do Brasil na era da informação outros Artigos da Constituição entrariam em choque com os direitos de propriedade dos autores, e destinariam para os tribunais as decisões sobre onde estão afinal os contornos e os limites do direito autoral em inúmeras ocasiões. Notadamente os seguintes Incisos abriam espaço para diferentes polêmicas jurídicas:

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

XII - é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses

e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;

XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional; (“Constituição da República Federativa do Brasil de 1988”, 1988)

Estas contradições serão retomadas e explicitadas nas conclusões do último capítulo.

Lei nº 9.279, de 14 de Maio de 1996

Passado o “turbilhão” dos anos que antecederam à abertura do mercado de informática e a promulgação da nova Constituição dos brasileiros, a próxima alteração nas leis de propriedade imaterial seria naquela que “Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial”, que surge revogando diversas leis e disposições anteriores, mas que para os objetivos desta tese tem seus pontos de interesse concentrados no Artigo 40.

Seção II

Da Vigência da Patente

Art. 40. A patente de invenção vigorará pelo prazo de 20 (vinte) anos e a de modelo de utilidade pelo prazo 15 (quinze) anos contados da data de depósito.

Parágrafo único. O prazo de vigência não será inferior a 10 (dez) anos para a patente de invenção e a 7 (sete) anos para a patente de modelo de utilidade, a contar da data de concessão, ressalvada a hipótese de o INPI estar impedido de proceder ao exame de mérito do pedido, por pendência judicial comprovada ou por motivo de força maior. (“Lei nº 9.279, de 14 de Maio de 1996”, 1996)

Lei nº 9.296, de 4 de Julho de 1996

Um parenteses é necessário para tratarmos da Lei 9.296 de 1996, que “Regulamenta o inciso XII, parte final, do art. 5º da Constituição Federal”, tratando da regulamentação para a interceptação de comunicações telefônicas no Brasil. O assunto não está diretamente ligado à propriedade intelectual, mas no desenvolvimento deste texto servirá como baliza quando inquirirmos onde estão os limites sobre esta propriedade intelectual em sua *interface* com os direitos civis constitucionais.

Por sua importância esta lei está reproduzida *in extenso* no Anexo V: Lei nº 9.296, de 24 de Julho de 1996, na página 287, neste momento destacaremos apenas alguns pontos de interesse:

Art. 1º A interceptação de comunicações telefônicas, de qualquer natureza, para prova em investigação criminal e em instrução processual penal, observará o disposto nesta Lei e **dependerá de ordem do juiz competente da ação principal, sob sigilo de justiça.**

Parágrafo único. O disposto nesta Lei aplica-se à interceptação do fluxo de comunicações em sistemas de informática e telemática.

Art. 2º

(...) Parágrafo único. **Em qualquer hipótese deve ser descrita com clareza a situação objeto da investigação, inclusive com a indicação e qualificação dos investigados,** salvo impossibilidade manifesta, devidamente justificada. ("Lei nº 9.296, de 4 de Julho de 1996", 1996) (grifo nosso)

Nem é necessário um grande exercício de imaginação para ver o tipo de conflito que essa Lei traria à baila com a popularização da Internet no Brasil.

Lei nº 9.609, de 19 de Fevereiro de 1998

Aquela primeira lei de *software*, a Lei nº 7.646, de 18 de dezembro de 1987, teve vida relativamente curta, sendo revogada e substituída menos de uma década mais tarde pela Lei nº 9.609 de 19 de fevereiro de 1998, agora assinada pelo recém empossado, presidente Fernando Henrique Cardoso, que cuidaria de rever e/ou promulgar as leis de propriedade intelectual.

Esta "nova" lei de *software* "Dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências", quase exatamente, aliás, como a sua antecessora.

Interessantemente esta lei se dá ao trabalho não apenas de referir a possibilidade do registro do *software* em seu Art. 3º, mas também explicita sobre a quem pertencem os direitos dos softwares produzidos dentro das empresas, no seu Artigo 4º:

Art. 4º Salvo estipulação em contrário, pertencerão exclusivamente ao empregador, contratante de serviços ou órgão público, os direitos relativos ao programa de computador, desenvolvido e elaborado durante a vigência de contrato ou de vínculo

estatutário, expressamente destinado à pesquisa e desenvolvimento, ou em que a atividade do empregado, contratado de serviço ou servidor seja prevista, ou ainda, que decorra da própria natureza dos encargos concernentes a esses vínculos. (“Lei nº 9.609, de 19 de Fevereiro de 1998”, 1998)

Tal preciosismo se justifica pelo movimento das empresas em apropriarem o trabalho imaterial dos programadores, na produção do software, como é apontado por Negri, Lazzarato e Gorz (GORZ, 2005; NEGRI; LAZZARATO, 2001), a apropriação, não acontece apenas no trabalho, há também uma apropriação da subjetividade do trabalhador/programador, que na peça de software produz não o determinado por uma máquina, receita, esquema ou engenharia preexistentes, produz algo que deriva da subjetividade de seu espírito criativo, do qual em tese, se poderia declarar “autor” e conseqüentemente pretender dispor dos “direitos autorais”. Este artigo da Lei 9,606 frustra esta pretensão.

Decreto nº 2.556, de 20 de Abril de 1998

A Lei nº 9.609 de 19 de Fevereiro de 1998, previa em seu Artigo terceiro um regulamento específico para o registro de programas de computador, uma velha obsessão brasileira, mas que nesta encarnação da Lei precisa ter sua natureza reconsiderada

Art. 3º Os programas de computador poderão, a critério do titular, ser registrados em órgão ou entidade a ser designado por ato do Poder Executivo, por iniciativa do Ministério responsável pela política de ciência e tecnologia. (“Lei nº 9.609, de 19 de Fevereiro de 1998”, 1998)

A redação deste regulamento foi dada pelo Decreto Lei nº 2.556 de Abril de 1998

Regulamenta o registro previsto no art. 3º da Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências. (“Decreto-lei 2.556, de 20 de Abril de 1998”, 1998)

Este decreto não perde de vista a questão de que os *softwares* podem conter “segredos” que seus autores não se sintam confortáveis para revelar e regulamente em seu Artigo 5º

Art. 5º O INPI expedirá normas complementares regulamentando os procedimentos

relativos ao registro e à guarda das informações de caráter sigiloso, bem como fixando os valores das retribuições que lhe serão devidas. (“Decreto-lei 2.556, de 20 de Abril de 1998”, 1998)

Então o Brasil institui novamente a necessidade, ou ao menos a possibilidade, de registro do *software* no lugar de lhe estender uma proteção automática, já que permanece em vigor o entendimento de que *softwares* não podem ser patenteados. Há que se perguntar o que motivaria o registro – opcional – de um *software* junto ao *Instituto Nacional de Propriedade Industrial* (INPI)?

Em sua autodefinição o INPI se apresenta como

(...) autarquia federal é responsável pelo aperfeiçoamento, disseminação e gestão do sistema brasileiro de concessão e garantia de direitos de propriedade intelectual para a indústria.

Entre os serviços do INPI, estão os registros de marcas, desenhos industriais, indicações geográficas, **programas de computador** e topografias de circuitos, as concessões de patentes e as averbações de contratos de franquia e das distintas modalidades de transferência de tecnologia. Na economia do conhecimento, estes direitos se transformam em diferenciais competitivos, estimulando o surgimento constante de novas identidades e soluções técnicas. (CGCOM, 2012) (grifo nosso)

Com isto, mesmo que no Brasil não existam patentes para softwares, há uma zona cinza, representada por este diploma específico que “Regulamenta o registro previsto no art. 3º da Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências.”

Ha em sua redação uma preocupante proximidade com os requisitos necessários à concessão de patentes:

- I - os dados referentes ao autor do programa de computador e ao titular, se distinto do autor, sejam pessoas físicas ou jurídicas;
- II - a identificação e descrição funcional do programa de computador; e
- III - os trechos do programa e outros dados que se considerar suficientes para identificá-lo e caracterizar sua originalidade. (“Decreto-lei 2.556, de 20 de Abril de 1998”, 1998)

Muito embora o Brasil não reconheça patentes de software, um motivo para registro no INPI é a busca por proteção semelhante aquela concedida às patentes, um movimento que é incentivado

pela indústria e pelo governo. Como no exemplo, na DELIBERAÇÃO CEETEPS nº 03, de 21 de julho de 2011 que “regulamenta a evolução funcional, promoção e progressão dos empregados públicos e servidores estatutários do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza” (CEETEPS).

Esta é a instituição mantenedora das FATEC de São Paulo, portanto tem um viés tecnológico e sua atuação, e para o CEETEPS o registro de um software junto ao INPI está na segunda faixa de pontuação possível para um docente que almeje promoção (150 pontos), perdendo para a faixa do registro de patentes (300 pontos), mas ainda assim, na mesma faixa de um Doutorado (150 pontos) e à frente de um Mestrado (100 pontos). (“DELIBERAÇÃO CEETEPS nº 03, de 21 de julho de 2011”, 2011)

Lei nº 9.610¹⁴⁴, de 19 de Fevereiro de 1998

A próxima intervenção de peso no direito autoral Brasileiro seria realizada em 19 de Fevereiro de 1998, pela Lei nº 9.609 assinada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, que finalmente, dez anos depois de assegurado na constituição, “Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências”, dentre estas providências, uma das mais impactantes foi a ampliação do prazo de proteção das obras para 70 anos após a morte do autor.

Capítulo III

Dos Direitos Patrimoniais do Autor e de sua Duração

Art. 41. Os direitos patrimoniais do autor perduram por setenta anos contados de 1º de janeiro do ano subsequente ao de seu falecimento, obedecida a ordem sucessória da lei civil.

Parágrafo único. Aplica-se às obras póstumas o prazo de proteção a que alude o caput deste artigo. (“Lei nº 9.610, de 19 de Fevereiro de 1998”, 1998)

Se tratou de uma extensão de 10 anos sobre a legislação anterior, promovida sem grandes justificativas, e que também avançou 20 anos além do previsto na convenção de Berna, da qual o Brasil é signatário.

Seria possível argumentar que uma tal extensão não estava no melhor interesse do

¹⁴⁴ Esta lei traz uma mensagem de veto do presidente e foi, posteriormente, alterada pela Lei nº 12.853, de 2013

desenvolvimento nacional, e é difícil compreender este movimento de maximização gratuito, coincidentemente, também em 1998 o *Congresso norte-americano* aprovou o infame *Sonny Bono Copyright Term Extension Act*, muitas vezes referido como o *Mickey Mouse Copyright Act*, que foi aprovado em dezembro de 1998 mas vinha em discussão no congresso norte-americano desde 1997.

Na última reforma, em 1998, através da Lei Sonny Bono, o Congresso norte-americano ampliou para um período único de 120 anos, extinguindo a renovação. Como resultado da mudança da lei, os direitos autorais após a morte do autor foram ampliados de 50 para 70 anos, caso o direito fosse propriedade de uma pessoa, e de 75 para 95 anos, caso o direito fosse propriedade de uma empresa. O aumento gradual do tempo de proteção ocorreu por pressão de corporações que detinham os direitos produzir cópias num sistema monopólico³. As corporações Disney, Paramount Pictures, Time Warner, Viacom e Universal, que antes da aprovação da lei já haviam concedido US \$ 6.5 milhões a políticos do Congresso, deram o generoso apoio de US\$ 1.419.717 aos senadores que apresentaram a lei aprovada (LANDES & POSNER, 2004: 16; SHECTER, 1998). Desta quantia, US\$ 800 mil foi pago pela Disney (LESSIG, 2004) que assim conseguiu evitar que personagens como Mickey, Pluto e Pato Donald caíssem no domínio público (ORTELLADO, 2002). (MACHADO, 2008, p. 3)

Não conhecemos documentos que demonstrem, de forma irrefutável, que estes dois eventos estejam relacionados, mas seria negligente deixar de observar o aleatório sincronismo em que se encaixam, especialmente quando se recorda que a lei brasileira de direito autoral ficou por 10 anos sem regulamentação específica, após sua inclusão na constituição de 1988.

Assim, o ano de 1998 foi importante não só para a história da propriedade intelectual no Brasil, mas para a sua história geral, uma vez que marca a virada definitiva em direção ao recrudescimento legislativo dos monopólios intelectuais.

2.3 Um comentário sobre a tendência maximalista da propriedade intelectual

"As you know, there is also Jack Valenti's proposal for term to last forever less one day".¹⁴⁵

Senador Mark Foley

(em 07 de outubro de 1998 durante a aprovação do Sonny Bono Copyright Term Extension Act)

"O Projecto primitivo propuzera a perpetuidade para o direito dos autores. Contra esse modo de ver levntam-se objecções, que não são muito convicentes. Diz-se que a perpetuidade aproveitaria aos livreiros e não aos autores. Mas, desde que o autor não alienasse o seu direito de modo absoluto, e apenas cedesse edições, como é comum fazer, onde a indústria do livro é mais remuneradora, não podiam os livreiros ter as vantagens que o argumento imagina. Allega-se mais que a perpetuidade disseminaria, infinitamente, o direito de autor entre seus herdeiros e sucessores. Pura phantasia. A repartição do direito, como da propriedade das coisas corporeas, tem um limite. E, assim como o condomínio de immoveis é, sempre, no systema do Codigo civil, um estado transitorio, se-lo-ia, igualmente, a compropriedade immaterial. Lembrem, por fim, o concurso que o autor recebe da humanidade, para a elaboração da sua obra, cujas idéias são applicações ou desenvolvimento de idéias tiradas do patrimonio intellectual commun da sociedade. Mas, como bem ponderou Spencer, esses produtos intellectuaes da civilização 'são acessiveis a todos ; utilizando-os, o escriptor ou o artista não diminuiu a possibilidade de outros o utilizarem. Sem subtrair coisa alguma á riqueza commun, elle apenas combinou algumas partes della com os seus pensamentos, seus principios, seus sentimentos, seu talento technico, coisas que são exclusivamente suas, que lhe pertencem, mais verdadeiramente do que os objectos tangiveis, que encerram a materia prima tirada ao uso potencial dos outros homens, pertencem aos seus proprietarios. Um producto do trabalho mental é, mais plenamente, uma propriedade do que o producto do trabalho corporal, porque o trabalhador foi o único fator de riqueza'.

Realmente o que o direito autoral protege são as fórmulas novas creadas pelo engenho humano, e não se compreende que sejam minhas as coisas preexistentes, de que eu me aproprio pela caça, pela pesca, pela simples apprehensão, e o não possam ser coisas que eu criei, dando fórmula nova a elementos que encontrei no mundo intellectual. E, uma vez creada essa riqueza immaterial, não há, em principio, razão theorica para que se não transmita pelos modos adoptados para a transmissão de riqueza material. São razões de ordem pratica, e uma certa obscuridade de idéias, próprias da phase evolucionar, em que se acha o direito autoral, que explicam essa fórmula de propriedade menos plena, de propriedade temporaria e revogavel, que as leis imprimem ao direito dos autores" (sic)

Clóvis Bevilacqua¹⁴⁶, jurista, legislador, filósofo e historiador brasileiro
em seu Codigo Civil dos Estados Unidos do Brasil Commentado
(BEVILAQUA; BEVILAQUA, 1916, p. 203-204).

¹⁴⁵ (GOVERNMENT PRINTING OFFICE, 1998, p. H 9952)

¹⁴⁶ O eminente e prolífico Clóvis Bevilacqua teve mais de trinta obras publicadas, muitas centrais na formação dos advogados de sua época e de épocas posteriores, sobre sua opinião ocorre uma expressão da língua inglesa: Bevilacqua *has a horse in this race*.

A conclusão mais imediata a que se pode chegar sobre a história da propriedade intelectual, quando observamos o panorama legislativo que foi até aqui apresentado, é a inescapável tendência de maximização dos tempos de proteção ou, mais apropriadamente, dos monopólios. A existência ou não desta tendência maximalista não é uma ideia que será discutida nesta pesquisa pois não se trata de hipótese em discussão, e sim de matéria pacificada, observável e mensurável, da qual apenas efetuamos o registro e buscamos a explicação.

Não por acaso destacamos a longa citação do jurista Clóvis Beviláqua que registra em seu “Commentário” do Código Civil a opinião de que o direito autoral deveria ser, pela mais óbvia das lógicas, perpétuo, algo que para ele apenas não o era por estar este “direito” em um momento embrionário da evolução legislativa da sociedade. De fato quase não é possível perceber os mais de oitenta anos que separam Beviláqua de Jack Joseph Valenti, o eterno presidente da MPAA¹⁴⁷ que esteve por 38 anos à frente da entidade defendendo a “propriedade” de Hollywood como uma leoa defende aos filhotes.

Tal tendência maximalista é constatada por praticamente todos os comentaristas e pesquisadores contemporâneos que se debruçam sobre a questão da propriedade intelectual, mesmo que em diferentes ramos do conhecimento, incluindo aí os juristas como Pedro Paranaguá, Umberto Celli Júnior, Sérgio Branco, Alberto do Amaral Júnior, Pedro Nicoletti Mizukamino no Brasil; e Eben Moglen, Tom W. Bell e Lawrence Lessig nos Estados Unidos (isso para citar apenas os juristas que constam na bibliografia desta tese).

In the first hundred years of the Republic, the term of copyright was changed once. In 1831, the term was increased from a maximum of 28 years to a maximum of 42 by increasing the initial term of copyright from 14 years to 28 years. In the next fifty years of the Republic, the term increased once again. In 1909, Congress extended the renewal term of 14 years to 28 years, setting a maximum term of 56 years. Then, beginning in 1962, Congress started a practice that has defined copyright law since. Eleven times in the last forty years, Congress has extended the terms of existing copyrights; twice in those forty years, Congress extended the term of future copyrights. Initially, the extensions of existing copyrights were short, a mere one to two years. In 1976, Congress extended all existing copyrights by nineteen years. And in 1998, in the Sonny Bono Copyright Term Extension Act, Congress extended the term of existing and future copyrights by twenty years. (LESSIG, 2005, p. 134)

147 Motion Picture Association of America

Tom W. Bell no artigo *Escape from Copyright: Market Success vs. Statutory Failure in the Protection of Expressive Works* publicado em 2001 na *The University of Cincinnati Law Review* argumenta que uma alarmante combinação entre *copyright*, *common law* e tecnologia está se tornando um fardo insustentável para a sociedade (BELL, 2001). Neste artigo Bell apresenta um didático gráfico que retrata a tendência maximalista do copyright, observando os termos de proteção nos Estados Unidos desde 1790

Ilustração 5: Tom W. Bell

A tabela a seguir foi produzida a título de comparação, para demonstrar que mesmo considerada em um lapso temporal menor e com contextos políticos e sociais diferentes, no Brasil há a mesma tendência de maximização, que quando é comparada ao período da amostra é igualmente acentuada.

ANO	PERÍODO DE PROTEÇÃO	REGRA ADICIONAL
1827	10 anos	Para os professores das Faculdades de Direito de Olinda e São Paulo
1830	10 anos	Além da vida do autor
1891	-	Não regulamentado
1898	50 anos	Contados do ano de publicação da obra
1916	60 anos	Além da vida do autor
1973	60 anos	Além da vida do autor, contados de 1º de janeiro do ano seguinte a sua morte
1988	-	Não regulamentado
1998	70 anos	Além da vida do autor, contados de 1º de janeiro do ano seguinte a sua morte ¹⁴⁸

148 1827 – “10 anos competindo aos seus autores o privilegio exclusivo da obra, por dez annos.” | 1830 – “emquanto estes viverem, e dez annos depois da sua morte, se deixarem herdeiros.” | 1891 – “§ 26 - Aos autores de obras

Cabe observar que esta maximização do tempo de proteção dos direitos autorais não acontece sem um significativo prejuízo social. Um exemplo no Brasil, entre tantos que se poderia citar, é o destino do escritor Monteiro Lobato, autor de obras que se entranharam na cultura popular brasileira como o *Jeca Tatu*, o *Inquérito sobre o Saci* e talvez, principalmente o *Sítio do Pica-pau Amarelo*. Lobato faleceu no ano de 1948 e entraria em domínio público no ano de 2008, sessenta anos após sua morte, de acordo com a legislação de 1973. Considerada a legislação atual – se esta for mantida sem alterações – a obra de Lobato só ingressará o domínio público em 2018 e a verdade é que a observação histórica permite levantar dúvidas que isso sequer venha a acontecer.

O prejuízo social é alto. A cultura, como a ciência, se constrói sobre as fundações erigidas pelas gerações antecessoras, tivesse o Brasil seguido à risca os 50 anos determinados na Convenção de Berna, Monteiro Lobato teria entrado em domínio público em 1998 e a cultura brasileira teria se beneficiado com 16 anos de reinterpretações e apropriações de sua obra, que com certeza teriam sido levadas a cabo por diversos artistas, em diferentes mídias. Mas com a obra de Lobato aprisionada pela “propriedade intelectual” sempre em expansão, ao menos até 2018 seus personagens serão “propriedade” exclusiva das organizações Globo, que negociaram os direitos com os herdeiros em 1997 após longa batalha judicial com a Editora Brasiliense. (SOARES, 2001)

A agenda política de maximização do copyright é deliberada e encontra seu financiamento em grandes grupos de comunicação, que com o tempo, como as guildas de editores medievais, passaram a congregar em relativamente poucas mãos muitos “direitos” de propriedade, que tratados como verdadeiros bens de capital, encontram no recrudescimento da propriedade intelectual o “seguro” de sua atividade capitalista de exploração e de apropriação da cultura.

Tal agenda de recrudescimento e maximização é de fato uma política explícita do *Departamento de Comércio* dos Estados Unidos da América do Norte, como aponta o advogado e

literárias e artísticas é garantido o direito exclusivo de reproduzi-las, pela imprensa ou por qualquer outro processo mecânico. Os herdeiros dos autores gozarão desse direito pelo tempo que a lei determinar.” | **1898** – “Art. 3º O prazo da garantia legal para os direitos enumerados no art. 1º é: 1º. para a faculdade exclusiva de fazer ou autorizar a reprodução por qualquer forma, de 50 annos, a partir do dia 1 de janeiro do anno em que se fizer a publicação;” | **1916** – “Art. 649. Ao autor de obra literária, científica, ou artística pertence o direito exclusivo de reproduzi-la. § 1º Os herdeiros e sucessores do autor gozarão desse direito pelo tempo de sessenta annos, a contar do dia do seu falecimento.” | **1973** – “§ 1º Os filhos, os pais, ou o cônjuge gozarão vitaliciamente dos direitos patrimoniais do autor que se lhes forem transmitidos por sucessão mortis causa. § 2º Os demais sucessores do autor gozarão dos direitos patrimoniais que este lhes transmitir pelo período de sessenta annos, a contar de 1º de janeiro do anno subsequente ao de seu falecimento.” | **1988** – A Constituição Republicana garante explicitamente os direitos de propriedade intelectual em seu art. 5º: “Aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar”. Neste momento não se altera o termo de proteção. | “**1998** – Dez annos após, foi promulgada a Lei nº 9.610 de 19 de fevereiro de 1998, a chamada “Lei do Direito Autoral” definindo “setenta annos contados de 1º de janeiro do anno subsequente ao de seu falecimento, obedecida a ordem sucessória da lei civil”.

ativista Lawrence Lessig:

Indeed, in a “White Paper” prepared by the Commerce Department (one heavily influenced by the copyright warriors) in 1995, this mix of regulatory modalities had already been identified and the strategy to respond already mapped. In response to the changes the Internet had effected, the White Paper argued (1) Congress should strengthen intellectual property law, (2) businesses should adopt innovative marketing techniques, (3) technologists should push to develop code to protect copyrighted material, and (4) educators should educate kids to better protect copyright. (LESSIG, 2005, p. 126)

Voltaremos a esta tendência nas conclusões, buscando uma correlação entre este recrudescimento e a transição do capitalismo para um modo de produção cada vez mais abstrato e fictício, e também cada vez mais suscetível as crises sistêmicas.

Capítulo 3: Da mundialização do capital para a globalização das leis.

Sendo, portanto, o Estado a forma pela qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns, e na qual se resume toda a sociedade burguesa de uma época, segue-se que todas as instituições comuns se projetam por intermédio do Estado, e recebem uma forma política. Daí a ilusão de que a lei repousa sobre a vontade e, o que é melhor, sobre uma vontade livre, desligada de sua base concreta. Assim também, por sua vez, o direito é aproximado da lei¹⁴⁹.

Karl Marx

3.1 O domínio do comércio

No capítulo anterior apresentamos uma análise das conjunturas históricas de criação e evolução das principais legislações domésticas de propriedade intelectual, neste capítulo, seguimos com a evolução daqueles contextos legislativos e sua progressão e evolução na forma de tratados internacionais de propriedade intelectual. Com isso pretendemos amarrar as pontas soltas, demonstrando as múltiplas influências e a retroalimentação entre a evolução da propriedade intelectual primeiro entre estes países e depois como uma onda da globalização, afetando a todas as demais nações do planeta.

O presente capítulo está dividido em dois assuntos distintos mas que se interligam. O primeiro assunto, é a *transição da Era WIPO-GATT para a Era WTO*, onde abordamos desde os primeiros acordos internacionais de propriedade intelectual no âmbito da *World International Property Organization* (WIPO) que culminam com o surgimento da *Organização Mundial do Comércio* (OMC ou WTO, sigla para *World Trade Organization*).

Na primeira parte deste capítulo trataremos com algum destaque de dois pontos nevrálgicos: a crucial transição dos acordos diplomáticos para acordos com a possibilidade de sanções comerciais efetivas, com o que esperamos demonstrar a transição da via diplomática para a via comercial no tratamento da propriedade intelectual no cenário internacional; subjacente a este tema está a discussão sobre a sessão ou perda de soberania em que os Estados se engajam ao participar da OMC, e como, por meio dela, os Estados mais fortes, mesmo dentro do sistema multilateral,

149 (MARX; FRIEDRICH, 1965, p. 65)

conseguem impor as suas legislações ao coletivo dos participantes, ainda que contra os interesses nacionais destes.

Ao abordarmos este primeiro assunto do comércio internacional, estamos apenas revendo as posições já consolidadas na literatura que estuda o tema, é uma história necessária para o contexto desta tese, porém sem necessidade de ser detalhadamente e novamente reconstituída aqui, já que o que nos interessa é o seu sentido mais geral, contudo, esta reconstituição serve como pano de fundo para um segundo assunto, a ser tratado na segunda parte deste capítulo sob o título: *Padrões técnicos internacionais e propriedade intelectual: o bastante concreto peso da “soft law”*.

Nesta segunda parte olharemos para o conceito de imposição de legislações de países mais fortes para o coletivo dos países participantes por uma via mais sutil do que a da sanção comercial, aqui procederemos a análise mais detalhada da *soft-law* e seu nada *soft* poder de imposição. Ao acompanhar a história de uma disputa empresarial em torno da propriedade intelectual e de padrões técnicos esperamos contribuir para iluminar uma interessante especificidade sobre a *soft-law*, a qual consideramos marcada por um certo ineditismo mesmo na literatura que aborda o tema regularmente. Enquanto para o primeiro assunto do capítulo existe vasta bibliografia, que trata das assimetrias entre as nações e de como estas se refletem nos acordos de comércio dentro e fora do âmbito da OMC, para o segundo a bibliografia míngua.

Nossa análise sobre a *soft law* deriva do sistema de comércio multilateral, mas por outro ângulo, aqui proporemos um estudo de caso específico das chamadas “barreiras técnicas”, a originalidade da análise se dá quando as estudamos sendo utilizadas não como forma de impedir a entrada de um concorrente externo em um mercado interno, mas sim como forma de se garantir um monopólio em territórios estrangeiros.

Os dois assuntos deste capítulo, organismos internacionais de comércio e *soft law* convergem para nossa percepção de que a mundialização do capital necessita e promove a globalização das leis, indiferente às necessidades e interesses das nações periféricas.

A transição da Era OMPI-GATT para a era OMC

O GATT, *General Agreement on Tariffs and Trade*, foi o resultado das ações tomadas por diversos Estados após o término da Segunda Guerra Mundial, neste momento inúmeras

organizações internacionais surgiram, como a própria ONU¹⁵⁰, fundada ainda em 1945 na esperança de deter futuros conflitos e facilitar o diálogo internacional.

Havia um entendimento generalizado de que parte das razões que levaram à guerra eram os desentendimentos comerciais e tarifários entre as nações, pensamento que fomentou a criação de duas instituições e a proposição de uma terceira, que não foi levada adiante:

O encontro de Bretton Woods , em 1944, teve o objetivo de fomentar um espaço de maior cooperação na área da economia internacional, cujo resultado foi a criação de Organização Internacional do Comércio (OIC), Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial.

Porém, a OIC não foi estabelecida devido à não ratificação da Carta de Havana – que delimitava seus objetivos e funções – pelos Estados Unidos. Tal impasse é resolvido com a adoção, por 23 países, inclusive os Estados Unidos, do segmento da Carta de Havana relativa às negociações de tarifas e regras sobre o comércio. O nome dessa parte da Carta mudou de Política Comercial (capítulo IV) para General Agreement on Tariffs and Trade (GATT) ou Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio. (PEREIRA, 2005)

O principal motivo para que a OIC não fosse criada foi a oposição dos Estados Unidos que, ao final da Segunda Guerra, estavam em posição privilegiada para proceder a expansão de seus produtos nos mercados internacionais.

Quanto ao estabelecimento do GATT, cabe salientar que a criação de uma instituição verdadeiramente multilateral de comércio não interessava naquele momento aos Estados Unidos, por se constituir em uma barreira à sua supremacia econômica e comercial frente aos países europeus. Isto explica a própria criação de um acordo entre partes contratantes, em lugar de uma organização da qual os países se tornam membros.

Sob o abrigo do GATT, realizaram-se 8 rodadas de negociações tarifárias: Genebra, Suíça (1947); Annecy, França (1949); Torkay, Reino Unido (1950-51); Genebra, 1956; “Dillon”, Genebra, (1960-62); “Kennedy”, Genebra (1964-67); Tóquio, Japão, (1974-79), e, finalmente, a Rodada Uruguai (Punta del Este, 1986-93), que estabeleceu a criação da Organização Mundial do Comércio

O GATT que chegou à Rodada Uruguai em 1986 reunia 76 membros, e outros 36 juntariam-se a ele até 1995. As negociações do GATT, a princípio envolvendo reduções tarifárias, tornaram-se, com o passar do tempo, também normativas, especialmente desde a Rodada de Tóquio. (MALLMANN; DEIRO, [S.d.])

150 Organização da Nações Unidas

Assim, o acordo inicial entre estas vinte e três nações não contemplou a criação de um organismo interacional de comércio, em seu lugar foi criado um “acordo sobre tarifas”, que manteria as negociações com maior ênfase em soluções diplomáticas e com menor peso em retaliações, pois, muito embora estas ainda fosse possíveis, permaneceriam muito mais no plano individual e no discernimento de cada nação do que no plano do direito internacional.

Although GATT rules are not directly enforceable in domestic courts, they do represent legally binding obligations. To the extent that governments try to settle disputes through GAIT-DSP (rather than unilaterally retaliating), it is clear they take this international obligation seriously. As noted above, governments have initiated GATT legal proceedings in over two hundred disputes. Legal experts refer to international obligation as a crucial element in enforcement of GATT rule. (KOVENOCK; THURSBY, 1992, p. 4)

Já apontamos que os direitos de propriedade sobre o imaterial, acompanhando a Revolução Industrial, se expandem pelo globo ao longo do século XIX, primeiro sendo implantados como ideia aceitável em diferentes nações, depois por um resiliente movimento de unificação e padronização dos termos, objetos e durações da proteção.

Anteriormente ao surgimento do GATT já existiam inúmeros tratados internacionais sobre propriedade intelectual, como a *Convenção de Paris para a Proteção da Propriedade Industrial* (1878-1883), a *Convenção de Berna para a Proteção de Obras Artísticas e Literárias* (1886), o *Acordo de Madrid* sobre o registro internacional de marcas (1891) e o *Acordo de Hague* sobre o depósito internacional de designs industriais (1925), só para citar os mais importantes, embora ainda não estivesse constituída a OMPI, organização criada posteriormente para os gerir.

A tendência que se consolida com a assinatura do GATT em 1947 é de abarcar dentro deste acordo praticamente tudo o que diz respeito às relações comerciais entre as nações, o que com o tempo irá refletir no campo da propriedade intelectual.

Após a *Convenção de Roma* para a proteção de produtores de fonogramas e organizações de transmissão (1961) e a *Convenção Internacional para a proteção de novas variedades de plantas* (UPOV¹⁵¹ de 1961), o próximo grande evento para a propriedade intelectual ocorre em 1967 com a criação da OMPI - *A Organização Internacional de Propriedade Intelectual* (WIPO – 1967¹⁵²), uma

151 International Union for the Protection of New Varieties of Plants

152 Convention Establishing the World Intellectual Property Organization – 1967, http://www.wipo.int/wipolex/en/wipo_treaties/details.jsp?treaty_id=1

organização internacional com a finalidade exclusiva de gerir os diversos acordos sobre bens imateriais até aqui assinados, bem como os que fossem firmados depois, como por exemplo o *Tratado de Cooperação em Patentes* (WIPO – 1978).

Contudo o binômio OMPI-GATT não parece ter sido suficientemente eficiente para atender a natureza expansionista que a propriedade intelectual partilha com o capital, assim, ato contínuo, com a Rodada Uruguai do GATT tem início uma nova fase nas relações internacionais da propriedade intelectual, fase que irá diminuir a importância da OMPI e todos os acordos por ela geridos em favor da nascente OMC.

O nascimento da OMC e seus significados

Em meados dos anos 1980, em Punta Del Este, a Rodada Uruguai do GATT, marcou uma mudança importante no cenário jurídico internacional. Iniciada em 1986 ela só foi realmente concluída oito anos mais tarde, em 1994 no Marrocos. A longa duração da Rodada é explicada, além da complexidade dos temas, pela sensibilidade dos assuntos tratados, e pelas frequentes tensões entre os países desenvolvidos e os países subdesenvolvidos.

A utilização repetida da Seção 301 pelos norte-americanos foi uma das grandes incentivadoras da conversão do GATT na OMC, pois várias nações tinham o entendimento de que se beneficiariam com um processo mais judicializado de resolução de conflitos e de um tribunal de arbitragem para estes conflitos, especialmente se o acesso ao mecanismo de retaliação fosse simplificado.

Although retaliation can be recommended under Article XXIII procedures, this has occurred only once in GATT history. When disputes are settled through working parties, countries are often encouraged to negotiate settlements. In this case, the disputing parties may agree on some form of retaliation (...). In many cases, however, countries simply agree to terminate the policies in question, or they agree on suitable compensation. This presumably is why previous attempts to model DSP have done so in ways that limit retaliation. Nonetheless, there is nothing in GATT to prevent retaliation. It is easy to find cases in GATT history where countries retaliate without filing disputes, as well as cases where they file disputes but eventually retaliate because of extraordinary delays in the legal process. Table I presents ten cases of U.S. retaliatory actions between 1974 and 1989. All of these cases involved retaliation under U.S. Section 301 law. (KOVENOCK; THURSBY, 1992, p. 5–6)

Desta forma, a criação da *Organização Mundial do Comércio* (OMC) foi o resultado mais significativo da Rodada Uruguai, e de acordo com o jurista Amaral Júnior

“Consuma-se, assim, a transição de um sistema predominantemente diplomático, baseado na negociação entre as partes, que marcou a experiência do GATT, para um sistema organizado em torno de regras jurídicas”. (AMARAL JÚNIOR, 2008, p. 101)

Constituída como a primeira organização internacional pós-Guerra Fria, a OMC exprime, ao mesmo tempo, sua continuidade e ruptura em relação ao GATT. A continuidade pode ser observada na manutenção dos acordos de liberalização comercial negociados durante as antigas rodadas do GATT e na adoção da mesma filosofia de liberalização, a ruptura se revela na mudança de postura quanto à resolução de conflitos, que no modelo do GATT gerava desacordos entre os Estados Unidos e as nações europeias.

“A divergência residia, em larga escala, nas diferenças culturais que opunham os dois lados do Atlântico. Marcados pela força unificadora do seu sistema legal, os Estados Unidos viam o GATT como uma organização de forte conteúdo jurídico, ao passo que os europeus davam prioridade às instituições diplomáticas para resolver as diferenças entre os Estados. Como grandes demandantes do sistema de solução de controvérsias, os norte-americanos queriam que a introdução de novas regras compelissem a parte vencida em uma disputa a cumprir as decisões dos painéis. Além de retardarem a redução das barreiras comerciais e figurarem como demandados em inúmeras controvérsias, os países europeus vetaram muitas decisões dos painéis submetidas ao conselho do GATT para aprovação”. (AMARAL JÚNIOR, 2008, p. 99)

Esta situação surgia como uma barreira à natureza expansionista do capital norte-americano, que aliada a um crescente déficit comercial, redundou na crescente aplicação da *Seção 301* do *Trade Act* (ou apenas na ameaça de sua aplicação), com o qual os Estados Unidos se colocava no direito de aplicar sanções unilaterais em disputas comerciais.

Em seu livro sobre o contencioso da informática entre o Brasil e os Estados Unidos, Tullo Vigevanni explica a natureza da *Seção 301*, das leis a ela relacionadas e especialmente da mentalidade que as animava:

[...] *Trade and Tariff Act* de 1984. Segundo esta lei, que complementa o *Trade Act* de 1974, as medidas transitórias que deveriam criar as condições desejadas pelos Estados

Unidos para as relações econômicas internacionais referiam-se à indústria estrangeira, aos investimentos e acesso a mercados e ao comércio de serviços. No que tange à indústria estrangeira, o presidente era instado a investigar os objetivos do planejamento industrial estrangeiro, inclusive os mecanismos de fomento e de pesquisa e desenvolvimento, até 1º de junho de 1985, e acrescentavam-se recomendações caso fosse necessário utilizar taxas de compensação ou outras medidas contra tais atividades. [...] A política norte-americana, ao menos a da administração, mostrava-se liberal e contra as pressões protecionistas. O objetivo era tornar esta nova etapa do liberalismo o bem público aceito por todos. *'Os Estados Unidos poderiam equilibrar seu comércio através de medidas protecionistas e aumento de impostos, mas preferem atingir a prosperidade lutando por um sistema comercial aberto e justo'*, declarou Regan. (VIGEVANI, 1995, p. 151–153)

E a forma mais eficiente de tornar este “*bem público, aceito por todos*”, seria exercendo negociações e pressões fora do guarda-chuva do GATT, deixando cada nação lidar com negociações diretas com os Estados Unidos, na dimensão de suas forças.

Um telex do arquivo da ABICOMP¹⁵³, de 25 de setembro de 1985, parcialmente transcrito por Vigevani esclarece os termos das negociações fora do GATT, bem como a posição norte-americana sobre o GATT às vésperas do início da Rodada Uruguai:

“[...] O procedimento legal frente ao USTR¹⁵⁴ implicava acusação e defesa, mas o aspecto político situava-se na fase seguinte. 'Não está claro que procedimentos os Estados Unidos utilizariam para resolver a disputa; várias opções existem (isto é, negociações bilaterais, procedimentos formais de resolução de disputas). No entanto, tendo em conta que muitos funcionários norte-americanos acreditam que os procedimentos de resolução de disputas do GATT são ineficientes, pouco práticos e consumidores de tempo, a administração poderá pedir ao Brasil que a questão seja tratada fora do GATT (...) Você deve estar também consciente de que a Seção 301 dá ao presidente ampla autoridade para determinar uma ação de retaliação até mesmo agora, nossas fontes indicam que, ao menos por ora, o presidente decidiu usar o procedimento de investigação'.” (VIGEVANI, 1995, p. 153)

Este é o pano de fundo da transição entre o GATT e a OMC, a pressão que o Brasil sentia

153 Associação Brasileira da Indústria de Computadores

154 US Trade Representative

era sentida por diversas outras nações¹⁵⁵, era preciso conter o unilateralismo norte-americano, uma vez que “o reiterado uso da Seção 301, motivo de preocupação entre governos, instigou intenso debate durante a Rodada Uruguai.” (AMARAL JÚNIOR, 2008, p. 100)

Desta forma, na concepção da OMC, o Anexo 2 do Tratado de Marrakesh, introduziu um modelo mais claro e organizado para a solução de controvérsias, diferindo do procedimento adotado até então pelo antigo GATT. Chamado de ESC¹⁵⁶, ou Entendimento sobre Solução de Controvérsias, ele:

“ [...] combinou a lógica diplomática, que privilegia a negociação direta entre os interessados, à lógica jurisdicional, com o reforço das garantias procedimentais e a produção de decisões obrigatórias para as partes em disputa. Olvidar esse hibridismo é perder de vista muito da originalidade peculiar ao mecanismo que o ESC delineou. Houve, na feliz expressão de Celso Lafer, um 'adensamento de juridicidade', o que não significou eliminar o componente diplomático do procedimento de solução de disputas.”

Esse “*adensamento de juridicidade*” é também a internacionalização da lei. Se a lei é sobretudo uma prerrogativa dos Estados, a única forma de um país impor sua lei em território estrangeiro é pela guerra, ou pela coação resultante de uma desproporcional correlação de forças. O direito internacional sempre careceu de formas para assegurar o cumprimento de tratados e obrigações, e isso é verdadeiro para a maioria dos organismos internacionais, contudo, a OMC, uma organização internacional pós-guerra fria, traz consigo a característica distintiva de ser portadora da possibilidade de sanções aos membros.

Ou ainda nas palavras da Professora Vera Thorstensen¹⁵⁷: “*a OMC tem dentes*”, com esta expressão Thorstensen pretende indicar a característica única da OMC entre os organismos internacionais. Trata-se de organização onde os países têm os mesmos direitos e obrigações, independente de seu tamanho, e se comprometeram a seguir um certo arcabouço legal internacional de tratados firmados. Se forem julgados como não cumpridores dos acordos firmados, podem receber retaliações proporcionais e imediatas, e estas retaliações podem ocorrer em qualquer parte do espectro de suas atividades comerciais internacionais.

155 Embora a administração Reagan tivesse elegido o Brasil como caso exemplar para suas novas políticas comerciais.

156 No inglês DSC ou *Dispute Settlement Understanding*

157 Doutora pela FGV de São Paulo e assessora da Missão do Brasil junto à OMC. A expressão em destaque foi utilizada por ela em 2011 durante aula especial da disciplina de Pós-Graduação *A Organização Mundial do Comércio - OMC: Uma Perspectiva Jurídica Brasileira* (DIN5828), que frequentamos na Faculdade de Direito da USP, no largo São Francisco, como parte da preparação necessária para a realização desta pesquisa.

É com esta característica especial da OMC, com a presença de “dentes”, que se começa a entender como se dá o esvaziamento das negociações sobre propriedade intelectual da OMPI em favor da OMC, e também a origem das pressões das nações do Norte pela inclusão da propriedade intelectual na pauta da OMC com os TRIPS¹⁵⁸.

Para além do GATT a OMC incorpora itens tratados durante a Rodada Uruguai como agricultura, serviços, investimentos e a propriedade intelectual, indo neste tema além dos acordos históricos da OMPI.

A Era OMC

O ano de 1994 se configura como um ano chave para o tratamento da propriedade intelectual no mundo, com o que chamaremos de A Era OMC e que no nosso entendimento marca o fim da Era OMPI. É neste ano que os TRIPS são assinados, o notório *Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights* (TRIPS - 1994)

A assinatura dos TRIPS não é o único evento incrivelmente relevante deste ano, pois além dos TRIPS que foram estabelecidos ao final da Rodada Uruguai de negociações do GATT (que terminou em Marrakesh). O outro evento importante foi também a própria criação da OMC, a *Organização Mundial do Comércio*, OMC ou WTC¹⁵⁹.

Um evento que muda tudo.

A política da propriedade sobre as ideias e informações deixa de ser um assunto exclusivamente diplomático e passa a ser um assunto comercial, impactando as balanças dos países e passível da geração de sanções comerciais. É com a criação da OMC que o assunto de nossa tese a “propriedade intelectual”, migra da OMPI para a OMC e com esta migração se erguem novas implicações práticas.

Com a criação da OMC, as provisões sobre propriedade intelectual que vinham sendo assunto do GATT se tornam, especialmente por conta do TRIPS uma legislação internacional capaz de sanções reais, criando um movimento de internacionalização da lei, com consequências diametralmente opostas para os diferentes atores.

¹⁵⁸ Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights - The TRIPS Agreement is Annex 1C of the Marrakesh Agreement Establishing the World Trade Organization, signed in Marrakesh, Morocco on 15 April 1994.

¹⁵⁹ Sigla em inglês para **W**orld **T**rade **O**rganization.

Em conjunto com este movimento há um confronto OMPI vs. OMC, onde o primeiro organismo sofre um esvaziamento em favor do segundo, que com o TRIPS abarca todo o peso do comércio internacional. Este esvaziamento não é um acaso, nem um movimento aleatório, há aqui o movimento organizado do Capital na busca da exploração radicalizada da mais-valia no trabalho imaterial, capitaneado pelo Capital norte-americano, que se vale da organização internacional do trabalho para internacionalizar a lei, colocando em evidência todo o peso econômico e todo o poder da propriedade sobre as ideias.

Propriedade Intelectual e Soberania

Assim, se coloca em relevo a maneira pela qual a propriedade intelectual vêm sendo mantida como refém do comércio internacional, e como este novo estatuto de “mercadoria” comercializada transnacionalmente impõe questões de soberania aos diferentes atores do comércio internacional, de acordo é claro, com a sua inserção mais ou menos subalternizada na organização internacional do trabalho.

Considerada a questão da soberania, ganham destaque os aspectos econômicos e éticos relacionados às patentes de biotecnologia e às patentes de software. A inserção da propriedade intelectual como assunto de destaque no comércio internacional, cria condições para novas formas de dominação entre nações, dá margem a favorecimentos e impõe novas barreiras à competição, barreiras que não mais se manifestam na forma de tarifas, estando agora metamorfoseadas em patentes, direitos autorais, desenhos industriais e padrões (standards), todos formas de capital intelectual.

3.2 Padrões técnicos internacionais e propriedade intelectual: o bastante concreto peso da “soft law”.

A globalização se manifesta primeiro pelo comércio internacional, que é um dos elementos onde o poder do Capital atua para indiretamente diminuir a soberania das nações em sua autodeterminação tecnológica e mesmo legislativa.

Esta globalização do comércio é também, - e talvez principalmente - a globalização do ordenamento jurídico, ao menos no que diz respeito às legislações que beneficiem o comércio liberalizado entre as nações. Esta influência pode ser sentida tanto na chamada *hard-law*, como as diversas legislações antipirataria, quando de forma mais sutil, na chamada *soft-law*.

Liberalização comercial e barreiras não tarifárias

Os últimos 50 anos testemunharam a gradual liberalização do comércio internacional, empreendida primeiro pelo GATT¹⁶⁰ e depois pela OMC¹⁶¹, um comércio que antes era marcado por elevadas restrições tarifárias, da ordem de 40%, em média, nos anos de 1947, decaiu para apenas 5% em 1994.

“Por conseguinte, passa a fazer sentido o que, à primeira vista, pareceria paradoxal: efetivamente, ganham força novas formas de protecionismo, num momento aparentemente caracterizado pela liberalização dos fluxos de comércio. A contradição é explicada pelo fato de os Estados adotarem discurso liberal e prática protecionista.”
(Prazeres 2003, 15-16)

Para Celli Júnior

“o termo liberalização pode ser entendido como um processo, cujo objetivo é o de estabelecer um mercado mais aberto e competitivo. Isso requer a remoção de barreiras e obstáculos à entrada nesse mercado, bem como a introdução de um regime de livre concorrência. Essa remoção de obstáculos pode compreender tanto a adaptação de um sistema normativo, o que implicaria uma redução no conjunto de normas e regras

160 General Agreement on Tariffs and Trade (Acordo Geral Sobre Tarifas e Comércio)

161 Organização Mundial do Comércio (World Trade Organization - WTO)

vigentes, como a substituição desse sistema por outro com características bem distintas. Nessa perspectiva, verifica-se um conflito potencial entre a liberalização e a regulação. Há, contudo, situações em que determinadas práticas comerciais do setor privado resultam na criação de barreiras à entrada de novos concorrentes, o que gera a necessidade de regulação do mercado, especialmente no tocante à edição de regras de concorrência.” (CELLI JÚNIOR, 2009, p. 76–77)

Assim, ao mesmo tempo em que ocorre um movimento e um esforço para a liberalização comercial em escala planetária, manifesta na remoção das barreiras tradicionais, há também um esforço contrário, que visa proteger os mercados internos, agora sob a máscara de novas formas de protecionismo.

Estas novas formas de protecionismo não tarifário se manifestam em uma miríade de barreiras, como nas chamadas barreiras técnicas, mas antes é importante ressaltar que pode haver, e em muitos casos há, legitimidade nas barreiras técnicas. Elas podem ser colocadas em prática com objetivos reais de proteção à população, de qualidade, de segurança, de preservação ambiental e mesmo por razões que venham de encontro a princípios morais de uma sociedade, porém, o mais comum é que “Membros da OMC, conscientes da possibilidade de limitarem o comércio internacional e protegerem economias locais sob a alegação da defesa de motivos nobres, tendem a manipular suas pretensões de modo a torná-las viáveis por meio de dissimulação.” (PRAZERES, 2003, p. 18)

Barreiras intelectuais

Estas barreiras impõem aos países uma onerosa necessidade de propriedade e de acesso ao conhecimento científico e tecnológico e em uma larga escala, para poderem contestar, ou se adequar com sucesso às demandas feitas por outros países antes de ganharem acesso a novos mercados.

Este é um duplo ônus para os Países do Terceiro Mundo¹⁶², se por um lado a ascensão das

¹⁶² Nomes e termos são importantes, aceitar um termo ou um nome é enquadrar (*framing*) uma discussão antes mesmo que ela se inicie. A literatura acadêmica tem preferido se referir ao conjunto de países antes classificados de *Terceiro Mundo* como *Países em Desenvolvimento* ou por sua sigla *PED*, o que é justificado pela inexistência contemporânea do chamado *Segundo Mundo*, algo que tornaria o termo anacrônico. Também há a visão de que alguns países, especialmente o bloco chamado de BRIC (ou BRICA), que englobaria Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul não podem ser classificados em conjunto com outras nações ainda menos favorecidas. Contudo não consideramos o termo anacrônico, pelo contrário, em nossa visão é um termo histórico que deve ser preservado, no máximo o entendendo como intercambiável com *países subdesenvolvidos*, pois independente da queda do bloco comunista, carrega consigo ao mesmo tempo a ideia de distanciamento e também de conflito real e de interesses em relação ao chamado *Primeiro Mundo*. Enquanto o termo *Terceiro Mundo*, quase literalmente *pinga sangue*, o termo

barreiras técnicas os obriga a ter acesso a uma grande quantidade de conhecimento técnico-científico, por outro, a maioria deste conhecimento tem origem, é mantido codificado e armazenado, precisamente sob o controle das nações desenvolvidas, que originalmente ergueram as barreiras. Este conhecimento é propriedade intelectual das nações desenvolvidas e o acesso a ele não ocorre sem custos, quando ocorre.

Se nas últimas décadas, o acesso à informação em larga escala se tornou uma necessidade para um comércio internacional de sucesso, também a lei internacional se tornou conectada ao conhecimento científico, agora retratado como verdade universal, capaz de determinar procedimentos jurídicos sobre o fluxo do comércio internacional. Os painéis de disputa abertos na OMC, por exemplo, buscam embasar suas decisões nas informações fornecidas pelo conhecimento técnico-científico corrente, assim, a coleção de propriedade sobre as informações é então usada como forma de controle e de dominação entre as nações.

Este é um processo consolidado, que levanta a questão de qual é a quantidade de informações (na forma de direitos exclusivos sobre bens imateriais) que uma nação precisa ter sob seu domínio para exercer plenamente o comércio com as demais nações, e que, independente da resposta, deixa claro que diversas nações – as subdesenvolvidas – com menos capacidade técnico-científica estão, por definição, excluídas deste exercício pleno.

Há um exemplo interessante desta situação quando se observa a atuação dos países em conjunto com empresas nacionais de diferentes setores em mecanismos multi-laterais, como por exemplo os órgãos definidores de padrões e normas técnicas. Novamente um assunto que aparentemente deveria ser tratado como estritamente técnico adquire cores ideológicas e de interesses econômicos, algo que seria inicialmente difícil de se identificar, mas que com atenção pode ser não apenas sugerido como, de fato, demonstrado. Mas antes é necessário compreender exatamente a importância e a mecânica de padrões e normas técnicas internacionais no Capitalismo contemporâneo.

Há um entendimento pacificado de que com a internacionalização dos mercados, padrões internacionais, especialmente se considerados como especificações técnicas acessíveis a todos os países membros, não avançando além da especificação, não constituindo segredos ou propriedade intelectual, não são necessariamente negativos. Muito pelo contrário, “*acredita-se, também, que os*

Países Em Desenvolvimento aponta para uma desconcertante teleologia, indicativa de um desenvolvimento em sentido positivo que estaria acontecendo, sobre o qual sequer há acordo, e pior aponta para uma irreal uniformidade de sentido no desenvolvimento e de projetos entre as nações.

standards comuns, ao invés de limitarem, intensificam o comércio entre países.” (AMARAL JÚNIOR, 2011, p. 171)

O padrão em si não constitui, uma barreira *per-se*, sendo considerado uma vantagem por diversos analistas:

“The advantage of open standards is that they lower entry barriers for developers. These lower barriers foster competition among vendors who have compatible technologies and prevent lock-in among users. Open standards are often considered a form of a quasi-public good because of the benefits they confer not only for the immediate participants, but also for all of society (...) Open standards have direct implications on public policy concerning competition. A number of governments and organizations, including some in the United States (Committee for Economic Development, 2006) and the United Kingdom (Office of Government Commerce, 2004), have called for the adoption of government policies that would strongly encourage or mandate open standards. Open standards are touted as being capable of reducing costs associated with lock-in, because it would foster competition from multiple vendors. Besides lower costs, open standards may also accelerate economic growth, efficiency, and innovation.” (KESAN; SHAH, 2010)

Porém, não se deve perder de vista que padrões podem ser muito importantes na formulação de leis e políticas públicas, conforme foi sugerido por Amaral Júnior com a expressão “*fontes de baixa intensidade*”, quando não há suficiente maturidade sobre um dado assunto em um país, a *soft law* surge pronta para ser convertida em *hard law*, exercendo preponderante influência sobre as escolhas estatais.

Ainda que uma norma técnica seja uma especificação, uma mera descrição de procedimento, engendrada com o propósito específico de delimitar como um ramo da técnica, ou da tecnologia, deve ser manufaturada, ou concebida, para ser compatível, segura, durável ou portadora de qualquer outra qualidade, não se pode perder de vista que esta norma possui uma segunda natureza, uma natureza quase colonialista.

Não é difícil ver a relação entre a propriedade intelectual e os padrões técnicos internacionais, uma vez que existem claros e diversos pontos de contato entre as barreiras técnicas e a propriedade intelectual, todos carregam impacto significativo para países subdesenvolvidos.

O considerável peso da Soft Law

O conceito de *soft law* se apresenta como um tema que dificilmente encontra acordo na academia, embora sua existência, e mesmo sua importância, raramente sejam negadas. Definir o que é *soft law* é uma ação relativamente difícil e, sem dúvida, raramente consensual. Para Stefan a definição mais aceita é a de Snyder, ou em suas próprias palavras

“The most frequently quoted definition is the one by Snyder, according to whom soft law instruments are 'rules of conduct which, in principle, have no legally binding force but which nevertheless may have practical effects.'” (STEFAN, 2008)

Amaral Júnior destaca a polêmica entre jusnaturalistas e positivistas sobre a *soft law*, o primeiro grupo apoiando a ideia de que a *soft law* integra o direito internacional, entendendo que a força não é determinante para o direito, enquanto o segundo sustenta que a força é um elemento inseparável da lei, e que a *soft law* carece dessa força. Ele aponta a situação paradoxal da *soft law* ao explicar que “os instrumentos de *soft law* não são, rigorosamente, fontes de direito internacional nem se apresentam, por outro lado, destituídos de relevância jurídica.”

Amaral Júnior enquadra a *soft law* na feliz expressão “fontes de baixa intensidade”, ao explicar que mesmo não sendo fonte formal de direito e carecendo de poder, a *soft law* exerce influência sobre as escolhas estatais. (AMARAL JÚNIOR, 2011, p. 51–52, 54)

E é justamente por isso que a aprovação de padrões em organismos internacionais de normalização se configura em um assunto tão importante, ainda que estes organismos internacionais não estejam produzindo legislações, sob muitos aspectos sua atividade poderá dar suporte, poderá justificar ou poderá servir de modelo para novas legislações em diferentes países, ou até, quando adotadas em massa por diferentes nações, podem terminar por se converter em uma regra, não de direito, mas de fato, mesmo nas nações que não as adotarem, gerando uma curiosa legitimidade distorcida.

“De fato, a questão da legitimidade das normas produzidas no âmbito das instituições normalizadoras está por ser avaliada com maior cuidado pela literatura específica. Por vezes, esquiva-se da análise deste problema sob o argumento – falacioso, ressalte-se – de que tais normas são de observação voluntária e que, portanto, não haveria razão em discutir sua legitimidade justamente porque não são impostas a nenhum país. A necessidade de respeito a essas normas, ainda que não se dê pela via jurídica, opera-se pela via do mercado. Em outras palavras, os países, mesmo que consigam justificar a

não-observação de parâmetros internacionais e possam, assim editar normas a eles desconformes, acabarão tendo seu mercado restrito por adquirirem tais normas força própria no comércio internacional. (...) Os negociadores do TBT¹⁶³, de certa forma cientes desta situação, fizeram constar do texto do Acordo que os membros devem participar de forma ativa junto às instituições internacionais normalizadoras, na preparação de padrões para produtos sobre os quais tenham interesse. O texto ainda faz a ressalva – desnecessária porque óbvia – de que os países devem participar dentro dos limites de seus recursos financeiros.” (PRAZERES, 2003, p. 124–125)

Ainda sobre a *soft law* é importante mencionar o fenômeno transformador por que tem passado o direito em geral e o direito internacional em especial, onde é cada vez maior a pressão para que a construção das leis não fique a cargo apenas de políticos e juristas. Cada vez mais organizações não governamentais, grupos sociais e agremiações não necessariamente partidárias tem se colocado como partes interessadas na formulação ou interpretação das leis.

Ao tratar do Entendimento de Solução de Controvérsias na OMC, Amaral Júnior destaca que:

“(...) salta aos olhos, cada vez mais, o desejo que as organizações não governamentais nutrem de participar no procedimento de solução de controvérsias, seja como demandantes, seja como terceiros interessados no desfecho da demanda. Muitos Estados resistem em alterar o modelo atual para promover a ampla participação das organizações não governamentais, porque isso, a par de contribuir para elevar demasiadamente o número de pleitos, com efeitos nefastos para a qualidade das decisões, prejudicaria os países em desenvolvimento em virtude de grande parte das organizações não governamentais estarem sediadas no hemisfério norte.

Apesar disso, o ESC parece admitir, em sentido limitado, a participação das organizações não governamentais. O artigo 13.1 declara:

“Todo painel terá direito de recorrer à informação e ao assessoramento técnico de qualquer pessoa ou entidade que considere conveniente.” O artigo 13.2, por sua vez, preconiza que: “Os painéis poderão buscar informação em qualquer fonte relevante e poderão consultar peritos para obter o seu parecer sobre determinados aspectos de uma questão.” (AMARAL JÚNIOR, 2008, p. 104–105)

Organizações Internacionais Normalizadoras

163 Agreement on Technical Barriers to Trade / Acordo sobre Barreiras Técnicas ao Comércio.

Para discutir a soberania das nações frente a escalada da propriedade intelectual e a consolidação das organizações normalizadoras como fontes de poder, tomaremos o exemplo específico do conflito ao redor dos formatos de arquivos eletrônicos OOXML e ODF.

Existem cinco organizações internacionais normalizadoras relevantes neste campo: ISO, IEC, OASIS, ECMA e OMC.

A *ECMA International* é uma associação da indústria que publica padrões nas áreas de tecnologia da informação e comunicação, a adesão é livre para qualquer empresa. O W3C ou *World Wide Web Consortium* tem suas atividades focadas nos padrões da Internet, especificando regras como HTML, XML, etc, ela também tem um modelo aberto de associação. (KOSEK, 2008)

OASIS¹⁶⁴ é "um consórcio sem fins lucrativos focado no desenvolvimento, convergência e adoção de padrões para a sociedade global da informação", teve origem em 1993 com o nome "SGML Open", e em 1998 alterou seu nome para OASIS buscando refletir o escopo técnico ampliado de sua atuação, especialmente na linguagem XML¹⁶⁵.

A ISO ou *International Organization for Standardization* congrega institutos de normalização nacionais, onde cada país tem direitos iguais de voto. Além das normalizações técnicas a ISO desenvolve padrões de qualidade, segurança e proteção ambiental.

Finalmente a *International Electrotechnical Commission* ou IEC é a organização que congrega indústria, academia e laboratórios da indústria de informação.

ISO e IEC cooperam através da *Joint Technical Committee 1* ou JTC1 em todos os projetos relacionados à Tecnologia da Informação. (KOSEK, 2008)

Por contar com uma representação nacional dos países interessados, onde cada participante tem direito a um voto, e também por sua extensa lista de normas e regulamentos amplamente aceitos o binômio ISO/IEC tem grande relevância no cenário internacional, e não raro as normas técnicas expedidas pela ISO/IEC se convertem nas “fontes de baixa intensidade” de que nos fala o jurista Amaral Júnior. (AMARAL JÚNIOR, 2008, 2011).

Estabelecendo Padrões de Controle

¹⁶⁴ Organization for the Advancement of Structured Information Standards

¹⁶⁵ Extensible Markup Language

A ideia a ser defendida neste ponto da tese é que o alcance da propriedade intelectual na limitação da soberania de uma nação pode ir muito além dos movimentos mais óbvios de “globalização” das leis, onde é possível utilizar o discurso tecnocientífico para mascarar intenções comerciais e de dominação, por exemplo imiscuindo “propriedade intelectual” em regras e padrões via manipulação dos organismos internacionais, não propriamente como uma barreira técnica que impeça o fluxo do comércio internacional, tal qual as barreiras tarifárias, mas sim como uma alavanca para assegurar monopólios e facilitar a aquisição de novos mercados em territórios estrangeiros.

Entender este movimento exige a consideração de diferentes elementos que serão apresentados e contextualizados na seguinte ordem: inicialmente será revisada a tendência de liberalização das trocas comerciais internacionais, depois a gradual substituição das barreiras tarifárias por barreiras técnicas, seguida pelo papel possível das organizações internacionais normalizadoras neste cenário, para efeito desta análise, olharemos especificamente para o binômio ISO/IEC.

Estes três elementos (liberalização, barreiras técnicas e instituições normalizadoras) conjuram uma forma de *soft law*, em especial na dimensão coercitiva presente nos padrões, que via de regra, não são leis, mas que carregam grande poder de convencimento na sua aplicação ou adoção.

Feitas estas considerações é mais prático analisar um estudo de caso real, relacionado à propriedade intelectual e ao universo dos programas de computador, mantendo a coerência com o restante desta tese.

Para esta análise elegemos o longo embate entre os formatos *Open Document Format* e *Office Open XML*, ambos padrões da ISO/IEC para a troca de documentos eletrônicos. Simples especificações técnicas, que a primeira vista, deveriam se apresentar livres de paixões, estéreis em intenções e isentas de ideologias, já que – em tese – foram concebidas e aprovadas por um sistema de pares em torno dos objetivos tangíveis da normalização.

Mas esta esterilidade técnica se dissipa quando começamos a reconstituir a grande polêmica que se instaurou por ocasião da proposição do *Office Open XML* e seus desdobramentos e repercussões junto aos organismos normatizadores nacionais e mesmo entre alguns governos.

Para auxiliar no entendimento das motivações desta polêmica assuntos como sistemas

operacionais, formatos de arquivos e números do mercado de TI¹⁶⁶ serão apresentados para demonstrar quão relevante pode ser o choque de interesses por trás da aprovação ou rejeição de padrões e normas técnicas. Aqui alguns argumentos sobre a utilização de padrões abertos por governos e o papel das corporações na formulação de políticas serão trazidos a luz.

A análise histórica desta controvérsia permite demonstrar como empresas privadas podem, alavancadas pelo poder econômico, utilizar as próprias regras de um sistema para subverter este sistema, contaminando o funcionamento de organizações internacionais, neste caso as de padrões normalizadores, promulgando normas que as beneficiam diretamente, em detrimento dos interesses ou objeções dos países membros destas organizações.

Este caso abre uma janela para a compreensão do peso contemporâneo da propriedade intelectual na conquista e manutenção de mercados internacionais, e também para a compreensão de que as organizações internacionais de padrões podem ser, simplesmente, cooptadas para auxiliar nesta conquista.

Propriedade Intelectual e Padrões

O padrão em si não constitui, como apontamos, uma barreira *per-si*, e no caso de documentos eletrônicos, que não demandam grandes investimentos em tecnologia, podem de fato facilitar o comércio, o intercâmbio de informações e também o acesso do cidadão aos mecanismos do Estado.

Neste caso, padrões podem então até ser considerados como uma vantagem.

“The advantage of open standards is that they lower entry barriers for developers. These lower barriers foster competition among vendors who have compatible technologies and prevent lock-in among users. Open standards are often considered a form of a quasi-public good because of the benefits they confer not only for the immediate participants, but also for all of society (...) Open standards have direct implications on public policy concerning competition. A number of governments and organizations, including some in the United States (Committee for Economic Development, 2006) and the United Kingdom (Office of Government Commerce, 2004), have called for the adoption of government policies that would strongly encourage or mandate open standards. Open standards are touted as being capable of reducing costs associated with

lock-in, because it would foster competition from multiple vendors. Besides lower costs, open standards may also accelerate economic growth, efficiency, and innovation.” (KESAN; SHAH, 2010)

Os padrões para documentos eletrônicos vem resolver uma contenda de décadas, na qual diferentes fabricantes isolavam os usuários de seus produtos, impedindo por limitações técnicas do período, ou por estratégias de marketing, que os usuários pudessem trafegar seus dados por diferentes sistemas.

“During the 1990s, proprietary binary formats were the norm with office applications, and the developers rarely provided documentation that would let third-party software developers create applications that could consume or produce documents stored in those binary formats. Of course, various office suites provided support for Microsoft Office document formats, which dominated the market, but that support was always somehow limited. ” (KOSEK, 2008)

Com o advento da popularização da Internet, os usuários deixaram de aceitar passivamente que seus dados fossem armazenados em formatos binários proprietários e passaram a demandar possibilidades de interconexões e troca de dados entre seus aplicativos de software, movimento que deu origem a padrões comuns.

“The Internet boom of the late '90s brought greater attention to open source, open protocols, and open data formats as they helped establish the Internet as the platform of choice for communicating and sharing information. Yet, no such open format existed for general office documents. About that time, developers of StarOffice (which later served as the base for the OpenOffice.org suite of office applications) started work on a new XML-based format for their applications. Seeing opportunities in this product space, several companies in the office applications area began working together under the auspices of the Organization for the Advancement of Structured Information Standards (OASIS) to develop the ODF standard. OASIS used the new XML-based OpenOffice.org format as the basis of ODF.” (KOSEK, 2008)

Estratégias e Política no Mundo dos Computadores

A sociedade contemporânea se encontra submersa em computadores que dominam os ambientes de forma pervasiva e, mais recentemente, também de forma discreta. Para além das

máquinas sobre nossas mesas de trabalho, praticamente todas as nossas ações são de alguma forma mediadas por computadores, seja nos semáforos, nos elevadores, nos celulares ou nos controles da máquina de *cappuccino*, os computadores são onipresentes.

Mas os computadores são também – como já apresentamos – máquinas muito simples, calculadoras extremamente rápidas que se limitam a fazer algumas poucas operações, alguns diriam, que sem os softwares, os computadores são máquinas desprovidas de qualquer interesse. Se é verdade que o software opera como o coração, ou melhor, como a alma de um computador, também é verdade que algumas peças de software são mais relevantes do que outras, onde possivelmente a mais importante de todas as peças seja o Sistema Operacional (SO), que tem a paradoxal característica de quanto mais perfeito e eficiente é, mais é capaz de passar despercebido pelo usuário. Via de regra um bom sistema operacional é aquele que não é notado, quando o usuário nota o sistema operacional algo parou de funcionar, está lento ou está gerando resultados inesperados.

A importância do

“(...) SO deve-se em primeiro lugar à sua centralidade e sua função vital dentro das máquinas. Todos os demais *softwares* são dependentes do SO para conseguirem “rodar” como se diz no jargão, ou de forma mais objetiva, os *softwares* precisam do SO para desempenhar os papéis para os quais foram projetados¹⁶⁷, como também precisa o próprio *hardware*, que sem o SO consegue fazer pouco mais do que piscar alguns *LEDs*. O SO é pré-condição para que tanto o *hardware* ou outros *softwares* efetivamente funcionem.” (SOUZA FILHO, 2006)

Ainda assim, como já apontamos no primeiro capítulo, mesmo investido de toda esta importância, quase nenhum usuário de computador aciona sua máquina com o objetivo de utilizar o sistema operacional, normalmente o usuário pretende utilizar alguma das peças de software que funcionam sobre os sistemas operacionais, e entre estas peças de software duas ocupam posição de destaque no mercado: os navegadores de internet e as suítes de aplicativos de escritório.

Esta é uma questão importante quando a posição monopolista de uma empresa como a Microsoft é considerada, ela conta hoje com a esmagadora maioria dos *desktops* do planeta rodando alguma versão de seu sistema operacional, o Windows, 90% pelas estatísticas mais conservadoras

¹⁶⁷ Claro, sempre existem exceções, como por exemplo os *softwares* de particionamento de disco, ou mesmo os códigos gravados dentro dos *chips* dos computadores, mas são aplicações específicas o bastante para que possam ser ignoradas sem prejuízo ou invalidação das teses aqui apresentadas.

(BRODKIN, 2011), porém o Windows não é a única, e nem a principal fonte de receita de softwares da Microsoft. Em geral os Windows são vendidos em um modelo conhecido como OEM (Original Electronic Manufacturer) onde o sistema vem de fábrica pré-instalado no computador, e a fábrica repassa à Microsoft um valor relativamente baixo por cada cópia, bem abaixo do valor de venda do Windows no varejo, o mesmo não ocorre com o pacote MS-Office, que deve ser adquirido separadamente e constitui uma importante fonte de receita adicional. (RIGBY; ORESKOVIC, 2010)

O modelo de venda OEM do Windows cumpre dois papéis para a Microsoft, primeiro busca minimizar o problema da pirataria, uma vez que o sistema operacional chega para o usuário final mais barato e com seu preço diluído no preço do próprio computador, e a segundo é o de garantir sua prevalência no mercado de sistemas operacionais, já que é quase impossível comprar um computador sem sistema operacional pré-instalado, e é preciso admitir, poucos são os usuários que optariam por esta compra.

Com sua posição monopolista no mercado de sistemas operacionais a Microsoft conseguiu também garantir o monopólio entre as suítes de aplicativos de escritório, integrando o MS-Office ao seu sistema operacional de uma forma impossível para os concorrentes e tornando-o praticamente o padrão da indústria. (MONTALBANO, 2009)

Esta vantagem permite à empresa posicionar o sistema operacional como um vetor, usado primariamente para disseminar outros aplicativos, como o MS-Office, um produto essencial em quase todos os computadores pessoais e que segue praticamente sem concorrentes. É importante notar que esta estratégia levou a Microsoft inúmeras vezes aos tribunais, acusada por competidores de todos os tamanhos de prática de concorrência desleal e abuso de monopólio, mas em geral, o tempo dos processos nos tribunais tem sido suficiente para tornar os competidores da Microsoft irrelevantes e os remédios aplicados por estes tribunais inócuos¹⁶⁸.

Acrescente-se a isso que a suíte de escritório MS-Office, além de toda a base disponível de máquinas Windows, pode ser instalada até mesmo na pequena parcela de máquinas que não rodam o Windows, como por exemplo, nos computadores da Apple, e é possível vislumbrar o quanto este produto é importante para a receita da Microsoft. (MICROSOFT CORP., 2011)

Com base nestes dados é simples concluir que a posição de dominância da Microsoft é confortável e muito difícil de ser ameaçada, a conjuntura que permitiu a esta empresa dominar o

168 Para uma análise mais detalhada do tema ver (SOUZA FILHO, 2006)

mercado de sistemas operacionais, também lhe permitiu crescer sobre outros mercados, combatendo seriamente, ou mesmo eliminando concorrentes antes considerados fortes, como nos casos exemplares dos softwares Lotus 1-2-3, Dbase, Wordperfect, Word-Star, Netscape e Real Media.

Formatos abertos, vendor-lock in e novas possibilidades democráticas

Era uma prática comum dos vendedores de software “trancarem” os usuários dentro de seus produtos, utilizando formatos binários e proprietários no armazenamento dos dados. Isso significava que, por exemplo, ao utilizar um processador de textos do fabricante A, o usuário jamais conseguiria recuperar seus dados com outro processador de textos, produzido, pelo fabricante B.

Neste cenário, se por alguma razão o fabricante A deixar de existir, o usuário perde a habilidade de recuperar seus próprios dados, pois, o software não terá novas atualizações nem seguirá a evolução tecnológica das plataformas sobre as quais opera.

A esta prática se deu o nome de *vendor lock-in* termo que significa que o acesso de um usuário aos seus dados está condicionado a permanência de um determinado vendedor no mercado e também a capacidade deste vendedor de, em novas versões do software, conseguir recuperar dados de arquivos criados em versões anteriores. O *vendor lock-in* se torna ainda mais perverso quando consideramos que o usuário perde a habilidade de escolha em relação ao seu fornecedor de softwares, quanto maior for a quantidade de dados criados com um determinado produto, mais difícil, e caro, é migrar para uma solução diferente e incompatível. Por vezes o usuário se vê forçado a permanecer utilizando com uma solução que não mais o atende, ou mesmo que seja mais dispendiosa do que similares disponíveis no mercado por estar algemado em um *vendor lock-in*.

Com a maciça migração de atividades governamentais e empresariais para o meio eletrônico, e também com a popularização da Internet, a necessidade de liberdade de escolha quanto ao fornecedor de *software*, e quanto a preservação de acesso aos dados ao longo do tempo, se tornaram assuntos estratégicos e de grande importância, dando origem a iniciativas variadas que começaram a surgir para perseguir estes objetivos.

A questão do formato e do acesso aos documentos eletrônicos, embora sensível para as corporações é ainda mais importante para os governos. A enorme dependência da sociedade com os dispositivos eletrônicos faz com que o acesso aos documentos gerados pelo governo seja uma questão de real interesse para os princípios democráticos, no mais básico nível a informação tem

que estar disponível para o cidadão, e este acesso, não pode ser mediado por uma solução proprietária de software. A percepção desta realidade e ações para garantir este acesso estão hoje sendo tomadas por diversas esferas governamentais em diferentes países.

“The archiving of documents is also a fundamental responsibility of democratic governments, as access to such records is important for holding governments accountable and for deliberation over the effectiveness of government institutions and policies. Standards can raise serious problems of backward incompatibility, non-interoperable proprietary formats, and rapid software and media obsolescence. Any of these could prevent government agencies from guaranteeing that electronically archived public records will remain accessible in the future. Electronic archives reduce information to bits—structured collections of 0s and 1s. Interpreting what binary streams represent requires understanding the formatting structures in which the bits are arranged, software that can read the structure and access the application in which the information is stored, and hardware that can access the storage medium. Electronic information accessible today may become inaccessible in ten years because previously dominant physical media, software, and other proprietary formats are no longer supported.

(...) Governments are increasingly establishing policies mandating that ICT technologies used to create, exchange, view, and store government documents meet various criteria of openness in their specifications.” (DENARDIS; TAM, 2007)

É neste cenário que nasce a iniciativa do ODF, ou *OpenDocument Format*, até 2002 não havia no horizonte uma opção para padrões abertos em aplicativos de escritório, algo que mudaria em dezembro daquele ano, quando o consórcio OASIS inicia os trabalhos do ODF.

“ODF was initially created to become an OASIS standard, and OASIS later sent it to ISO/IEC JTC1 for approval as an international standard via the JTC 1 Publicly Available Specification (PAS) process. The PAS process went smoothly because, at the time, the ODF format wasn't very well-known because it was supported only in applications with insignificant market share. Consequently, many ISO/IEC JTC1 member countries essentially ignored the submission rather than giving it a vigorous technical review” (KOSEK, 2008)

O cenário de governos buscando soluções abertas para armazenamento de dados em documentos eletrônicos era extremamente desfavorável à Microsoft, situação que se agravaria muito com a adoção do ODF como um padrão ISO/IEC em 2006 (ISO/IEC, 2006)

O movimento em direção a padrões abertos e a ascensão do ODF como um padrão ISO/IEC

não encontraram a Microsoft desprevenida, a companhia rapidamente compreendeu a ameaça e começou a tomar medidas para conter os danos antevistos.

Ainda em 2003, o estado americano de Massachusetts, havia começado um movimento pioneiro para padronização de seus arquivos no formato de documento eletrônico aberto ODF (SHAH; KESAN; KENNIS, 2007), e-mails e documentos oficiais que vieram a público mais tarde (em 2006), com a promulgação de uma lei de liberação de informações do Estado, demonstraram que já naquela data a Microsoft estava profundamente preocupada com a adoção do padrão ODF (SLIWA, 2006a), (SLIWA, 2006b) e vinha trabalhando ativamente para reverter a decisão do governo.

A matemática por trás deste movimento é simples. Primeiro os governos são grandes compradores de produtos Microsoft, perder parte desta receita seria negativo para o balanço da companhia, mas talvez mais importante do que a receita seja o precedente, o exemplo e o efeito multiplicador que as ações do Estado tendem a ter.

Este é precisamente um dos cenários onde se pode demonstrar com clareza como padrões podem ser influentes na formulação de leis e políticas públicas, a expressão “fontes de baixa intensidade” de Amaral Júnior se realiza aqui, com perfeição, em um caso onde a *soft law* surge pronta para ser convertida em *hard law*, exercendo preponderante influência sobre as escolhas estatais. Diversas administrações e instituições públicas ao redor do mundo como, Massachusetts, Munique, Bélgica e *National Archives of Austrália*, apenas para nomear algumas, adotaram o ODF como padrão ou indicaram preferência por ele em leis e regulamentos. O Estado do Paraná promulgou a lei nº 15742 em 18/12/2007 em cuja súmula de lê:

“Dispõe que os órgãos e entidades da Administração Pública Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional do Estado do Paraná, bem como os órgãos autônomos e empresas sob o controle estatal adotarão, preferencialmente, formatos abertos de arquivos para criação, armazenamento e disponibilização digital de documentos. ” e no Art.º 3º. declara nominalmente o padrão ODF: “Os entes, mencionados no art. 1º desta lei, deverão estar aptos ao recebimento, publicação, visualização e preservação de documentos digitais em formato aberto, de acordo com a norma ISO/IEC 26.300 (Open Document format – ODF).” (DIÁRIO OFICIAL Nº 7621, 2007)

O movimento de Estados e organismos governamentais em direção ao novo padrão ODF da ISO/IEC tinha um grande potencial para erodir uma das principais fontes de renda da empresa, era

necessário para a Microsoft adotar medidas urgentes para reverter este cenário.

A primeira medida foi estabelecer um novo padrão e tentar convertê-lo o quanto antes em um padrão aceito por agências normalizadoras internacionais, nascia o Office Open XML (OOXML).

“For Microsoft, this was a challenging situation. Switching to ODF wasn't viable for MS Office because of the format's missing features (not to mention the fact that its design was strongly influenced by competitive products). To defend its position, Microsoft had to create another document format that could get ISO approval while allowing a smooth transition from its feature-rich proprietary format. The company decided to follow European Union preferences by opening and standardizing its office formats and sending the OOXML specification to ECMA for approval. Once OOXML was approved as ECMA 376, ECMA sent it to ISO/IEC JTC1 for approval via its fast-track process in which it is known as draft international standard (DIS) 29500. ” (KOSEK, 2008)

Não é injusto dizer que o histórico de atuação da Microsoft é, com certa frequência, rotulado como pouco ético, mas no que diz respeito ao seu comportamento em relação aos padrões ODF e OOXML, alguns eventos merecem destaque.

Primeiro salta aos olhos a tentativa de cooptar colaboradores da Wikipedia.com para “editar” artigos referentes aos formatos ODF/OOXML conforme foi amplamente noticiado em 2007 (MCDUGAL, 2007; SATYADAS, 2007). Qualquer um pode editar e acrescentar informações à Wikipédia, mas há um “*honor system*” que faz com que certos editores, com maior número de colaborações e com colaborações mais consistentes, sejam mais reconhecidos e tenham mais condições de aceitar ou rejeitar contribuições, daí a ideia de cooptar algum destes editores para editar seus artigos de interesse.

Tanto os e-mails de 2003 quanto o caso da Wikipédia em 2007, bem como a criação do OOXML e sua submissão como padrão ECMA permitem visualizar um continuum do interesse da Microsoft como empresa no assunto da normalização. Foi este interesse que levou a empresa a submeter o seu padrão OOXML para avaliação da ISO/IEC, para uma posterior conversão em um padrão internacional.

Quanta política podem conter normas e padrões?

Durante investigações *anti-trust* o *Departamento de Justiça norte-americano* encontrou, em documentos da companhia, uma frase, que descrevia um *modu-operandi* recorrente da Microsoft, aplicado principalmente quando o objetivo era dominar um novo mercado: "*Embrace, extend and extinguish*", a frase é interessante pois trata especificamente da política da companhia de adotar um padrão estabelecido para entrar em um novo mercado, dominar este mercado e por fim eliminar o concorrente, poluindo o padrão com alterações proprietárias, ou seja, inicialmente o padrão é adotado (*Embrace*), depois ele é estendido com novas "*features*" que estão fora do padrão e por isso tornam-se exclusivas da Microsoft (*Extend*) e depois, quando o mercado é dominado e os concorrentes desmantelados; sendo por fim, extintos (*Extinguish*). (WIKIPEDIA, 2009)

Este raciocínio torna o histórico da conversão do OOXML em um padrão ISO/IEC mais interessante. Primeiro ele foi aprovado na ECMA¹⁶⁹ como um padrão válido (ECMA, 2008), isso o habilitou a ser adotado com mais facilidade na ISO/IEC.

Devido às limitações de espaço não será feito uma reconstituição detalhada do histórico de aprovação do OOXML, mas ele não foi inicialmente aprovado em fins de 2007 (o que não é a mesma coisa do que ser rejeitado, como se noticiou amplamente na imprensa à época), sendo aprovado apenas em 2008, em um *Ballot Resolution Meeting* (BRM) do JTC 1 da ISO/IEC em Genebra.

Foi o resultado deste BRM que deu ao novo padrão OOXML (ISO/IEC, 2008b) uma publicidade controversa e, até então inédita, para uma norma técnica. Na ocasião a Microsoft e a própria ISO foram dragadas em um furacão de acusações, mídia negativa e desqualificações de toda ordem. A maioria das críticas apontava para a situação problemática de se aprovar um processo desta dimensão, que contava com mais de 6 mil páginas, através do mecanismo de *fast track*.

Na ocasião Alan Bryden, secretário geral da ISO, teve que vir a público defender o processo de *fast track*,

"The fast track process used to adopt ISO/IEC 29500 is not a new development; it was introduced by the joint technical committee ISO/IEC JTC 1, Information technology, about 20 years ago. (...) ISO/IEC 29500, along with the results of other standards development activities, will indeed assist in determining whether further continued improvements should be made." (PRODHAN, 2008).

169 A primeira versão é de 2006, a segunda de 2008.

Para os argumentos que pretendo sustentar aqui, é interessante notar que o processo de *fast track* foi adotado por ter o OOXML sido, anteriormente, aprovado como padrão ECMA,

“the fast-track process is designed for standards that have already been ratified by a country member or by another standards-development organization that has "category A" liaison status with ISO/IEC JTC1. During this process, JTC 1 members can send comments and vote about proposed standards during a six month period. If the proposed standard doesn't gain enough support during that period, the submitter can try to resolve the comments. Resolution of comments and other modification of the proposed standard are then discussed and agreed during ballot resolution meeting (BRM). After the BRM, member bodies can change their initial votes throughout a 30-day period.” (KOSEK, 2008)

Ainda nas palavras de Alan Bryden

“Microsoft originally submitted OOXML to Ecma International, an IT industry association, for transposing into an ECMA standard. Following a process in which other IT industry players participated, Ecma International subsequently published the document as ECMA standard 376.

ECMA International then submitted the standard in December 2006 to ISO/IEC JTC 1, with whom it has liaison status, for adoption as an International Standard under the JTC 1 fast track procedure. This allows a standard developed within the IT industry on which substantial development work has already been carried out, to be presented to JTC 1 as a draft standard for accelerated review, balloting and eventual adoption. ” (PRODHAN, 2008)

Das explicações de Bryden e da descrição apresentada por Kosek se conclui que a maioria das revisões técnicas já foram feitas dentro do processo da ECMA, permitindo à ISO/IEC um dispêndio menor de recursos e tempo na avaliação/aprovação de um novo padrão.

Porém diversas delegações nacionais tinham ressalvas a fazer ao OOXML, em setembro de 2007, quando não foi aprovado, o OOXML recebeu mais de 3522 comentários destas delegações, sendo 1027 comentários distintos. (KOSEK, 2008)

Por ocasião da aprovação em 2008, a ECMA havia providenciado respostas para a maioria destes comentários, ainda assim muitos países criticaram abertamente o processo, membros das delegações, rompendo os acordos de confidencialidade exigidos pelo processo da ISO, publicaram em blogs pessoais suas impressões e opiniões sobre o processo, acrescentando combustível a uma

situação que já estava aquecida (ET BUREAU, 2008), (ROONEY, 2008), (UPDEGROVE, 2011), quando os detalhes sobre o processo começaram a vir à tona alguns países alteraram seus votos, como a Noruega (LAMONICA, 2008), que chegou até a ter passeatas em protesto a aprovação do OOXML (ISENE, 2008).

Note-se ainda que a “maioria” não é a “totalidade” dos comentários e que os que não tiveram resposta podem carregar elementos nevrálgicos. Um bom exemplo está nas declarações publicadas por Jomar Silva, membro da delegação brasileira, em seu blog, a citação reproduzida abaixo traz os trechos necessários para que se entenda o problema:

“(…)

Como não posso comentar nenhum detalhe sobre a reunião, não posso explicar os detalhes do que aconteceu mas tenho o dever de dar uma resposta aos que trabalharam com o tema aqui na ABNT: “Não deixaram o Brasil apresentar sua proposta sobre o mapeamento”.

(…)

Se o ECMA não têm o mapeamento, alguém ai consegue me explicar:

- 1 - Como eles afirmam que o OpenXML é 100% compatível com o legado ?
- 2 - Como eles afirmam que o OpenXML não é um overlap 100% do ODF, se não estudaram aprofundadamente o suporte ao legado ?
- 3 - Como eles afirmam que existem elementos “deprecated” que não podem ser traduzidos para XML e devem ser mantidos?
- 4 - Como eles fazem o mundo inteiro perder um ano, milhões de dólares e tempo de muita gente que seria mais produtiva fazendo outras coisas para discutir uma proposta dessas, sem que a base mais elementar dela seja sólida ?

(…)” (SILVA, JOMAR, 2008)

O mapeamento a que Jomar se refere é um documento que descreva como deve ser feita a tradução de dados armazenados em formato binário para o formato do padrão OOXML, essa informação permite criar softwares conversores e foi apontada pela ECMA como a principal necessidade para a existência do padrão OOXML, pois, justamente outra questão que se levantou com a proposição do OOXML foi a razão para se ter dois padrões regulando o mesmo assunto.

A Microsoft faz algumas alegações técnicas (KOSEK, 2008), indicando ausência de itens necessários para seus programas, mas diversos setores consideraram pouco convincentes estes argumentos, especialmente quando se considera a natureza evolutiva do padrão ODF e a capacidade de se agregarem a ele novas funcionalidades. Outro argumento é que se esperaria que dois padrões

ISO/IEC, que regulamentam a mesma matéria, fossem, no mínimo, compatíveis entre si.

Basta que se consulte estudos como “*Interoperabilität von Dokumentenformaten: Open Document Format und Office Open XML*” (ECKERT; ZIESING; ICHIONWU, 2009), ou “*Lost in Translation: Interoperability Issues for Open Standards - ODF and OOXML as Examples*” (SHAH; KESAN, 2008) para se ter clareza da quantidade de incompatibilidades entre os dois formatos, o que deixa mais relevante a questão de por quê a ISO precisa de dois padrões para documentos eletrônicos?

A resposta da ISO/IEC sobre esta questão é:

“In this particular case, some claim that the Open Document Format (ODF), which is also an ISO/IEC standard (ISO/IEC 26300) and ISO/IEC 29500 are competing solutions to the same problem, while others claim that ISO/IEC 29500 provides additional functionalities, particularly with regard to legacy documents.

The ability to have both as International Standards was something that needed to be decided by the market place. ISO and IEC and their national members provided the JTC 1 infrastructure that facilitated such a decision by the market players. ” (ISO/IEC, 2008a)

Também foram levantadas questões sobre se as porções omitidas não estariam sendo propositalmente suprimidas, talvez por conterem tecnologia proprietária de outras partes. Em agosto de 2009 o site Groklaw confirmou que de fato o OOXML infringia patentes de outras companhias, neste caso de uma empresa chamada i4i, que iniciou um processo contra a Microsoft em 8 de março de 2007, e com ironia perguntava: “Anyone recall anyone mentioning an i4i patent that could make custom XML unusable in the entire United States?”. A problemática da propriedade intelectual será abordada adiante, mas vale destacar que a mesma i4i declarou ter avaliado o padrão ODF e que ele não infringe suas patentes.

Padrões Empresariais

Independente das conclusões a que se possa chegar sobre a atuação da Microsoft antes e durante o processo de aprovação do padrão OOXML o que foi até aqui apresentado permite algumas ponderações sobre o que se poderia classificar como a “segunda natureza” das normas técnicas. Ainda que uma norma técnica seja uma especificação, uma mera descrição de procedimento, engendrado com um propósito específico e técnico, não se pode perder de vista que

esta norma possui uma “segunda natureza”.

Ela não é livre de ideologias, uma palavra aqui compreendida simplesmente como ideias que servem a determinados fins. E nem sempre esta ideologia está clara ou é óbvia para quem adota ou consulta a norma, isso confere uma enorme capacidade de interferência, ou mesmo de poder, para as instituições internacionais normalizadoras. Ao admitirmos que estas instituições são “fontes de baixa intensidade” e que suas normas *soft law*, não raro, se convertem em *hard law*, o que se está a dizer é que há, nas corporações privadas, especialmente nas multinacionais, um esforço consciente de adaptar as leis, em diversas nações, aos seus interesses particulares. Uma conclusão que se torna alarmante para os Países do Terceiro Mundo quando a geografia é considerada, localizando a esmagadora maioria destas empresas no hemisfério norte, nos países do Primeiro Mundo.

Ainda que alarmante esta não chega a ser uma conclusão original, entre outros, Gregory Shaffer já havia chegado a elaborações semelhantes:

"Businesses play a critical role in international and transnational law, which has spread, directly or indirectly, to most regulatory areas. Businesses do so through using centralized and decentralized mechanisms. They can enlist powerful states to create international public law that advances their interests. They can independently create transnational private legal orders. And they can export their internal standards globally through decentralized processes of diffusion. In their study of thirteen areas of global business regulation, Braithwaite and Drahos found that business actors play leading roles. They found, in particular, that 'state regulation follows industry self-regulatory practice more than the reverse...' In some cases, international standards simply formalize and legitimize informal practices of large dominant businesses. Where harmonization occurs, it is easiest to base it on dominant business practices in a field. [...] At the international level, business works through the International Organization for Standardization ("ISO"), a Geneva-based non-governmental organization which is the world's largest producer of international standards, and in which the private sector again plays a central role." (SHAFFER, 2009)

Pontos de contato entre barreiras técnicas, propriedade intelectual, e seu impacto para os Países do Terceiro Mundo

Um elemento de grande interesse na análise histórica da constituição do OOXML como padrão ISO/IEC é a constatação de que, as mais severas críticas recebidas pelo padrão, giram em

torno dos pontos não mapeados da especificação. Os pontos relacionados aos arquivos binários e sua leitura/conversão, ausências que muitos analistas, recearam estar comprometidas com propriedade intelectual da Microsoft ou de terceiros.

A propriedade intelectual, uma questão fervilhante em todas as esferas jurídicas na atualidade, é talvez a mais séria preocupação da indústria da tecnologia de informação, talvez mais do que qualquer outro ramo industrial, é na área de TI que as patentes representam a diferença entre continuar ou desaparecer de um mercado. Por isso as empresas investem pesadamente na geração de patentes.

“(...) o princípio da competitividade obriga a racionalidade econômica a atrelar-se à racionalidade tecnocientífica, ao subordinar as decisões de investimento não às taxas de retorno mas à dinâmica da inovação; como se a corrida tecnológica lançasse as empresas num constante fuga para a frente, ou numa constante antecipação do futuro; como se a sobrevivência das empresas no mercado dependesse mais de sua capacidade de invenção e substituição de produtos do que da extensa exploração comercial dos mesmos, cujo ciclo de vida é cada vez mais curto.” (SANTOS, LAYMERT GARCIA DOS, 1999, p. 293–294)

Nesta realidade, se uma ou mais patentes, conseguirem se imiscuir em um padrão internacional, o efeito colateral pode ser enorme nos concorrentes e muito benéfico para o titular da patente. Esta é a explicação mais equilibrada sobre os diferentes protestos que aconteceram por ocasião da aprovação do OOXML como padrão ISO/IEC, empresas e organismos reguladores nacionais, se viram em uma situação de real desconforto, pois entendiam perfeitamente as consequências de sancionar um padrão, “fonte de baixa intensidade”, sem ter absoluta certeza de que nele não havia armadilhas ocultas.

“(...) existe um risco real de interferência entre normas e patentes. Como sublinha P. Breese, 'a globalização dos equipamentos e a interconexão dos sistemas se traduzem pela multiplicação das normas. O respeito às normas impõe escolhas técnicas cuja implementação pode constituir uma contrafação de patente.' Por exemplo, descobriu-se que havia por volta de 100 patentes interferindo com a norma MPEG. Várias organizações de normalização impõe que seus Membros declarem as patentes ligadas a uma norma e propõe uma licença 'cujas condições financeiras são razoáveis' a terceiros. Esse procedimento é judicioso, mas insuficiente. De fato, os titulares de patentes que não são Membros da organização de normalização não tem que respeitar esse princípio.” (REMICHE, 2005, p. 94–95)

O que fica claro nesta longa narrativa é que participar ativamente do comércio internacional e de todas as organizações que o regulam é naturalmente complexo, seja participando diretamente pela *hard-law* dos tratados da OMC, ou indiretamente pela *soft-law* das inúmeras “fontes de baixa intensidade”. Quando as condições materiais e humanas dos PED são consideradas, a complexidade desta participação é multiplicada.

Amaral Júnior, ao tratar do sistema de solução de controvérsias da OMC descortina o paradoxo nele contido:

“O sistema de solução de controvérsias da OMC encerra um paradoxo: o aumento da igualdade formal, presente no “adensamento da juridicidade” do procedimento, correspondeu à ampliação da desigualdade real, traduzida por dificuldades variadas que impedem a propositura de uma demanda. Os países em desenvolvimento foram especialmente afetados pela conjuntura que desde então se criou e que, numa perspectiva mais ampla, deita raízes na experiência do GATT. Figuram entre os principais problemas enfrentados pelos países em desenvolvimento os elevados custos econômicos do litígio, o temor das relações adversas por parte dos países desenvolvidos, a falta de experiência e capacitação técnica, além da ineficácia das regras sobre a extensão das decisões. (...)” (AMARAL JÚNIOR, 2008, p. 124)

O Brasil figura hoje entre as dez maiores economias do mundo¹⁷⁰, poderia se esperar do país uma desenvoltura muito maior do que a realidade permite apurar. A participação brasileira, embora venha se aperfeiçoando, permanece cheia de falhas, com destaque para as instituições internacionais normalizadoras, isso é problemático não só pelas razões já apontadas, mas também pela necessidade de se enfrentar as diferentes barreiras técnicas, injustificadas, levantadas ao redor do mundo.

Atuação brasileira permanece, em muitos momentos, mambembe:

“A título de ilustração do que ora se expõe, vale registrar que o Brasil, em maio de 2002, perdeu o direito de participar das deliberações tanto da ISO, quanto da IEC, em razão da falta de pagamento da anuidade que devia a estas instituições. O Brasil, contudo, se verá compelido a obedecer normas internacionais que foram tomadas durante o período em que ficou afastado das organizações, mesmo que não tenha tido a oportunidade de defender seus interesses nestes fóruns. No final de 2002 a situação brasileira foi regularizada perante ambas as instituições.” (PRAZERES, 2003, p. 280)

170 Ocupava a sexta posição por ocasião da redação deste texto. (G1, 2013)

Tatiana Prazeres chega à mesma conclusão paradoxal apontada por Amaral Júnior, ainda que por outro caminho.

“O estudo também pôde concluir que o tema barreiras técnicas ao comércio internacional reclama especial atenção por parte dos países em desenvolvimento (PEDs). Os riscos de que suas exportações sejam prejudicadas em função de exigências técnicas descabidas é bastante grande. Associado a tal ponto o fato de que várias previsões do TBT que privilegiam tais países estão ainda por ser implementadas, pode-se deduzir a situação frágil em que se encontram diante da matéria. Por fim, acrescente-se ao contexto das dificuldades que estes países ainda tem de enfrentar na atuação junto ao sistema de solução de controvérsias da Organização, em matéria de custos e conhecimento técnico, e a situação torna-se mesmo preocupante.” (PRAZERES, 2003, p. 295)

De onde se conclui que, embora haja hoje um arcabouço maior de regras e padrões para balizar o comércio internacional, este mesmo arcabouço de regras pode ser usado para barrar o acesso de quem não for letrado nos meandros da técnica e tecnologia que o regulam, ou mesmo para barrar o acesso das nações que não podem investir os recursos humanos e financeiros no acompanhamento e desenvolvimento destas balizas.

Assim, há um novo ponto de atenção ao se trabalhar a questão do protecionismo exercido por meio de barreiras técnicas. Usualmente esse protecionismo é feito por meio de normas e padrões que visam impedir o acesso estrangeiro aos mercados domésticos, mas, como o que foi exposto aqui, também é possível que as normas técnicas sejam usadas para justificar, criar ou manter monopólios. Nesta situação, especialmente quando combinadas à propriedade intelectual, estas normas e padrões tendem a oferecer desafios adicionais aos países do Terceiro Mundo, que por um lado enfrentam os custos associados para se adequar ao padrão que opera como *soft law*, e por outro precisam observar as limitações impostas pela propriedade intelectual, *hard law* que deve ser respeitada sob pena de pesadas sanções na OMC ou frente a famigerada *Seção 301* norte-americana.

Diante das acusações feitas contra a ISO/IEC em relação ao padrão OOXML, sem entrar no mérito de se há ou não sustentação para elas, é possível vislumbrar os caminhos de pressão disponíveis para que companhias multinacionais transformem seus interesses comerciais em padronizações, estas em última análise legitimam as aspirações das empresas acima de interesses nacionais, ou até mesmo do livre mercado, criando um fator desestabilizador para os competidores.

Com seus interesses comerciais efetivamente convertidos em padronizações, não é um grande malabarismo especulativo vislumbrar tais interesses convertidos em legislação, tal legislação seria aberrante não apenas por validar judicialmente interesses comerciais estrangeiros, mas por constituir um interesse alienígena ao país convertido em lei, numa espécie de globalização legislativa que serve apenas aos países centrais.

Considerações Finais: A crise do capitalismo na ascensão dos Estados Totalitários Dissimulados

"the computer - an extension of the human intellect. the ultimate tool becomes the ultimate enemy"

*the elite of our time has a wet dream:
they want to turn the internet into their personal global chessboard
where every user is a servant to their powers*

*freedom, truth, self-realization
this is what we want
and we must resist all forces
who are pushing against our liberation*

*stagnation, deflation
capitalism – the constant trigger for frustration*

*the more closed off the network is to outside intrusion,
the less able it is to engage with that which is outside itself*

*your after-life is digitized
your intellectual property is already digitized
Digital - Decay*

*Brooklyn, Berlin, Tokyo, Austin, London, Warsaw, Montreal, Limoges, Barcelona,
Chicago, Baltimore, Taipei, Dublin, Amsterdam, Brussels
Glasgow, Milan, Vienna, Moscow, Perth, Detroit*

*freedom, truth, self-realization
this is what we need
the non virtual world should mirror and incorporate the possibilities of the free
internet
let's abolish the existing grid*

*the more closed off the network is to outside intrusion,
the less able it is to engage with that which is outside itself*

*your after-life is digitized
your intellectual property is already digitized
your social network is digitized
Digital - Decay
Digital - Decay
Digital - Decay
Digital - Decay*

Let's abolish the existing grid as it only exists in our minds

"I still do not understand why you wanna break into the system"

Digital Decay, Atari Teenage Riot¹⁷¹

¹⁷¹ *Digital Decay* é a oitava faixa de *Is This Hyperreal?* lançado em 07 de junho de 2011. O quarto álbum de estúdio da banda alemã de digital hardcore *Atari Teenage Riot*, que se apresenta como um "coletivo de músicos que programam sua música em um computador *Atari 1040ST* dos anos oitenta, cuja música é sempre política, baseada

4.1 “As relações materiais predominantes apresentadas sob a forma de ideias¹⁷²”

"I don't know why they 'trust me'. Dumb fucks¹⁷³"

Mark Zuckerberg,
CEO e fundador do Facebook

A análise da história da propriedade intelectual torna possível perceber três momentos distintos desta história por suas características principais, tendo início o primeiro momento com Bruneleschi e as cidades do renascimento italiano. Neste ponto, o imperativo por trás da delimitação das ideias como propriedade é a necessidade econômica de proteção das inovações; mas, ao mesmo tempo, também há um movimento de apropriá-las para as populações e para o Estado em seu devido tempo. Este período se estende ao longo de toda a evolução dos conceitos de patentes, direitos autorais e direitos intelectuais correlatos, conforme narramos no capítulo 2 desta tese, chegando até os anos de 1883-1886, quando já são conceitos consolidados e então ocorre uma mudança importante.

O início do segundo momento pode ser precisado como a assinatura dos primeiros acordos bilaterais internacionais: as Convenções de Paris (1883) e de Berna (1886). A mudança principal que ocorre nessa época é a consolidação de um entendimento internacional da propriedade sobre as ideias, onde diferentes nações, interesses e estágios de desenvolvimento concordam, por princípio e necessidade, que é do interesse da maioria¹⁷⁴ dos Estados fazer valer a propriedade das ideias para além das suas fronteiras. Este período se estende até a criação da OMC, com a rodada Uruguai, quando as regras do jogo mudarão completamente.

Carregada com o peso da *hard-law*, ou seja, um poder de ferir economicamente um Estado infrator, a OMC surge como um organismo internacional com uma capacidade inédita e efetiva de *enforcement*. O que até aqui era tratado por acordos diplomáticos passa a ser um item com peso real

no poema 'Riot Sounds Produce Riots' de William S. Burroughs." (<http://atariteenageriot.bandcamp.com/album/is-this-hyperreal>). A letra reproduzida acima é da versão disponível em https://soundcloud.com/alec_empire/atari-teenage-riot-digital, no mesmo endereço há uma letra levemente divergente para esta música que reproduzimos no Anexo VII: Atari Teenage Riot - Digital Decay

172 (MARX; ENGELS, 2003, p. 45)

173 A frase foi escrita por Zuckerberg em uma conversa de mensagens instantâneas que vieram a público em reportagem da *Business Insider*; e mais tarde foram confirmadas por Zuckerberg em uma entrevista à revista *New Yorker*. (NICHOLAS CARLSON, 2010; VARGAS, 2010)

174 Dizemos “maioria”, pois é óbvio que as nações em estágios de desenvolvimento tecnológico mais atrasado teriam nada ou muito pouco a ganhar com esses tratados; mas, ainda assim, por circunstâncias políticas diversas, se tornam signatárias dos mesmos.

nas pautas de exportação, dotado de potencial de sanção. Precisamos o início deste terceiro momento no ano de 1994, quando os acordos TRIPS¹⁷⁵ são assinados em Marrakesh. Em nosso entendimento, este terceiro momento ainda está em vigor e, de lá para cá, mesmo diante do enfraquecimento da OMC¹⁷⁶, sua lógica apenas se consolidou.

Tal terceiro momento é criado com a sequência de eventos que se inicia em 1998, pois há nela uma mudança importante do espaço e do impacto da propriedade intelectual na tecitura das sociedades como um todo; é o momento onde a propriedade intelectual é cooptada em uma tendência de degradação dos direitos civis.

O ano de 1998 viu a aprovação, pelo Congresso norte-americano, de duas leis distintas, mas inegavelmente correlatas, o *US Digital Millennium Copyright Act*, conhecido por sua sigla DMCA, e o *Sonny Bono Copyright Term Extension Act*, conhecido como *Mickey Mouse Copyright Act* por seus detratores.

Essas duas novas legislações funcionaram como uma espécie de declaração de guerra em torno da propriedade intelectual e também pelo controle do espaço digital, o *cyberspace*, de que já tratamos. Como não poderia deixar de ser, essa declaração de guerra transformou o que antes poderia ser entendido como pequenas escaramuças de fronteira em um combate franco que, nos anos vindouros, faria toda sorte de vítimas, algumas delas fatais¹⁷⁷.

175 *Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights*

176 Vários analistas indicam que a recente tendência liderada pelos Estados Unidos de celebrar acordos bilaterais com diversos países fora do guarda-chuva da OMC tem o objetivo ou, no mínimo, o efeito de enfraquecer o fórum multilateral representado pela organização, o que no limite pode levá-la a irrelevância.

177 Esta tese não cobre o período destes acontecimentos, porém é ilustrativo registrar que nos anos vindouros o soldado norte-americano **Chelsea Manning** será alvo de um descalabro jurídico e tortura psicológica, e física, por alegadamente ter fornecido os escandalosos *Cable Files* ao *Wikileaks*, cuja divulgação é apontada como o principal motivo pelos quais o hacker e ativista australiano **Julian Assange** ficará retido, em asilo político, na embaixada equatoriana em Londres, impedido de sair por período que, no momento da redação deste texto, já ultrapassa um ano, sob duvidosas alegações de assédio sexual praticado na Suécia do *Pirate Bay*, que não oferece garantias de que se ele se entregar à justiça Sueca não será extraditado para os Estados Unidos. **Anakata**, do *Pirate Bay*, encontra-se detido na Dinamarca, tendo sido extraditado do Camboja sob acusações de invasão e roubo de dados de uma empresa dinamarquesa, e inicialmente mantido em confinamento solitário, sem direito nem mesmo de acesso aos seus livros, gerando comoção on-line e uma petição com mais de mil assinaturas solicitando o relaxamento das condições de sua detenção. Para mais detalhes, vide o anexo Anexo VIII: Flyer do website Free Anakata!, distribuído pelo site <http://free.anakata.info>, que resume esta sequência de eventos. Na Nova Zelândia, o empresário alemão **Kim Dotcom**, após uma acusação de “pirataria massiva” pelo governo norte-americano contra seu serviço de guarda de arquivos, o Mega-Upload, viu sua mansão ser tomada de assalto pela *Elite Special Tecnic's Group* (um tipo de SWAT neozelandesa), quando cerca de trinta policiais, portando armas semiautomáticas, chegaram em vans e dois helicópteros para cumprir um mandato de prisão, em uma clara demonstração de força. Uma longa batalha judicial seguiu-se à prisão de Dotcom, que permanece em liberdade, processando o governo neozelandês por abuso de força e falta de legitimidade no episódio que ficou conhecido como *Mega-Upload Raid*. E, finalmente, o hacker e ativista **Aaron Swartz** cometera suicídio em 2013 após ser vítima de uma implacável campanha de perseguição empreendida por promotores de justiça nos EUA por uma acusação de *hacking*, em um episódio cujos desdobramentos ainda não estão completamente claros.

Os eventos que se desenrolam a partir de 1998 delimitam dois lados da disputa pela propriedade das ideias; uma “guerra” que acutiza ao limite a anomia que o desrespeito à propriedade intelectual sempre representou para o direito, com consequências graves para os direitos civis ao redor do mundo.

Entre 1996 e 1998 finalmente fica claro a diversos observadores que essa anomia derivava de uma outra crise, mais antiga: a crise de eficácia no direito da propriedade intelectual. Esta crise, que a tecnologia havia cuidado de manter em relevo desde o advento da reprografia e das fitas K-7, é uma crise de eficácia que se aproxima de meio século, e uma crise com tal duração dentro do direito não poderia deixar de repercutir na sociedade civil. Seu primeiro efeito traduz-se em uma crise de legitimidade, inclusive abrindo espaço para a contestação do direito autoral como um todo, ao ponto de muitos questionarem se ele deveria existir em primeiro lugar. (MIZUKAMI, 2007)¹⁷⁸

O confronto com uma crise de anomia e eficácia em escala mundial tem um resultado particular na ordem capitalista, que responde com o recrudescimento das leis de proteção da propriedade, mesmo que isso signifique um choque com os valores liberais desta sociedade, onde o exemplo mais gritante veio sem dúvida da América do Norte, com a proposta do senador norte-americano *Sonny Bono*, que implementou um incremento de 20 anos aos direitos de propriedade na lei de copyright daquele país que, pela dinâmica de seu imperialismo, serviria como padrão para o resto do mundo.

Bonno, marido da cantora Cherr, fora por anos executivo de grandes gravadoras norte-americanas e cumpre a agenda dos grupos capitalistas que congregam direitos autorais como propriedade. O objetivo primário desses grupos tem sido, desde antes do capitalismo, em seu surgimento como guildas de editores na Idade Média, garantir legislações que mantenham seus monopólios e preservem sua posição de “atravessadores”. A nova extensão da lei de direito autoral no Brasil e as leis alteradas na Suécia, que deram origem ao Partido Pirata são, desta forma, reflexos de um mesmo movimento, fortalecido, é claro, pela tendência imperialista dos Estados Unidos¹⁷⁹.

178 Ainda sobre outro aspecto desta crise de legitimidade, além do exemplo da cantora Curtney Love mencionado no início desta tese, é apropriado lembrar das peripécias do ECAD, órgão arrecadador de direitos autorais para as reproduções musicais no Brasil, que se propõe a taxar qualquer execução musical pública, seja em rádios, seja em festas de casamento (BRANDÃO, 2012), com uma atuação que, para muitos, remete aos filmes sobre a máfia e que, em meio a escândalos, tal entidade foi acusada de não efetuar os repasses devidos aos artistas e/ou de os efetuar de forma distorcida a apenas uns poucos, chegando a ser alvo de uma *Comissão Parlamentar de Inquérito* que resultou em legislação específica para sua fiscalização (UOL, 2013a, b).

179 Não há para o direito autoral nenhuma convenção internacional relevante que indique uma extensão do prazo de proteção para além do estabelecido na convenção de Berna, que no seu artigo sétimo limita a proteção à vida do autor mais cinquenta anos nos seguintes termos: “Article 7 - (1) The term of protection granted by this Convention shall be the life of the author and fifty years after his death.” [http://www.wipo.int/treaties/en/text.jsp?file_id=283698]

Mas na nova fronteira digital do mundo contemporâneo, apenas estender a “propriedade” no tempo não é mais suficiente. O *Sonny Bono Copyright Term Extension Act*¹⁸⁰ não podia fazer muito para tratar das crises de anomia e eficácia mencionadas que, como narramos, foram cada vez mais agravadas pela evolução da tecnologia dos computadores e pela ascensão meteórica da Internet.

Combater os habitantes do *cyberspace* e suas práticas comunais seria a função do notório *US Digital Millennium Copyright Act*, que criou uma legislação extremamente dura em relação ao uso de computadores, com a ampliação das penas para violação de copyright por meio da Internet e, principalmente, introduzindo na lei várias limitações de liberdades civis de outrora, algumas das quais inclusive deram origem a importantes tecnologias, empresas de tecnologia e mesmo a ramos inteiros da economia da informação. Entre estas limitações destaca-se a criminalização do *hacking*¹⁸¹ contra o DRM¹⁸², mesmo que este não fosse feito com o objetivo de violar o copyright, o

Esta constatação leva ao inevitável questionamento sobre quais foram os motivos que levaram o Brasil a legislar uma proteção maior do que aquela acordada em Berna. Não havia em 1998 nenhum motivo prático para o Brasil, como signatário da convenção de Berna, estender seu termo de proteção. Nem mesmo o seu papel como membro da OMC exigiria isso, pois sob o acordo TRIPS permanece a matemática de Berna, com a fórmula: “vida do autor + cinquenta anos”, a menos, é claro, que o país tivesse o objetivo secreto de propor candidatura para a União Europeia, única organização relevante que exige de seus membros a proteção mínima da vida do autor mais 70 anos.

Curiosamente, mesmo sem exigências em tratados internacionais, a maioria dos países tende a apontar para a fórmula “vida do autor + 70 anos”, com alguns casos aberrantes como o México, que protege o direito autoral pela vida do autor mais 100 anos.

É simples estabelecer uma relação causal entre a lei norte-americana alcunhada de *Mickey Mouse Copyright Act* e a extensão do direito autoral no Brasil, já que nem mesmo o acordo TRIPS exigia tal aumento no termo de proteção. O objetivo do TRIPS era ampliar o escopo dos itens protegidos e internacionalizar a proteção intelectual como lógica comercial. A única ação que estaria vedada por tratados internacionais seria a de estabelecer um tempo de proteção inferior à fórmula acertada em Berna. Tal fórmula era quase idêntica ao previsto na legislação brasileira antes da lei sancionada por Fernando Henrique Cardoso em 1998, que era “vida do autor + 60 anos”. FHC promulgou a lei 9.609 de 19/02/1998 com a fórmula “vida do autor + 70 anos”, após a matéria passar praticamente 10 anos sem regulamentação, desde a promulgação da Constituição de 1988; lapso temporal que serve para dar uma boa ideia de como este não era um assunto central na vida política e econômica da sociedade brasileira de então. Não havia portanto uma obrigação internacional, ou qualquer compromisso de esticar por mais vinte anos o direito autoral, algo que em uma primeira análise está inclusive fora dos interesses nacionais, quando se considera a *regra do menor tempo**, junto ao fato de que o Brasil não é um grande exportador de bens culturais.

Mesmo quando se leva em conta que o *Sonny Bono Copyright Term Extension Act* é de 27 de outubro de 1998, portanto, meses posterior à lei 9.609, seria inocência desconsiderar a enorme pressão norte-americana no processo legislativo brasileiro e como essa pressão guiou a mão de FHC. Basta lembrar que o *Sonny Bono Copyright Term Extension Act* vinha sendo gestado pela indústria do entretenimento no mínimo desde 1997 e que as preocupações dessa indústria sempre foram globais.

* Esta regra indica que um país pode optar pelo tempo de proteção mais curto disponível para uma obra, sendo aquele da sua legislação doméstica ou da legislação alienígena.

180 O *Sonny Bono Copyright Term Extension Act* foi aprovado pelo congresso norte-americano e sancionado em lei pelo presidente Bill Clinton em 27 de outubro de 1998.

181 O DMCA tornou crime a ação de desenvolver ou divulgar técnicas e/ou tecnologias que pudessem ser usadas para burlar sistemas eletrônicos de proteção de direitos autorais, ou seja, na impossibilidade de se desenvolver tecnologia à prova de pirataria o próprio ato de pesquisar a vulnerabilidade dos sistemas foi convertido em crime, mesmo que nenhuma violação de copyright fosse decorrente desta pesquisa.

182 DRM: sigla para *Digital Rights Management*, ou Gerenciamento Digital de Direitos, um eufemismo aplicado à nomenclatura dos sistemas que bloqueiam o acesso dos usuários a um dado conteúdo. É chamado por seus detratores de *Digital Restrictions Management*.

que limitava até a pesquisa científica.

Com o DMCA, a propriedade intelectual, privacidade e liberdade de comunicações tornaram-se assuntos correlatos no meio jurídico, instigando um combate franco e em campo aberto entre dois lados com posições irreconciliáveis, as proibições legais contra o *hacking* e o aumento das penas contra infrações de copyright efetuadas por meio da Internet acirraram os ânimos e confirmaram os problemas de anomia e eficácia anteriormente apontados.

Ao mesmo tempo, o direito autoral e os computadores começam a se imiscuir na esfera da vida privada dos usuários - fraturando as fronteiras da privacidade - que será então transformada em um tipo de interesse comercial. Coincidentemente 1998 é também o ano de surgimento do Google, empresa fundada em 4 de setembro, em Menlo Park, na Califórnia, com a missão de “organizar toda a informação do mundo”¹⁸³ sob uma filosofia que o tempo cuidaria de desafiar e provar ser muito difícil de manter: “*don't be evil*”¹⁸⁴.

Acompanhamos no relato histórico desta tese a forma como o capital se movimenta para ampliar sua capacidade de acumulação. Esta ampliação ocorre em parte com a extensão de seus tentáculos sobre a propriedade intelectual comum, seja impedindo a entrada de obras no domínio público, seja retirando ideias do patrimônio intelectual coletivo, passando a geri-las como propriedades. Por ocasião da fundação do Google a informação já está consolidada como um *bem* no capitalismo; logo, a missão de “organizar toda a informação do mundo” é também a missão de possuir toda a informação do mundo.

O que começou com o cerceamento de ideias originais na renascença italiana é agora a fronteira mais lucrativa de um novo capitalismo que se apresenta como “informacional”. No novo capitalismo da informação o conceito implícito é que o capital consegue se reproduzir na esfera

183 *Google's mission is to organize the world's information and make it universally accessible and useful.* (“Company – Google”, [S.d.])

184 “Don’t be evil.” Googlers generally apply those words to how we serve our users. But “Don’t be evil” is much more than that. Yes, it’s about providing our users unbiased access to information, focusing on their needs and giving them the best products and services that we can. But it’s also about doing the right thing more generally – following the law, acting honorably and treating each other with respect.

The Google Code of Conduct is one of the ways we put “Don’t be evil” into practice. It’s built around the recognition that everything we do in connection with our work at Google will be, and should be, measured against the highest possible standards of ethical business conduct. We set the bar that high for practical as well as aspirational reasons: Our commitment to the highest standards helps us hire great people, build great products, and attract loyal users. Trust and mutual respect among employees and users are the foundation of our success, and they are something we need to earn every day.

So please do read the Code, and follow both its spirit and letter, always bearing in mind that each of us has a personal responsibility to incorporate, and to encourage other Googlers to incorporate, the principles of the Code into our work. And if you have a question or ever think that one of your fellow Googlers or the company as a whole may be falling short of our commitment, don’t be silent. We want – and need – to hear from you. (GOOGLE, 2014)

informativa, tornando ótimas as relações mercadológicas.

Isso ocorre devido a uma nova microeconomia dos dados e a uma macroeconomia das relações corporativas e empresariais. A coleta massiva e a análise dos micro dados¹⁸⁵ gerados por cada usuário da Internet permite a criação de modulações de comportamento. Congregados, tais dados permitem otimizar mercados, potencializar resultados publicitários e antecipar tendências. Individualizados, esses dados permitem conhecer intimamente um usuário, melhor até do que pessoas de seus relacionamentos próximos.

Nas relações entre as empresas é criado um comércio de “perfis” e de bancos de dados, onde as corporações ora competem, ora colaboram no aperfeiçoamento do seu conhecimento sobre os indivíduos e grupos segmentados de indivíduos.

O documentarista Cullen Hoback, em seu filme *Terms And Conditions May Apply*, notou que o Google mantinha versões de todas as suas políticas de privacidade disponíveis para consulta, exceto pela primeira. Esta podia ser encontrada na *Way Back Machine* do *Internet Archive* com data de 04/11/1999 (“Google”, 1999). A diferença fundamental desta primeira versão não catalogada é que ela coloca a privacidade do usuário como prioridade, uma postura que o Google logo descobriria não ser sustentável e nem lucrativa¹⁸⁶. Mas qual é a diferença entre preservar ou não a privacidade do usuário?

A diferença está no anonimato. A quebra do anonimato se tornou um modelo de negócios. Embora tenha compreendido tal modelo ainda cedo em sua história, o Google parece ter sido em alguns momentos tolhido por certos pudores que o impediram de avançar impiedosamente sobre os dados pessoais dos usuários. Talvez seu avanço tenha sido retardado pelas amarras de sua filosofia fundante (*don't be evil*); mas, seja como for, ele cedeu espaço para o surgimento de diversas “empresas de Internet” que tinham a quebra do anonimato como modelo de negócios. Um concorrente em especial, fundado em 4 de fevereiro de 2004 com pudores morais bem mais escassos, surgiria para se torar uma das mais valiosas empresas do mundo. E qual é o produto oferecido pelo *Facebook*? As informações pessoais de seus usuários.

¹⁸⁵ O termo em inglês desta tendência é *Big Data*.

¹⁸⁶ O *Internet Movie Data Base* (Imdb) [http://www.imdb.com/title/tt2084953/releaseinfo?ref_=tt_ov_inf] lista as datas de estreia do documentário nos Estados Unidos como 22 de janeiro de 2013 no *Slamdance Film Festival*; 25 de abril de 2013 no *Newport Beach International Film Festival*; 30 de maio de 2013 no *Seattle International Film Festival*.

A *Way Back Machine* do *Internet Archive* indica que, em 09 de julho de 2013, dois arquivos contendo as primeiras políticas de privacidade da empresa, datadas de 1999, foram reinseridos na listagem do Google, bem a tempo para a estreia do documentário em circuito comercial nos Estados Unidos, em 12 de julho de 2013.

Já mostramos que os Partidos Piratas não surgem apenas pela defesa do direito de compartilhamento da cultura; também está em sua agenda a privacidade na fronteira digital. Rick Falkvinge, o fundador do partido pirata, concorda que a proteção aos direitos autorais é incompatível com a privacidade das comunicações digitais, que para ele “não podem coexistir com a privacidade de comunicações como conceito” (FALKVINGE, 2014)

Aqui obtém-se outro sentido no recrudescimento da “propriedade” intelectual dentro da lógica de acumulação do capitalismo, conjugando a anomia e a crise de legitimidade no direito da propriedade intelectual. Com o recrudescimento das leis, obtém-se como resultado todo tipo de violência e retaliação entre as partes interessadas na propriedade sobre as ideias, que agora também disputam a propriedade das informações entendidas de maneira mais ampla, incluindo aí a última fronteira: a subjetividade do indivíduo. *Creative Commons*, *Software Livre*, *Pirate Bay*, *Electronic Frontier Foundation* (EEF) e os Partidos Piratas são só a primeira onda de respostas do comum contra aqueles tentáculos da propriedade intelectual que parecem querer abarcar a totalidade do imaterial.

Liberdade, conhecimento, propriedade intelectual e direitos civis misturam-se com os interesses comerciais. Altera-se o papel das corporações que, dotadas de grande conhecimento sobre os usuários, se veem em condições de efetuar o cerceamento da liberdade destes em benefício de interesses próprios. Um poder que não é legítimo e, por isso, precisa ser constantemente justificado e explicado - e não bastam justificativas e explicações - como a evasão de privacidade se converteu em fonte de lucros. Ela precisa ser constantemente estimulada, como nos explica Eric Schmidt, CEO do Google:

With your permission, you give us more information about you, about your friends, and we can improve the quality of our searches. We don't need you to type at all. We know where you are. We know where you've been. We can more or less know what you're thinking about. (SAINT, 2010)

A explicação, que deveria tranquilizar, soa assustadora e, de fato, os dirigentes das duas maiores empresas desta nova economia da informação estão constantemente tranquilizando o público sobre a nova era que se avizinha com o fim da privacidade. Mark Zuckerberg, fundador e CEO do *Facebook*, segue esta cartilha, defendendo a normalidade do compartilhamento.

People have really gotten comfortable not only sharing more information and different kinds, but more openly and with more people. (...) When I got started in my dorm room

at Harvard, the question a lot of people asked was, “why would I want to put any information on the Internet at all? Why would I want to have a website?”, (...) And then in the last 5 or 6 years, blogging has taken off in a huge way and all these different services that have people sharing all this information. (TOM JOWITT, 2010)

No limite da apresentação da evasão de privacidade como algo natural, há o famoso comentário de Eric Schmidt, que em uma entrevista à rede de televisão CNBC declarou:

If you have something that you don't want anyone to know, maybe you shouldn't be doing it in the first place (“Google CEO Eric Schmidt on privacy”, 2009)

O mais desconcertante nesta declaração de Schmidt é o quanto ela se aproxima de uma outra, feita pelo general e ditador chileno Augusto José Ramón Pinochet Ugarte¹⁸⁷:

Yo les recuerdo una frase señores: 'El que nada hace nada teme'. En consecuencia si nadie hiciera, no tendrían porqué tenerle tanto temor al servicio de inteligencia. (“Pinochet: ‘cualquier cosa que se haga es criticada’”, 2006)

Contudo, demonstrar que o discurso que defende a perda da privacidade seja um discurso de base e fundamento autoritários não é suficiente para inferir que as tecnologias usadas para o controle foram necessariamente criadas com objetivos de controle. Na verdade elas não foram.

O controle não é o objetivo da empresa capitalista. Esta, mesmo quando inova ou desenvolve aparatos para o controle social, não visa o efetivo controle das populações: visa apenas reproduzir o seu capital. Este é um ponto importante de entendimento, pois dilui a percepção de que possam haver *supervilões* visando estabelecer uma sociedade de controle. Tal visão distorceria a realidade, que é muito mais simples: o desenvolvimento dessas tecnologias é um reflexo sistêmico da necessidade capitalista de acumular, que no capitalismo informacional se estende sobre as informações pessoais.

¹⁸⁷ Citado pelo *podcast* chileno *Manzana Mecánica* em seu episódio sobre privacidade, disponível em: <http://manzanamecanica.org/podcast/privacidad.html>

4.2 O domínio da finança

O subtítulo desta tese, “*História e Conflitos do Direito Autoral, do Copyright e das Patentes na Crise Contemporânea do Capital: da Rodada Uruguai (1986) aos Partidos Piratas (2006)*”, traz algumas posições explícitas e outras implícitas que demandam justificação.

Uma posição implícita é a ausência do termo “propriedade intelectual”, propositalmente deixado de fora do título, indicando que não há neste texto, ao menos de saída, uma concordância com o conceito de que ideias possam ter donos. E isso não é a mesma coisa que negar a existência ou a validade do *copyright*, patentes e demais instituições jurídicas correlatas.

Porém, parece-nos que os termos utilizados em um debate, *per se*, enquadram (*framing*) os limites possíveis deste debate¹⁸⁸. Desta forma, aceitar passivamente o termo “propriedade intelectual” seria concordar com limites alienígenas ao que aqui se pretendeu estudar. Seria incorrer, no próprio título, em uma concordância tácita com um conceito, quando, na verdade, parte do que se persegue nesta pesquisa é a compreensão de como chegamos ao ponto de aceitar (e se aceitamos) que ideias possuam estatutos jurídicos semelhantes aos bens do mundo físico e, por consequência, donos.

Outra posição que se depreende do subtítulo, esta mais óbvia, é a declaração de que existe uma crise contemporânea no sistema capitalista, o que mesmo que para alguns seja uma obviedade, merece alguma elaboração. É fato que é esta crise atual do capitalismo que acutiza os conflitos contemporâneos da propriedade sobre as ideias e informações. Além disso, como observação correlata que se ergueu durante o processo da pesquisa, esta mesma crise vem arrastando as democracias ocidentais em direções preocupantemente totalitárias.

Esta correlação se deve – para além da crença pessoal do autor – à constatação de que teóricos à esquerda e à direita, ainda que discordem sobre a amplitude, rumos, causas e soluções, não discordam sobre a existência de uma crise contemporânea que segue reverberando pelo sistema capitalista dominante; uma crise que perdura em ondas e de forma mais ou menos contínua há pelo menos vinte anos, dependendo do que se opte por considerar como parte integrante de uma mesma crise, e que ao serem consideradas alinhadas no tempo histórico formam um quadro de erosão dos

¹⁸⁸ Para um debate sobre *framing* sob a ótica da história dos sistemas operacionais de computador, ver: (COSTA MARQUES; SOUZA FILHO, 2008)

ideais sociais liberais.

Sobre a crise contemporânea do capitalismo, apenas para exemplificar, pode-se recordar que em 1990 ocorreu o colapso da bolsa de Tóquio e, em 1995, a crise mexicana. As crises asiáticas de 1997/1998 coexistiram com as crises russa, brasileira e argentina (1998/2001). Entre 2000 e 2001 ocorreu o “estouro da bolha” na Nasdaq (CHESNAIS, 2005, p. 35–67) e em 2008 o mundo assistiu ao início da quebra de instituições financeiras gigantescas, contaminadas pelos *subprime* dos EUA. Este último evento gerou reflexos tão profundos no sistema que motivou o resgate¹⁸⁹, com dinheiro público e em diversos países de orientação neoliberal, das instituições em maiores dificuldades e consideradas “grandes demais para quebrar”. É relevante apontar que esses resgates ocorrem concomitantes a aumentos inéditos de inflação e desemprego nas economias centrais, bem como ao surgimento de diversos movimentos de protesto genericamente apontados contra uma entidade etérea identificada muitas vezes como “o sistema”. Esses movimentos, que começaram difusos em Seattle¹⁹⁰ (em 1989), justamente atacando a reunião da OMC, espalharam-se pelo mundo nas costas das sucessivas crises econômicas, até voltarem aos Estados Unidos em 2011, com o movimento *Occupy Wall Street*, reflexo da crise de 2008, que sintonizava sua crítica no que identificava como o 1% da sociedade beneficiada pelo “sistema”.

Uma reconstituição ainda mais apurada da crise atual poderia considerar que este cenário de crises foi precedido pelas crises das dívidas externas da década de 1980, mas a ênfase aqui será dada majoritariamente às crises do capitalismo apontadas como “financeiras” pelos economistas. (MARQUES, ROSA MARIA; NAKATANI, 2009).

A tempestade perfeita acontece quando a crise do capitalismo encontra o recrudescimento da propriedade intelectual em plena crise de anomia e eficácia, tendo ainda à sua disposição uma nova gama de informações pessoais, recém-convertidas em propriedade intelectual. É no meio desta tempestade que o Estado Totalitário Dissimulado se ergue.

189 Termo utilizado como um eufemismo para a nacionalização de instituições financeiras em apuros.

190 Estes eventos viriam a ser conhecidos como a Batalha de Seattle, ou *The Battle of Seattle* em inglês.

4.3 O Estado Totalitário Dissimulado

Alguém devia ter contado mentiras a respeito de Joseph K., pois não tendo feito nada de condenável, uma bela manhã, foi preso.

Franz Kafka, O Processo.

*– Não – disse o homem perto da janela, atirando o livro sobre uma mesinha e erguendo-se. – Não pode sair, está preso!
– É o que parece – revidou K. – Mas por quê? – acrescentou em seguida.
– Não estamos autorizados a dizer-lhe. Vá para seu quarto e espere lá. Abriu-se um inquérito contra o senhor, que será informado de tudo no devido tempo.*

Franz Kafka, O Processo.

A derrocada dos valores democráticos acontece no curto período entre a queda do muro de Berlim e a queda das torres gêmeas do World Trade Center em Nova Iorque. Os anos que separam o 9 de novembro de 1989 e 11 de setembro de 2001 são aqueles onde se articula uma nova tendência de Estado totalitário, que dessa vez age de forma dissimulada.

Não é mais possível, na maioria das sociedades ocidentais ao menos, estabelecer um regime totalitário. Há uma evolução social e uma absorção coletiva da liberdade que não pode ser facilmente subjugada. A imagem da liberdade foi amplamente divulgada, vendida e comprada por parcelas gigantes de populações em geografias e idiomas variados.

A opressão muito dificilmente pode se manifestar institucionalizada e como política; ela precisa ser exercida lateralmente, travestida de outras agendas. Terrorismo, prostituição infantil, combate aos crimes, luta contra as drogas são exemplos de justificativas para maior controle. A opressão se exerce pela paulatina substituição da cidadania pelo consumo, o ocaso do cidadão é a aurora do consumidor e seus direitos de supermercado. Consumidor rei. Consumidor chefe. O desenvolvimento capitalista e sua engenharia organizacional voltados a atender o consumidor, que reclama como consumidor quando é mal atendido e não como cidadão privado da cidadania, o que tem impacto e valores diferentes.

Três elementos concorrem para criar aquilo que batizamos como o Estado Totalitário Dissimulado. O primeiro é a escalada do controle sobre as ditas propriedades imateriais, que se reflete principalmente na ascensão de legislações de coerção social mais rígidas e numa

consequente erosão das liberdades e direitos civis.

O segundo é a apropriação das relações sociais, da individualidade e do anonimato como produtos pela esfera informacional do capital.

O terceiro é a financeirização do capitalismo. O assunto *comércio internacional*, do qual tratamos sob a ótica da criação e evolução histórica das principais legislações de propriedade intelectual, não pode ser plenamente compreendido sem uma visão, ainda que panorâmica, da evolução econômica internacional durante os anos de 1980 e 1990.

Entre os anos de 1986 e 1994, durante a disputa em torno da Rodada Uruguai, tem início as conversações para a desregulamentação do capital financeiro, assim, concomitante ao movimento de globalização do comércio ocorre a mundialização da finança e, como expusemos, as sucessivas crises econômicas daí derivadas.

A crise do capitalismo aliada à pressão exercida pelo capital internacional rentista coloca os Estados sob considerável pressão interna, enfrentando populações que se erguem contra o que entendem como injustiças, corrupção e perda de padrão de vida¹⁹¹. Para os Estados, atender às demandas populares em sua totalidade, ou mesmo em uma parte significativa, seria o equivalente a romper com o capitalismo financeiro internacional, o que não se coloca como opção diante das sanções antevistas e das perdas econômicas que seriam amargadas pelas elites nacionais.

Neste cenário os Estados iniciam a busca por uma resposta social e técnica para a contenção dos cada vez mais significativos levantes populares, que são por um lado estimulados pelas crises derivadas da mudança de paradigma no capitalismo e, por outro, potencializados pela ubiquidade da comunicação em rede. Esta comunicação permite a repentina convocação e organização de protestos, que surgem descolados de partidos ou sindicatos, em levantes orgânicos compostos por pautas amplas e diluídas e, portanto, desprovidos de um interlocutor oficial para o poder constituído.

A necessidade de controle cada vez maior pelo Estado deriva desta acutização dos choques entre as classes, potencializados tanto por medidas de austeridade quanto por uma inédita capacidade de comunicação e organização, que é paradoxalmente colocada em poder das populações pelas mesmas tecnologias usadas para as manter sob controle.

191 A exemplo dos protestos que tomaram o Brasil em 2013, nas chamadas “Jornadas de Julho”.

Estes três elementos – a escalada do controle da propriedade imaterial, a perda de privacidade convertida em mercadoria e a internacionalização do capital portador de juros – conjugam-se com a necessidade de controle dos governos sobre a comunicação e qualquer outra informação que possa ser obtida sobre o cidadão. O que as empresas capitalistas estabeleceram primeiro como estratégia para conquista de mercados e acumulação de capital, depois se converte em tendência monopolista e, finalmente, em ferramenta de controle. Controle social, controle estatal.

A queda do muro de Berlim proporcionou o enfraquecimento da necessidade de superioridade moral do capitalismo. O antigo discurso de superioridade do sistema capitalista contra suas alternativas, que era fundamentalmente baseado no ideal burguês de liberdade da sociedade civil, resumido no mantra “somos livres, somos melhores”, encontrou, na ausência de oposição, espaço para ser substituído pelo discurso de que “não há alternativa”.

Este novo posicionamento conformista, em que se espelham as ideias do *Fim da História* de Francis Fukuyama, precipitou a derrocada daqueles valores liberais burgueses e permitiu a incorporação da desigualdade social e de grandes prejuízos à liberdade democrática em nome de um Estado de controle.

Desta forma, o ponto de contato entre as medidas tomadas para proteção da propriedade intelectual e as sucessivas crises do capital nos últimos 20 anos é a erosão dos princípios democráticos e também dos ideais que formulam os direitos civis, uma erosão que é facilitada pela evolução tecnológica decorrente da perda de privacidade no *cyberspace*.

Tal cenário foi grandemente agravado pelos ataques terroristas do onze de setembro nos Estados Unidos, que redundaram no mês seguinte na promulgação do *Patriot Act* que, na prática, suspendia direitos civis e implementava um Estado de vigilância total. Parte das medidas draconianas do *Patriot Act* foram aos poucos removidas, conforme o pânico se tornava menos presente na sociedade norte-americana; porém, o Estado de vigilância total nunca foi desmembrado. Pelo contrário, ele foi apenas ampliado¹⁹².

Contudo, não há que se confundir a ascensão dos Estados Totalitários de Controle com o onze de setembro. Se em um primeiro momento eles foram fortalecidos por esse evento, sem dúvida não são a sua causa; a causa é, conforme indicamos, a necessidade do Estado contemporâneo de

192 Vide a dimensão das revelações do site *WikiLeaks*.

existir diante da permanente possibilidade de rebelião¹⁹³.

De onde concluímos que o maior exercício do controle pelo Estado deriva da necessidade deste de atender aos interesses do capital financeiro. As medidas de austeridade exigidas ao Estado pelo capital rentista, que busca preservar suas taxas de lucro sem disrupção, geram impactos nas populações que, diante da supressão da atuação do Estado, do impacto em seu padrão de vida e da supressão de diversos direitos históricos ou almejados, tendem a se rebelar.

O desenvolvimento da tecnologia informática é comemorado e anunciado em uma explosão de alegria, felicidade e realizações que são propostas pela propaganda e pelo marketing voltados ao seu consumo. A nova tecnologia eletrônica é apresentada como facilitadora geral da vida, como possibilidades de relacionamentos, acesso à saúde, ao Estado, à educação, à justiça e ao trabalho. O “direito” à “conexão” passa a ser seriamente debatido como um direito humano fundamental por diversas nações e pela ONU (LONDON TIMES, 2009; REISINGER, 2009; RUE, 2011).

Nesta tendência, a inovação, as ideias e a propriedade intelectual misturam-se às informações pessoais dos usuários, tornando opaco o conceito de privacidade; assim, um dos principais “bens” em poder dos grandes grupos capitalistas, que assumem a dianteira das inovações tecnológicas, é o conjunto cada vez maior de dados comportamentais e pessoais de populações inteiras.

Diante da rebelião da população, a tecnologia desenvolvida pela necessidade de acumulação das empresas capitalistas, que atuam na crista da economia da informação, está disponível para suprimir o pensamento dissidente. A disponibilidade desta tecnologia leva o Estado a legislar contra o cidadão, visando o acesso irrestrito aos bancos de dados, suprimindo, adaptando, interpretando ou distorcendo direitos com o objetivo de se valer da tecnologia em uma repressão com três tempos:

¹⁹³ E esta não é, como se poderia pensar, uma tendência exclusiva dos Estados Unidos, como ilustra o histórico do Marco Civil da Internet no Brasil. Entre o início do primeiro governo Lula e a metade do primeiro governo Dilma desenvolveu-se a ideia de um Marco Civil da Internet (PL 84/99). Criado em oposição ao chamado AI-5 Digital (PL 587/11 *et ali.*), com o objetivo de ser uma garantia de direitos para o “internauta” brasileiro, o Marco Civil seguiu os princípios da cultura do Software Livre que orientava o governo e foi genuinamente gestado na Internet com a participação do público, sendo ao final do processo uma proposta de lei genuinamente progressista e defensora dos direitos civis. Contudo, só foi aprovado no governo Dilma, após intensos debates no congresso e senado, que a todo custo tentaram impor restrições variadas às liberdades originalmente previstas. O governo Dilma foi marcado pelo desmonte das políticas progressistas para o Software Livre, Direito Autoral e Cultura Digital propostas nas gestões de Lula, em uma clara guinada conservadora. A mudança de conjuntura do governo Dilma terminou por aprovar o projeto em 2013, com notáveis retrocessos e abandonos sobre o tema dos direitos civis e implantando, efetivamente, o monitoramento das comunicações na Internet por meio de três artigos que estabelecem sucessivamente: *Art. 13*: obrigatoriedade da guarda de *logs* de conexão pelo provedor de acesso; *Art. 15*: obrigatoriedade da guarda de *logs* de acesso pelo provedor de aplicação; e *Art. 22*: possibilidade de se solicitar os dois conjuntos de *logs* à justiça, criando na prática um monitoramento efetivo de toda comunicação pessoal dos usuários por pelo menos seis meses.

presente, passado e futuro.

No tempo presente, o acesso a dados de geolocalização, *check ins*, posicionamento de torres celulares, etc, permite determinar onde o cidadão está, o que abre a possibilidade de inferência sobre o que o cidadão está fazendo e com quem está congregando.

O acúmulo dos dados passados, na forma de redes sociais, mensagens, sites visitados etc, permite determinar muito objetivamente filiações, preferências, gostos, tendências e agremiações. No limite, é possível retroceder no tempo e localizar todos os participantes de um determinado protesto e os assediar individualmente no futuro, fora da proteção da multidão. Mesmo que tenham os rostos cobertos, seus celulares denunciam suas posições. As redes sociais registram os relacionamentos e são posteriormente “mineiradas” para coletar as mensagens que organizaram o protesto. Também um Estado que conhece intimamente o cidadão está melhor equipado para o pressionar e perseguir, conhecendo seus vícios, temores, gostos e forma de pensar.

Com a posse dos dados comportamentais pretéritos é possível projetar onde o cidadão estará, o que estará fazendo, como reagirá a determinadas situações. O constante monitoramento é justificado com a alegação de que é necessário detectar ameaças potenciais. A polícia pré-crime da ficção científica passa a ser uma atormentadora realidade.

Por suas possibilidades, os Estados, em sua necessidade cada vez mais premente de estabelecer e de manter o controle sobre a população, apropriam-se desta tecnologia em constante evolução e a utilizam em diferentes graus, de forma mais ou menos legalizada em todas as geografias do globo.

Assim, a erosão dos direitos acontece *paripassu* com o desenvolvimento, evolução e com a permeabilidade da tecnologia na estrutura social.

Esta apropriação de tecnologias de controle pelo Estado visa a supressão real da possibilidade de luta e resistência das populações, que são simultaneamente empurradas para a constante alienação e conformação propagados pela maioria da mídia e das formas de entretenimento mais populares; assim, se por um lado ocorre a perseguição estatal, abuso jurídico ou violência policial, por outro há um abrandamento, uma “douração da pílula”, propostos pelo consumo e entretenimento.

Esta é a face daquilo que pode ser entendido como os *Estados Totalitários Dissimulados*,

Estados que mantêm o discurso da liberdade individual, inclusive da liberdade de expressão, mas que cada vez mais tratam essa liberdade com limites bruscos, ou mesmo como uma ficção, que é suprimida sempre que se julga necessário, seja sob os argumentos de terrorismo ou de supostas necessidades do “mercado”.

O que está diante da sociedade contemporânea é uma ameaça real à democracia e a alguns dos mais fundamentais direitos humanos. As recorrentes alegações de que o monitoramento ocorre para “Detectar Possíveis Ameaças”¹⁹⁴, *begs the question*, como dizem os ingleses, de quais são afinal as ameaças? Ou ainda mais relevante: ameaças contra quem?

A atual tecnologia de informática, como se espera ter demonstrado até aqui, coloca nas mãos do Estado ou de grupos políticos, que circunstancialmente detenham o poder, uma habilidade inédita e sem paralelo de vigiar todo cidadão deste e de outros Estados, uma habilidade de conhecer intimamente aliados e adversários e, no limite, se imiscuir na vida privada do cidadão, fragilizando-o além de qualquer capacidade de resistência.

Os aparatos de vigilância que estão sendo montados pelos Estados sob a alegação de “*Detect Potential Threats*” criam uma poderosa máquina do tempo que permite ao Estado desmontar todas as conexões e possibilidades de resistência.

O acúmulo de dados sobre os comportamentos dos cidadãos e seus padrões de identificação faz parte de uma tendência que pode ser observada ao redor de todo o globo. Não por acaso é cada vez mais recorrente a menção ao *Big Brother* e ao Estado que tudo vê, de Orwell, que a bem da verdade começa a se tornar *cliché* em textos de acadêmicos e ativistas, tão patente é sua ascensão.

Um desdobramento, onde a propriedade intelectual avança – de maneira inédita – sobre liberdades e garantias individuais. O conceito original de “bens imateriais”, que deu origem a ideias como *copyright*, *droit d'auteur* e patentes, faz parte de um *continuum* que chega a afetar as liberdades individuais do cidadão e que ameaça direitos humanos bem estabelecidos.

Essa tendência é potencializada pela forte e constante pressão pela “proteção” de ideias na forma de patentes e *copyright* de alcance e duração cada vez mais longos. Este movimento inexorável para exercer cada vez mais controle sobre propriedades imateriais, conjuntamente com a digitalização da pessoa e o armazenamento de um *infocidadão* em grandes arquivos, traz graves implicações sobre os direitos civis.

194 *Detect Potential Threats*

A coleta, guarda e acesso às informações compõem a coluna vertebral que conecta a distopia do Estado orwelliano, que tem a todos sob controle, o conceito do Panóptico, onde o indivíduo nunca pode ter certeza se está ou não sob vigilância, e a situação kafkiana, onde o cidadão não possui os privilégios necessários para acessar as informações que alguma instituição (governamental ou privada) possui sobre ele.

Também, ao trazermos à tona a questão do embate aguerrido pelo controle dos bens imateriais e da disputa pelo poder sobre as informações, ato contínuo, questionamos quanto do conceito de propriedade sobre as ideias não se constitui em ameaça à soberania nacional, não exclusivamente, mas especialmente para os países em desenvolvimento.

O que se observa é a transição do computador pessoal de máquina libertária para máquina de exploração do trabalho precarizado e, finalmente, aparato de controle.

Por fim, cumpre ressaltar que esta pesquisa abre veios para novas investigações, que estão fora de nosso tema, mas que podem vir a ser explorados por outros, por exemplo, parece sólida a ideia que a crise do capitalismo, com seus efeitos no recrudescimento sobre a propriedade intelectual, opera com mecanismos semelhantes na generalizada degradação ecológica do planeta; e talvez, nas polêmicas em torno dos transgênicos.

Caminho de resistência

Para não encerrarmos esta tese com uma visão neo-ludita do futuro e da tecnologia, convém apontar que reside justamente nos computadores e na comunicação em rede a única forma de resistência contra os Estados Totalitários Dissimulados.

Aquilo que surge como resistência individual, como pirataria, como subversão, em algum ponto atinge massa crítica e se altera. Há a resistência individual e a há também uma multidão (conforme entende a escola autonomista capitaneada por Negri, Cocco e Gorz¹⁹⁵) para a qual tanto a repressão quanto o controle se mostram, no mínimo, complexos e, na prática, ineficazes. A multidão é a comunidade de interesses e afinidades no que diz respeito à propriedade intelectual, comunidade em desacordo com o exercício de poder das classes dominantes e em franca rebelião contra elas.

195 Vide: (AMORIM, 2009; GORZ, 2005; HARDT; NEGRI, 2005; NEGRI; COCCO, 2005; NEGRI; LAZZARATO, 2001)

Desta forma, aquela negação original e individual da propriedade intelectual se torna a busca política contra a propriedade sobre o imaterial, a busca política contra essa ideia de que existem **donos das ideias**. O que enseja o *software livre*, os partidos piratas, a aspiração tecnocientífica do terceiro mundo e tudo que foi até aqui relatado.

É bastante óbvia a constatação de que há uma resistência civil generalizada a esta apropriação das informações percebidas como coletivas, que é materializada especialmente na pirataria de softwares e de conteúdos audiovisuais. De fato, a sociedade contemporânea está assistindo a um período de forte anomia, próximo do que é discutido por Robert King Merton em *Estrutura Social e Anomia* (1949), ao menos no que tange à proteção da propriedade intelectual.

Ao mesmo tempo que o capital busca a apreensão da inteligência coletiva pelo recrudescimento da legislação e pela radicalização do controle sobre o imaterial, há uma convulsão social ao redor do tema da propriedade intelectual, onde a pirataria é apenas o aspecto mais óbvio, mas que de forma alguma é o único e, nem mesmo, o mais significativo.

Por um lado é fácil ver a exploração capitalista ocorrendo com a geração de mais valia nos desenvolvimentos tecnológicos que exigem grandes investimentos de capital, como na produção de bens eletrônicos (televisores, computadores) ou na indústria farmacêutica; porém, por outro lado, a crise do capital, manifesta também no sistema de propriedade intelectual, favorece novos arranjos políticos e sociais, afetando a produção de softwares, músicas, vídeos e de outros bens imateriais. Arranjos que podem ser encarados como tendo uma perspectiva quase artesanal e que, mesmo assim, competem com indústrias gigantes.

Mesmo quando financiada pelo Capital, a produção imaterial não exige do capitalista o necessário aporte de matéria-prima e, muitas vezes, tampouco pertencem ao capitalista os meios de produção. A matéria-prima vem com o trabalhador em sua experiência, formação e inteligência. A matéria-prima é a subjetividade do indivíduo. Com base nisto, movimentos sociais começam a produzir softwares, começam a criar conteúdos audiovisuais e noticiosos, fora das amarras do capital. Ascendem os movimentos como o do Software Livre e da Cultura Livre (que tem seu expoente nas licenças *Creative Commons* e na Wikipédia). Surgem comunidades de *modding*¹⁹⁶ e *do-it-yourself*, que interferem, alteram e subvertem a produção industrial estabelecida. Na sociedade industrializada a multidão se apropria da mais avançada tecnologia e cria artefatos técnicos não fornecidos pelo mercado, como os aparelhos eletrônicos construídos sobre circuitos Arduino e

196 <http://en.wikipedia.org/wiki/Modding>

impressoras 3D. Há até uma recente ascensão da *biologia de garagem*, onde a biotecnologia é apropriada e posta em prática fora das universidades ou dos grandes laboratórios particulares. A subversão é total.

Arte, educação, pesquisa e tecnologia partilham uma condição artificial como mercadorias, logo, em movimento quase encadeado, como peças de um dominó, derrubando a próxima e compondo um desenho. Aquilo que surgiu como o movimento embrionário do Software Livre extrapolou suas fronteiras e contaminou outros domínios que se achavam seguros enquanto regidos pelo direito capitalista. A imagem mais clara deste fenômeno foi oferecida, ainda que inadvertidamente, por Bill Gates, fundador e então presidente da Microsoft, quando afirmou que o *"software livre é um câncer que consome tudo o que toca"*.

Indo além, poder-se-ia considerar que há ainda alguma verdade na ideia (também professada por Gates) de que o software livre seria acima de tudo “anticapitalista” e “antiamericano”. Isso, claro, se os Estados Unidos da América forem compreendidos unicamente como a suprema realização do projeto capitalista. Aí esta visão poderia, possivelmente, ser defendida.

Mas, se os EUA forem compreendidos em sua imagem mítica, como a terra da liberdade, então o software livre é tão americano quanto a torta de maçã. E, no final, a imagem mítica pode ser a imagem real, pois as pessoas, os sujeitos da história, muitas vezes são movidos pelas crenças que detêm em seus mitos.

Clio é uma musa caprichosa e enigmática, que raramente se presta a uma única interpretação.

Bibliografia

100 anos de propaganda. [S.l.]: Abril Cultural, 1980.

About the Open Source Initiative | Open Source Initiative. Disponível em: <<http://opensource.org/about>>. Acesso em: 21 dez. 2013.

AMARAL JÚNIOR, Alberto Do. *A Solução de Controvérsias na OMC*. 1. ed. [S.l.]: Atlas, 2008.

AMARAL JÚNIOR, Alberto Do. *Comércio Internacional e a Proteção do Meio Ambiente*. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

AMORIM, Henrique. *Trabalho imaterial: Marx e o debate contemporâneo*. [S.l.]: Annablume, 2009.

ANAKATA, Per Gottfrid Svartholm Warg. *Dreamworks Response TXT*. . [S.l: s.n.]. , 21 abr. 2004

ASSEMBLY. ASSEMBLY. *Wikipédia, a enciclopédia livre*. [S.l: s.n.], 6 dez. 2013. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Assembly&oldid=37208466>>. Acesso em: 9 dez. 2013.

BABYLONIAN CALENDAR. BABYLONIAN CALENDAR. *Wikipedia, the free encyclopedia*. [S.l: s.n.], 1 dez. 2013. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/w/index.php?title=Babylonian_calendar&oldid=573310441>. Acesso em: 9 dez. 2013.

BARLOW, John Perry. *A Declaration of the Independence of Cyberspace*. Disponível em: <<https://projects.eff.org/~barlow/Declaration-Final.html>>. Acesso em: 23 dez. 2013.

BASSO, Maristela; POLIDO, Fabrício; RODRIGUES JUNIOR, Edson Beas. *Propriedade intelectual: legislação e tratados internacionais*. [S.l.]: Atlas, 2007.

BELL, Tom W. Escape from Copyright: Market Success vs. Statutory Failure in the Protection of Expressive Works. *The University of Cincinnati Law Review*, v. 69, p. 741, 2001.

BEVILAQUA, Clovis; BEVILAQUA, Achilles. *Código Civil Dos Estados Unidos Do Brasil Comentado por Clovis Bevilacqua*. 9. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1916. v. 3.

BIAGIOLI, Mario; JASZI, Peter; WOODMANSEE, Martha. *Making and Unmaking Intellectual Property: Creative Production in Legal and Cultural Perspective*. [S.l.]: University of Chicago Press, 2011.

BRANCO, Marcelo D'Elia. *Software Livre na Administração Pública Brasileira (Versão 0.9.1)*. . [S.l: s.n.]. , 21 set. 2004

BRANDÃO, Livia. *Ecad é condenado a ressarcir noiva por cobrança em casamento*. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/cultura/ecad-condenado-ressarcir-noiva-por-cobranca-em-casamento-4103620>>. Acesso em: 13 maio 2014.

BRODKIN, Jon. *Windows on verge of dropping below 90% market share*. Disponível em: <<http://www.networkworld.com/news/2011/011311-windows-on-verge-of-dropping.html>>. Acesso

em: 20 jun. 2011.

CALLIPPUS. CALLIPPUS. *Wikipedia, the free encyclopedia*. [S.l: s.n.], 1 dez. 2013. Disponível em: <<http://en.wikipedia.org/w/index.php?title=Callippus&oldid=583548742>>. Acesso em: 9 dez. 2013.

CARROLL, John. Why the third world won't save open source. *ZDNet*, 5 abr. 2005.

Carta de Lei pela qual Vossa Majestade Imperial manda executar o Decreto da Assemblèa Geral Legislativa que houve por bem sancionar; sobre a criação de dous cursos juridicos, um na Cidade de S. Paulo, e outro na de Olinda. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_63/Lei_1827.htm>. Acesso em: 13 dez. 2013.

CASTELLS, Manuel. *A Galáxia Internet: reflexões sobre a Internet, negócios e a sociedade*. [S.l.]: Zahar, 2003.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. [S.l.]: Paz e Terra, 2007.

CELLI JÚNIOR, Umberto. *Comércio de Serviços na OMC - Liberalização, Condições e Desafios*. São Paulo: Juruá, 2009.

CGCOM. *Conheça o INPI*. Disponível em: <http://www.inpi.gov.br/portal/artigo/conheca_o_inpi>. Acesso em: 14 jan. 2014.

CHESNAIS, François. O Capital Portador de Juros: Acumulação, Internacionalização, Efeitos Econômicos e Políticos. In: CHESNAIS, FRANÇOIS (Org.). *A Finança Mundializada : raízes sociais e políticas, configuração, conseqüências*. São Paulo: Boitempo, 2005. p. 255.

Codigo Criminal do Imperio do Brazil. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm>. Acesso em: 13 dez. 2013.

Codigo Penal dos Estados Unidos do Brazil. Disponível em:

<<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>>. Acesso em: 13 dez. 2013.

COLEMAN, E. G. *Coding Freedom: The Ethics and Aesthetics of Hacking*. [S.l.]: Princeton University Press, 2012.

COLLENTINE, Josef Ohlsson. *Re: PP contacts*. . [S.l: s.n.]. , 24 jan. 2013

Company – Google. Disponível em: <<http://www.google.com/about/company/>>. Acesso em: 9 maio 2014.

CONNECTIVA. CONNECTIVA. *Wikipedia, the free encyclopedia*. [S.l: s.n.], 18 dez. 2013. Disponível em: <<http://en.wikipedia.org/w/index.php?title=Conectiva&oldid=564473968>>. Acesso em: 21 dez. 2013.

Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm>. Acesso em: 19 abr. 2011.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. , 5 out. 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 4 jan. 2011.

Constituição Política do Império do Brasil. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm>. Acesso em: 13 dez. 2013.

Constitution of the United States. information about this edition. related portals: Constitutional documents.sister projects: Wikipedia article, Commons gallery, Commons category, quotes, textbook, structured data.The Constitution is the second of the three Charters of Freedom along with the Declaration of Independence and the Bill of Rights, with later amendments. This edition is taken from the US House of Representatives web site.Related documents:Article I, Section I Annotations. [S.d.]. Disponível em:

<http://en.wikisource.org/wiki/Constitution_of_the_United_States_of_America>. Acesso em: 12 jan. 2014. Wikisource.

COORD. DO GOVERNO ELETRÔNICO; LINUX SP. *GNU/LINUX e aplicativos livres nos Telecentros: Curso de Informática Livre (Versão 1.1)*. . [S.l.]: Prefeitura de São Paulo. , ago. 2002

Copyright Act of 1976. 94-553. , 19 out. 1976, Sec. 101.

COSTA MARQUES, Ivan Da; SOUZA FILHO, Rubens A. Menezes De. FAZENDO-MEDINDO A ECONOMIA DO SOFTWARE: MICROSOFT VERSUS OPEN SOURCE - DOS PRIMEIROS ENCONTROS ATÉ 2005. *Redes*, v. 14, p. 141–162, 2008.

COWART, Robert; KNITTEL, Brian. *Using Microsoft Windows Vista*. [S.l.]: Que Publishing, 2008.

CPI ECAD - Relatório final. CPI. São Paulo: Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, 15 abr. 2009. Disponível em:

<http://www.al.sp.gov.br/StaticFile/documentacao/cpi_ecad_relatorio_final.htm>. Acesso em: 13 dez. 2013.

CRAIG, Terence; LUDLOFF, Mary E. *Privacy and Big Data*. [S.l.]: O'Reilly Media, Inc., 2011.

CREATIVE COMMONS. *History - Creative Commons*. . [S.l: s.n.]. Disponível em:

<<http://creativecommons.org/about/history>>. Acesso em: 27 dez. 2013. , [S.d.]

CUNHA, Antônio Geraldo Da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

CYBERPUNK 2020. CYBERPUNK 2020. *Wikipedia, the free encyclopedia*. [S.l: s.n.], 18 dez. 2013. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/w/index.php?title=Cyberpunk_2020&oldid=586701801>. Acesso em: 27 dez. 2013.

DARPA Mission Statement. Governamental. Disponível em: <<http://www.darpa.mil/About.aspx>>. Acesso em: 16 dez. 2013.

DAVIES, Caroline. PM's apology to codebreaker Alan Turing: we were inhumane. *The Guardian*, 11 set. 2009. World newsDisponível em:

<<http://www.theguardian.com/world/2009/sep/11/pm-apology-to-alan-turing>>. Acesso em: 14 dez. 2013.

DAWSON, Samuel Edward. *Copyright in books: an inquiry into its origin, and an account of the present state of the law in Canada : a lecture : being one of the "occasional lectures" delivered before the Law School of Bishop's College at Sherbrooke, P.Q., Thursday, January 26th, 1882.* [S.l.]: Montreal : Dawson, 1882. Disponível em: <http://archive.org/details/cihm_10569>. Acesso em: 9 jan. 2014.

Decreto-lei 2.556, de 20 de Abril de 1998. 2.556. , 20 abr. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2556.htm>. Acesso em: 13 dez. 2013.

Decreto-lei nº 2.577, de 17 de janeiro de 1912. 2.577. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1915, 17 jan. 1912, p. 231.

Decreto-lei nº 91.873, de 4 de Novembro de 1985. Publicação Original - Portal Câmara dos Deputados, 4 nov. 1985, p. 219. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91873-4-novembro-1985-442056-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 30 abr. 2014.

DELIBERAÇÃO CEETEPS no 03, de 21 de julho de 2011. . [S.l: s.n.]. , 21 jul. 2011

DENARDIS, Laura; TAM, Eric. Open Documents and Democracy: A Political Basis for Open Document Standards. *SSRN eLibrary*, 1 nov. 2007. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=1028073>>. Acesso em: 4 out. 2010.

DEUS EX (SERIES). DEUS EX (SERIES). *Wikipedia, the free encyclopedia*. [S.l: s.n.], 22 dez. 2013. Disponível em: <[http://en.wikipedia.org/w/index.php?title=Deus_Ex_\(series\)&oldid=587268112](http://en.wikipedia.org/w/index.php?title=Deus_Ex_(series)&oldid=587268112)>. Acesso em: 27 dez. 2013.

DIÁRIO OFICIAL Nº 7621. 15742. Lei nº 15742 - 18/12/2007. , 18 dez. 2007. Disponível em: <http://celepar7cta.pr.gov.br/SEEG/sumulas.nsf/319b106715f69a4b03256efc00601826/a4d30af5cd3749bc832573be00431df8?OpenDocument#_Section1>. Acesso em: 10 maio 2008.

DIBBELL, Julian. *We Pledge Allegiance to the Penguin*. Disponível em: <<http://www.wired.com/wired/archive/12.11/linux.html>>. Acesso em: 30 dez. 2013.

DIBONA, Chris; COOPER, Danese; STONE, Mark. *Open sources 2.0*. Sebastopol (Calif.): O'Reilly, 2005.

DIBONA, Chris; OCKMAN, Sam; STONE, Mark (Org.). *Open sources voices from the open source revolution*. Beijing: O'Reilly, 1999.

DIRCEU, José. *Discurso do Ministro José Dirceu — Portal Software Livre*. Governamental. Disponível em: <<http://www.softwarelivre.gov.br/artigos/discursodirceu/>>. Acesso em: 5 dez. 2013.

DOMMANGE, René Auguste Louis Henri. *La protection du droit d'auteur*. [S.l.]: Paris, A, Durand et fils, 1922. Disponível em: <<http://archive.org/details/laprotectiondudr00domm>>. Acesso em: 9 jan. 2014.

DONNER, Irah. The Copyright Clause of the U. S. Constitution: Why Did the Framers Include It with Unanimous Approval? *The American Journal of Legal History*, v. 36, n. 3, p. 361, jul. 1992. Acesso em: 11 jan. 2014.

DUDLEY, Alfreda *et al.* *Investigating cyber law and cyber ethics issues, impacts and practices*.

Hershey, Pa.: IGI Global (701 E. Chocolate Avenue, Hershey, Pennsylvania, 17033, USA), 2011.

DYSON, George. *Turing's cathedral: the origins of the digital universe*. United States of America: Random House LLC, 2012.

ECKERT, K.-P.; ZIESING, J.H.; ICHIONWU, U. *Interoperabilität von Dokumentenformaten: Open Document Format und Office Open XML*. Stuttgart: Fraunhofer Verlag, 2009. Disponível em: <<http://publica.fraunhofer.de/documents/N-104764.html>>. Acesso em: 4 out. 2010.

ECMA. *Standard ECMA-376*. Disponível em: <<http://www.ecma-international.org/publications/standards/Ecma-376.htm>>. Acesso em: 5 jun. 2011.

EFF. *About EFF*. Institucional. Disponível em: <<https://www.eff.org/about>>. Acesso em: 27 dez. 2013a.

EFF. *A History of Protecting Freedom Where Law and Technology Collide*. Institucional. Disponível em: <<https://www.eff.org/about/history>>. Acesso em: 27 dez. 2013b.

EIICHIRO ODA. EIICHIRO ODA. *Wikipedia, the free encyclopedia*. [S.l: s.n.], 3 jan. 2014. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/w/index.php?title=Eiichiro_Oda&oldid=588768700>. Acesso em: 3 jan. 2014.

Electronic Computer Project | Institute for Advanced Study. Disponível em: <<http://www.ias.edu/people/vonneumann/ecp>>. Acesso em: 8 dez. 2013.

ELMER-DEWITT, Philip. First Nation in Cyberspace. *TIME International*, n. 49, 12 jun. 1993. Disponível em: <<http://www.chemie.fu-berlin.de/outerspace/internet-article.html>>. Acesso em: 27 dez. 2013.

ENGEDAL, Asbjørn; VALVIK, Simon Eriksen. *Urospredere*. . [S.l: s.n.]. , 10 abr. 2009

ÉPOCA. Marcelo Tosatti: “Sou muito curioso”. notícias. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI135517-15224,00.html>>. Acesso em: 23 dez. 2013.

ERNESTO. *Pirate Bay Founder Launches Election Campaign For European Parliament | TorrentFreak*. . [S.l: s.n.]. Disponível em: <<http://torrentfreak.com/pirate-bay-founder-launches-election-campaign-for-european-parliament-140508/>>. Acesso em: 15 maio 2014. , 8 maio 2014

ET BUREAU. *OOXML put on hold amid opposition from India - Economic Times*. notícias. Disponível em: <http://articles.economictimes.indiatimes.com/2008-06-13/news/27732185_1_appeals-final-votes-format>. Acesso em: 22 jun. 2011.

EUROPEANA FOUNDATION. *Public Domain Charter*. Disponível em: <<http://www.publicdomaincharter.eu/>>. Acesso em: 14 abr. 2014.

FALKVINGE, Rick. *Origins Of The Pirate Party: Privacy, Sharing, Innovation. Falkvinge on Infopolicy*. [S.l: s.n.]. Disponível em: <<http://falkvinge.net/2011/11/07/origins-of-the-pirate-party-privacy-sharing-innovation/>>. Acesso

em: 29 dez. 2013a. , 7 nov. 2011

FALKVINGE, Rick. *The Copyright Monopoly's Fundamental Problem Remains The Same... TorrentFreak*. [S.l: s.n.]. Disponível em:

<<http://torrentfreak.com/the-fundamental-problem-with-the-copyright-monopoly-140420/>>. Acesso em: 8 maio 2014. , 20 abr. 2014

FALKVINGE, Rick. *Why The Name "Pirate Party"? - Falkvinge on Infopolicy*. . [S.l: s.n.].

Disponível em: <<http://falkvinge.net/2011/02/20/why-the-name-pirate-party/>>. Acesso em: 29 dez. 2013b. , 20 fev. 2011

FARNSWORTH, Clyde H. *Reagan Imposes Punitive Tariffs Against Brazil*. Imprensa. Disponível em: <<http://query.nytimes.com/gst/fullpage.html?res=9B0DEFDB1E3CF937A25752C1A961948260&scp=80&sq=brazil%20AND%20microsoft&st=Search>>. Acesso em: 1 jan. 2011.

FELLER, Joseph; FITZGERALD, Brian. *Understanding Open Source Software development*. London; Boston: Addison-Wesley, 2001.

Fiscalização destrói mais de 850 mil produtos piratas em rodoviária no DF. Institucional.

Disponível em:

<<http://www.cdldf.com.br/geral/255-fiscalizacao-destroi-mais-de-850-mil-produtos-piratas-em-rodoviaria-no-df>>. Acesso em: 12 dez. 2013.

FOX, Richard. *Information Technology: An Introduction for Today's Digital World*. [S.l.]: CRC Press, 2013.

FREE SOFTWARE FOUNDATION, INC. *GNU General Public License, version 1*. . [S.l: s.n.]. , 1 fev. 1989

FREETH, T. *et al.* Decoding the ancient Greek astronomical calculator known as the Antikythera Mechanism. *Nature*, v. 444, p. 587–591, 2006.

FREETH, Tony. Calendars with Olympiad display and eclipse prediction on the Antikythera Mechanism. *Nature*, v. 454, p. 614–617, 2008.

FREETH, Tony; JONES, Alexander. The Cosmos in the Antikythera Mechanism. *ISAW Papers*, v. 4, fev. 2012.

FRITSCH, Ricardo. *Fisl 14 - Cerimônia de abertura*. . Porto Alegre: [s.n.]. , 3 jul. 2013

FUSCO, Camila. Entrevista: software livre no governo federal. *IDG Now!*, 21 dez. 2004.

G1. *Brasil deve recuperar posto de 6ª maior economia em 2013, mostra FMI*. notícias. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/04/brasil-deve-recuperar-posto-de-6-maior-economia-em-2013-mostra-fmi.html>>. Acesso em: 15 maio 2014.

GATES, Bill. *Interview with Dennis Bathory-Kitsz in 80 Microcomputing*. . [S.l: s.n.]. Disponível em:

<<http://features.slashdot.org/story/00/01/20/1316236/b-gates-rants-about-software-copyrights---in-1980>>. Acesso em: 30 abr. 2014. , mar. 1980

GATES, Bill. Open letter to hobbyists by Bill Gates, general partner of Micro-Soft. *Homebrew Computer Club Newsletter*, v. 2, n. 1, p. 2, 31 jan. 1976.

Gilberto Gil: “Pirataria é desobediência civil” - Terra - Cultura. Disponível em: <<http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI3605448-EI6581,00-Gilberto+Gil+Pirataria+e+desobediencia+civil.html>>. Acesso em: 5 mar. 2009.

GOOGLE. *Code of Conduct – Investor Relations – Google*. Disponível em: <<http://investor.google.com/corporate/code-of-conduct.html>>. Acesso em: 23 abr. 2014.

Google CEO Eric Schmidt on privacy. . [S.l: s.n.]. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=A6e7wfDHzew&feature=youtube_gdata_player>. Acesso em: 9 maio 2014. , 8 dez. 2009

Google: *Privacy Policy*.

GORZ, André. *O Imaterial - conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005.

GOVERNMENT PRINTING OFFICE. *H9952 - Congressional Record*. . [S.l: s.n.]. Disponível em: <http://frwebgate.access.gpo.gov/cgi-bin/getpage.cgi?dbname=1998_record&position=all&page=H9952>. , 7 out. 1998

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Multidão: guerra e democracia na era do império*. [S.l.]: Editora Record, 2005.

HOBBSAWM, Eric J. *Era dos extremos: o breve século XX; 1914-1991*. [S.l.]: Companhia das Letras, 1995.

HOME TAPING IS KILLING MUSIC. HOME TAPING IS KILLING MUSIC. *Wikipedia, the free encyclopedia*. [S.l: s.n.], 21 dez. 2013. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/w/index.php?title=Home_Taping_Is_Killing_Music&oldid=585524645>. Acesso em: 29 dez. 2013.

ISENE, Geir. *Quick report from the Norwegian OOXML demonstration | Geir Isene : Straight talk on IT*. blog. Disponível em: <<http://blogs.freecode.no/isene/2008/04/09/quick-report-from-the-norwegian-ooxml-demonstration/>>. Acesso em: 10 maio 2008.

ISO/IEC. *FAQs on ISO/IEC 29500*. Institucional. Disponível em: <http://www.iso.org/iso/faqs_isoiec29500>. Acesso em: 18 jun. 2011a.

ISO/IEC. *ISO/IEC 26300:2006 - Information technology -- Open Document Format for Office Applications (OpenDocument) v1.0*. Disponível em: <http://www.iso.org/iso/iso_catalogue/catalogue_tc/catalogue_detail.htm?csnumber=43485>. Acesso em: 18 jun. 2011.

ISO/IEC. *ISO/IEC 29500-1:2008 - Information technology -- Document description and processing languages -- Office Open XML File Formats -- Part 1: Fundamentals and Markup Language Reference*. Disponível em: <http://www.iso.org/iso/iso_catalogue/catalogue_tc/catalogue_detail.htm?csnumber=51463>. Acesso em: 18 jun. 2011b.

JANEWAY, William H. *Doing Capitalism in the Innovation Economy: Markets, Speculation and*

the State. [S.l.]: Cambridge University Press, 2012.

JEAN-JACQUES ROUSSEAU. *The social contract; and, The first and second discourses*. New Haven and London: Yale University Press, 2002.

JOHNS, Adrian. *Piracy: The Intellectual Property Wars from Gutenberg to Gates*. 1. ed. [S.l.]: University Of Chicago Press, 2010.

John von Neumann | *Institute for Advanced Study*. Institucional. Disponível em: <<http://www.ias.edu/people/vonneumann>>. Acesso em: 8 dez. 2013.

KESAN, Jay P.; SHAH, Rajiv C. An Empirical Study of Open Standards. *SSRN eLibrary*, 4 out. 2010. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1031749>. Acesso em: 4 out. 2010.

KLOSE, Simon. *TPB AFK: The Pirate Bay Away from Keyboard*. . [S.l: s.n.], , 8 fev. 2013

KOSEK, Jirka. From the Office Document Format Battlefield. *IEEE Computer Society*, v. 10, n. 3, p. 51–55, jun. 2008. Acesso em: 20 jun. 2011.

KOVENOCK, Dan; THURSBY, Marie. GATT, Dispute Settlement and Cooperation. In: CONFERENCE OF ANALYTICAL AND NEGOTIATING ISSUES IN THE GLOBAL TRADING SYSTEM, maio 1992, Ann Arbor, Michigan. *Anais...* Ann Arbor, Michigan: [s.n.], maio 1992. p. 34. Disponível em: <www.researchgate.net/publication/227938265_GATT_DISPUTE_SETTLEMENT_AND_COOPERATION*/file/d912f510721ee83d30.pdf>.

KRIKORIAN, Gaëlle; KAPCZYNSKI, Amy (Org.). *Access to knowledge in the age of intellectual property*. New York: Zone Books, 2010.

LAMONICA, Martin. *Norway seeks to reverse Open XML vote at ISO | Tech news blog - CNET News.com*. notícias. Disponível em: <http://www.news.com/8301-10784_3-9907542-7.html>. Acesso em: 10 maio 2008.

LANDY, Gene K. *The IT/digital Legal Companion: A Comprehensive Business Guide to Software, Internet, and IP Law : Includes Contracts and Web Forms*. [S.l.]: Syngress, 2008.

LAPORTE, Leo. *Listener Feedback #153. Security Now!* United States of America: [s.n.]. Disponível em: <<https://www.grc.com/sn/sn-375.htm>>. , out. 2012

LARS ULRICH. LARS ULRICH. *Wikipedia, the free encyclopedia*. [S.l: s.n.], 22 dez. 2013a. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/w/index.php?title=Lars_Ulrich&oldid=585301644>. Acesso em: 24 dez. 2013.

*Lars Ulrich: “Napster F*CKed With Us, We F*CK With Them” | HPL*. . [S.l: s.n.]. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=6r6wn47_Vqs&feature=youtube_gdata_player>. Acesso em: 24 dez. 2013b. , 24 set. 2013

Lei nº 3.071, de 1º de Janeiro de 1916. 3071. **Revogada pela Lei nº 10.406, de 10.1.2002**, , 1 jan. 1916. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L3071impressao.htm>. Acesso em: 3 jan. 2011.

Lei nº 496, de 1º de Agosto de 1898. Disponível em:
<<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-496-1-agosto-1898-540039-publicacaooriginal-39820-pl.html>>. Acesso em: 13 dez. 2013.

Lei nº 5.988, de 14 de Dezembro de 1973. 5.988. , 14 dez. 1973. Disponível em:
<<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L5988impressao.htm>>.

Lei nº 7.646, de 18 de Dezembro de 1987. 7.646. , 18 dez. 1987. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7646impressao.htm>. Acesso em: 13 dez. 2013.

Lei nº 9.279, de 14 de Maio de 1996. 9.279. **Revogam-se a Lei nº 5.772, de 21 de dezembro de 1971, a Lei nº 6.348, de 7 de julho de 1976, os arts. 187 a 196 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, os arts. 169 a 189 do Decreto-Lei nº 7.903, de 27 de agosto de 1945, e as demais disposições em contrário.**, , 14 maio 1996. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9279.htm>. Acesso em: 4 jan. 2011.

Lei nº 9.296, de 4 de Julho de 1996. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9296.htm>. Acesso em: 13 dez. 2013.

Lei nº 9.609, de 19 de Fevereiro de 1998. 9.609. , 19 fev. 1998. Disponível em:
<<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L9610.htm>>.

Lei nº 9.610, de 19 de Fevereiro de 1998. 9.610. , 19 fev. 1998. Disponível em:
<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9610.htm>. Acesso em: 13 dez. 2013.

LEITE, José Corrêa. *Fórum Social Mundial : A história de uma invenção política*. [S.l.]: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

LESSIG, Lawrence. *Code: And Other Laws of Cyberspace, Version 2.0*. [S.l.]: Basic Books, 2006.

LESSIG, Lawrence. *Free Culture: The Nature and Future of Creativity*. [S.l.]: Penguin (Non-Classics), 2005.

LEUF, Bo. *Peer to Peer: Collaboration and Sharing Over the Internet*. [S.l.]: Addison Wesley Professional, 2002.

LEVY, Pierre. *Cibercultura*. [S.l.]: Editora 34, 2010.

LEVY, Steven. *Hackers: Heroes of the Computer Revolution - 25th Anniversary Edition*. [S.l.]: O'Reilly Media, Inc., 2010.

LOHR, Steve. *Go to*. New York: BasicBooks, 2001.

LONDON TIMES. *Top French Court Declares Internet Access “Basic Human Right”*. Text.Article. Disponível em:
<<http://www.foxnews.com/story/2009/06/12/top-french-court-declares-internet-access-basic-human-right>>. Acesso em: 9 maio 2014.

LONG, Pamela O. Invention, Authorship, “Intellectual Property,” and the Origin of Patents: Notes toward a Conceptual History. *Technology and Culture - Special Issue: Patents and Invention*, v. 32, n. 4, p. 846–884, out. 1991. Acesso em: 31 dez. 2013.

LOVE, Courtney. *Courtney Love does the math*. Disponível em: <http://www.salon.com/2000/06/14/love_7/>. Acesso em: 24 dez. 2013.

MACHADO, Jorge. Desconstruindo “Propriedade Intelectual”. *Observatorio (OBS*)*, v. 2, n. 1, 3 mar. 2008. Disponível em: <<http://obs.obercom.pt/index.php/obs/article/view/92>>. Acesso em: 16 jan. 2014.

Mais de 39 mil CDs e DVDs piratas são destruídos. notícias. Disponível em: <<http://www.atribunamt.com.br/2009/01/mais-de-39-mil-cds-e-dvds-piratas-sao-destruidos/>>. Acesso em: 12 dez. 2013.

MALLMANN, Maria Izabel; DEIRO, Daniel Girardi. *O GATT e a organização mundial do comércio no cenário econômico internacional desde Bretton-Woods*. . [S.l.]: Núcleo de Estudos sobre Relações e Organizações Internacionais - PUCRS. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/ffch/neroi/publicacoes.htm>>. Acesso em: 5 maio 2014. , [S.d.]

MARCELO TOSATTI. MARCELO TOSATTI. *Wikipedia, the free encyclopedia*. [S.l.: s.n.], 25 dez. 2013. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/w/index.php?title=Marcelo_Tosatti&oldid=587659847>. Acesso em: 30 dez. 2013.

MARQUES, Ivan da Costa. Cloning Computers: From Rights of Possession to Rights of Creation. *Science as Culture*, v. 14 (2), p. 139–160, jun. 2005.

MARQUES, Rosa Maria; NAKATANI, Paulo. *O Que é Capital Fictício e sua Crise*. São Paulo: Brasiliense, 2009.

MARTINEZ, Paulo Henrique. O Partido dos Trabalhadores e a Conquista do Estado 1980-2005. *História do Marxismo no Brasil - Partidos e movimentos após os anos 1960*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007. v. 6. p. 464.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2003. (Cadernos Marxistas).

MARX, Karl; FRIEDRICH, Engels. *A Ideologia Alemã e outros escritos*. Tradução Florestan Fernandes; Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965.

MCDUGAL, Paul. *Microsoft Pays Blogger To “Correct” Wikipedia Entry -- InformationWeek*. notícias. Disponível em: <http://www.informationweek.com/news/196903015?cid=RSSfeed_TechWeb>. Acesso em: 17 abr. 2011.

Menino Prodígio. Governamental. Disponível em: <<http://www1.serpro.gov.br/publicacoes/tema/163/materia01.htm>>. Acesso em: 23 dez. 2013.

METONIC CYCLE. METONIC CYCLE. *Wikipedia, the free encyclopedia*. [S.l.: s.n.], 1 dez. 2013. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/w/index.php?title=Metonic_cycle&oldid=569858449>. Acesso em: 9 dez. 2013.

METON OF ATHENS. METON OF ATHENS. *Wikipedia, the free encyclopedia*. [S.l.: s.n.], 1 dez. 2013. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/w/index.php?title=Meton_of_Athens&oldid=579960624>. Acesso em: 9 dez. 2013.

MGBEOJI, Ikechi. The Juridical Origins of the International Patent System: Towards a

Historiography of the Role of Patents in Industrialization. *Journal of the History of International Law*, v. 5, p. 403–422, 2003.

MICROSOFT CORP. *Earnings Release FY11 Q3*. Institucional. Disponível em: <<http://www.microsoft.com/investor/EarningsAndFinancials/Earnings/PressReleaseAndWebcast/FY11/Q3/default.aspx>>. Acesso em: 16 jun. 2011.

MIZUKAMI, Pedro Nicoletti. *Função Social da Propriedade Intelectual: Compartilhamento de Arquivos e Direitos Autorais na CF/88*. 2007. 537 f. Mestrado – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

MONTALBANO, Elizabeth. *Forrester: Microsoft Office in no danger from competitors*. notícias. Disponível em: <<http://www.networkworld.com/news/2009/060409-forrester-microsoft-office-in-no.html>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

MPAA. *Swedish Authorities Sink Pirate Bay*. . [S.l: s.n.]. , 31 maio 2006

NEGRI, Antonio; COCCO, Giuseppe Mario. *Global: biopoder e lutas em uma América Latina Globalizada*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

NEGRI, ANTONIO; LAZZARATO, MAURIZIO. *Trabalho Imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. [S.l.]: DP&A EDITORA, 2001.

NEUMANN, Felix. *Die Piratenpartei: Entstehung und Perspektive*. 2011. Freiburg im Breisgau, 2011.

NEUMANN, John Von. *First Draft of a Report on the EDVAC*. . [S.l.]: Moore School of Electrical Engineering University of Pennsylvania. , 30 jun. 1945

NICHOLAS CARLSON. *Well, These New Zuckerberg IMs Won't Help Facebook's Privacy Problems - Business Insider*. Disponível em: <<http://www.businessinsider.com/well-these-new-zuckerberg-ims-wont-help-facebooks-privacy-problems-2010-5>>. Acesso em: 13 maio 2014.

O Pingüim Avança. *Carta Capital*, n. 345, 17 mar. 2004.

PARANAGUÁ, Pedro (Org.). *A revisão da lei de patentes: inovação em prol da competitividade nacional*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013. (Estudos Estratégicos, 1).

PARANAGUÁ, Pedro; BRANCO, Sérgio. *Direitos Autorais*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. (FGV Jurídica).

PARANAGUÁ, Pedro; REIS, Pedro Paranaguá e Renata. *Patentes e Criações Industriais*. [S.l.]: Pedro Paranaguá, 2009.

PATTERSON, Lyman Ray. *Copyright in historical perspective*. [S.l.]: Vanderbilt University Press, 1968.

PAVARIN, Guilherme. *Baterista do Metallica adepto do P2P?* Disponível em: <<http://info.abril.com.br/aberto/infonews/032009/05032009-37.shl>>. Acesso em: 24 dez. 2013.

PENROSE, Roger. *The emperor's new mind concerning computers, minds, and the laws of physics*. Oxford: Oxford University Press, 1989.

PEREIRA, Wesley Robert. Histórico da OMC: construção e evolução do sistema multilateral de comércio. *Conjuntura Internacional*, v. 17, 8 set. 2005. Disponível em: <http://www.pucminas.br/conjuntura/destaque_conjuntura.php?boletim=103>. Acesso em: 10 out. 2013.

PILLER, Charles. How Piracy Opens Doors for Windows. *Los Angeles Times*, 9 abr. 2006. Disponível em: <<http://articles.latimes.com/2006/apr/09/business/fi-micropiracy9>>. Acesso em: 24 dez. 2013.

Pinochet: “cualquier cosa que se haga es criticada”. . [S.l: s.n.]. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=XEPLyvrZ2Bc&feature=youtube_gdata_player>. Acesso em: 9 maio 2014. , 1 nov. 2006

Pirataria: PF investiga elo entre Law e farmácias. notícias. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2103200629.htm>>. Acesso em: 12 dez. 2013.

Piratbyrån. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Piratbyr%C3%A5n#cite_note-torrentfreak-disband-5>. Acesso em: 24 dez. 2013.

PIRATBYRÅN. *Piratbyrån - The Bureau of Piracy Activities 2007*. . [S.l: s.n.]. Disponível em: <[http://www.piratbyran.org/PBverksamhet2007/PB activities 2007 \(text only\).pdf](http://www.piratbyran.org/PBverksamhet2007/PB%20activities%202007%20(text%20only).pdf)>. , 2007

PIRATPARTIET. *The Pirate Bay and Piratbyrån taken down by police. Nyheter från gamla Piratpartiet.se*. [S.l: s.n.]. Disponível em: <<http://historik.piratpartiet.se/?p=604>>. Acesso em: 28 dez. 2013. , 31 mar. 2006

POGREBINSCHI, Thamy. *O Enigma do Político : Marx contra a política moderna*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

Polícia Civil destrói 1,3 toneladas de CDs e DVDs piratas. Institucional. Disponível em: <<http://www2.policiacivil.sp.gov.br/x2016/modules/news/article.php?storyid=3702>>. Acesso em: 12 dez. 2013.

PRAGER, Frank D. Brunelleschi's Patent. *Journal of the Patent Office Society*, v. 28, p. 109, 1946.

PRAZERES, Tatiana Lacerda. *Comércio Internacional e Protecionismo : As Barreiras Técnicas na OMC*. 1. ed. São Paulo: Aduaneiras, 2003.

Processo Constituinte. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/o-processo-constituente>. Acesso em: 14 jan. 2014.

PRODHAN, Georgina. *ISO - News - Full text of interview of ISO Secretary-General by Reuters on ISO/IEC 29500*. Disponível em: <http://www.iso.org/iso/pressrelease.htm?refid=interview_iso_secretary-general_iso29500>. Acesso em: 21 jun. 2011.

QUEIROZ, Francisco Assis De. *A revolução microeletrônica: pioneirismos brasileiros e utopias tecnocrônicas*. [S.l.]: Annablume, 2007.

RAYMOND, Eric S. *The Cathedral & the Bazaar: Musings on Linux and Open Source by an Accidental Revolutionary*. Revised & Expanded ed. ed. [S.l.]: O'Reilly Media, Inc., 2001.

Rede Linux IME-USP - Comemoração dos 10000 anos da Rede Linux. Institucional. Disponível em: <<https://linux.ime.usp.br/>>. Acesso em: 21 dez. 2013.

REIS, Daniel Aarão. O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas. In: FERREIRA, JORGE; REIS, DANIEL AARÃO (Org.). *Revolução e Democracia (1964-...)*. As esquerdas no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 3. p. 716.

REIS, Fábio Wanderley. Identidade política, desigualdade e partidos brasileiros. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 87, p. 61–75, jul. 2010.

REISINGER, Don. *Finland makes 1Mb broadband access a legal right*. Disponível em: <<http://www.cnet.com/news/finland-makes-1mb-broadband-access-a-legal-right/>>. Acesso em: 9 maio 2014.

Relatório do 10º Fórum Internacional Software Livre: a tecnologia que liberta. . PUCRS – Porto Alegre – Brasil: ASL - Associação Software Livre.Org, 2009.

REMICHE, Bernard. Revolução Tecnológica, Globalização e Direito das Patentes. In: VARELLA, MARCELO DIAS (Org.). *Propriedade Intelectual e Desenvolvimento*. São Paulo: Lex Editora, 2005. p. 76–128.

Richard Stallman Speech Part I (FISL 1.0). . Porto Alegre: [s.n.]. Disponível em: <<http://vimeo.com/8026292>>. Acesso em: 21 dez. 2013. , 4 maio 2000

RIGBY, Bill; ORESKOVIC, Alexei. *Microsoft updates Office, vies online with Google* | Reuters. notícias. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/2010/05/11/us-microsoft-office-idUSTRE64A6JM20100511>>. Acesso em: 12 jun. 2011.

ROONEY, Paula. *Ubuntu's Shuttleworth blames ISO for OOXML's win* | Open Source | ZDNet.com. notícias. Disponível em: <<http://blogs.zdnet.com/open-source/?p=2222>>. Acesso em: 10 maio 2008.

RUE, Frank La. *Report of the Special Rapporteur on the promotion and protection of the right to freedom of opinion and expression*. . [S.l.]: United Nations General Assembly - Human Rights Council. Disponível em: <http://www2.ohchr.org/english/bodies/hrcouncil/docs/17session/A.HRC.17.27_en.pdf>. Acesso em: 9 maio 2014. , 16 maio 2011

SAINT, Nick. *Google CEO: "We Know Where You Are. We Know Where You've Been. We Can More Or Less Know What You're Thinking About."* Disponível em: <<http://www.businessinsider.com/eric-schmidt-we-know-where-you-are-we-know-where-youve-been-we-can-more-or-less-know-what-youre-thinking-about-2010-10>>. Acesso em: 9 maio 2014.

SALIBA, Elias Thomé. *As utopias românticas*. 1. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

SANTANNA, Rogério; MARTINI, Renato; QUIRICI, Wagner. *O Serpro contesta matéria da Veja*. Governamental. Disponível em: <http://www.serpro.gov.br/noticias-antigas/noticias-2006/20060518_05>. Acesso em: 1 jan. 2011.

SANTOS, Laymert Garcia Dos. Tecnologia, perda do humano e crise do sujeito de direito. In: OLIVEIRA, FRANCISCO DE; PAOLI, MARIA CÉLIA (Org.). *Os sentidos da democracia - Políticas do dissenso e hegemonia global*. Coleção Zero à Esquerda. São Paulo: Vozes-Fapesp-Nedic, 1999. p. 291–306.

SANTOS FILHO, Gildo Magalhães Dos. *Evolução Tecnológica e Modernização: as insuficiências. São Paulo em Perspectiva*. 11. ed. São Paulo: Fundação SEADE, 1997. v. 4. .

SANTOS FILHO, Gildo Magalhães Dos. *Um Bit Auriverde: Caminhos da Tecnologia e do Projeto Desenvolvimentista na Formulação duma Política Nacional de Informática para o Brasil (1971-1992)*. 1994. 280 f. Tese – Universidade de São Paulo - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 1994.

SANTOS, Theotonio. *Revolução Científico-Técnica e Acumulação do Capital*. Tradução Jaime Clasen. Petrópolis: Vozes, 1987.

SATYADAS, Antony. *Microsoft caught offering money to “Correct” Wikipedia ODF/OOXML articles!* blog. Disponível em: <https://www.ibm.com/developerworks/mydeveloperworks/blogs/AntonySatyadas/entry/microsoft_caught_offering_money_to?lang=en>. Acesso em: 22 jun. 2011.

SCHWABACH, Aaron. *Intellectual Property: A Reference Handbook*. [S.l.]: ABC-CLIO, 2007.

SECCO, Lincoln. *História do PT, 1978-2010*. [S.l.]: Atelie Editorial, 2011.

SEEL, Peter B. *Digital Universe: The Global Telecommunication Revolution*. [S.l.]: John Wiley & Sons, 2012.

SEIBEL, Peter. *Coders at Work: Reflections on the Craft of Programming*. [S.l.]: Apress, 2009.

SHAFFER, Gregory. How Business Shapes Law: A Socio-Legal Framework. *Connecticut Law Review*, Minnesota Legal Studies Research No. 09-24. v. 42, n. 1, 26 jun. 2009. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1426302&rec=1&srcabs=1426123>. Acesso em: 21 jun. 2011.

SHAH, Rajiv C.; KESAN, Jay P. Lost in Translation: Interoperability Issues for Open Standards - ODF and OOXML as Examples. *The Proceedings of the 36th Research Conference on Communication, Information and Internet Policy (TPRC)*, set. 2008. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1201708>. Acesso em: 4 out. 2010.

SHAH, Rajiv C.; KESAN, Jay P.; KENNIS, Andrew C. Lessons for Open Standard Policies: A Case Study of the Massachusetts Experience. *International Conference on Theory and Practice of Electronic Governance, December 10-13, 2007*, Illinois Public Law Research Paper No. 07-13. 2007. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1028133>. Acesso em: 4 out. 2010.

SILVA, Luiz Inácio Lula Da. *Lula ressalta a importância do software livre para a inclusão digital e social e a implantação do Telecentro em São Tomé e Príncipe*. Institucional. Disponível em: <http://www4.serpro.gov.br/noticias-antigas/noticias-2004/20042707_02/>. Acesso em: 20 dez. 2013.

SILVA, Jomar. *Afinal: O que fomos fazer em Genebra ? | void life(void)*. blog. Disponível em:

<<http://homembit.com/2008/03/afinal-o-que-fomos-fazer-em-genebra.html>>. Acesso em: 21 jun. 2011.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu Da. *Sérgio Amadeu da Silveira, curriculum Lattes*. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/6800442072685268>>. Acesso em: 22 dez. 2013.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu Da. *Software Livre - a luta pela liberdade do conhecimento*. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. (Brasil Urgente).

SILVEIRA, Sérgio Amadeu Da; CASSINO, João (Org.). *Software livre e inclusão digital*. [S.l.]: Conrad Livros, 2003.

SINGER, André. A segunda alma do partido dos trabalhadores. *Novos Estudos - CEBRAP*, n. 88, p. 89–111, dez. 2010. Acesso em: 20 dez. 2013.

SLIWA, Carol. *Inside story: How Microsoft & Massachusetts played hardball over open standards*. notícias. Disponível em: <http://www.computerworld.com/s/article/print/273815/Inside_story_How_Microsoft_Massachusetts_played_hardball_over_open_standards?taxonomyName=Applications&taxonomyId=18>. Acesso em: 22 jun. 2011a.

SLIWA, Carol. *State's Snub on File Formats Caught Microsoft by Surprise*. notícias. Disponível em: <http://www.computerworld.com/s/article/print/275547/State_8217_s_Snub_on_File_Formats_Caught_Microsoft_by_Surprise?taxonomyName=IT+in+Government&taxonomyId=13>. Acesso em: 21 jun. 2011b.

SOARES, Alessandro. *Briga pela obra de Monteiro Lobato continua - Diário do Grande ABC*. notícias. Disponível em: <<http://www.dgabc.com.br/Noticia/156819/briga-pela-obra-de-monteiro-lobato-continua>>. Acesso em: 12 dez. 2013.

SOUZA FILHO, Rubens A. Menezes De. *Contradições e Conflitos do Desenvolvimento Tecnológico: Impactos do Software Livre no Brasil – Uma História em Progresso*. 2006. 177 f. Mestrado – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

STALLMAN, Richard. *On Hacking*. Disponível em: <<http://stallman.org/articles/on-hacking.html>>. Acesso em: 18 dez. 2013.

STALLMAN, Richard M. *The GNU Manifesto*. Institucional. Disponível em: <<http://www.gnu.org/gnu/manifesto.en.html>>. Acesso em: 18 dez. 2013.

STALLMAN, Richard M.; LESSIG, Lawrence. *Free Software, Free Society: Selected Essays of Richard M. Stallman*. [S.l.]: Free Software Foundation, 2002.

Steal This Film. . [S.l: s.n.]. , 21 ago. 2006

Steal This Film II. . [S.l: s.n.]. , 28 dez. 2007

STEFAN, Oana Andreea. European Competition Soft Law in European Courts: A Matter of Hard Principles? *European Law Journal*, v. 14, n. 6, p. 753–772, nov. 2008. Acesso em: 18 jun. 2011.

STERLING, Bruce. *The Hacker Crackdown: Law and Disorder on the Electronic Frontier*. [S.l.]: IndyPublish.com, 2002.

STREISAND EFFECT. STREISAND EFFECT. *Wikipedia, the free encyclopedia*. [S.l.: s.n.], 23 dez. 2013. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/w/index.php?title=Streisand_effect&oldid=587396904>. Acesso em: 24 dez. 2013.

TACHINARDI, Maria Helena. *A Guerra das patentes: o conflito Brasil x EUA sobre propriedade intelectual*. [S.l.]: Paz e Terra, 1993.

TANENBAUM, Andrew S. *Sistemas Operacionais Modernos*. 2. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2007.

TEIXEIRA, Duda. *O grátis saiu mais caro*. Imprensa. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/170506/p_068.html>. Acesso em: 1 jan. 2011.

The Jargon File, Version 2.6.2. Disponível em: <<http://www.catb.org/jargon/oldversions/jarg262.txt>>. Acesso em: 23 dez. 2013.

The Open Source Definition | Open Source Initiative. Disponível em: <<http://opensource.org/osd>>. Acesso em: 21 dez. 2013.

THE WELL. *The WELL - Learn About The WELL*. Disponível em: <<http://www.well.com/aboutwell.html>>. Acesso em: 26 dez. 2013.

TODD BENSON. *Brazil - Free Software's Biggest and Best Friend*. Imprensa. Disponível em: <http://select.nytimes.com/gst/abstract.html?res=F40614FD395B0C7A8EDDAA0894DD404482&fta=y&incamp=archive:article_related>. Acesso em: 1 jan. 2011.

TOM JOWITT. *Facebook's Zuckerberg Questions Privacy Expectations - News - eWeekEurope.co.uk*. Disponível em: <<http://www.eweekurope.co.uk/news/facebook-s-zuckerberg-questions-privacy-expectations-2983>>. Acesso em: 17 fev. 2010.

TORRINHA, Francisco. *Dicionário Latino Português*. 2ª. ed. Porto: Junta Nacional de Educação, 1942. v. 1.

TORVALDS, Linus Benedict. *What would you like to see most in minix? - Grupos do Google*. [S.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://groups.google.com/forum/#!msg/comp.os.minix/dlNtH7RRrGA/SwRavCzVE7gJ>>. Acesso em: 16 dez. 2013. , 26 ago. 1991

TPB. *Ameaças Legais*. Disponível em: <<http://thepiratebay.se/legal>>. Acesso em: 28 dez. 2013.

TPB. *Just some stats... The Pirate Bay Blog*. [S.l.: s.n.]. , 6 maio 2006

TT/THE LOCAL. *"Judicial scandal" in Pirate Bay case*. notícias. Disponível em: <<http://www.thelocal.se/20080418/11188>>. Acesso em: 28 dez. 2013.

TT/THE LOCAL. *No retrial in Pirate Bay case*. notícias. Disponível em: <<http://www.thelocal.se/20090625/20280>>. Acesso em: 28 dez. 2013.

TURING, Alan. On Computable Numbers, with an Application to the Entscheidungsproblem. *Proceedings of the London Mathematical Society*, 2. v. 42, p. 230–265, 1936.

UBES. *Presidentes da UBES*. Institucional. Disponível em: <<http://www.ubes.org.br/memoria/presidentes/>>. Acesso em: 22 dez. 2013.

UNITED STATES CONGRESS. *An Act for the encouragement of learning, by securing the copies of maps, charts, and books, to the authors and proprietors of such copies, during the times therein mentioned*. The Copyright Act of 1790 was the first federal copyright act to be instituted in the United States, though most of the states had passed various legislation securing copyrights in the years immediately following the Revolutionary War. The stated object of the act was the “encouragement of learning,” . . . achieved . . . by securing authors the “sole right and liberty of printing, reprinting, publishing and vending” the copies of their “maps, charts, and books” for a term of 14 years, with the right to renew for one additional 14 year term should the copyright holder still be alive. — Excerpted from Copyright Act of 1790 on Wikipedia, the free encyclopedia. 31 maio 1790a. Disponível em:

<http://en.wikisource.org/wiki/United_States_Statutes_at_Large/Volume_1/1st_Congress/2nd_Session/Chapter_15>. Acesso em: 13 jan. 2014. Wikisource.

UNITED STATES CONGRESS. An Act to promote the progress of useful Arts. , 10 abr. 1790 b, Sec. Cap. VII, p. 109–112.

UNWIN, George. *The guilds and companies of London*. London: Methuen & Co, 1908.

UOL. *Com participação de artistas, CCJ aprova projeto que restringe poderes ao Ecad - Últimas Notícias - UOL Música*. Disponível em:

<<http://musica.uol.com.br/noticias/redacao/2013/07/03/com-participacao-de-artistas-ccj-aprova-projeto-que-restringe-poderes-ao-ecad.htm>>. Acesso em: 13 maio 2014a.

UOL. *Senado aprova projeto de lei que muda regra de direitos autorais e interfere no Ecad*. Disponível em:

<<http://musica.uol.com.br/noticias/redacao/2013/07/03/senado-aprova-projeto-de-lei-que-muda-regra-de-direitos-autorais-e-interfere-no-ecad.htm>>. Acesso em: 13 maio 2014b.

UPDEGROVE, Andy. *What Just Happened? An OOXML BRM Resource Page - ConsortiumInfo.org*. blog. Disponível em:

<<http://www.consortiuminfo.org/standardsblog/article.php?story=20080309054524379>>. Acesso em: 21 jun. 2011.

VARGAS, Jose Antonio. The Face of Facebook. *The New Yorker*, 20 set. 2010. Disponível em:

<http://www.newyorker.com/reporting/2010/09/20/100920fa_fact_vargas?currentPage=all>. Acesso em: 13 maio 2014.

VEA, A. “The unknown history of the internet”; engineering the worldwide WiWiW project. In: 2010 SECOND IEEE REGION 8 CONFERENCE ON THE HISTORY OF TELECOMMUNICATIONS CONFERENCE (HISTelCON), 2010, Madrid. *Anais...* Madrid: [s.n.], 2010. p. 1–9. . Acesso em: 12 dez. 2012.

Venetian Statute on Industrial Brevets, Venice (1474), Primary Sources on Copyright (1450-1900). . [S.l: s.n.]. Disponível em: <http://copy.law.cam.ac.uk/cam/tools/request/showRepresentation?id=representation_i_1474>. , 19 mar. 1474

VIGEVANI, Tullo. *O contencioso Brasil X Estados Unidos da informática : uma análise sobre formulação da política exterior*. São Paulo: Alfa-Omega, 1995. v. 1. (Biblioteca Alfa Omega de ciências sociais, 1).

WAINWRIGHT, Martin. Government rejects a pardon for computer genius Alan Turing. *The Guardian*, fev. 2012. ScienceDisponível em: <<http://www.theguardian.com/uk/the-northerner/2012/feb/07/alan-turing-pardon-lord-mcnally-lord-sharkey-computers>>. Acesso em: 14 dez. 2013.

WALT DISNEY WORLD RESORT. *Pirates of the Caribbean* | *Walt Disney World Resort*. Disponível em: <<https://disneyworld.disney.go.com/attractions/magic-kingdom/pirates-of-the-caribbean/>>. Acesso em: 3 jan. 2014.

WATT, Nicholas; CORRESPONDENT, Chief Political. Enigma codebreaker Alan Turing to be given posthumous pardon. *The Guardian*, 19 jul. 2013. UK newsDisponível em: <<http://www.theguardian.com/uk-news/2013/jul/19/enigma-codebreaker-alan-turing-posthumous-pardon>>. Acesso em: 14 dez. 2013.

WIKILEAKS. *Cable: 09STOCKHOLM355_a*. notícias. Disponível em: <http://www.wikileaks.org/plusd/cables/09STOCKHOLM355_a.html>. Acesso em: 29 dez. 2013a.

WIKILEAKS. *Cable: 09STOCKHOLM569_a*. notícias. Disponível em: <http://www.wikileaks.org/plusd/cables/09STOCKHOLM569_a.html>. Acesso em: 29 dez. 2013b.

WIKIPEDIA. *Embrace, extend and extinguish*. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Embrace,_extend_and_extinguish>. Acesso em: 23 jun. 2011.

WILLIAMS, Sam. *Free as in Freedom: Richard Stallman's Crusade for Free Software*. [S.l.]: O'Reilly Media, Inc., 2011.

WILLIAMS, Sam; STALLMAN, Richard M. *Free as in Freedom 2.0: Richard Stallman and the Free Software Revolution, a revision of Free as in Freedom: Richard Stallman's Crusade for Free Software*. Boston, Mass.: Free Software Foundation, 2010.

WOODMANSEE, Martha. The Genius and the Copyright: Economic and Legal Conditions of the Emergence of the "Author". *Eighteenth-Century Studies*, v. 17, n. 4, p. 425–448, 1984. Acesso em: 30 dez. 2013.

Anexos

Anexo I: GNU General Public License, version 1

GNU GENERAL PUBLIC LICENSE

Version 1, February 1989

Copyright (C) 1989 Free Software Foundation, Inc.

51 Franklin St, Fifth Floor, Boston, MA 02110-1301 USA

Everyone is permitted to copy and distribute verbatim copies
of this license document, but changing it is not allowed.

Preamble

The license agreements of most software companies try to keep users at the mercy of those companies. By contrast, our General Public License is intended to guarantee your freedom to share and change free software--to make sure the software is free for all its users. The General Public License applies to the Free Software Foundation's software and to any other program whose authors commit to using it.

You can use it for your programs, too.

When we speak of free software, we are referring to freedom, not price. Specifically, the General Public License is designed to make sure that you have the freedom to give away or sell copies of free software, that you receive source code or can get it if you want it, that you can change the software or use pieces of it in new free programs; and that you know you can do these things.

To protect your rights, we need to make restrictions that forbid anyone to deny you these rights or to ask you to surrender the rights.

These restrictions translate to certain responsibilities for you if you distribute copies of the software, or if you modify it.

For example, if you distribute copies of a such a program, whether gratis or for a fee, you must give the recipients all the rights that you have. You must make sure that they, too, receive or can get the source code. And you must tell them their rights.

We protect your rights with two steps: (1) copyright the software, and (2) offer you this license

which gives you legal permission to copy, distribute and/or modify the software.

Also, for each author's protection and ours, we want to make certain that everyone understands that there is no warranty for this free software. If the software is modified by someone else and passed on, we want its recipients to know that what they have is not the original, so that any problems introduced by others will not reflect on the original authors' reputations.

The precise terms and conditions for copying, distribution and modification follow.

GNU GENERAL PUBLIC LICENSE TERMS AND CONDITIONS FOR COPYING, DISTRIBUTION AND MODIFICATION

0. This License Agreement applies to any program or other work which contains a notice placed by the copyright holder saying it may be distributed under the terms of this General Public License. The "Program", below, refers to any such program or work, and a "work based on the Program" means either the Program or any work containing the Program or a portion of it, either verbatim or with modifications. Each licensee is addressed as "you".

1. You may copy and distribute verbatim copies of the Program's source code as you receive it, in any medium, provided that you conspicuously and appropriately publish on each copy an appropriate copyright notice and disclaimer of warranty; keep intact all the notices that refer to this General Public License and to the absence of any warranty; and give any other recipients of the Program a copy of this General Public License along with the Program. You may charge a fee for the physical act of transferring a copy.

2. You may modify your copy or copies of the Program or any portion of it, and copy and distribute such modifications under the terms of Paragraph 1 above, provided that you also do the following:

- a) cause the modified files to carry prominent notices stating that you changed the files and the date of any change; and

- b) cause the whole of any work that you distribute or publish, that in whole or in part contains the Program or any part thereof, either with or without modifications, to be licensed at no charge to all third parties under the terms of this General Public License (except that you may choose to grant warranty protection to some or all third parties, at your option).

c) If the modified program normally reads commands interactively when run, you must cause it, when started running for such interactive use in the simplest and most usual way, to print or display an announcement including an appropriate copyright notice and a notice that there is no warranty (or else, saying that you provide a warranty) and that users may redistribute the program under these conditions, and telling the user how to view a copy of this General Public License.

d) You may charge a fee for the physical act of transferring a copy, and you may at your option offer warranty protection in exchange for a fee.

Mere aggregation of another independent work with the Program (or its derivative) on a volume of a storage or distribution medium does not bring the other work under the scope of these terms.

3. You may copy and distribute the Program (or a portion or derivative of it, under Paragraph 2) in object code or executable form under the terms of Paragraphs 1 and 2 above provided that you also do one of the following:

a) accompany it with the complete corresponding machine-readable source code, which must be distributed under the terms of Paragraphs 1 and 2 above; or,

b) accompany it with a written offer, valid for at least three years, to give any third party free (except for a nominal charge for the cost of distribution) a complete machine-readable copy of the corresponding source code, to be distributed under the terms of Paragraphs 1 and 2 above; or,

c) accompany it with the information you received as to where the corresponding source code may be obtained. (This alternative is allowed only for noncommercial distribution and only if you received the program in object code or executable form alone.)

Source code for a work means the preferred form of the work for making modifications to it. For an executable file, complete source code means all the source code for all modules it contains; but, as a special exception, it need not include source code for modules which are standard libraries that accompany the operating system on which the executable file runs, or for standard header files or definitions files that accompany that operating system.

4. You may not copy, modify, sublicense, distribute or transfer the Program except as expressly provided under this General Public License.

Any attempt otherwise to copy, modify, sublicense, distribute or transfer the Program is void, and will automatically terminate your rights to use the Program under this License. However, parties who have received copies, or rights to use copies, from you under this General Public License will not have their licenses terminated so long as such parties remain in full compliance.

5. By copying, distributing or modifying the Program (or any work based on the Program) you indicate your acceptance of this license to do so, and all its terms and conditions.

6. Each time you redistribute the Program (or any work based on the Program), the recipient automatically receives a license from the original licensor to copy, distribute or modify the Program subject to these terms and conditions. You may not impose any further restrictions on the recipients' exercise of the rights granted herein.

7. The Free Software Foundation may publish revised and/or new versions of the General Public License from time to time. Such new versions will be similar in spirit to the present version, but may differ in detail to address new problems or concerns.

Each version is given a distinguishing version number. If the Program specifies a version number of the license which applies to it and "any later version", you have the option of following the terms and conditions either of that version or of any later version published by the Free Software Foundation. If the Program does not specify a version number of the license, you may choose any version ever published by the Free Software Foundation.

8. If you wish to incorporate parts of the Program into other free programs whose distribution conditions are different, write to the author to ask for permission. For software which is copyrighted by the Free Software Foundation, write to the Free Software Foundation; we sometimes make exceptions for this. Our decision will be guided by the two goals of preserving the free status of all derivatives of our free software and of promoting the sharing and reuse of software generally.

NO WARRANTY

9. BECAUSE THE PROGRAM IS LICENSED FREE OF CHARGE, THERE IS NO WARRANTY FOR THE PROGRAM, TO THE EXTENT PERMITTED BY APPLICABLE LAW. EXCEPT WHEN OTHERWISE STATED IN WRITING THE COPYRIGHT HOLDERS AND/OR OTHER PARTIES PROVIDE THE PROGRAM "AS IS" WITHOUT WARRANTY OF ANY KIND, EITHER EXPRESSED OR IMPLIED, INCLUDING, BUT NOT LIMITED TO, THE IMPLIED WARRANTIES OF MERCHANTABILITY AND FITNESS FOR A PARTICULAR PURPOSE. THE ENTIRE RISK AS TO THE QUALITY AND PERFORMANCE OF THE PROGRAM IS

WITH YOU. SHOULD THE PROGRAM PROVE DEFECTIVE, YOU ASSUME THE COST OF ALL NECESSARY SERVICING, REPAIR OR CORRECTION.

10. IN NO EVENT UNLESS REQUIRED BY APPLICABLE LAW OR AGREED TO IN WRITING WILL ANY COPYRIGHT HOLDER, OR ANY OTHER PARTY WHO MAY MODIFY AND/OR REDISTRIBUTE THE PROGRAM AS PERMITTED ABOVE, BE LIABLE TO YOU FOR DAMAGES, INCLUDING ANY GENERAL, SPECIAL, INCIDENTAL OR CONSEQUENTIAL DAMAGES ARISING OUT OF THE USE OR INABILITY TO USE THE PROGRAM (INCLUDING BUT NOT LIMITED TO LOSS OF DATA OR DATA BEING RENDERED INACCURATE OR LOSSES SUSTAINED BY YOU OR THIRD PARTIES OR A FAILURE OF THE PROGRAM TO OPERATE WITH ANY OTHER PROGRAMS), EVEN IF SUCH HOLDER OR OTHER PARTY HAS BEEN ADVISED OF THE POSSIBILITY OF SUCH DAMAGES.

END OF TERMS AND CONDITIONS

Appendix: How to Apply These Terms to Your New Programs

If you develop a new program, and you want it to be of the greatest possible use to humanity, the best way to achieve this is to make it free software which everyone can redistribute and change under these terms.

To do so, attach the following notices to the program. It is safest to attach them to the start of each source file to most effectively convey the exclusion of warranty; and each file should have at least the "copyright" line and a pointer to where the full notice is found.

<one line to give the program's name and a brief idea of what it does.>
Copyright (C) 19yy <name of author>

This program is free software; you can redistribute it and/or modify it under the terms of the GNU General Public License as published by the Free Software Foundation; either version 1, or (at your option) any later version.

This program is distributed in the hope that it will be useful, but WITHOUT ANY WARRANTY; without even the implied warranty of MERCHANTABILITY or FITNESS FOR A PARTICULAR PURPOSE. See the GNU General Public License for more details.

You should have received a copy of the GNU General Public License along with this program; if not, write to the Free Software Foundation, Inc., 675 Mass Ave, Cambridge, MA 02139, USA.

Also add information on how to contact you by electronic and paper mail.

If the program is interactive, make it output a short notice like this when it starts in an interactive mode:

```
Gnomovision version 69, Copyright (C) 19xx name of author
```

```
Gnomovision comes with ABSOLUTELY NO WARRANTY; for details type  
`show w'.
```

```
This is free software, and you are welcome to redistribute it under certain  
conditions; type `show c' for details.
```

The hypothetical commands ``show w'` and ``show c'` should show the appropriate parts of the General Public License. Of course, the commands you use may be called something other than ``show w'` and ``show c'`; they could even be mouse-clicks or menu items--whatever suits your program.

You should also get your employer (if you work as a programmer) or your school, if any, to sign a "copyright disclaimer" for the program, if necessary. Here a sample; alter the names:

```
Yoyodyne, Inc., hereby disclaims all copyright interest in the program  
`Gnomovision' (a program to direct compilers to make passes at assemblers)  
written by James Hacker.
```

```
<signature of Ty Coon>, 1 April 1989
```

```
Ty Coon, President of Vice
```

That's all there is to it!

Anexo II: A Declaration of the Independence of Cyberspace

by John Perry Barlow <barlow@eff.org>

Governments of the Industrial World, you weary giants of flesh and steel, I come from Cyberspace, the new home of Mind. On behalf of the future, I ask you of the past to leave us alone. You are not welcome among us. You have no sovereignty where we gather.

We have no elected government, nor are we likely to have one, so I address you with no greater authority than that with which liberty itself always speaks. I declare the global social space we are building to be naturally independent of the tyrannies you seek to impose on us. You have no moral right to rule us nor do you possess any methods of enforcement we have true reason to fear.

Governments derive their just powers from the consent of the governed. You have neither solicited nor received ours. We did not invite you. You do not know us, nor do you know our world. Cyberspace does not lie within your borders. Do not think that you can build it, as though it were a public construction project. You cannot. It is an act of nature and it grows itself through our collective actions.

You have not engaged in our great and gathering conversation, nor did you create the wealth of our marketplaces. You do not know our culture, our ethics, or the unwritten codes that already provide our society more order than could be obtained by any of your impositions.

You claim there are problems among us that you need to solve. You use this claim as an excuse to invade our precincts. Many of these problems don't exist. Where there are real conflicts, where there are wrongs, we will identify them and address them by our means. We are forming our own Social Contract . This governance will arise according to the conditions of our world, not yours. Our world is different.

Cyberspace consists of transactions, relationships, and thought itself, arrayed like a standing wave in the web of our communications. Ours is a world that is both everywhere and nowhere, but it is not where bodies live.

We are creating a world that all may enter without privilege or prejudice accorded by race, economic power, military force, or station of birth.

We are creating a world where anyone, anywhere may express his or her beliefs, no matter how singular, without fear of being coerced into silence or conformity.

Your legal concepts of property, expression, identity, movement, and context do not apply to us. They are all based on matter, and there is no matter here.

Our identities have no bodies, so, unlike you, we cannot obtain order by physical coercion. We believe that from ethics, enlightened self-interest, and the commonweal, our governance will emerge . Our identities may be distributed across many of your jurisdictions. The only law that all our constituent cultures would generally recognize is the Golden Rule. We hope we will be able to build

our particular solutions on that basis. But we cannot accept the solutions you are attempting to impose.

In the United States, you have today created a law, the Telecommunications Reform Act, which repudiates your own Constitution and insults the dreams of Jefferson, Washington, Mill, Madison, DeToqueville, and Brandeis. These dreams must now be born anew in us.

You are terrified of your own children, since they are natives in a world where you will always be immigrants. Because you fear them, you entrust your bureaucracies with the parental responsibilities you are too cowardly to confront yourselves. In our world, all the sentiments and expressions of humanity, from the debasing to the angelic, are parts of a seamless whole, the global conversation of bits. We cannot separate the air that chokes from the air upon which wings beat.

In China, Germany, France, Russia, Singapore, Italy and the United States, you are trying to ward off the virus of liberty by erecting guard posts at the frontiers of Cyberspace. These may keep out the contagion for a small time, but they will not work in a world that will soon be blanketed in bit-bearing media.

Your increasingly obsolete information industries would perpetuate themselves by proposing laws, in America and elsewhere, that claim to own speech itself throughout the world. These laws would declare ideas to be another industrial product, no more noble than pig iron. In our world, whatever the human mind may create can be reproduced and distributed infinitely at no cost. The global conveyance of thought no longer requires your factories to accomplish.

These increasingly hostile and colonial measures place us in the same position as those previous lovers of freedom and self-determination who had to reject the authorities of distant, uninformed powers. We must declare our virtual selves immune to your sovereignty, even as we continue to consent to your rule over our bodies. We will spread ourselves across the Planet so that no one can arrest our thoughts.

We will create a civilization of the Mind in Cyberspace. May it be more humane and fair than the world your governments have made before.

Davos, Switzerland

February 8, 1996

Anexo III: Excertos de interesse da *Lei de 16 de Dezembro de 1830, o Código Criminal do Império do Brazil*

LEI DE 16 DE DEZEMBRO DE 1830 (Manda executar o Codigo Criminal).

D. Pedro por Graça de Deus, e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional, e Defensor Perpetuo do Brazil: Fazemos saber a todos os Nossos subditos, que a Assembléa Geral Decretou, e Nós Queremos a Lei seguinte.

CODIGO CRIMINAL DO IMPERIO DO BRAZIL

PARTE PRIMEIRA

Dos Crimes, e das Penas

TITULO I

Dos Crimes

CAPITULO I

DOS CRIMES, E DOS CRIMINOSOS

Art. 7º Nos delictos de abuso da liberdade de communicar os pensamentos, são criminosos, e por isso responsaveis:

1º O impressor, gravador, ou lithographo, os quaes ficarão isentos de responsabilidade, mostrando por escripto obrigação de responsabilidade do editor, sendo este pessoa conhecida, residente no Brazil, que esteja no gozo dos Direitos Politicos; salvo quando escrever em causa propria, caso em que se não exige esta ultima qualidade.

2º O editor, que se obrigou, o qual ficará isento de responsabilidade, mostrando obrigação, pela qual o autor se responsabilise, tendo este as mesmas qualidades exigidas no editor, para escusar o impressor.

3º O autor, que se obrigou.

4º O vendedor, e o que fizer distribuir os impressos, ou gravuras, quando não constar quem é o impressor, ou este fôr residente em paiz estrangeiro, ou quando os impressos, e gravuras já tiverem sido condemnados por abuso, e mandados supprimir.

5º Os que communicarem por mais de quinze pessoas os escriptos não impressos, senão provarem, quem é o autor, e que circularam com o seu consentimento: provando estes requisitos, será responsavel sómente o autor.

Art. 8º Nestes delictos não se dá complicitade; e para o seu julgamento os escriptos, e discursos, em

que forem commettidos, serão interpretados segundo as regras de boa hermeneutica, e não por phrazes isoladas, e deslocadas.

Art. 9º Não se julgarão criminosos:

1º Os que imprimirem, e de qualquer modo fizerem circular as opiniões, e os discursos, enunciados pelos Senadores, ou Deputados no exercicio de suas funcções, com tanto que não sejam alterados essencialmente na substancia.

2º Os que fizerem analyses razoaveis dos principios, e usos religiosos.

3º Os que fizerem analyses rasoaveis da Constituição, não se atacando as suas bases fundamentaes; e das Leis existentes, não se provocando a desobediencia á ellas.

4º Os que censurarem os actos do Governo, e da Publica Administração, em termos, posto que vigorosos, decentes, e comedidos.

CAPITULO III

DOS CRIMES CONTRA O CHEFE DO GOVERNO

DISPOSIÇÃO COMMUM

Art. 90. Provocar directamente por escriptos impressos, lithographados, ou gravados, que se distribuirem por mais de quinze pessoas, aos crimes especificados nos artigos sessenta e oito, oitenta e cinco, oitenta e seis, oitenta e sete, oitenta e oito, e oitenta e nove.

Penas - de prisão por um a quatro annos, e de multa correspondente á metade do tempo.

Se a provocação fôr por escriptos não impressos, que se distribuirem por mais de quinze pessoas, ou por discursos proferidos em publicas reuniões.

Penas - de prisão por seis mezes a dous annos, e de multa correspondente á metade do tempo.

TITULO II

Dos crimes contra o livre exercicio dos Poderes Politicos

Art. 99. Provocar directamente por escriptos impressos, lithographados, ou gravados, que se distribuirem por mais de quinze pessoas, aos crimes especificados nos artigos noventa e um, noventa e dous, noventa e quatro, noventa e cinco e noventa e seis.

Penas - de prisão por seis mezes a dous annos, e de multa correspondente á metade do tempo.

Se a provocação fôr por escriptos não impressos, que se distribuirem por mais de quinze pessoas, ou por discursos proferidos em publicas reuniões.

Penas - de prisão por tres mezes a um anno, e de multa correspondente á metade do tempo.

SECÇÃO III

Calúnia e injúria

Art. 230. Se o crime de calúnia fôr commettido por meio de papeis impressos, lithographados, ou gravados, que se distribuirem por mais de quinze pessoas contra corporações, que exerçam autoridade publica.

Penas - de prisão por oito mezes a dous annos, e de multa correspondente á metade do tempo.

PARTE QUARTA

Dos crimes policiaes

CAPITULO I

OFFENSAS DA RELIGIÃO, DA MORAL, E BONS COSTUMES

Art. 277. Abusar ou zombar de qualquer culto estabelecido no Imperio, por meio de papeis impressos, lithographados, ou gravados, que se distribuirem por mais de quinze pessoas, ou por meio de discursos proferidos em publicas reuniões, ou na occasião, e lugar, em que o culto se prestar.

Penas - de prisão por um a seis mezes, e de multa correspondente á metade do tempo.

Art. 278. Propagar por meio de papeis impressos, lithographados, ou gravados, que se distribuirem por mais de quinze pessoas; ou por discursos proferidos em publicas reuniões, doutrinas que directamente destruam as verdades fundamentaes da existencia de Deus, e da immortalidade da alma.

Penas - de prisão por quatro mezes a um anno, e de multa correspondente á metade do tempo.

Art. 279. Offender evidentemente a moral publica, em papeis impressos, lithographados, ou gravados, ou em estampas, e pinturas, que se distribuirem por mais de quinze pessoas, e bem assim a respeito destas, que estejam expostas publicamente á venda.

Penas - de prisão por dous a seis mezes, de multa correspondente á metade do tempo, e de perda das estampas, e pinturas, ou na falta dellas, do seu valor.

CAPITULO V

RESISTENCIA

Art. 119. Provocar directamente por escriptos impressos, lithographados, ou gravados, que se distribuirem por mais de quinze pessoas, aos crimes especificados nos capitulos terceiro, quarto, e quinto, e bem assim, a desobedecer ás leis.

Penas - de prisão por dous a dezaseis mezes, e de multa correspondente á metade do tempo.

Se a provocação fôr por escriptos não impressos, que se distribuirem por mais de quinze pessoas, ou

por discursos proferidos em publicas reuniões.

Penas - de prisão por um á oito mezes, e de multa correspondente á metade do tempo.

CAPITULO VIII

USO INDEVIDO DA IMPRENSA

Art. 303. Estabelecer officina de impressão, lithographia, ou gravura, sem declarar perante a Camara da cidade, ou villa, o seu nome, lugar, rua, e casa, em que pretende estabelecer, para ser escripto em livro proprio, que para esse effeito terão as Camaras; e deixar de participar a mudança de casa, sempre que ella aconteça.

Pena - de multa de doze a sessenta mil réis.

Art. 304. Imprimir, lithographar, ou gravar qualquer escripto, ou estampa, sem nelle se declarar o nome do impressor, ou gravador, a terra em que está a officina, em que fôr impresso, lithographado, ou gravado, e o anno da impressão, lithographia, ou gravura; faltando-se a todas, ou a cada uma destas declarações.

Penas - de perda dos exemplares, em que houverem as faltas e de multa de vinte e cinco a cem mil réis.

Art. 305. Imprimir, lithographar, ou gravar com falsidade todas, ou qualquer das declarações do artigo antecedente.

Penas - de perda dos exemplares e de multa de cincoenta a duzentos mil réis.

Art. 306. Se a falsidade consistir em attribuir o escripto, ou estampa a impressor, ou gravador, autor, ou editor, que esteja actualmente vivo.

Penas - dobradas.

Art. 307. Deixar de remetter ao Promotor um exemplar do escripto, ou obra impressa, no dia da sua publicação, e distribuição.

Pena - de multa de dez a trinta mil réis. ("Codigo Criminal do Imperio do Brazil", 1830)

TITULO III

Dos crimes contra a propriedade

CAPITULO I

FURTO

Art. 261. Imprimir, gravar, lithographar, ou introduzir quaesquer escriptos, ou estampas, que tiverem sido feitos, compostos, ou traduzidos por cidadãos brasileiros, emquanto estes viverem, e dez annos

depois da sua morte, se deixarem herdeiros.

Penas - de perda de todos os exemplares para o autor, ou traductor, ou seus herdeiros; ou na falta delles, do seu valor, e outro tanto, e de multa igual ao tresdobro do valor dos exemplares.

Se os escriptos, ou estampas pertencerem a Corporações, a prohibição de imprimir, gravar, lithographar, ou introduzir, durará sómente por espaço de dez annos. (“Codigo Criminal do Imperio do Brazil”, 1830)

Anexo IV: Excertos de interesse do Decreto nº 847 de 11 de Outubro de 1890 que promulga o Código Penal

DECRETO N. 847 – DE 11 DE OUTUBRO DE 1890

Promulga o Código Penal.

O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, tendo ouvido o Ministro dos Negocios da Justiça, e reconhecendo a urgente necessidade de reformar o regimen penal, decreta o seguinte:

CODIGO PENAL DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL

TITULO II

Dos crimes e dos criminosos

Art. 22. Nos crimes de abuso da liberdade de communicacão do pensamento são solidariamente responsaveis:

- a) o autor;
- b) o dono da typographia, lithographia, ou jornal;
- c) o editor.

§ 1º Si a typographia, lithographia, ou jornal pertencer a entidade collectiva, sociedade ou companhia, os gerentes ou administradores serão solidariamente responsaveis para todos os effeitos legaes.

§ 2º Serão tambem responsaveis:

- a) o vendedor ou distribuidor de impressos ou gravuras, quando não constar quem é o dono da typographia, lithographia, ou jornal, ou for residente em paiz estrangeiro;
- b) o vendedor ou distribuidor de escriptos não impressos, comunicados a mais de 15 pessoas, si não provar quem é o autor, ou que a venda ou distribuição se fez com o consentimento deste.

Art. 23. Nestes crimes não se dá cumplicidade, e a acção criminal respectiva poderá ser intentada contra qualquer dos responsaveis solidarios, a arbitrio do queixoso.

§ 1º Quando a condemnação recahir no dono da typographia, lithographia ou jornal, ser-lhe-ha applicadas sómente a pena pecuniaria elevada ao dobro.

§ 2º No julgamento destes crimes os escriptos não serão interpretados por phrases isoladas, transpostas, ou deslocadas.

CAPITULO III

RESISTENCIA

Art. 126. Provocar directamente, por escriptos impressos ou lithographados, que se distribuirem por mais de 15 pessoas, ou por discursos proferidos em publica reunião, a pratica de crimes especificados nos capitulos 1º e 3º deste titulo e nos diversos capitulos do precedente:

Pena – de prisão cellular por um a tres mezes.

CAPITULO V

DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE LITTERARIA, ARTISTICA, INDUSTRIAL E COMMERCIAL

SECÇÃO I

Da violação dos direitos da propriedade litteraria e artistica

Art. 342. Imprimir, ou publicar em colleções, as leis, decretos, resoluções, regulamentos, relatorios e quaesquer actos dos poderes legislativo e executivo da Nação e dos Estados:

Penas – de apprehensão e perda, para a Nação ou Estado, de todos os exemplares publicados ou postos á venda, e multa igual á importancia do seu valor.

Art. 343. São solidariamente responsaveis por esta infracção:

- a) – o dono da officina onde se fizer a impressão ou publicação;
- b) – o autor ou importador, si a publicação for feita no estrangeiro;
- c) – o vendedor.

Art. 344. Reimprimir, gravar, lithographar, importar, introduzir, vender documentos, estampas, cartas, mappas e quaesquer publicações feitas por conta da Nação ou dos Estados, em officinas particulares ou publicas:

Penas – de apprehensão, e perda para a Nação, de todos os exemplares e multa igual ao triplo do valor dos mesmos.

Paragrapho unico. O privilegio da fazenda publica resultante deste e do art. 342 não importa prohibição de transcrever, ou inserir qualquer dos actos acima indicados nos periodicos e gazetas, em compendios, tratados, ou quaesquer obras scientificas ou litterarias; nem a de revender os objectos especificados, tendo sido legitimamente adquiridos.

Art. 345. Reproduzir, sem consentimento do autor, qualquer obra litteraria ou artistica, por meio da imprensa, gravura, ou lithographia, ou qualquer processo mecanico ou chimico, emquanto viver, ou a pessoa a quem houver transferido a sua propriedade e dez annos mais depois de sua morte, si deixar herdeiros:

Penas – de apprehensão e perda de todos os exemplares, e multa igual ao triplo do valor dos mesmos a favor do autor.

Art. 346. Reproduzir por inteiro em livro, collecção ou publicação avulsa, discursos e orações proferidos em assembléas publicas, em tribunaes, em reuniões politicas, administrativas ou religiosas, ou em conferencias publicas, sem consentimento do autor:

Penas – de apprehensão e perda dos exemplares e multa igual ao valor dos mesmos, em favor do autor.

Art. 347. Traduzir e expor á venda qualquer escripto ou obra, sem licença do seu autor:

Penas – as mesmas do artigo antecedente.

Esta prohibição não importa a de fazer citação parcial de qualquer escripto, com o fim de critica, polemica, ou ensino.

Art. 348. Executar, ou fazer representar, em theatros ou espectaculos publicos, composição musical, tragedia, drama, comedia ou qualquer outra producção, seja qual for a sua denominação, sem consentimento, para cada vez, do dono ou autor:

Pena – de multa de 100\$ a 500\$ a favor do dono ou do autor.

Art. 349. Importar, vender, occultar ou receber, para serem vendidas, obras litterarias ou artisticas, sabendo que são contrafeitas:

Penas – as de apprehensão e perda dos exemplares e multa igual ao dobro do valor dos mesmos a favor do dono ou autor.

Art. 350. Reproduzir qualquer producção artistica, sem consentimento do dono, por imitação ou contrafacção:

Penas – as do artigo antecedente.

Paragrapho unico. Para este effeito reputar-se-ha contrafacção:

1º A reprodução em pintura, quando um artista, sem consentimento do autor, ou daquelle a quem transferiu a propriedade artistica, copiar em um quadro grupos, figuras, cabeças ou detalhes de paisagens, ou os fizer entrar no proprio quadro, conservando as mesmas proporções e os mesmos efeitos de luz que na obra original;

2º A reprodução em escultura, quando o imitador tomar em uma obra original, grupos, figuras, cabeças, ornamentos e os fizer entrar na obra executada por elle;

3º A reprodução em musica, quando se arranjar uma composição musical para um instrumento só, tendo sido feita para orchestra, ou para um instrumento differente daquelle para o qual foi composta.

SECÇÃO II

Da violação dos direitos de patentes de invenção e descobertas

Art. 351. Constitue violação dos direitos de patente de invenção e descoberta:

§ 1º Fabricar, sem licença do concessionario, os productos que forem objecto de uma patente de invenção ou descoberta legitimamente concedida.

§ 2º Empregar ou fazer applicação dos meios privilegiados pela patente.

§ 3º Importar, expor á venda, occultar, ou receber para o fim de serem vendidos, productos contrafeitos de industria privilegiada, sabendo que o são:

Penas – multa de 500\$ a 5:000\$ em favor da Nação, de 10 a 20 %, em favor do concessionario da patente, do valor do damno causado ou que se poderia cansar, e perda dos instrumentos ou aparelhos, os quaes serão adjudicados ao concessionario da patente, pela mesma sentença que condemnar o infractor.

Paragrapho unico. Considera-se circumstancia aggravante da infracção:

1º ser, ou ter sido o infractor empregado ou operario, nos estabelecimentos do concessionario da patente;

2º associar-se com empregado, ou operario do concessionario, para ter conhecimento do modo pratico de obter ou empregar a invenção.

Art. 352. Inculcar-se alguém possuidor de patentes, usando de emblemas, marcas, lettreiros ou rotulos indicativos de privilegios que não tenha, sobre productos, ou objectos preparados para o commercio, ou expostos á venda:

§ 1º Continuar o inventor a exercer a industria como privilegiada, estando a patente suspensa, annullada ou caduca;

§ 2º Fazer em prospectos, annuncios, lettreiros, ou por qualquer modo de publicidade, menção da

patente sem designar o objecto especial para que a tiver obtido:

Pena – de multa de 100\$ a 500\$ em favor da Nação.

Paragrapho unico. Na mesma pena incorrerão os profissionaes ou peritos que, incumbidos do exame prévio da materia ou objecto da patente, vulgarizarem o segredo da invenção, sem prejuizo das acções criminaes ou civis que as leis permittirem.

SECÇÃO III

Da violação dos direitos de marcas de fabricas e de commercio

Art. 353. Reproduzir sem licença do dono, ou seu legitimo representante, por qualquer meio, no todo ou em parte, marca de industria ou de commercio devidamente registrada e publicada:

§ 1º Usar de marca alheia, ou falsificada nos termos supraditos;

§ 2º Vender, ou expor á venda objectos revestidos de marca alheia falsificada, no todo ou em parte;

§ 3º Imitar marca de industria ou commercio de modo que possa illudir o comprador;

§ 4º Usar de marca assim imitada;

§ 5º, Vender, ou expor á venda objectos revestidos de marca imitada;

§ 6º Usar de nome, ou firma commercial que lhe não pertença, faça ou não parte de marca registrada:

Penas – multa de 500\$ a 2:000\$ a favor da Nação, e de 10 a 50 % do valor dos objectos sobre que versar a infracção, em favor do dono da marca.

Art. 354. Para que se dê a imitação nos casos acima indicados, não é necessario que a semelhança da marca seja completa, bastando, sejam quaes forem as differenças, a possibilidade de erro e confusão, sempre que as differenças das duas marcas não possam ser reconhecidas sem exame attento ou confrontação.

Paragrapho unico. Reputar-se-ha existente a usurpação de nome ou firma social, quer a reprodução seja integral, quer com accrescentamentos, omissões ou alterações, comtanto que haja a mesma possibilidade de erro confusão do comprador.

Art. 355. Usar, sem autorização competente, em marca de industria ou de commercio, de armas, brazões ou distinctivos publicos ou officiaes, nacionaes ou estrangeiros:

§ 1º Usar de marca que offenda o decoro publico;

§ 2º Usar de marca que contiver indicação de localidade ou estabelecimento que não seja o da proveniencia da mercadoria ou producto, quer a esta indicação esteja junto nome supposto, quer não;

§ 3º Vender, ou expor á venda mercadoria ou producto nas condições referidas neste artigo:

Pena – de multa de 100\$ a 500\$ a favor da Nação.

TITULO XI

Dos crimes contra a honra e a boa fama

CAPITULO UNICO

DA CALUMNIA E DA INJURIA

Art. 315. Constitue calumnia a falsa imputação feita a alguém de facto que a lei qualifica crime.

Paragrapho unico. E' isento de pena o que provar ser verdadeiro o facto imputado, salvo quando o direito de queixa resultante delle for privativo de determinadas pessoas.

Art. 316. Si a calumnia for commettida por meio de publicação de pamphleto, impresso ou lithographado, distribuido por mais de 15 pessoas, ou affixado em logar frequentado, contra corporação que exerça autoridade publica, ou contra agente ou depositario desta e em razão de seu officio:

Penas – de prisão cellular por seis mezes a dous annos e multa de 500\$ a 1:000\$000.

§ 1º Si commettida contra particular, ou funcionario publico, sem ser em razão do officio:

Penas – de prisão cellular por quatro mezes a um anno e multa de 400\$ a 800\$000.

§ 2º Si commettida por outro qualquer meio que não algum dos mencionados:

Pena – a metade das estabelecidas.

Art. 320. E' tambem injuria:

§ 2º Apregoar, em logares publicos, a venda de gazetas, papeis impressos, ou manuscriptos de modo offensivo a pessoa certa e determinada, com o fim de escandalo e aleivosia:

Penas – de prisão cellular por dous a quatro mezes e de multa de 100\$ a 300\$000.

CAPITULO IX

DO USO ILLEGAL DA ARTE TYPOGRAPHICA

Art. 383. Estabelecer officina de impressão, lithographia, gravura, ou qualquer outra arte de reproducção de exemplares por meios mecanicos ou chimicos, sem prévia licença da Intendencia, ou Camara Municipal do logar, com declaração do nome do dono, anno, logar, rua e casa onde tiver de estabelecer a officina, ou o logar para onde for transferida depois de estabelecida:

Pena – de multa de 100\$ a 200\$000.

Art. 384. Imprimir, lithographar ou gravar qualquer escripto, estampa ou desenho, sem nelle se declarar as circumstancias mencionadas no artigo antecedente:

Penas – de perda para a Nação de todos os exemplares apprehendidos, e multa de 50\$ a 100\$000.

Art. 385. Imprimir, lithographar ou gravar, com falsidade, as declarações do artigo antecedente:

Penas – de perda para a Nação de todos os exemplares apprehendidos, e multa de 100\$ a 200\$000.

Art. 386. Deixar de remetter á Bibliotheca Publica, nos logares onde a houver um exemplar do escripto ou obra impressa:

Pena – de multa de 50\$ a 100\$000.

Art. 387. Affixar em logares publicos, nas paredes e muros das casas, sem licença da autoridade competente, cartazes, estampas, desenhos, manuscriptos, ou escrever disticos ou lettreiros:

Pena – de multa de 50\$ a 100\$000.

Anexo V: Lei nº 9.296, de 24 de Julho de 1996

Regulamenta o inciso XII, parte final, do art. 5º da Constituição Federal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A interceptação de comunicações telefônicas, de qualquer natureza, para prova em investigação criminal e em instrução processual penal, observará o disposto nesta Lei e dependerá de ordem do juiz competente da ação principal, sob segredo de justiça.

Parágrafo único. O disposto nesta Lei aplica-se à interceptação do fluxo de comunicações em sistemas de informática e telemática.

Art. 2º Não será admitida a interceptação de comunicações telefônicas quando ocorrer qualquer das seguintes hipóteses:

I - não houver indícios razoáveis da autoria ou participação em infração penal;

II - a prova puder ser feita por outros meios disponíveis;

III - o fato investigado constituir infração penal punida, no máximo, com pena de detenção.

Parágrafo único. Em qualquer hipótese deve ser descrita com clareza a situação objeto da investigação, inclusive com a indicação e qualificação dos investigados, salvo impossibilidade manifesta, devidamente justificada.

Art. 3º A interceptação das comunicações telefônicas poderá ser determinada pelo juiz, de ofício ou a requerimento:

I - da autoridade policial, na investigação criminal;

II - do representante do Ministério Público, na investigação criminal e na instrução processual penal.

Art. 4º O pedido de interceptação de comunicação telefônica conterà a demonstração de que a sua realização é necessária à apuração de infração penal, com indicação dos meios a serem empregados.

§ 1º Excepcionalmente, o juiz poderá admitir que o pedido seja formulado verbalmente, desde que

estejam presentes os pressupostos que autorizem a interceptação, caso em que a concessão será condicionada à sua redução a termo.

§ 2º O juiz, no prazo máximo de vinte e quatro horas, decidirá sobre o pedido.

Art. 5º A decisão será fundamentada, sob pena de nulidade, indicando também a forma de execução da diligência, que não poderá exceder o prazo de quinze dias, renovável por igual tempo uma vez comprovada a indispensabilidade do meio de prova.

Art. 6º Deferido o pedido, a autoridade policial conduzirá os procedimentos de interceptação, dando ciência ao Ministério Público, que poderá acompanhar a sua realização.

§ 1º No caso de a diligência possibilitar a gravação da comunicação interceptada, será determinada a sua transcrição.

§ 2º Cumprida a diligência, a autoridade policial encaminhará o resultado da interceptação ao juiz, acompanhado de auto circunstanciado, que deverá conter o resumo das operações realizadas.

§ 3º Recebidos esses elementos, o juiz determinará a providência do art. 8º , ciente o Ministério Público.

Art. 7º Para os procedimentos de interceptação de que trata esta Lei, a autoridade policial poderá requisitar serviços e técnicos especializados às concessionárias de serviço público.

Art. 8º A interceptação de comunicação telefônica, de qualquer natureza, ocorrerá em autos apartados, apensados aos autos do inquérito policial ou do processo criminal, preservando-se o sigilo das diligências, gravações e transcrições respectivas.

Parágrafo único. A apensação somente poderá ser realizada imediatamente antes do relatório da autoridade, quando se tratar de inquérito policial (Código de Processo Penal, art.10, § 1º) ou na conclusão do processo ao juiz para o despacho decorrente do disposto nos arts. 407, 502 ou 538 do Código de Processo Penal.

Art. 9º A gravação que não interessar à prova será inutilizada por decisão judicial, durante o inquérito, a instrução processual ou após esta, em virtude de requerimento do Ministério Público ou da parte interessada.

Parágrafo único. O incidente de inutilização será assistido pelo Ministério Público, sendo facultada a

presença do acusado ou de seu representante legal.

Art. 10. Constitui crime realizar interceptação de comunicações telefônicas, de informática ou telemática, ou quebrar segredo da Justiça, sem autorização judicial ou com objetivos não autorizados em lei.

Pena: reclusão, de dois a quatro anos, e multa.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 24 de julho de 1996; 175º da Independência e 108º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Nelson A. Jobim

Anexo VII: Atari Teenage Riot - Digital Decay

As divergências com a letra citada na introdução do quarto capítulo estão em negrito.

the elite of our time has a wet dream:
they want to turn the Internet into their
personal global chessboard
where every user is a servant to their
powers

freedom, truth, self-realization
this is what we want
and we must resist all forces
who are pushing against our liberation

stagnation, deflation
capitalism – the constant trigger for
frustration

the more closed off the network is to
outside intrusion,
the less able it is to engage with that
which is outside itself

your after-life is digitized
your intellectual property is already
digitized

Digital Decay

Digital Decay

**Brooklyn, Berlin, Tokyo, Austin, L.A.,
London, Warsaw, Montreal, Limoges,**

**Barcelona, Chicago, Baltimore, Taipei,
Dublin, Amsterdam, Brussels
Glasgow, Milan, Vienna, Moscow,
Perth, Detroit**

freedom, truth, self-realization
this is what we need

as a collective, as an individual

the non virtual world should mirror and
incorporate the possibilities of the free
Internet

let's abolish the existing grid

the more closed off the network is to
outside intrusion,
the less able it is to engage with that
which is outside itself

your after-life is digitized
your intellectual property is already
digitized

your possessions are digitized

your social network is digitized

Digital - Decay

Digital - Decay

Let's abolish the existing grid as it only
exists in our minds

A descrição no Twitter oficial da banda diz: *“We are Atari Teenage Riot. We program riot sounds on an Atari ST1040 computer with 2MB RAM. We believe that everything is political, even when we have sex.”*

Anexo VIII: Flyer do website Free Anakata!

Flyer distribuído pelo site <http://free.anakata.info> e disponível para download no endereço <http://free.anakata.info/wp-content/uploads/2014/01/gswflyer-1.pdf> (Acesso em 12/05/2014)

<http://free.anakata.info> <http://reddit.com/r/freeanakata> <http://freeanakata.tumblr.com>

FREE ANAKATA!

STOP THE PERSECUTION OF GOTTFRID SVARTHOLM WARG!

Gottfrid Svartholm Warg is best known for founding one of the worlds largest websites where users can share information, The Pirate Bay.

He is also known for his involvement in WikiLeaks where he assisted in the decryption of the famous video called Collateral Murder. All of the WikiLeaks associates have in some way or another been harassed by the American government.

In 2009 he was found guilty in Swedish courts of aiding copyright violation and he now owes nearly 50 MILLION for that verdict. He moved to Cambodia in 2008 and found work as a computer specialist and software developer there.

August 2012 he was arrested by anti-terror forces in Cambodia & extradited to Sweden where he was accused of hacking charges. After a lengthy detention, he was finally charged but most of these charges were dropped, and he was sentenced to 1 year imprisonment.

Gottfrid has been in detainment without charge in Denmark prisons since November 2013. He spent the first few months in isolation. He only recently received access to books and his mail is still being restricted. The potential charges carry a sentence up to six years.

This is a man who is accused of copying virtual data from one location to the other. He is being treated as though he is a violent criminal each place he goes. He is being sent from country to country and put on trial over and over again and due to the enormous debt he already carries, he will never be able to buy an apartment or have any belongings not subject to confiscation by governing bodies.

The Swedish and Danish governments must stop taking part in this persecution of Gottfrid, an Internet activist and computer genius! They must stop running errands for USA by refusing to take part in the harassment and attempts to ruin Gottfrid's life.

**A man who has stood up to the government for what he
believed was right!**

<http://free.anakata.info> <http://reddit.com/r/freeanakata> <http://freeanakata.tumblr.com>

Anexo IX: Atribuição – Não Comercial – Compartilha Igual 3.0 Brasil (CC BY-NC-SA 3.0 BR)

Licença

A OBRA (CONFORME DEFINIDA ABAIXO) É DISPONIBILIZADA DE ACORDO COM OS TERMOS DESTA LICENÇA PÚBLICA CREATIVE COMMONS ("CCPL" OU "LICENÇA"). A OBRA É PROTEGIDA POR DIREITO AUTURAL E/OU OUTRAS LEIS APLICÁVEIS. QUALQUER USO DA OBRA QUE NÃO O AUTORIZADO SOB ESTA LICENÇA OU PELA LEGISLAÇÃO AUTURAL É PROIBIDO.

AO EXERCER QUAISQUER DOS DIREITOS À OBRA AQUI CONCEDIDOS, VOCÊ ACEITA E CONCORDA FICAR OBRIGADO NOS TERMOS DESTA LICENÇA. O LICENCIANTE CONCEDE A VOCÊ OS DIREITOS AQUI CONTIDOS EM CONTRAPARTIDA A SUA ACEITAÇÃO DESTES TERMOS E CONDIÇÕES.

1. Definições

- a. **"Obra Derivada"** significa uma Obra baseada na Obra ou na Obra e outras Obras pré-existentes, tal qual uma tradução, adaptação, arranjo musical ou outras alterações de uma Obra literária, artística ou científica, ou fonograma ou performance, incluindo adaptações cinematográficas ou qualquer outra forma na qual a Obra possa ser refeita, transformada ou adaptada, abrangendo qualquer forma reconhecível como derivada da original, com exceção da Obra que constitua uma Obra Coletiva, a qual não será considerada uma Obra Derivada para os propósitos desta Licença. Para evitar dúvidas, quando a Obra for uma Obra musical, performance ou fonograma, a sincronização da Obra em relação cronometrada com uma imagem em movimento ("synching") será considerada uma Obra Derivada para os propósitos desta Licença.
- b. **"Obra Coletiva"** significa uma coleção de Obras literárias, artísticas ou científicas, tais quais enciclopédias e antologias, ou performances, fonogramas ou transmissões, ou outras Obras ou materiais não indicados na Seção 1(h) abaixo, que em razão da seleção e arranjo do seu conteúdo, constituam criações intelectuais nas quais a Obra é incluída na sua integridade em forma não-modificada, juntamente com uma ou mais contribuições, cada qual constituindo separada e independentemente uma Obra em si própria, que juntas são reunidas em um todo coletivo. A Obra que constituir uma Obra Coletiva não será considerada uma Obra Derivada (como definido acima) para os propósitos desta Licença.
- c. **"Distribuir"** significa colocar à disposição do público o original e cópias da Obra ou Obra Derivada, o que for apropriado, por meio de venda ou qualquer outra forma de transferência de propriedade ou posse.
- d. **"Elementos da Licença"** significam os principais atributos da licença correspondente, conforme escolhidos pelo Licenciante e indicados no título desta licença: Atribuição, Uso não-comercial, Compartilhamento pela mesma licença.
- e. **"Licenciante"** significa a pessoa física ou jurídica que oferece a Obra sob os termos desta Licença.
- f. **"Autor Original"** significa, no caso de uma Obra literária, artística ou científica, o indivíduo ou indivíduos que criaram a Obra ou, se nenhum indivíduo puder ser identificado, a editora.
- g. **"Titular de Direitos Conexos"** significa (i) no caso de uma performance os atores, cantores, músicos, dançarinos, e outras pessoas que atuem, cantem, recitem, declamem, participem em, interpretem ou façam performances de Obras literárias ou artísticas ou expressões de folclore (ii) no caso de um fonograma, o produtor, sendo este a pessoa ou entidade legal que primeiramente fixar os sons de uma performance ou outros sons; e (iii) no caso de radiodifusão, a empresa de radiodifusão.

- h. **"Obra"** significa a Obra literária, artística e/ou científica oferecida sob os termos desta Licença, incluindo, sem limitação, qualquer produção nos domínios literário, artístico e científico, qualquer que seja o modo ou a forma de sua expressão, incluindo a forma digital, tal qual um livro, brochuras e outros escritos; uma conferência, alocução, sermão e outras Obras da mesma natureza; uma Obra dramática ou dramático-musical; uma Obra coreográfica ou pantomima; uma composição musical com ou sem palavras; uma Obra cinematográfica e as expressas por um processo análogo ao da cinematografia; uma Obra de desenho, pintura, arquitetura, escultura, gravura ou litografia; uma Obra fotográfica e as Obras expressas por um processo análogo ao da fotografia; uma Obra de arte aplicada; uma ilustração, mapa, plano, esboço ou Obra tridimensional relativa a geografia, topografia, arquitetura ou ciência; uma performance, transmissão ou fonograma, na medida em que tais Obras/direitos sejam reconhecidos e protegidos pela legislação aplicável; uma compilação de dados, na extensão em que ela seja protegida como uma Obra sujeita ao regime dos direitos autorais; ou uma Obra executada por artistas circenses ou de shows de variedade, conforme ela não for considerada uma Obra literária, artística ou científica.
- i. **"Você"** significa a pessoa física ou jurídica exercendo direitos sob esta Licença, que não tenha previamente violado os termos desta Licença com relação à Obra, ou que tenha recebido permissão expressa do Licenciante para exercer direitos sob esta Licença apesar de uma violação prévia.
- j. **"Executar Publicamente"** significa fazer a utilização pública da Obra e comunicar ao público a Obra, por qualquer meio ou processo, inclusive por meios com ou sem fio ou performances públicas digitais; disponibilizar ao público Obras de tal forma que membros do público possam acessar essas Obras de um local e em um local escolhido individualmente por eles; Executar a Obra para o público por qualquer meio ou processo e comunicar ao público performances da Obra, inclusive por performance pública digital; transmitir e retransmitir a Obra por quaisquer meios, inclusive sinais, sons ou imagens.
- k. **"Reproduzir"** significa fazer cópias da Obra por qualquer meio, inclusive, sem qualquer limitação, por gravação sonora ou visual, e o direito de fixar e Reproduzir fixações da Obra, inclusive o armazenamento de uma performance protegida ou fonograma, em forma digital ou qualquer outro meio eletrônico.

2. Limitações e exceções ao direito autoral e outros usos livres. Nada nesta licença deve ser interpretado de modo a reduzir, limitar ou restringir qualquer uso permitido de direitos autorais ou direitos decorrentes de limitações e exceções estabelecidas em conexão com a proteção autoral, sob a legislação autoral ou outras leis aplicáveis.

3. Concessão da licença. O Licenciante concede a Você uma licença de abrangência mundial, sem royalties, não-exclusiva, perpétua (pela duração do direito autoral aplicável), sujeita aos termos e condições desta Licença, para exercer os direitos sobre a Obra definidos abaixo:

- a. Reproduzir a Obra, incorporar a Obra em uma ou mais Obras Coletivas e Reproduzir a Obra quando incorporada em Obras Coletivas;
- b. Criar e Reproduzir Obras Derivadas, desde que qualquer Obra Derivada, inclusive qualquer tradução, em qualquer meio, adote razoáveis medidas para claramente indicar, demarcar ou de qualquer maneira identificar que mudanças foram feitas à Obra original. Uma tradução, por exemplo, poderia assinalar que "A Obra original foi traduzida do Inglês para o Português," ou uma modificação poderia indicar que "A Obra original foi modificada";
- c. Distribuir e Executar Publicamente a Obra, incluindo as Obras incorporadas em Obras Coletivas; e,
- d. Distribuir e Executar Publicamente Obras Derivadas.

Os direitos acima podem ser exercidos em todas as mídias e formatos, independente de serem conhecidos agora ou concebidos posteriormente. Os direitos acima incluem o direito de fazer as modificações que forem tecnicamente necessárias para exercer os direitos em outras mídias, meios e formatos. Todos os direitos não concedidos expressamente pelo Licenciante ficam ora reservados, incluindo, mas não exclusivamente, os direitos definidos na Seção 4(e).

4. Restrições. A licença concedida na Seção 3 acima está expressamente sujeita e limitada pelas seguintes restrições:

- a. Você pode Distribuir ou Executar Publicamente a Obra apenas sob os termos desta Licença, e Você deve incluir uma cópia desta Licença ou o Identificador Uniformizado de Recursos (Uniform Resource Identifier) para esta Licença em cada cópia da Obra que Você Distribuir ou Executar Publicamente. Você não poderá oferecer ou impor quaisquer termos sobre a Obra que restrinjam os termos desta Licença ou a habilidade do destinatário exercer os direitos a ele aqui concedidos sob os termos desta Licença. Você não pode sublicenciar a Obra. Você deverá manter intactas todas as informações que se referem a esta Licença e à exclusão de garantias em toda cópia da Obra que Você Distribuir ou Executar Publicamente. Quando Você Distribuir ou

Executar Publicamente a Obra, Você não poderá impor qualquer medida tecnológica eficaz à Obra que restrinja a possibilidade do destinatário exercer os direitos concedidos a ele sob os termos desta Licença. Esta Seção 4(a) se aplica à Obra enquanto quando incorporada em uma Obra Coletiva, mas isto não requer que a Obra Coletiva, à parte da Obra em si, esteja sujeita aos termos desta Licença. Se Você criar uma Obra Coletiva, em havendo notificação de qualquer Licenciante, Você deve, na medida do razoável, remover da Obra Coletiva qualquer crédito, conforme estipulado na Seção 4(d), quando solicitado. Se Você criar uma Obra Derivada, em havendo aviso de qualquer Licenciante, Você deve, na medida do possível, retirar da Obra Derivada qualquer crédito conforme estipulado na Seção 4(d), de acordo com o solicitado.

- b. Você pode Distribuir ou Executar Publicamente uma Obra Derivada somente sob: (i) os termos desta Licença; (ii) uma versão posterior desta Licença que contenha os mesmos Elementos da Licença; (iii) uma Licença Creative Commons Unported ou uma Licença Creative Commons de outra jurisdição (seja a versão atual ou uma versão posterior), desde que elas contenham os mesmos Elementos da Licença da presente Licença (p. ex., Atribuição-Uso não-comercial-Compartilhamento pela mesma licença 3.0 Unported) ("Licença Aplicável"). Você deve incluir uma cópia da Licença Aplicável ou o Identificador Uniformizado de Recursos (Uniform Resource Identifier) para esta Licença em toda cópia de qualquer Obra Derivada que Você Distribuir ou Executar Publicamente. Você não pode oferecer ou impor quaisquer termos sobre a Obra Derivada que restrinjam os termos da Licença Aplicável, ou a habilidade dos destinatários da Obra Derivada exercerem os direitos que lhes são garantidos sob os termos da Licença Aplicável. Você deverá manter intactas todas as informações que se referirem à Licença Aplicável e à exclusão de garantia em toda cópia da Obra tal como incluída na Obra Derivada que Você Distribuir ou Executar Publicamente. Quando Você Distribuir ou Executar Publicamente uma Obra Derivada, Você não poderá impor quaisquer medidas tecnológicas eficazes sobre a Obra Derivada que restrinjam a habilidade de uma pessoa que receba a Obra Derivada de Você em exercer os direitos a ela garantidos sob os termos da Licença Aplicável. Esta Seção 4(b) se aplica à Obra Derivada enquanto incorporada a uma Obra Coletiva, mas não exige que a Obra Coletiva, à parte da própria Obra Derivada, esteja sujeita aos termos da Licença Aplicável.
- c. Você não poderá exercer nenhum dos direitos acima concedidos a Você na Seção 3 de qualquer maneira que seja predominantemente intencionada ou direcionada à obtenção de vantagem comercial ou compensação monetária privada. A troca da Obra por outros materiais protegidos por direito autoral através de compartilhamento digital de arquivos ou de outras formas não deverá ser considerada como intencionada ou direcionada à obtenção de vantagens comerciais ou compensação monetária privada, desde que não haja pagamento de nenhuma compensação monetária com relação à troca de Obras protegidas por direito de autor.
- d. Se Você Distribuir ou Executar Publicamente a Obra ou qualquer Obra Derivada ou Obra Coletiva, Você deve, a menos que um pedido relacionado à Seção 4(a) tenha sido feito, manter intactas todas as informações relativas a direitos autorais sobre a Obra e exibir, de forma razoável em relação ao meio ou mídia por Você utilizado: (i) o nome do Autor Original (ou seu pseudônimo, se for o caso), se fornecido, do Titular de Direitos Conexos, se fornecido e quando aplicável, e/ou, ainda, se o Autor Original/Titular de Direitos Conexos e/ou o Licenciante designar outra parte ou partes (p. ex.: um instituto patrocinador, editora, periódico) para atribuição ("Partes de Atribuição") nas informações relativas aos direitos autorais do Licenciante, termos de serviço ou por outros meios razoáveis, o nome dessa parte ou partes; (ii) o título da Obra, se fornecido; (iii) na medida do razoável, o Identificador Uniformizado de Recursos (URI) que o Licenciante especificar para estar associado à Obra, se houver, exceto se o URI não se referir ao aviso de direitos autorais ou à informação sobre o regime de licenciamento da Obra; e, (iv) em conformidade com a Seção 3(b), no caso de Obra Derivada, crédito identificando o uso da Obra na Obra Derivada (p. ex.: "Tradução Francesa da Obra do Autor Original/Titular de Direitos Conexos", ou "Roteiro baseado na Obra original do Autor Original/Titular de Direitos Conexos"). O crédito exigido por esta Seção 4(d), pode ser implementado de qualquer forma razoável; desde que, entretanto, no caso de uma Obra Derivada ou Obra Coletiva, na indicação de crédito feita aos autores participantes da Obra Derivada ou Obra Coletiva, o crédito apareça como parte dessa indicação, e de modo ao menos tão proeminente quanto os créditos para os outros autores participantes. De modo a evitar dúvidas, Você apenas poderá fazer uso do crédito exigido por esta Seção para o propósito de atribuição na forma estabelecida acima e, ao exercer Seus direitos sob esta Licença, Você não poderá implícita ou explicitamente afirmar ou sugerir qualquer vínculo, patrocínio ou apoio do Autor Original, Titular de Direitos Conexos, Licenciante e/ou Partes de Atribuição, o que for cabível, por Você ou Seu uso da Obra, sem a prévia e expressa autorização do Autor Original, Titular de Direitos Conexos, Licenciante e/ou Partes de Atribuição.

- e. O Licenciante reserva para si o direito de recolher royalties, seja individualmente ou, na hipótese de o Licenciante ser membro de uma sociedade de gestão coletiva de direitos (por exemplo, ECAD, ASCAP, BMI, SESAC), via essa sociedade, por qualquer exercício Seu sobre os direitos concedidos sob esta Licença, desde que esse exercício seja para um propósito ou uso comercial, conforme definido pela Seção 4(c).
- f. Na extensão em que reconhecidos e considerados indisponíveis pela legislação aplicável, direitos morais não são afetados por esta Licença.

5. Declarações, garantias e exoneração

EXCETO QUANDO FOR DE OUTRA FORMA MUTUAMENTE ACORDADO PELAS PARTES POR ESCRITO, E NA MAIOR EXTENSÃO PERMITIDA PELA LEI APLICÁVEL, O LICENCIANTE OFERECE A OBRA “NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRA” (AS IS) E NÃO PRESTA QUAISQUER GARANTIAS OU DECLARAÇÕES DE QUALQUER ESPÉCIE RELATIVAS À OBRA, SEJAM ELAS EXPRESSAS OU IMPLÍCITAS, DECORRENTES DA LEI OU QUAISQUER OUTRAS, INCLUINDO, SEM LIMITAÇÃO, QUAISQUER GARANTIAS SOBRE A TITULARIDADE DA OBRA, ADEQUAÇÃO PARA QUAISQUER PROPÓSITOS, NÃO-VIOLAÇÃO DE DIREITOS, OU INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DEFEITOS LATENTES, ACURACIDADE, PRESENÇA OU AUSÊNCIA DE ERROS, SEJAM ELES APARENTES OU OCULTOS. EM JURISDIÇÕES QUE NÃO ACEITEM A EXCLUSÃO DE GARANTIAS IMPLÍCITAS, ESTAS EXCLUSÕES PODEM NÃO SE APLICAR A VOCÊ.

6. Limitação de responsabilidade. EXCETO NA EXTENSÃO EXIGIDA PELA LEI APLICÁVEL, EM NENHUMA CIRCUNSTÂNCIA O LICENCIANTE SERÁ RESPONSÁVEL PARA COM VOCÊ POR QUAISQUER DANOS, ESPECIAIS, INCIDENTAIS, CONSEQUÊNCIAS, PUNITIVOS OU EXEMPLARES, ORIUNDOS DESTA LICENÇA OU DO USO DA OBRA, MESMO QUE O LICENCIANTE TENHA SIDO AVISADO SOBRE A POSSIBILIDADE DE TAIS DANOS.

7. Terminação

- a. Esta Licença e os direitos aqui concedidos terminarão automaticamente no caso de qualquer violação dos termos desta Licença por Você. Pessoas físicas ou jurídicas que tenham recebido Obras Derivadas ou Obras Coletivas de Você sob esta Licença, entretanto, não terão suas licenças terminadas desde que tais pessoas físicas ou jurídicas permaneçam em total cumprimento com essas licenças. As Seções 1, 2, 5, 6, 7 e 8 subsistirão a qualquer terminação desta Licença.
- b. Sujeito aos termos e condições dispostos acima, a licença aqui concedida é perpétua (pela duração do direito autoral aplicável à Obra). Não obstante o disposto acima, o Licenciante reserva-se o direito de difundir a Obra sob termos diferentes de licença ou de cessar a distribuição da Obra a qualquer momento; desde que, no entanto, quaisquer destas ações não sirvam como meio de retratação desta Licença (ou de qualquer outra licença que tenha sido concedida sob os termos desta Licença, ou que deva ser concedida sob os termos desta Licença) e esta Licença continuará válida e eficaz a não ser que seja terminada de acordo com o disposto acima.

8. Outras disposições

- a. Cada vez que Você Distribuir ou Executar Publicamente a Obra ou uma Obra Coletiva, o Licenciante oferece ao destinatário uma licença da Obra nos mesmos termos e condições que a licença concedida a Você sob esta Licença.
- b. Cada vez que Você Distribuir ou Executar Publicamente uma Obra Derivada, o Licenciante oferece ao destinatário uma licença à Obra original nos mesmos termos e condições que foram concedidos a Você sob esta Licença.
- c. Se qualquer disposição desta Licença for tida como inválida ou não-executável sob a lei aplicável, isto não afetará a validade ou a possibilidade de execução do restante dos termos desta Licença e, sem a necessidade de qualquer ação adicional das partes deste acordo, tal disposição será reformada na mínima extensão necessária para tal disposição tornar-se válida e executável.
- d. Nenhum termo ou disposição desta Licença será considerado renunciado e nenhuma violação será considerada consentida, a não ser que tal renúncia ou consentimento seja feito por escrito e assinado pela parte que será afetada por tal renúncia ou consentimento.
- e. Esta Licença representa o acordo integral entre as partes com respeito à Obra aqui licenciada. Não há entendimentos, acordos ou declarações relativas à Obra que não estejam especificados aqui. O Licenciante não será obrigado por nenhuma disposição adicional que possa aparecer em quaisquer comunicações provenientes de Você. Esta Licença não pode ser modificada sem o mútuo acordo, por escrito, entre o Licenciante e Você.